

Bruno Antonio Picoli

**Sob os desígnios do progresso:
a experiência dos camponeses atingidos pela Barragem de Itá
reassentados em Campos Novos-SC na transição do milênio**

Passo Fundo, agosto de 2011

Bruno Antonio Picoli

**Sob os desígnios do progresso:
a experiência dos camponeses atingidos pela Barragem de Itá
reassentados em Campos Novos-SC na transição do milênio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História sob a orientação da Prof^ª. Dr. Gizele Zanotto.

Passo Fundo

2011

CIP – Catalogação na Publicação

A859e Picoli, Bruno Antonio
Sob os desígnios do progresso: a experiência dos camponeses atingidos pela Barragem de Itá reassentados em Campos Novos-SC na transição do milênio / Bruno Antonio Picoli. – 2011.
188 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Profª Dr. Gizele Zanotto.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2011.

1. Santa Catarina - História. 2. Barragens e açudes - Santa Catarina - Aspectos sociais. 3. Assentamentos humanos - Campos Novos (SC) - História. 4. Trabalhadores rurais. I. Zanotto, Gizele, orientadora. II. Título.

CDU: 981.64

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

RESUMO

Esta pesquisa trata da experiência das famílias atingidas pela barragem de Itá reassentadas em Campos Novos-SC no contexto da transição do Milênio. Aborda a primeira onda de progresso que se desenhou no Alto Uruguai, a territorialização e a constituição do “ethos” de colono-camponês calcado na propriedade, no trabalho na terra, na família e na comunidade circundante. Discute a ação dos estados de SC e do RS, assim como de companhias privadas de colonização no processo de inserção destas famílias tidas como veículos do progresso. Após analisa a chegada de uma segunda onda de progresso, marcada pela divulgação do projeto de construção da UHE Itá entre os municípios de Aratiba-RS e Itá-SC, os discursos que se desenvolveram no sentido de promover a obra e os benefícios do empreendimento hidrelétrico para a região, as manobras frente à legislação ambiental vigente e a privatização da construtora da UHE Itá. Aborda também as forças que se levantaram contra esse progresso novo que forçou o deslocamento e desterritorializou milhares de famílias ribeirinhas, algumas das quais para projetos de reassentamento rural coletivos. Analisa a ação de instituições que agiram como mediadoras organizando os atingidos em torno da CRAB e a atuação desta no processo de mobilização dos camponeses ribeirinhos. Depois trata dos projetos de reassentamento rural coletivos de modo geral inferindo os diferenciais do reassentamento de Campos Novos-SC, o último de um total de sete. Analisa como as famílias atualmente reassentadas em Campos Novos-SC se inserem nesse progresso, de que modo se processou, 12 anos após a instalação no mesmo, sua reterritorialização, que perspectivas tinham para o deslocamento e em que dimensões compreendem que a experiência lhes proporcionou ganhos e, ao contrário, em que dimensões consideram-se prejudicados pelo progresso. Constata, com base nisso, que o discurso “dos benefícios do progresso” não pode ser aplicado em completude, sobretudo no que versa sobre esferas subjetivas da vida de sociedades camponesas.

Palavras-chave: progresso, territorialidade, desterritorialização, reterritorialização, atingidos por barragens.

RESUMEN

Esta investigación se refiere a la experiencia de las familias afectadas por la represa de Itá reasentadas en Campos Novos-SC en la transición del Milenio. Cubre la primera ola de progreso que se ha diseñado en el Alto Uruguay, la territorialización y la constitución del “ethos” de campesino basado en la propiedad, en el trabajo de la tierra, en la familia y la comunidad circundante. Analiza la acción de los estados de SC y RS, así como de empresas privadas de la colonización durante la inserción de estas familias entendidas como vehículos del progreso. Luego discute la llegada de una segunda ola de progreso, marcado por el lanzamiento del proyecto de construcción de la UHE Itá entre los municipios de Itá-SC y Aratiba-RS, de los discursos que se han desarrollado para promover los beneficios de la energía hidroeléctrica para la región, las maniobras para escapar de la legislación ambiental y la privatización de la empresa de construcción de la UHE Itá. Se analizan las fuerzas que se alzaron en contra de ese progreso nuevo que he desterritorializado y obligó a el desplazamiento de miles de ribereños, algunos de ellos para proyectos colectivos de reasentamiento rural. Analiza la acción de las instituciones que actuaron como mediadores en la organización de los afectados alrededor de la CRAB y su papel en este proceso de movilización de los campesinos ribereños. Después de lidiar con los proyectos de reasentamiento rural colectivo infiere sobre las diferencias de la reubicación de Campos Novos-SC, el último de un total de siete. Examina cómo las familias reubicadas perciben a sí mismos en medio de este progreso, cómo fue demandado, doce años después de la instalación en el mismo, su reterritorialización, que perspectivas había para el desplazamiento y en que ámbitos que ellos creen que la experiencia les proporcionó ganancias o, a la inversa, en que ámbitos que ellos creen perjudicados por el progreso. Notas, sobre la base de este, que el discurso “de los beneficios del progreso” no se puede aplicar en la totalidad de los procesos sociales, especialmente en ámbitos subjetivos de la vida de las sociedades campesinas.

Palabras clave: progreso, territorialización, desterritorialización, reterritorialización, afectados por las represas.

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1: Fotografia de satélite da região de abrangência da UHE Itá	26
Imagem 2: Família camponesa durante enchente do Rio Uruguai. Volta Fechada, Aratiba-RS, década de 1950. Região atualmente alagada pela Barragem de Itá	46
Imagem 3: Relações estado-colonizadoras-colonos no Alto Uruguai	55
Imagem 4: Colonos durante mutirão para a construção de estradas no Alto Uruguai Catarinense - década de 1960	56
Imagem 5: Processo de construção da barragem da UHE Itá	82
Imagem 6: Encontro de membros da CRAB em residência de atingido de Marcelino Ramos-RS	100
Imagem 7: Povo de Deus rumo à Terra Prometida – imagem veiculada por meio dos materiais de apoio aos GRs da Diocese de Chapecó	101
Imagem 8: Símbolo nacional do MAB	104
Imagem 9: Habitação de família de colonos descendentes de alemães em Volta Grande, Marcelino Ramos-RS	130
Imagem 10: Construção de moradia em forma de mutirão no Reassentamento Rural Coletivo de Campos Novos-SC	146
Imagem 11: Centro Ecumênico do Reassentamento de Campos Novos-SC: atualmente é utilizado apenas por moradores de credo evangélico-luterano	158
Imagem 12: Jogo de futebol e encontro de comunidades no Alto Uruguai no início da década de 1990	162
Imagem 13: Vista da residência de atingidos no Alto Uruguai	166

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Percurso Nacional do Rio Uruguai	25
Mapa 2: EFSPRG e suas conexões no RS até 1910	38
Mapa 3: Traçado da EFSPRG	50
Mapa 4: Área atingida pela UHE Itá, com destaque ao ponto de barramento da UHE Itá.....	73
Mapa 5: Distribuição dos sete reassentamentos da UHE Itá	125

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Valor atribuído à força de trabalho por gênero e idade	123
---	-----

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFORP – American & Foreign Power Company

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BFDW – Brot Fuer Die Welt (Pão Para o Mundo)

BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDA – Centro de Divulgação Ambiental

Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CFLIR – Cooperativa de Força e Luz Itaense de Representação

Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores

CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

CRI – Comissão para Relocação de Itá

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

ECSA – Engenharia Sócio-Ambiental Ltda.

EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul

EIHU – Estudo de Inventário Hidro Energético da Bacia do Rio Uruguai

Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S. A.

Eletrosul – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A.

ENERCAN – Campos Novos Energia S. A.

ESAU – Escola Sindical Alto Uruguai

ESMA – Escola Sindical Margarida Alves

FAPES – Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior

FBMAD – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e

Desenvolvimento

- Gerasul** – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A.
- GORI** – Grupo Operacional para Relocação de Itá
- GRs** – Grupos de Reflexão
- GT** – Grupo de Trabalho
- IACHR** – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- ICAR** – Igreja Católica Apostólica Romana
- IECLB** – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Itamaraty** – Ministério de Relações Exteriores
- Itasa** – Consórcio Itá Energética S. A.
- LIGHT** – Brazilian Traction Light & Power Company
- Luce & Rosa** – Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda.
- Lumber and Colonization** - Southern Brazil Lumber and Colonization
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MI** – Movimento Indígena
- MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas
- MME** – Ministério de Minas e Energia
- MST** – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego
- Mucap** – Movimento Unificado Contra a Privatização
- NAT** – Núcleo Amigos da Terra Brasil
- OEA** – Organização dos Estados Americanos
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento
- PNE** – Programa Nacional de Desestatização
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- SUC** – Sociedade União dos Colonizadores
- TAPA** – Teologia e Ação Pastoral
- Tractebel** – Tractebel Energia S. A.
- UHE** – Usina Hidrelétrica
- URI** – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1	
A CHEGADA DO PROGRESSO: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO ALTO URUGUAI – FINS DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX	24
1.1 Para que “uns” se territorializem os “outros” são desterritorializados	29
1.2 O empreendimento colonizatório no Alto Uruguai Sul-riograndense – primeira metade do século XX	35
1.3 O progresso e seus condutores no Alto Uruguai sul-riograndense: as colonizadoras	41
1.4 O Alto Uruguai Catarinense: os arautos do velho progresso	48
CAPÍTULO 2	
A NOVA ONDA DO PROGRESSO: A INSERÇÃO DA UHE ITÁ NO ALTO URUGUAI – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	62
2.1 Eletricidade como vetor de progresso: a regulação estatal do setor na década de 1960.....	63
2.2 A UHE Itá e a legislação ambiental	67
2.3 A UHE Itá, o progresso e o fatalismo ou o progresso como fatalidade	71
2.4 A privatização pelo progresso: a realização da UHE Itá por empresas consorciadas	79
CAPÍTULO 3	
O PROGRESSO, SEUS DEFENSORES E SEUS DELADORES – ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX	86
3.1 Os defensores do novo progresso	87

3.2 A ação dos mediadores na delação do progresso: a criação da CRAB	92
3.3 Instrumentalização pela fé: a atuação da ICAR no Alto Uruguai na década de 1980	98
3.4 Pressão e acordos: conquistas e contradições da CRAB	105
3.5 Os reassentamentos: conflitos ainda presentes	110
 CAPÍTULO 4	
DO PROGRESSO, A PARTE QUE CABE: O REASSENTAMENTO DE CAMPOS NOVOS-SC – FINS DO SÉCULO XX E INÍCIOS DO SÉCULO XXI...	117
4.1 A política dos reassentamentos	120
4.2 Características socioeconômicas e culturais dos atingidos reassentados	125
4.3 O reassentamento dos atingidos pela UHE Itá em Campos Novos-SC	137
4.4 “Esse povo do MST”	148
4.5 As lacunas do progresso	155
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
 REFERÊNCIAS	175
Jornais	184
Documentos expedidos por instituições	185
Legislação	187
Entrevistas	188

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No âmbito das discussões acadêmicas a noção de “progresso” desejável, contínuo, ininterrupto, “natural”, ordenado já não é encampado pela maioria dos historiadores e demais teóricos sociais e das humanidades. A crença de que os acontecimentos se processam no sentido mais lógico, promovendo avanços contínuos, aperfeiçoamento constantes, “progressivos”, não encontra mais muitos adeptos¹. Entretanto, isso não significa que a noção não seja utilizada para fins políticos, econômicos e mesmo sociais. O discurso de “levar o progresso” têm servido aos mais diferentes grupos para os mais variados projetos. Não temos uma definição precisa em forma de verbete de dicionário para o sentido do termo progresso, contudo, podemos afirmar, para início de discussão, tendo em vista a adesão que suscita sempre que é exaltado, que se trata de um “porvir”, de algo que ainda não atingimos, mas “que está à nossa espera”².

Várias são as faces desse suposto progresso “que vai chegar”, podendo ir desde a abertura de uma fronteira agrícola em uma região ainda “pouco povoada” e não integrada em completude ao mercado até uma grande obra de engenharia. Em ambos os casos altera-se sobremaneira as características físico-culturais de um determinado território. A chegada do progresso, no entanto, não se dá de modo tranquilo, calmo, imperceptível, mas, ao contrário, promove conflitos, representações, “impõe” mudanças: se o que está “não é progresso”, é preciso mudar para poder gozar dos benefícios desse.

O Alto Uruguai foi palco de pelo menos dois grandes surtos de “progresso”. Entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, recebeu milhares de famílias de colonos de origem³ vindos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul (RS)⁴, que, desterritorializando

¹ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 836.

² KAHN, H. *A Prosperidade está Próxima: uma nova era de progresso econômico, político e social*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

³ A denominação “colonos de origem” é utilizada para designar os grupos familiares descendentes de europeus que ocuparam o Alto Uruguai durante o processo de colonização. Trata-se de uma forma instituída pelo referente grupo para diferenciar-se dos habitantes locais: os caboclos, tidos como os “sem origem”.

⁴ Por “Colônias Velhas”, entendemos os núcleos de povoamento criados na primeira metade do século XIX,

os antigos moradores, desenvolveram na região uma cultura calcada na propriedade da terra, no trabalho sobre essa, na família e na comunidade. Já na segunda metade do século XX, se deu o processo de modernização da agricultura, de inserção de agroindústrias e de desenvolvimento de projetos hidrelétricos de grande porte na Bacia do Rio Uruguai. Em ambos os casos diversas famílias foram forçadas a promover deslocamentos coletivos. No primeiro, os desterritorializados foram os caboclos e indígenas, os quais já habitavam este território antes da entrada dos colonos que “traziam o progresso”. Já no segundo foram alguns destes antigos promotores que se tornaram o empecilho para o progresso regional, conduzido, neste caso, por outras mãos.

O objetivo deste trabalho é analisar de que modo essa segunda onda de progresso é interpretada pelos camponeses atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica Itá (UHE Itá), que viviam neste território desempenhando atividades como arrendatários, articularam-se em torno da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) e estão atualmente reassentados no município catarinense de Campos Novos. Faremos um esforço no sentido de compreender como esse grupo que vive no último (numa perspectiva cronológica) de 7 projetos de reassentamento para famílias camponesas ribeirinhas se articulou frente a este “progresso”, em que esfera compreendem que tomaram parte deste e, ao contrário, em quais acreditam-se prejudicados, quais eram suas perspectivas quanto ao novo espaço que viveriam e quais delas foram confirmadas nos 12 anos que se passaram desde a instalação (1998-2010). Enfim, buscar-se-á, de modo geral, analisar a experiência dos atingidos reassentados em Campos Novos-Santa Catarina (SC) no contexto da inserção deste “progresso” multifacetado entre o período que compreende a divulgação das obras da UHE Itá, em 1979, e a reterritorialização no reassentamento⁵.

A UHE Itá foi a primeira de uma série de projetos de aproveitamento do potencial hidrelétrico dos rios da Bacia do Uruguai. Instalada no rio que dá nome à bacia, transformou a configuração sócio-espacial não só dos territórios lindeiros, mas de toda a região próxima e das áreas para onde se deslocaram seus atingidos. Foi mote de conflitos entre instituições da sociedade civil, partidos políticos, habitantes das proximidades e das próprias áreas

principalmente nos Vales do Rio dos Sinos, Rio Taquarí e Rio Jacuí, com imigrantes originários, em grande parte, da Alemanha e os núcleos criados na segunda metade do século XIX na Serra Gaúcha, formada, em sua maioria, por italianos.

⁵ Em Campos Novos-SC, além do reassentamento dos atingidos pela UHE Itá, há, desde 2006, um reassentamento para as famílias deslocadas pela formação do lago da UHE Campos Novos: o Reassentamento Enercan ou, como é a denominação oficial, São Simão. O projeto tratado neste trabalho, instalado em 1998 e ocupado por famílias que viviam no Alto Uruguai até a década de 1990, é oficialmente denominado de Reassentamento de Campos Novos-SC, entretanto, é conhecido no município como Reassentamento Gerasul.

inundadas. Embora em alguns momentos se desenhou uma luta dos “pró-barragens” contra “os inimigos do progresso”, e o discurso atualmente defendido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é de negação aos projetos, não se trata de uma oposição simples. Os grupos envolvidos que apoiavam a obra, sobretudo os habitantes locais, tinham certa noção dos “preços que o progresso cobraria”, e, mesmo os grupos que chegaram a organizar-se radicalmente contra a usina – sobretudo os não-proprietários de terra –, viam nela uma possibilidade de “melhorar de vida”. Fica evidenciado que analisar a experiência dos atingidos pela barragem de Itá reassentados em Campos Novos-SC não é, se não quisermos ser desmedidamente parciais, tarefa fácil.

Além de ser o primeiro projeto no Rio Uruguai, a UHE Itá foi a primeira a ser divulgada após a abertura política promovida pela Lei da Anistia de 1979. Essa divulgação, que não fora oficial, neste contexto específico, possibilitou a articulação de grupos de oposição e a atuação destes na mediação e organização das famílias que viviam na área que foi inundada. A experiência dos atingidos do Alto Uruguai, em especial da UHE Itá, suas conquistas e frustrações, foi imprescindível para a formação do MAB, atualmente o principal movimento organizado que atua na mobilização de famílias que vivem em áreas visadas por projetos hidrelétricos.

Existem alguns estudos acadêmicos sobre os primeiros projetos – ou que os envolvam parcialmente – de reassentamento rural coletivos empreendidos pela Eletrosul para receber os famílias de atingidos pela UHE Itá: o de Marmeleiro-PR e o de Campo Erê-SC. Entretanto, não há ainda nenhuma análise sobre a experiência das famílias camponesas que se estabeleceram em Campos Novos-SC. Há significativas diferenças entre os primeiros projetos e este, sobretudo no que concerne à dinâmica de sua implantação. Enquanto nos primeiros programas a estatal organizou pesquisas com engenheiros agrônomos, demarcou a área e efetuou várias obras, no reassentamento de Campos Novos-SC a construtora (não mais estatal) adquiriu a área e, antes de realizar estudos com uma equipe técnica, a viu ser ocupada por membros de famílias que, com recursos do MAB, iniciaram as obras em forma de mutirão. Oito anos separam o reassentamento de Marmeleiro-PR e o de Campos Novos-SC, neste período, a privatização da construtora, a retomada das obras da UHE Itá e a experiência adquirida no movimento dos camponeses, fez com que a instalação do último projeto de reassentamento rural coletivo se desse de forma diferenciada, tanto no que concerne às perspectivas, quanto a efetivação dessas (ou de parte delas).

Desde 2007 o governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tem investido na construção de várias usinas hidrelétricas, levando o progresso para

vários pontos do país. A projeção do governo é a construção de cinquenta e quatro empreendimentos com início até 2014, cujo orçamento, conforme documento de 29 de março de 2010, gira em torno de R\$ 116 bilhões⁶. Em muitas destas obras as populações ribeirinhas se articularam em torno de movimentos sociais reclamando, em alguns casos, melhores condições de indenização, e, em outros, questionando e opondo-se à própria obra. Um dos empreendimentos do PAC chegou a ganhar repercussão internacional, levando ambientalistas, líderes políticos, artistas e movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente e a comunidades indígenas a declarar posições contrárias à sua construção: o projeto da UHE Belo Monte, no Rio Xingú, no Estado do Pará, em meio a Floresta Amazônica. É o progresso agora chegando à Amazônia.

A mobilização e as pressões dos referidos grupos fizeram com que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (IACHR) da Organização dos Estados Americanos (OEA) defendesse, em resolução, a suspensão das obras – ainda não iniciadas – da UHE Belo Monte, alegando que a mesma poria em risco a preservação das culturas indígenas locais⁷. O preço a ser pago pelo progresso foi considerado demasiado alto. O Ministério de Relações Exteriores (Itamaraty) reagiu em nota à imprensa afirmando que a resolução da OEA possui apenas caráter consultivo e que o projeto está em acordo com a Constituição da República, visto que foram realizados todos os estudos para minimizar os impactos às populações locais que, no fundo, também seriam beneficiadas (parte do princípio que se o país cresce, todos ganham)⁸. De modo semelhante, agora sobre possíveis 62 hidrelétricas nos rios do Pantanal, o Ministério de Minas e Energia (MME), declarou que “não podemos abrir mão de nenhum recurso energético, pois isso poria em risco o desenvolvimento do país”⁹. O discurso do progresso como fim (não como meio) é encampado por órgãos de Estado, empresas privadas e pela sociedade de modo geral.

Poderíamos salientar vários outros exemplos de problemas envolvendo a construção de barramentos em rios para o aproveitamento hidrelétrico, entretanto acreditamos desnecessário trazer ao texto mais dados para atestar a pertinência desta pesquisa que versa

⁶ PAC 2; COMITÊ GESTOR DO PAC. *Relatório do Programa de Aceleração do Crescimento 2*. Volume V. 29 de março de 2010. Disponível em www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-5 acesso em 13/04/2011.

⁷ IACHR. *PM 382/10: Indigenous Communities of the Xingu River Basin, Pará, Brazil*. 01/04/2011. Disponível em www.cidh.org/medidas/2011.eng.htm acesso em 13/04/2011.

⁸ ITAMARATY. *Nota nº 142: Solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA*. 05 de abril de 2011. Disponível em www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/solicitacao-da-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-cidh-da-oea acesso em 13/04/2011.

⁹ *apud* JORNAL NACIONAL. *Custo Ambiental de hidrelétricas no Pantanal não compensa os benefícios, diz engenheiro*. 22/04/2011. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/04/custo-ambiental-de-hidreletricas-no-pantanal-nao-compensa-os-beneficios-diz-engenheiro.html> acesso em 26/07/2011.

sobre as relações dos atingidos¹⁰ pela primeira barragem empreendida no Rio Uruguai, a qual deu origem à UHE Itá. Para darmos conta dessa proposta acreditamos ser necessário um esforço para compreender os elementos constituidores de sua cultura no Alto Uruguai – área de origem, onde estavam territorializados –, seu “ethos” e sua identidade. Consideramos também importante analisar o processo de inserção da própria usina na região, o impacto causado por sua divulgação, os grupos que se levantaram em sua defesa ou negação e a atuação de alguns órgão públicos, representantes do Estado, nesse cenário. Assim como de que modo esses elementos convergiram para a organização coletiva em torno de um movimento de resistência/pressão e em que medida influenciaram na opção por reassentamento – visto a existência de outras possibilidades de indenização que eram, inclusive, defendidas pela construtora.

No decurso do trabalho utilizaremos algumas categorias não muito usuais nas pesquisas em história, entretanto acreditamos, tendo em vista a ênfase dada no regional e o objeto definido, serem imprescindíveis. São conceitos que possuem ampla literatura, sobretudo em estudos de geografia humana, das quais buscamos algumas referências clássicas para nortear o desenvolvimento e a análise. Faremos uso das categorias lugar, espaço e território (envolvendo a tríade territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Enfatizaremos, sobretudo, a oposição espaço e lugar/território.

Embora normalmente utilizamos as categorias espaço e lugar como sinônimos, elas possuem diferenças conceituais significativas. Para Tuan, enquanto o lugar representa a segurança, a estabilidade, o espaço representa a liberdade, o movimento. A partir do momento que atribuímos valor ao espaço e com ele nos identificamos, este se torna um lugar.

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.¹¹

O lugar, sendo pausa, é onde é possível a reflexão, o auto-entendimento, a

¹⁰ Por “atingidos por barragens” compreendemos os indivíduos e famílias que, com a formação de lago para aproveitamento hidrelétrico, tenha sofrido perda da propriedade ou da posse de imóvel e ruptura de vínculos socioeconômicos e culturais com o afastamento geográfico. Entretanto não é um conceito estanque, sendo que, em muitos casos, não possui, necessariamente, conotação negativa.

¹¹ TUAN, Y. *Espaço e Lugar: a perspectiva de experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 6.

identificação, o refugiar-se do incessante movimento do mercado, atuante – e dominante – no espaço. Sendo pausa, refúgio, reflexão, é resistência, onde se preserva, se espelha o passado¹². O lugar só tem origem na relação diacrônica com o espaço, com as demandas sociais, com o mercado. Nesta perspectiva, a noção de lugar, em muito, se aproxima da de território e região, e, da mesma forma, precisa ser compreendido na sua relação com o mundo – com o espaço –, pois, isolado perde seu significado¹³. É demasiado importante conhecer a realidade endógena do lugar – da região, do território – mas mantendo sua ligação com outros lugares e com o sistema-mundo. É o lugar que atribui o sentido de realidade histórica, integrando os objetos, significando-os num processo contínuo – mas não linear – de valoração. Condicionado pela dinâmica do espaço – e em um determinado período de tempo – o lugar se preserva transformando-se conforme as necessidades, embora mantendo a aparência do imutável, permanente. Essa maleabilidade é imprescindível para que possa efetivamente existir sem sucumbir ao movimento incessante do espaço. O lugar se reinventa na mesma medida em que o espaço se impõe.

A perspectiva de territorialidade aqui tratada tem como base o conceito de território enquanto um determinado espaço de sociabilidades historicamente constituído e que, portanto, está vinculado a seus agentes por questões intersubjetivas, pela afetividade. A formação de um território, conforme expõe Andrade, dá aos indivíduos que o habitam a consciência de sua participação, de seu envolvimento, de seu pertencimento. O sentimento de territorialidade não se forma apenas da relação do indivíduo com o espaço – transmutado em território –, mas da consciência de confraternização entre os habitantes. É essa consciência coletiva que o torna território¹⁴.

A territorialidade refere-se ao conjunto de práticas materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e o sentimento de pertencimento, de identidade. Não se trata de apropriação no sentido de propriedade – embora muitas vezes o seja também –, mas, sim, no sentido de posse – enquanto um possuir –, assumindo uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas que distinguem grupos sociais, étnicos, religiosos, etc. Embora a identidade – assim como a territorialidade – permita processos de individuação, ela, em si, é um constante fazer coletivo e voluntário.

¹² SANTOS, M. *O Retorno do Território*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 19.

¹³ RECKZIEGEL, A. L. S. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *Revista História: Debates e Tendências*. Passo Fundo-RS, v. 1, n. 1, junho de 1999. p. 19.

¹⁴ ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). *Território...* p. 214.

A territorialidade e a identidade estão intimamente ligadas à experiência individual, mas só existem com bases nos quadros sociais que uma dada conjuntura possibilita. Concluimos então que ambas possuem tanto uma dimensão territorial e temporal. Essa dinâmica adquire sentido no devir social e, portanto, não é estática, mas relacionada a uma temporalidade específica. Reconhecemos, então, a necessidade de realizar uma abordagem conjunta e indissociável entre as dimensões espacial/geográfica e temporal/histórica do objeto estudado. É nessa inter-relação que as sociedades, os grupos humanos, constituem seu simbolismo¹⁵.

No caso de deslocamentos coletivos – como ocorre quando da inundação de grandes áreas por empreendimentos hidrelétricos –, quando não coube ao grupo decidir entre permanecer ou sair, este vínculo afetivo com o espaço – e sobretudo com as pessoas que vivem nele –, a consciência do pertencimento ao mesmo, de territorialidade, inexistente ou se estabelece de forma muito lenta. Fazer do novo espaço um território, um lugar, demanda tempo. Reconhecer-se como membro de um grupo maior – o dos habitantes de determinada região – compartilhar de suas expressões, vocabulário, sotaque, enfim, de seus símbolos, é um processo lento de identificação, auto e sócio-reconhecimento.

Para o desenvolvimento desta pesquisa fizemos uso de diversas matrizes de fontes. Acreditamos que um tema tão amplo, cujas implicações expandem os domínios da disciplina histórica, como é o caso dos impactos de uma obra hidrelétrica em uma sociedade e as representações desenvolvidas por seus membros, a forma como se relacionam com o antigo e com o novo tempo e lugar, necessita de uma variedade de tipologias de documentos capazes, no seu conjunto, de compreender sua dimensão.

Utilizaremos, nesta perspectiva, a legislação ambiental vigente no período em questão – assim como algumas de suas modificações – como fontes, na medida em que percebemos sua influência na ação do Setor Elétrico (órgãos de Estado, construtoras, empresas de consultoria, etc.) no que concerne à UHE Itá. Jornais de circulação local também foram importantes para apreender os conflitos de interesse que se desenhavam na região. No tocante às leis definidoras das regras para exploração de recursos hídricos e manejo de seus impactos socioambientais é importante ter presente os grupos de interesses que pressionavam o Estado e os partidos políticos pela flexibilização/endurecimento das normas. Já nas

¹⁵ Compreendemos por *símbolo* todo objeto, material ou imaterial, que serve tanto para exprimir certas demandas por significados como também constitui tal expressão na medida em que oferece os materiais significantes com que se veiculam as significações visadas pelos interesses de diversos grupos sociais. MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. LXI.

publicações da imprensa local – e, embora em poucos casos em nosso estudo, nacional – é imprescindível analisar os interesses privados vinculados a uma – ou várias – visão de progresso¹⁶.

Tiveram também grande importância os documentos publicados pela Eletrosul, pela Gerasul, pelo Consórcio Itá, pela CRAB, pelo MAB e pela Diocese de Chapecó-SC. Estas publicações chegam a apresentar, em alguns momentos, caráter panfletário, visto serem emitidos pelos grupos diretamente envolvidos. Entretanto, trazem elementos importantes que direcionaram o processo em seu moroso percurso (mais de duas décadas), além de portarem interpretações valiosas que apontam que o caráter conflitivo – sobre quem detém a verdade – permanece vivo hodiernamente.

Por fim, faremos usos também das memórias de atingidos reassentados em Campos Novos-SC. Por meio de entrevistas semiestruturadas e flexíveis obtivemos pertinentes informações e interpretações sobre o processo de inserção da UHE Itá no Alto Uruguai. Através dessas pudemos também perceber os vínculos perdidos – mas também alguns mantidos, ao menos em um passado idealizado – com o antigo lugar e as relações socioculturais estabelecidas no novo espaço. Enfim, de que modo se sentem hoje, 12 anos após a instalação no reassentamento, “tocados pelo progresso”.

O recurso da oralidade permite que outras histórias, diferentes, e não raro divergentes, da oficial, conquistem espaço e respaldo. Através desse recurso, acreditamos poder encontrar elementos importantes que os documentos escritos não podem – por sua “natureza” – apresentar, como a dinâmica da vivência comunitária, o cotidiano, a mentalidade, as permanências, as rupturas, as relações com o espaço – ou com o território – (não só econômicas, mas socioafetivas, enfim, com “o que o lugar significa”), etc.¹⁷.

É evidente que essa abordagem possibilita maior democratização da/na história, pois grupos que até então eram esquecidos, negligenciados, ora por possuírem uma cultura oral e, portanto, não deixarem muitos – ou quase nenhum – documento escrito, ora por suas perspectivas não serem interessantes para as elites econômicas e políticas donas da história¹⁸. Para Motta, as fontes orais podem contribuir para preencher as lacunas deixadas pelos

¹⁶ ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n° 4, junho de 1985. p. 89.

¹⁷ NEVES, M. História e memória. In: MATTOS, I. R. (org). *Ler e Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998. p. 218.

¹⁸ TEDESCO, J. C. *Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004. p. 106.

documentos escritos, mesmo quando se trate da história das elites¹⁹. Entretanto o discurso testemunhal não deve ser tomado como uma verdade inquestionável, mas como “um ponto de vista sobre o real”²⁰, devendo, portanto ser analisado, passar por uma crítica²¹. Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir com imagens de hoje, as experiências do passado²². É um intercâmbio entre as emoções do ontem ressignificadas pelas emoções do hoje²³.

Para esta pesquisa realizamos 9 entrevistas com reassentados que residem atualmente em Campos Novos-SC, sendo 6 destas com homens e 3 com mulheres. Inicialmente tínhamos autorização destes para usar os nomes originais em todas as citações e momentos que entendêssemos como necessários. Entretanto, pudemos perceber certo desconforto dos mesmos quanto a possibilidade de “distorção” do que fora dito, visto que desde as primeiras conversas deixamos claro que não iríamos simplesmente apresentar os depoimentos como verdades, mas, ao contrário, realizaríamos interpretações. Embora a história em muito se aproxime da memória, não são a mesma coisa. Albuquerque Júnior salienta que a história viola a memória, aplicando a esta as suas regras²⁴. No último encontro que tivemos com os reassentados, em junho de 2011, os mesmos pediram para usar apenas as suas iniciais ou, então, omitir seus nomes, usando com liberdade seus relatos.

Os entrevistados reclamaram que com certa regularidade são visitados por pessoas, jornalistas, “entrevistadores”, etc., que a pedido da Tractebel – empresa atualmente responsável pela UHE Itá – realizam “pesquisas” com os moradores para saber o que precisam, de que modo a empresa pode contribuir, do que estão sentindo falta, etc. Afirmam que não recebem retorno de suas falas ou que, quando isso ocorre, não reconhecem os depoimentos, afirmam que “não queriam dizer aquilo”, que as frases foram montadas, entre outras coisas. Como nosso objetivo não é utilizar os resultados das entrevistas como fontes puras, mas analisá-las – não “distorcê-las” –, consideramos melhor omitir seus nomes reais, atribuindo-lhes nomes fantasia (Antônio, Fátima, Joana, João, Jorge, José, Maria, Paulo e Pedro). Na memória, fica o que significa, mas para se fazer história, é preciso significar o que fica.

Dos nossos 9 entrevistados, 6 têm mais de 60 anos, já são avós e moram com pelo

¹⁹ MOTTA, M. S. da. *Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995. p. 3.

²⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 200.

²¹ ALBERTI, V. *História Oral na Alemanha: semelhanças e diferenças na constituição de um mesmo campo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. p. 5.

²² BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

²³ DELGADO, L. de A. N. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 18.

²⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História...* p. 206.

menos um dos filhos, os outros 3, com faixa etária entre 40 e 50 anos, vivem com os cônjuges e têm pelo menos dois filhos (uma já é avó). Todos são alfabetizados, porém a escolaridade varia sobremaneira. Todos os participantes da pesquisa com mais de 60 anos frequentaram um ou dois anos de escola, não chegando, portanto, a concluir o “primário”. Já dos 3 que se encontram na faixa entre 40 e 50 anos, 2 concluíram o “ginásial” (8ª série) e 1 cursou o primário completo. Todos os casais já estavam formados no Alto Uruguai e deslocaram-se para o reassentamento de Campos Novos-SC em 1998. Todos os nossos entrevistados mantêm-se em atividades agrícolas e de criação de animais. Na maioria dos casos as entrevistas foram realizadas nas residências, com a utilização de fotografias quando o depoente considerasse necessário. Em um caso (“Jorge”), a entrevista ocorreu enquanto caminhávamos pelo seu lote, que foi ampliando no decurso desses 12 anos. Somente utilizamos para este trabalho as conversas que foram gravadas, entretanto, tivemos também momentos informais, com mais de um reassentado, tomando chimarrão, provando um doce, etc. Nestes momentos em que não gravávamos, muitos elementos surgiram que “iluminaram” a elaboração das perguntas para os momentos que realizamos as gravações.

Tendo em mente a dinâmica da construção do discurso histórico, da memória e do território de vivências, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos que compreendem o processo de ocupação colonial e gestação de uma cultura camponesa associativista e comunitária no Alto Uruguai, a inserção nesta região de uma grande obra de aproveitamento hidrelétrico que, ao novamente levar o progresso ao Alto Uruguai, atingiu muitas comunidades rurais locais, a articulação dos atingidos em torno de um movimento camponês mediado por instituições da sociedade civil e a experiência do deslocamento das famílias campesinas que se estabeleceram no reassentamento de Campos Novos-SC.

No primeiro capítulo buscaremos analisar o processo de constituição das comunidades do Alto Uruguai, os grupos étnico-religiosos envolvidos nessa dinâmica territorial, a atuação de empresas privadas de colonização e dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Embasaremos esta parte da pesquisa em bibliografias clássicas e recentes sobre a colonização do norte sul-riograndense e do oeste catarinense. Buscamos compreender as relações entre os envolvidos através da dicotomia progresso/atraso, onde os colonos, advindos das colônias velhas do Estado extremo sulino correspondiam ao avanço enquanto o trabalhador nacional. O caboclo – tal qual o indígena – simbolizavam a estagnação. Abordaremos, também, de que modo esta auto e alter-percepção contribuiu para a formação de um “ethos”, de uma cultura camponesa diferenciada no Alto Uruguai, a qual teve grande influência no modo como a população reagiu à notícia da construção do barramento que

originou à UHE Itá.

No segundo capítulo analisaremos o processo de inserção da UHE Itá na conjuntura nacional e regional sob a ótica da “chegada do progresso”. Abordaremos também o processo de construção da usina, da nova sede urbana de Itá-SC, assim como os discursos legitimadores das mesmas. Buscaremos compreender de que modo o Setor Elétrico se articulou na região – através da propaganda – e no país – dado as mudanças na legislação – durante o moroso processo de construção da UHE Itá, o qual, tendo em conta o anúncio das obras e o início das operações, ultrapassou duas décadas.

No terceiro capítulo analisaremos alguns aspectos do conflito de discursos que se estabeleceu no Alto Uruguai durante as décadas de 1980 e 1990. Dedicaremos atenção aos “apologistas” da obra, entretanto, maior destaque será dado às reações contrárias ao projeto, dado o fato de ter sido nesta região que primeiro se desenvolveu um movimento organizado de resistência/pressão a um empreendimento hidrelétrico no pós-Lei da Anistia. Estas reações foram articuladas em torno de instituições religiosas, de ensino, sindicatos rurais e do próprio movimento dos camponeses atingidos. Trataremos, também, dos enfrentamentos e dos acordos estabelecidos entre os representantes das empresas responsáveis pela UHE Itá e os atingidos mobilizados.

No quarto capítulo buscaremos compreender como foram elaborados os projetos de reassentamento rurais coletivos pelas empresas responsáveis e pela CRAB (depois MAB/Sul), em especial do reassentamento de Campos Novos-SC, o último dos 7 projetos implementados como forma de indenização aos camponeses ribeirinhos atingidos pelo reservatório da UHE Itá. Analisaremos, também, as características socioculturais dos atingidos reassentados, de que modo estas influenciaram a opção pelo reassentamento e em que momentos se manifestaram durante a construção do projeto. Por fim, buscaremos analisar como os camponeses que optaram pelo projeto de reassentamento rural coletivo em Campos Novos-SC – e que residem nele atualmente – percebem-se neste processo de deslocamento coletivo. De que modo se deu a inserção no novo espaço e que vínculos mantêm com o antigo território. Enfim, qual foi o impacto da UHE Itá em suas vidas e em que dimensões sentem-se beneficiados e/ou prejudicados pelo “progresso” gerado pela implantação da usina no Alto Uruguai.

CAPÍTULO 1

A CHEGADA DO PROGRESSO: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO ALTO URUGUAI – FINS DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

O imponente Uruguai que com seu curso serpenteado não se deixa vencer pelos acidentes naturais de seu caminho – e não são poucos! – forma-se pela junção dos rios Canoas e Pelotas, entre os municípios de Celso Ramos-SC, Campos Novos-SC e Barracão-RS, na divisa entre os estados do RS e SC. Apresenta uma direção geral leste-oeste, até receber, pela margem direita, o rio Peperi-Guaçú, quando começa a infletir para sudoeste, servindo de fronteira entre o Brasil e a Argentina, até receber, pela margem esquerda, o rio Quaraí, que atua como fronteira entre o Brasil e o Uruguai. A partir da desembocadura do Quaraí (Barra do Quaraí), o Uruguai segue para o sul até a localidade de Nueva Palmira, na República Oriental do Uruguai, quase defronte a Buenos Aires, capital da República Argentina, onde lança suas águas no Estuário do Prata. Seu percurso total é de 1.770Km. Da junção de seus formadores até a foz do Quaraí perfaz 1.262Km. Os restantes 508Km correm entre terras uruguaias e argentinas²⁵. Muito mais que um divisor, o Uruguai possibilita a união entre estes países.

A maior parte do leito do Rio Uruguai se constitui como marco geográfico de delimitação de fronteiras – primeiro entre Brasil e Argentina e, à jusante, desta com o Uruguai –, entretanto, a área mais próxima do início do seu curso – a junção dos rios Canoas e Pelotas – corre em terras brasileiras, ficando na sua margem direita SC e, na esquerda, o RS. Essa região denominamos Alto Uruguai. Importante salientar que trata-se de uma delimitação nossa, devido aos objetivos deste trabalho e, portanto, é possível encontrar outros autores que definem o Alto Uruguai tendo outros marcos ou conforme delimitam politicamente os estados supracitados. A ilustração a seguir apresenta o curso do Rio Uruguai, com ênfase em sua trajetória em território nacional.

²⁵ ANEEL. *Bacia do Rio Uruguai*. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=111 acesso em 17/03/2010.

Mapa 1: Percurso Nacional do Rio Uruguai



Fonte: TRANSPORTES. *Ilustrações do Rio Uruguai*. Disponível em www2.transportes.gov.br/bit/hidrovias/Figuras/I-uruguai.htm acesso em 27/05/2010. (adaptado)

As águas do Uruguai, neste perímetro, não são navegáveis, exceto quando ocorrem cheias, entretanto estas são demasiado irregulares. Aí o rio não possui leito, mas, sim, calha, corredeiras e barrancas. Desce, em média, meio metro por quilômetro percorrido, o que impossibilita, mesmo durante as cheias, a navegação rio acima²⁶. É neste espaço que se insere a Usina Hidrelétrica de Itá (UHE Itá) e seu respectivo lago com 142Km² de área. O lago do reservatório abrange 11 municípios, sendo eles Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba em SC, e Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no RS²⁷. Para além destes municípios, a construção da UHE Itá atingiu aproximadamente 4 mil famílias de pequenos agricultores que, como proprietários, posseiros ou arrendatários, desenvolviam suas atividades econômicas, políticas, sociais e culturais nesta região, nas barrancas do Uruguai²⁸.

A UHE Itá, obra que deu início à série de construção de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, está localizada na divisa entre os estados anteriormente citados, mais especificamente entre os municípios de Aratiba-RS e Itá-SC. A região – onde se localiza a

²⁶ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá: memória de uma usina*. Itá, SC: Takano, 2000. p. 23.

²⁷ CONSÓRCIO ITÁ. *Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e seu Entorno*. Disponível em: http://www.consorcioita.com.br/pdf/plano_diretor_ita.pdf acesso em 24 de março de 2009. p. 13.

²⁸ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai – 1979-1991*. São Paulo: PUC, 1991. (Dissertação de Mestrado em História).

usina (casa de força, barragem e comportas) – é também conhecida como Volta do Uv, devido à acentuada curva no curso do Uruguai, o que, aliás, é uma das características deste rio. A obra definitiva constitui-se de barragem de enrocamento com face de concreto de 125m de altura e 800m de comprimento, além de trs diques auxiliares com alturas variando entre 22m e 29m e comprimento entre 410m e 510m²⁹. A geração máxima da UHE Itá  de 1450MW e, é importante lembrarmos que embora o nome da usina remeta à cidade catarinense, a casa de força – onde as turbinas transformam a força da queda d'água em energia elétrica – está localizada no município de Aratiba-RS³⁰. A imagem a seguir é uma fotografia de satélite obtida pelo Google Earth e nos d uma noção do traçado do lago. A seta à esquerda, indica a Volta do Uv, a casa de força e a barragem. Já a seta central indica o fim do lago, no município de Marcelino Ramos-RS. Para fins de localização mantemos a referência aos municípios maiores mais próximos: Chapecó e Concórdia, em SC e Erechim, no RS.

Imagem 1: Fotografia de satélite da região de abrangência da UHE Itá



Fonte: GOOGLE EARTH, Longitude: 5207'36.38"O, Latitude: 2724'38.99"S, altitude aproximada da fotografia: 147.89Km (adaptado)

Além de nos permitir uma noção da extensão do lago – que atinge áreas de onze

²⁹ Barragens de enrocamento são constituídas de estruturas de concreto armado e rochas extraídas das próprias escavações para a construção da barragem, com laje de concreto na face que desempenha a função de represar o rio, ou seja, aquela que entra em contato direto com a água, o que auxlia na impermeabilização. CONSÓRCIO IT. *It...* p. 110.; LORIGGIO, D.; SENEM, P. Análise Crítica dos Critérios de Projeto da Laje de Concreto em Barragens de Enrocamento com Face de Concreto. *Anais do II Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica*. 2003. p. 255-6. Disponível em <http://citenel.aneel.gov.br/historico/IIcitenel/Anais%20do%20II%20Citenel%20-%20VOLUME%20I/Geracao.pdf> acesso em 24/03/2009.

³⁰ CONSÓRCIO IT. *Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá...* p. 12.

municípios – a imagem nos possibilita confirmar o que anteriormente frisamos: o caráter sinuoso do curso do Rio Uruguai. De forma geral podemos afirmar que este rio une – não separa – os Estados que o margeiam, visto que os acentuados vales, em períodos iniciais da colonização, facilitavam o contato entre os habitantes das duas margens, além de ter sido o próprio rio o meio de transporte para uma das primeiras atividades econômicas da região: a extração de madeira – principalmente araucária – e sua posterior comercialização em San Thomé, na Argentina e em São Borja-RS. Destacamos também, pela imagem disposta, no canto direito o início do lago da UHE Machadinho, segunda obra da série proposta pelo Projeto Uruguai (sobre o qual trataremos no segundo capítulo) .

Para fins deste trabalho, buscaremos privilegiar dados e processos concernentes a este espaço específico, ou seja, a região onde está inserida a UHE Itá e seu lago. Todavia, devido às características do processo de colonização, em muitos casos citaremos regiões próximas como exemplos, pois também compreendem o complexo do Alto Uruguai embora não sejam objetos específicos deste estudo. Além disso, é importante enfatizar que, embora frutos de um mesmo contexto e com muitas semelhanças, o processo de ocupação das partes sul-riograndense e catarinense foi impulsionado por motivos diversos e nem sempre concomitantes.

As preocupações que motivaram o estado do RS a promover a ampliação da fronteira agrícola e a inserção do Alto Uruguai no mercado capitalista que tornava-se, então, hegemônico giravam em torno da questão da mão-de-obra, e, por tal motivo, buscavam evitar que camponeses nacionais pobres migrassem do sul do estado para regiões onde a terra ainda estava fora dos interesses do mercado, mantendo, desta forma, a estrutura agrária calcada no latifúndio. O alto grau de exploração a que eram submetidos nas estâncias fazia com que muitos trabalhadores nacionais pobres evadissem para áreas de mata, onde poderiam desenvolver uma economia de subsistência com acentuada autonomia e livre das pressões dos latifundiários-estancieiros³¹. Entendia-se que o camponês sem posses (caboclo, gaúcho, nacional, etc.) não tendo acesso livre a terra, era obrigado a trabalhar para os grandes estancieiros³². Com tal perspectiva, o estado extremo-sulino desenvolveu políticas que facilitavam a criação de núcleos de povoamento constituídos por imigrantes ou descendentes de europeus – lembramos, neste ínterim, a perspectiva vigente, e praticamente inquestionável nos círculos elitistas nacionais, da superioridade da “raça” branca sobre as demais. A elite

³¹ BERNARDES, N. *Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 1997.

³² ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002. p. 174.

catarinense, por sua vez, estava preocupada com as pretensões argentinas de colonizar e, conseqüentemente, tomar para si a posse da região³³.

Conforme ressaltamos, os objetivos e métodos sul-riograndenses e catarinenses no que concernia ao processo de colonização foram diferentes – além de que o próprio período não foi coincidente, tendo no Alto Uruguai sul-riograndense iniciado em fins do século XIX, e no catarinense no início do século XX. Desse modo, e por razões de ordenamento textual, trataremos dos dois processos separadamente – embora, em alguns momentos faz-se importante alguma relação.

Num primeiro momento abordaremos como o discurso do “progresso”, da civilização e do desenvolvimento fez dos grupos humanos que habitavam o Alto Uruguai antes do processo colonizatório os seus primeiros “inimigos” ou “obstáculos”. Destacaremos o conflito que se estabeleceu, no domínio do imaginário – mas, infelizmente, não só –, entre colonos e caboclos. Conflito este que em muito contribuiu para a o reforço – ou mesmo a criação – de um sentimento de identidade de “colono”, o qual recebeu uma dose extra de valoração diante da figura do “outro”. Na sequência trataremos da inserção dos “camponeses ideais” nessa região, os quais tinham como suporte o estado (poder político), as empresas colonizadoras (poder econômico) e um ideário que os colocava, naquele momento, como os “propulsores do progresso”, em oposição ao grupo já instalado. Para facilitar o entendimento trataremos primeiro da ação do estado sul-riograndense na formação de colônias oficiais, em especial a de Erechim, e, depois, da atuação das empresas colonizadoras – sobretudo a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda. (Luce & Rosa) – no Alto Uruguai, tanto no do RS quanto no de SC.

Acreditamos ser importante a realização desta análise, pois as comunidades que se instalaram nas margens do Rio Uruguai, e que foram impelidas a se deslocar para outros espaços devido à construção da Barragem de Itá, carregam consigo muito do processo desbravador e civilizador de construção sócio-histórica do Alto Uruguai, entendido por estes grupos não como um espaço para a realização das atividades econômicas essenciais – embora indubitavelmente o seja também –, mas como um lugar de vivências, de memórias, de sua história e a de seus antepassados que, pelo suor do trabalho, transformaram esta região.

³³ HEINSFELD, A. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC*. Joaçaba, SC: UNOESC, 1996.; CEOM. *A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó, SC: Argos, 2005.

1.1 Para que “uns” se territorializem os “outros” são desterritorializados

A construção do território regional não é um processo harmônico, unilateral, e, tampouco, está isento de conflitos. A expansão do território vivido pelos colonos ocasionou a desterritorialização dos antigos habitantes. As representações desenvolvidas sobre estes são importantes para compreendermos a constituição histórica desta região, visto que o sentimento de identidade só ganha corpo – e só se justifica – diante da existência do “outro”³⁴. Por mais que os órgãos oficiais difundissem a ideia de que a região do Alto Uruguai era um deserto humano e que, devido à isso e à segurança do Brasil, era preciso povoar este sertão introduzindo pequenos produtores agrícolas que além de garantirem à nação – e mais especificamente aos estados sulinos – a posse dessas terras, às civilizariam, devemos ter claro que outros grupos humanos já às habitavam, desenvolvendo sua produção, sua economia e, principalmente, seu modo de vida. Destacamos, entre esses grupos, os indígenas e caboclos. Os primeiros foram, desde o início da colonização do Brasil, repelidos para o imenso interior do território, sendo obrigados a viver em um espaço cada vez mais diminuto e insuficiente, visto que seu modelo de produção – com um grande tempo de pousio do solo – demandava grandes extensões de terra. Já os segundos, com seu modo de vida que intermitava entre o do indígena e o do colono, estiveram mais exposto aos ásperos contatos com os colonos “de origem”.

Conforme salienta Kujawa, inicialmente o termo caboclo designava o indígena e, posteriormente, foi estendido aos brancos que, por habitar nos sertões, praticavam a caça como alternativa de subsistência conjuntamente com a agricultura e tinha sua pele queimada pelo sol³⁵. Caboclo passou de uma categoria étnica para uma categoria sociológica, embora a conotação étnica – a miscigenação entre diversas matrizes – seja latente no que concerne às disputas por ocupação de espaços frente a grupos de colonos.

A população cabocla, de acordo com Renk, habitava a região desde meados do século XIX com base no sistema de posses³⁶. Desenvolviam agricultura e pecuária de pequena escala, nas terras de plantar e nas terras de criar, respectivamente. Praticavam também a

³⁴ ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e Os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.; HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

³⁵ KUJAWA, H. A. *Cultura e Religiosidade Cabocla: o movimento dos monges barbudos do Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo, RS: UPF, 2004. p. 101.

³⁶ RENK, A. A. As Representações da Colonização no Oeste Catarinense, a partir dos Brasileiros. *Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina – CEOM*. n. 7, ano 5. Chapecó: FUNDESTE, abr. 1991. p. 7.

extração da erva-mate, atividade que até os dias hodiernos é considerada “coisa de caboclo”³⁷. Com o processo de colonização, de forma mais efetiva a partir da década de 1930, foram expulsos de suas terras e tiveram seu modo de vida desestruturado.

A questão do trabalhador nacional, sua incorporação no mercado de trabalho e sua valorização enquanto agente do processo de desenvolvimento da agricultura em regiões distantes do Brasil já era objeto de acalorados debates desde os tempos do Império, sendo que importantes políticos brasileiros defendiam sua incorporação no sistema produtivo através, até mesmo, de uma reforma agrária. Zarth menciona o exemplo de José Bonifácio de Andrada e Silva (o Patriarca da Independência) que, crítico da concentração fundiária, afirmava que o latifúndio impedia o desenvolvimento amplo da agricultura. Nesse contexto, chegou a propor um limite de 1089 ha para as posses e a distribuição das terras excedentes entre trabalhadores nacionais³⁸.

Devemos ter em conta que o político José Bonifácio não tinha em mente apenas o desenvolvimento da agricultura, mas, também, se preocupava com as deficiências produtivas brasileiras no que concernia ao abastecimento de víveres no mercado interno, visto que o latifúndio, em sua essência, estava – está – voltado para a exportação. Outra preocupação se dava no tocante aos “vazios demográficos” comuns às áreas de monocultura extensiva. Sobre esta questão, Zarth infere que “somente a redistribuição de terras faria com que se incrementasse a produção, ao mesmo tempo em que espaços vazios seriam preenchidos.”³⁹

Entretanto, ao que nos parece, as afirmações de Bonifácio – e de demais políticos liberais do século XIX que comungavam com essas ideias – não fizeram eco nas práticas políticas nacionais e, nem mesmo nos trabalhos de teóricos liberais posteriores que, a exemplo de Waibel e Roche, criticavam o latifúndio, mas não percebiam nos indígenas, caboclos, caipiras – em suma, trabalhadores livres nacionais – os elementos propiciadores do desenvolvimento agrícola do país. Para estes autores, tais grupos representavam o atraso, um resquício de um sistema político-produtivo falido e que, portanto, para se atingir o tão almejado progresso, precisavam ser convertidos em colonos ideais, expulsos para áreas mais distantes ou, ainda, extintos. Waibel chega a afirmar que, além de não possuírem uma desenvolvida espiritualidade, os nacionais “vegetam numa vida inútil”⁴⁰.

Podemos acrescentar as palavras do viajante Smith – os relatos publicados por viajantes constituíam-se numa das mais importantes fontes de informação e, principalmente,

³⁷ RENK, A. A.. *As Representações...* p. 8

³⁸ ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno...* p. 47-8.

³⁹ ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno...* p. 48.

⁴⁰ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 304.

formadoras de opinião do Brasil do período – no que concerne à visão comum sobre esses grupos humanos:

Há uma classe como esta em todos os países, extrato inferior da civilização mais aparente talvez na América do Sul, porque é fácil viver nestas plagas ubertosas, e porque as raças mestiças, tão comuns aqui, herdaram os hábitos inertes e descuidados de seus antepassados índios e áfricos; apenas alguns tem a ambição de erguer-se da vida animal. Aumentam as listas da população, mas, para o estado são verdadeiro zero, não fazem bem nem mal; quase nada trazem ao mercado e ainda menos levam para casa; vivem no Deus dará, satisfeitos quando tem provisão para um dia e palhoça que os abrigue. Hão de desaparecer em grande parte, a medida que da terra forem se apossando gentes mais industriosas, hão de submergir-se e morrer diante da onda de imigração europeia. Pois que morram! É o único serviço que podem prestar ao país, e a lei inexorável do progresso determinou sua extinção.⁴¹

Para o autor do texto, era o fator biológico o determinante da carência e isolamento deste camponês, pois, sendo fruto da miscigenação de indígenas e negros teria desenvolvido hábitos que socioeconomicamente os excluía da vida civilizada. Podemos inclusive inferir que, os poucos que tinham por ambição “erguer-se da vida animal”, para Smith, destacavam-se dos demais por terem incorporado conceitos e princípios dos brancos (europeus imigrantes), ou então, por sua parcial descendência europeia falar mais alto. Percebemos também a noção, muito comum na época – e que ainda encontra adeptos hoje – da “inexorabilidade do progresso”. Segundo o autor, apenas a partir do progresso material – e na “carona” o espiritual, visto que o progresso só chegaria com o migrante, homem de origem superior, culto, religioso, etc. – poder-se-ia considerar uma região civilizada. O progresso, então, era inevitável, e tinha seus custos. No caso específico e na mentalidade elitista e intelectual do período, o custo era o expurgo dos caboclos, do “extrato inferior da civilização”, para o subsequente ingresso de “gentes mais industriosas”, ou seja, que já haviam incorporado os princípios da produção para o mercado, para o “progresso”.

As gentes mais industriosas compreenderiam o modelo ideal de camponês segundo o pensamento predominante em fins do século XIX e inícios do XX. Novamente entra em pauta o fator biológico, mas não só. Muitos desses estudiosos, como os já citados Roche, Waibel e Bernardes, condenavam o tipo de produção desenvolvida pelos trabalhadores nacionais: a rotatividade da terra cultivada, de modo que ficavam preservadas as áreas de mata. Esse sistema irracional, para os autores acima citados, era associado à preguiça e ao curto desenvolvimento intelectual-espiritual de seus realizadores. O camponês ideal era, por sua

⁴¹ *apud* ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno...* p. 165.

vez, adepto de um modelo de ocupação que, inicialmente preocupava-se em devastar a mata e fixar moradia. No que concerne à cultura da terra, não desenvolvia o sistema rotativo, mas, cultivava o mesmo solo fazendo uso de adubos e fertilizantes – processo esse que se desenvolveu mais rápido após a década de 1950, com o início da Revolução Verde.

O elemento civilizador era, indiscutivelmente para o pensamento da época, o homem que demonstrasse a capacidade de transformar a natureza. Civilizar era sinônimo de submeter a natureza aos interesses da sociedade. Era tirar a terra do mato (não só o mato da terra). Em decorrência disso, a colonização era colocada como imprescindível, inquestionável. As pessoas que a realizariam tinham que demonstrar a capacidade e a iniciativa para dominar a mata, beneficiar e vender a madeira, tinham que ambicionar propriedade, querer “fazer fortuna”⁴², por isso lhes são atribuídos os louros do “pioneirismo”. O caboclo, por sua vez, dominava técnicas que se adaptavam aos imperativos naturais de um determinado espaço – técnicas essas que foram incorporadas pelos colonos –, isso o obrigava a utilizar grandes espaços de terra para desenvolver sua produção. Além disso, por estar em trânsito constante – em uma região consideravelmente pequena –, o trabalhador nacional não era apegado à terra, tal qual o descendente de europeu, e nem mesmo possuía a noção de propriedade privada e escriturada. Podemos afirmar que, devido às específicas características de sua produção e às tecnologias empregadas, sua economia era, basicamente, voltada para a subsistência do grupo familiar.

Além de atributos depreciativos – vagabundo, preguiçoso, incapaz, incivilizado, arredio, etc. – aos nacionais da região do Alto Uruguai eram acrescentadas as características de violento, perigoso, indolente e vingativo⁴³. Os colonos afirmavam que os habitantes anteriores, além de não terem vontade de trabalhar, não deixam em paz o “bom trabalhador”, que era vitimado com assaltos a sua casa e demais propriedades. Entretanto, conforme pontua Renk, sempre existia espaço para as exceções e “esporadicamente, um nativo é lembrado ‘como um negro que até parecia gente branca’”⁴⁴. Esse sujeito que se acultura, absorvendo princípios do grupo dominante, não se entende mais como caboclo assumindo as regras de comportamento do grupo antagônico, mas também não é aceito por completo pelo grupo estabelecido. Além de que, ao se elevar um indivíduo à condição de “gente branca” reforça-se o distanciamento dos demais em relação ao “mundo civilizado”.

No que concerne à relação com a terra podemos encontrar um dos principais pontos

⁴² RADIN, J. C. *Representações da Colonização*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 19.

⁴³ RENK, A. A. *As Representações...; MARQUETTI, D. Bandidos, Forasteiros e Intrusos: história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó, SC: Argos, 2008.

⁴⁴ RENK, A. A. *As Representações...* p. 14.

de tensão. Oliveira entende esse fato como fricção interétnica, pois trata-se da análise de um mesmo objeto – no caso aqui a terra e seu uso (a terra como mercadoria frente ao valor do uso da terra, ou, então, a terra enquanto uso de valor) – por diferentes visões de mundo estruturada em quadros sociais diversos e coletivos⁴⁵. Acresce-se, na região do Alto Uruguai, a situação de dominação – por parte dos colonos – e de sujeição – a que se viram imersos os trabalhadores nacionais. Para o colono, a terra era uma mercadoria, passível de ser negociada, dependendo da viabilidade do negócio – entretanto, como veremos adiante, com o tempo criam-se vínculos afetivos com a terra, para a qual são atribuídos valores que o cálculo matemático-financeiro não considera, e, então, o espaço torna-se um lugar⁴⁶. O trabalhador nacional não percebia na terra uma mercadoria – possivelmente devido à abundância desta antes dos “cercamentos”⁴⁷ –, atribuindo a sua propriedade ao estado e, sendo assim, também lhes pertencia, “cada um tirando um sitiozinho”, conforme salienta Renk⁴⁸.

Os colonos estigmatizavam os caboclos por meio da desvalorização de seus costumes – como, por exemplo, o de plantar muito longe da morada, devido, principalmente, ao fato de criarem animais soltos próximo a casa, os quais poderiam destruir a plantação. Renk aponta que para os descendentes de italianos não havia diferenciação entre os caboclos e os negros (no sentido de grupo racialmente inferior), e, conforme a autora, “A expressão comum, entre os de origem, no caso os italianos, para a designação aos “sem origem” é a seguinte: “*cani, negri e corvi, tutti compagni* (cachorros, negros e corvos, todos iguais).”⁴⁹

Monteiro Lobato contribuiu sobremaneira para difundir, em âmbito nacional, a ideia de caboclo – ou caipira – preguiçoso, doente, desmotivado, faminto, miserável, isolado (econômica e culturalmente), etc., principalmente na figura do Jeca Tatu, de 1914⁵⁰. Embora não fosse a única perspectiva existente sobre este modelo de campesinato (sendo que o próprio Monteiro Lobato, posteriormente, reformulou sua posição sobre o caboclo⁵¹), foi, nos círculos elitistas da intelectualidade e política brasileira do início do século XX, o que

⁴⁵ OLIVEIRA, R. C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 56.

⁴⁶ TUAN, Y. *Espaço e Lugar...*

⁴⁷ Em comparação com o processo de cercamentos das terras na Inglaterra que, de modo semelhante ao realizado nesta região, expulsou de suas posses uma população camponesa, praticante de uma agricultura de subsistência e que, acreditavam possuir o direito ao *uso* da terra devido a seus costumes que tinham origem em tempos remotos. THOMPSON, E. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁸ RENK, A. A. *As Representações...* p. 16.

⁴⁹ RENK, A. A. *As Representações...* p. 9-10.

⁵⁰ LOBATO, M. *O Problema Vital*. In: *Obras Completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 271.

⁵¹ Na obra *Zé Brasil*, o escritor infere que os problemas que afligem o caipira lhe são exógenos e não endógenos. LOBATO, M. *Zé Brasil*. São Paulo: Vitória, 1947.

predominou. Não impressiona, portanto, que, em suas viagens de estudo pelo Brasil, Waibel⁵² – sendo utilizado por nós, nesse ínterim, como fonte, pois expressa a mentalidade dominante do período sobre o caboclo – tenha se mostrado indignado com o fato de que tantas terras produtivas estavam sob os cuidados de caboclos, caipiras – ambos entendidos por intrusos – e índios, ou seja, grupos que em “nada contribuíam para o progresso da nação”.

É interessante perceber que o discurso adotado no período pelas empresas colonizadoras e pelo estado – e encampado pelos colonos – fez do habitante anterior o intruso, uma erva daninha para o desenvolvimento e subsequente civilização da região⁵³. Muitos caboclos tornaram-se empregados de colonos mais abastados, na indústria madeireira ou na extração da erva-mate, na derrubada do mato, trabalhando por empreitada ou por diária, fixando moradia em regiões que, inicialmente desinteressavam aos colonos, normalmente no fim das picadas – caminhos abertos na mata, distantes dos locais de escoamento da produção. Entretanto, com o rápido esgotamento das terras produtivas e com a criação de uma infraestrutura básica para o escoamento da produção, até mesmo estes espaços foram requisitados para fins de colonização – como, por exemplo, as barrancas de rios, como as do Peixe e do Uruguai. Importante ressaltar que, especificamente essas áreas, essas regiões, seriam requisitadas para a construção de empreendimentos hidrelétricos, dos quais destacamos a UHE Itá, no decurso das décadas de 1980 e 1990. Os camponeses, em sua maioria “de origem”, serão expropriados e desterritorializados, obrigados a viverem em novos lugares, com os quais não possuíam vínculos.

É importante inferir que embora autores de prestígio em sua época defendiam a expansão da fronteira agrícola, ao mesmo tempo negavam a importância do trabalho do camponês nacional que, desde o século XIX, devido a constantes pressões do latifúndio e dos projetos de colonização europeia, foram obrigados a migrar para regiões mais distantes do interior, abrindo, assim, o caminho para a posterior ocupação pelo camponês ideal, elevado, pela historiografia tradicional, à condição de pioneiro ou desbravador. Enfim, pelos homens do progresso.

⁵² WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...* p. 292.

⁵³ CAMPOS, Í. *Colonos do Rio Uruguai: relação entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Campina Grande, PB: UFPB, 1987. (Dissertação de Mestrado). p. 69.

1.2 O empreendimento colonizatório no Alto Uruguai Sul-riograndense – primeira metade do século XX

O processo de ocupação, fixação, territorialização, em um determinado espaço molda, transforma, sedimenta (pelos menos aparentemente, visto que é um processo contínuo de atualização e ressignificação) uma, ou várias, identidade. Entendemos que, para compreender a relação estabelecida entre os indivíduos que habitavam a região quando da construção da UHE Itá com a própria região, devemos nos ater, mesmo que rapidamente, ao processo de formação das comunidades que margeavam o Rio Uruguai. Este processo tem início em fins do século XIX, já durante o período republicano, e tem como principais atores os estados, as companhias privadas de colonização, os colonos que aí se instalariam durante o processo e, evidentemente, os grupos sociais que habitavam o Alto Uruguai antes do processo de colonização sem dispor de títulos de propriedade. Buscaremos analisar neste item a ação do estado sul-riograndense no processo de colonização do Alto Uruguai. Voltaremos-nos para algumas ações promovidas por este para tornar a região atrativa para os habitantes das Colônias Velhas, principal público para a compra dos novos lotes.

Caron afirma que, em fins do século XIX e início do século XX, além da preocupação com o mão-de-obra que emigrava das colônias velhas do RS para outras regiões do estado, ou mesmo do Brasil, o governo positivista – cujo objetivo é a condução da sociedade que rege ao progresso, por via da ordem e do respeito à hierarquia constituída – sul-riograndense de então preocupava-se em integrar – nos moldes desta corrente de pensamento – a região norte do seu território no sistema capitalista que então se tornava hegemônico⁵⁴.

Por tal dinâmica, era imprescindível ordenar o processo de ocupação com gente laboriosa, pois, só assim – através da ordem e de gente ordeira – se atingiria o progresso. Cabe destacar aqui que, de acordo com a Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, então vigente, ficava sob responsabilidade dos Estados da Federação as terras que se encontrassem devolutas, assim como a sua comercialização e ocupação⁵⁵, o que possibilitou ao governo sul-riograndense ser o agente articulador da política de colonização em seu território⁵⁶.

O termo colonizar se refere, nestes casos, a uma ação, endossada pelo poder público,

⁵⁴ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* a ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai sul-riograndense – 1915/1930. Passo Fundo: [s/n], 2009. (Dissertação de Mestrado em História pela UPF). p. 48.

⁵⁵ BRASIL. *Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1891.

⁵⁶ BERNARDES, N. *Bases Geográficas...* p. 76.

de demarcação, colonização e ocupação de uma determinada área, mesmo que essa já se encontrasse amplamente habitada por grupos humanos e que estes já desenvolvessem suas atividades econômicas, culturais e sociais no referente espaço, sem, no entanto, o respaldo legal. Amparado pela lei vigente e detendo o título de compra de uma determinada terra, o colono – aquele que coloniza, que submete a natureza às necessidades da sociedade – era entendido como o real dono da área, em prejuízo dos demais grupos constituídos por indígenas e caboclos, que passam então, como vimos, a serem tidos como intrusos⁵⁷.

De acordo com Tedesco, a noção de colono remete à ideia de alguém que vive – mais que isso, que vive e trabalha – em uma colônia, à ligação do indivíduo com a roça⁵⁸. Carrega, em seu bojo, a perspectiva da propriedade sobre um pedaço de terra garantidor da sobrevivência de seu grupo familiar. Entretanto, em nossa região de estudo, pudemos perceber que mesmo os camponeses sem posses, e que por tal arrendavam terras para produzir, se entendiam/entendem como colonos. O que nos leva a inferir que mais importante que a propriedade em si é a aspiração em se tornar proprietário e a autonomia que isso implica. O fascínio pela propriedade – ser senhor de si – mexia com o imaginário do camponês do sul do Brasil desde as grandes imigrações⁵⁹.

A organização agrária, escorada no latifúndio, deu origem a graves tensões sociais, principalmente na região da Campanha sul-riograndense – o que ainda se verifica, conforme aponta Zarth⁶⁰. Para libertar-se da exploração exercida pelos estancieiros, muitos trabalhadores nacionais se dirigiam para áreas de floresta, onde praticavam uma agricultura de subsistência com algum grau de relação com mercados maiores. Entretanto, este êxodo prejudicava os interesses das elites agrárias sul-riograndenses, gerando uma temida “crise de mão-de-obra”. É nessa perspectiva que o estado vai organizar, ou mediar através de empresas particulares, o processo de colonização da área conhecida como Alto Uruguai. Concordamos com o pensamento, expresso pelo autor, de que a fórmula utilizada para tal empreito foi a de “transformar para preservar”⁶¹.

Era corrente, naquele período, a ideia de superioridade da raça branca. No caso do Brasil esta concepção tem uma gravidade maior, visto que era/é um país com maioria populacional constituída por indígenas, negros e miscigenados, grupos que tinham seus

⁵⁷ MARQUETTI, D. *Bandidos, Forasteiros e Intrusos...* p. 37.

⁵⁸ TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e o ethos camponês*. Passo Fundo, RS: UPF, 1999. p. 21.

⁵⁹ MAESTRI, M. *Os Senhores da Serra; a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Passo Fundo, RS: UPF, 2005. p. 75.

⁶⁰ ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno...* p. 13.

⁶¹ ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno...* p. 286.

hábitos socioculturais desmerecidos e eram considerados preguiçosos e sem capacidade – ou vontade – para produzir o suficiente para abastecer nem mesmo os mercados próximos. Para modernizar este território era preciso, então, introduzir sistematicamente pessoas etnicamente superiores. Acreditava-se que, por esse meio – introdução de brancos, miscigenação de brasileiros com descendentes de europeus, e/ou exclusão processual dos não brancos – branquear-se-ia a população, modernizar-se-ia a região – no nosso caso específico o Alto Uruguai –, tornando-a mais segura para o desenvolvimento de práticas comerciais e apta para sua efetiva integração ao modelo econômico proposto⁶².

Entretanto, a região do Alto Uruguai sul-riograndense, em fins do século XIX, ainda era negligenciada pelos poderes públicos. Para Zarth, o principal motivo desse desinteresse por parte do estado se dava pelo fato de que, devido às condições infraestruturais da região, os colonos que ali se estabelecessem ficariam isolados, sem contato efetivo e ágil com os centros de comércio, e, desta forma, todo investimento seria perdido⁶³. As inversões necessárias para a efetivação da colonização – construção de estradas carroçáveis, pontes, armazéns de estocagem, etc. – se tornariam elevados demais para o erário estadual. Aos habitantes da Colônias Velhas, por sua vez, mesmo ante o baixo preço da terra na região (procura mínima), não interessava adquirir lotes em um espaço onde a produção não encontraria um sistema eficaz de escoamento para os grandes e médios centros consumidores. A relativa vantagem na aquisição de terra barata não desempenhava ação compensatória diante da incerteza do sucesso econômico – que também possui representações nas esferas do social e do imaginário, sob a ótica do “fazer fortuna”.

Embora as primeiras propostas para uma efetiva colonização do território datam de princípios da década de 1890, quando do início da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), é só após essa estar quase concluída, em fins da década de 1900⁶⁴, que recebe destaque nos debates e políticas dos órgãos de estado e entre os habitantes das colônias velhas. De acordo com Bernardes, quando

se iniciou a construção da ferrovia que deveria fazer a ligação com São Paulo, o Alto Uruguai era uma região quase inteiramente despovoada. Esta ferrovia, que partindo de Santa Maria, acompanha o grande divisor de águas do Planalto, chegou a Passo Fundo em 1898, mas somente se completou a

⁶² RAMOS, J. de S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 67.

⁶³ ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno...* 186.

⁶⁴ WOLFF, G. H. *Trilhos de Ferro, Trilhas de Barros: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo, RS: EdiUPF, 2005. p. 36.

fator de segurança identitária não estar envolto em uma cultura que não entendia como sua, além de que era uma forma de evitar atritos entre os descendentes de diferentes matizes europeias. Devemos considerar que era muito comum haver estigmatizações sociais⁶⁸ entre diferentes grupos de colonos “de origem” – relações interétnicas que, provavelmente, foram herdadas culturalmente dos ancestrais que ainda habitavam no continente europeu – e, estar “entre os seus” poderia evitar segregações ou, ao menos, atenuá-las⁶⁹. Ainda, para os grupos que se auto-projetavam como superiores, era uma forma de evitar o contato – e a possível troca cultural – com os grupos tidos como inferiores.

Estigmatizações sociais são comuns em quase todos os grupos humanos e em qualquer período histórico. Essa dinâmica, de autoafirmação e alter-estigmatização, entretanto, é acentuada quando há enfrentamentos, seja por território, melhores terras, benefícios dos poderes públicos, etc. A Colônia Erechim era um espaço de conflitos, visto que reunia colonos de diferentes matrizes europeias – característica das colonizações oficiais – além de caboclos e indígenas, constituindo-se, assim, numa Babel colonial⁷⁰.

A Colônia Erechim, de acordo com Caron, é exemplo clássico das preocupações do estado sul-riograndense em constituir um núcleo de povoamento modelo, um marco para o ingresso do Alto Uruguai no mundo civilizado⁷¹. Outro fator importante para o desenvolvimento da colônia foi a construção de várias estradas carroçáveis que faziam a ligação entre as propriedades mais distantes e a estrada de ferro. Podemos concordar com Tedesco e Sander⁷², quando afirmam que o transporte ferroviário foi imprescindível para a região, pois além de facilitar o escoamento da produção, possibilitou o fluxo de capitais vinculados direta ou indiretamente à estrada. É possível, inclusive, considerar a região, no início do século XX, uma “zona pioneira”, conforme classificação de Waibel⁷³, se levarmos em consideração que, desde sua fundação, já existia um programa de desenvolvimento e uma ligação, por meio da via férrea, com os centros de consumo.

Waibel classifica como zona pioneira as regiões que apresentam um surto de crescimento econômico (precipualemente por meio da agricultura) e espiritual – introdução de

⁶⁸ Entendemos, com base em Elias e Scotson, que as *estigmatizações sociais* são processos coletivos construídos historicamente nas relações entre diferentes grupos sociais, os quais não necessariamente se distinguem pela cor da pele, língua, religião – embora esses elementos são reforçadores de possíveis estigmas –, mas pelo grau de coesão interna e pelos diferenciais de poder. ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os Estabelecidos...*

⁶⁹ WENCZENOVICZ, T. J. *Montanhas que Furam as Nuvens! Imigração polonesa em Áurea-RS (1910-1945)*. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

⁷⁰ MAESTRI, M. *Os Senhores da Serra...* p. 116.

⁷¹ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 59.

⁷² TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, Comerciantes e Granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*. Passo Fundo, RS: UPF, EST Edições, 2002.

⁷³ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...* p. 282.

uma cultura superior. Em trabalho clássico sobre os processos de ocupação e colonização, conceitua-as da seguinte forma:

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, ou por um motivo qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um boom ou rush. Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população.⁷⁴

Para o referido autor, a constituição de uma zona pioneira é o intermédio entre o estágio de barbárie-selvageria e o estágio civilizado. É evidente que os conceitos de pioneiro e civilização utilizados pelo autor, não são mais comungados no meio das ciências humanas e sociais. Eles expressam – como, aliás, inúmeras passagens da obra – uma forma de pensamento característico do período em que foram escritos (década de 1940). Entretanto, seu conceito de “zona pioneira” parece-nos interessante para compreender o *boom* que se desenvolveu no Alto Uruguai logo após a construção da EFSPRG.

Podemos inferir, tendo como base as afirmações de Waibel, que uma região calcada no latifúndio não pode ser considerada uma zona pioneira, visto que, embora produza riqueza em quantidades consideráveis, não possibilita a criação de um amplo mercado consumidor, o que só é possível com o desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades. No Alto Uruguai, devido ao interesse do estado sul-riograndense em desenvolver, modernizar e integrar a região no sistema capitalista, a dinâmica da ocupação colonial deu-se a partir da distribuição – por meio da venda – de pequenos lotes de terra (normalmente uma colônia – em média 25 ha por família). Os órgãos de estado atuavam, inclusive, na oposição à venda de grandes extensões para um só comprador⁷⁵.

Diante desse quadro, onde “vilas e povoados brotavam da terra”, foi grande o contingente de imigrantes interessados em aí se estabelecer, assim como de filhos e netos de imigrantes que, devido à pressão demográfica nas Colônias Velhas, não conseguiam reproduzir seu modo de vida em suas regiões de origem. Bernardes ressalta que era muito comum que famílias mais previdentes reservassem a apenas um filho a posse da colônia – terra em que viviam – e, para os demais (visto que muitas famílias eram numerosas), adquirissem lotes em regiões mais distantes, onde ainda estava avançando a fronteira agrícola,

⁷⁴ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...* p. 282.

⁷⁵ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 79.

ou seja, ainda em fase de desbravamento⁷⁶. Os novos povoados que se abriam mostravam-se como alternativas para o problema da carência de terras para todos os membros das famílias.

Era comum que as famílias de colonos fossem demasiado numerosas, chegando alguns casais a ter mais de uma dezena de filhos. Contribuiu muito para os altos índices de natalidade, além das questões materiais (como o trabalho no campo), a legitimação religiosa (a graça sobre uma numerosa família) e a utilização de métodos anticoncepcionais não seguros. Diante da situação econômica das famílias que, nos primeiros anos, desenvolviam uma agricultura de subsistência quase sem relação com o mercado, contratar trabalhadores assalariados não era possível (embora muitos caboclos o eram para desmatar o lote em troca de pagamentos irrisórios), sendo então que possuir uma grande prole, conscientemente ou não, era a forma mais barata de se obter mão-de-obra. Filhos em idade de trabalhar eram a garantia do sucesso econômico do grupo familiar, devido, principalmente, à grande quantidade relativa de terras – se comparado, evidentemente, com padrões europeus⁷⁷. Entretanto, como vimos, essa cultura forçava a um constante processo de migração para diminuir a pressão demográfica e suas consequências que, ao tomar todo o Alto Uruguai sul-riograndense, se estendeu pelo catarinense e pelo oeste do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Para Bernardes, em três gerações, uma mesma família tornava-se pioneira por duas vezes: o neto voltava à mesma condição do avô desbravador⁷⁸.

1.3 O progresso e seus condutores no Alto Uruguai sul-riograndense: as colonizadoras

O processo de colonização do Alto Uruguai sul-riograndense foi levado a cabo não só pelo estado, mas, também, por meio de empresas colonizadoras particulares, dentre as quais destacou-se significativamente a Luce & Rosa⁷⁹. Contudo, faz-se importante ressaltar que a ação destas empresas de comércio de terra em áreas de expansão agrícola era fiscalizada rigorosamente pela Diretoria de Terras e Colonização, órgão do governo estadual.

A Luce & Rosa era uma empresa privada que atuava no ramo imobiliário nos estados do RS, onde comercializou 1600 colônias com média de 25 ha cada, e de SC, com 2041 colônias de igual média comercializadas⁸⁰. Fundada em 1915⁸¹, mantinha sua sede social no

⁷⁶ BERNARDES, N. *Bases Geográficas...* p. 97.

⁷⁷ MAESTRI, M. *Os Senhores da Serra...* p. 84.

⁷⁸ BERNARDES, N. *Bases Geográficas...* p. 97.

⁷⁹ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 75.

⁸⁰ CASSOL, E. Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda.: um estudo de fontes. *Revista Perspectiva*. n° 7.

município de Porto Alegre-RS, entretanto, atuava também, por meio de agenciadores e sócios minoritários, com escritórios nas suas áreas de colonização⁸². De acordo com Caron, a empresa manteve-se em atividade até meados da década de 1970 – provavelmente 1978, com o falecimento de Johana Fünfgelt, responsável pelos negócios imobiliários –, quando encerrou seu empreendimento colonizador⁸³.

O sucesso da Colônia Erechim – os altos índices de produtividade do solo, as facilidades de compra cedidas pelo estado e por colonizadoras privadas, a valorização crescente dos lotes, o surgimento de centros urbanos que dinamizavam a escoação da produção – logo chegou aos ouvidos dos moradores das Colônias Velhas que buscavam informações sobre como adquirir lotes naquela “região tão promissora”. Nesse contexto, muitas empresas se valiam de documentação falsa e de publicidade enganosa para ludibriar os potenciais compradores, o que era, em muitos casos, denunciado nos jornais de circulação local, principais veículos de comunicação do início do século passado. Mas, mesmo com os constantes avisos nos órgãos de imprensa, a simples ideia de “terra barata e de fácil aquisição” era o suficiente para muitas famílias de colonos – sob o fascínio da propriedade privada da terra – adquirirem os lotes oferecidos pelos representantes das colonizadoras.

Em muitos casos, devido aos constantes problemas e reclames nas transações comerciais, o estado sofria pressão, sobretudo dos veículos de imprensa locais, para exercer um controle maior sobre as ações das empresas do setor⁸⁴. No entanto, era comum que muitos colonos ao se depararem com a inexistência do que lhes fora vendido – presença de alguma instituição religiosa⁸⁵, saída para mercados consumidores, terras pouco acidentadas, etc. – mantinham a esperança de que, com suado trabalho em “tão boas terras” conquistariam uma vida melhor. Nesta perspectiva, podemos afirmar que, além do trabalho publicitário voltado para o comércio de terras, as colonizadoras – e nesse caso também o estado – realizavam um trabalho de propaganda, inculcando no grupo social de colonos valores, ideias e representações que resistiriam a momentos de crises e privações.

Erechim, RS: Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior, 1978. p. 43-69.; THOMÉ, N. O Contestado no Processo de Colonização do Oeste Catarinense: causa ou consequência? In: TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. (orgs). *Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim, RS: Habilis, 2009. p. 60.

⁸¹ De acordo com Thomé, os sócios da *Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda.* já atuavam no ramo imobiliário desde muito antes. O autor cita a compra, por parte dos donos da empresa colonizadora, de lotes no Alto Uruguai Catarinense no ano de 1883, os quais foram, a partir de 1915, comercializados pela companhia. THOMÉ, N. O Contestado... p. 60.

⁸² FONT, J. M. I. *Serra do Erechim – tempos heróicos*. Erechim, RS: Gráfica Carraro, 1983. p. 120.

⁸³ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 128.

⁸⁴ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 81-2.

⁸⁵ Principalmente a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Outro fator que em muito influenciava no interesse dos habitantes das Colônias Velhas por terras no Alto Uruguai era o empobrecimento do solo daquelas áreas, principalmente devido ao uso de técnicas rudimentares de cultivo e o curto tempo de pousio mantido nos primeiros núcleos coloniais⁸⁶. Era comum que, de tempos em tempos – conforme crescia a família e se constituía um excedente de mão-de-obra –, as famílias camponesas precisassem ampliar suas áreas de terras cultiváveis, de modo que os filhos pudessem se reproduzir enquanto agricultores. Por tal, as empresas privadas investiam em publicidade e estratégias que ampliassem seus negócios. Para agilizar as vendas, muitas empresas colonizadoras – em nosso caso específico a Luce & Rosa, principal responsável pela organização dos núcleos coloniais particulares do Alto Uruguai – contratava representantes comerciais para fazer publicidade e mediar a venda de lotes nas áreas abertas para colonização para habitantes dos núcleos mais antigos. Isso também ocorria no caso de SC, visto que o principal público também era formado por colonos residentes no RS. Radin, sobre a distribuição organizativa das empresas colonizadoras, afirma que,

Em geral, as companhias colonizadoras eram empresas formadas por um grupo de sócios, com diferentes participações de capital e, na maioria das vezes, apenas um deles atuava na região com as atividades relacionadas à venda de terras e outro ou outros operavam no escritório, nas cidades sedes das empresas. Com isso, os sócios não se envolviam muito nas atividades diretas de venda e colocação dos colonos nas terras. Quem efetivamente fazia a administração e gerência dos trabalhos, seja de demarcação, de apresentação dos lotes aos interessados em sua aquisição, de recepção dos colonos, entre outros, eram sócios, muitas vezes minoritários e pessoas de confiança contratadas para tal fim.⁸⁷

No entanto, as empresas faziam algumas exigências no tocante ao perfil dos representantes. Poderíamos, antes de mais nada, inferir que estes deveriam, evidentemente, ser descendentes de imigrantes – visto o desprezo e incredibilidade com que era encarada a figura do elemento nacional. Nodari salienta que, para atuar em tal função, o indivíduo – invariavelmente homem – deveria ter experiência como colono ou comerciante e ter um grande círculo de amizades, além, é claro, ser tido pela comunidade como uma pessoa de credibilidade⁸⁸.

Em seu trabalho publicitário, as colonizadoras contavam, geralmente, com ajuda de outras instituições, como a ICAR, nos povoados italianos, e a IECLB, entre os alemães protestantes. Lembremos que uma das principais diferenças da colonização particular, em

⁸⁶ ROCHE, J. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 288.

⁸⁷ RADIN, J. C. *Representações...* p. 105-6.

⁸⁸ NODARI, E. S. *A Renegociação da Etnicidade no Oeste Catarinense (1917-1954)*. Porto Alegre: PUC, 1999. (Tese de Doutorado em História). p. 47-8.

relação à estatal, era a criação de colônias homogêneas etnicamente. Conforme salienta Roche, sobre as colônias alemãs:

possuidores de técnicas diferentes, sentindo-se superiores aos aborígenes, os imigrantes alemães e seus descendentes constituíram colônias, isto é, grupos de estrangeiros, na região onde residiam, isolados pela língua, pela fidelidade às tradições da mãe-pátria e, por vezes, pela religião.⁸⁹

Embora a questão das técnicas diferentes é discutível – visto que se apropriaram de muitos conhecimentos dos caboclos – o papel da religião e da manutenção⁹⁰ da tradição foi decisivo, tanto que as empresas se comprometiam em ceder um terreno para a construção da igreja e da escola, onde se preservava o dialeto do grupo em questão⁹¹. Em muitos casos, o próprio padre, nas colônias de descendentes de italianos, servia de agente direto no processo de colonização, recebendo comissões para cada colônia vendida na localidade⁹².

A instalação na colônia de um padre ou pastor da IECLB era um forte atrativo para a imigração, sendo que, na publicidade das terras entre os colonos, a existência de uma capela era enfatizada. Acreditamos serem estas figuras indispensáveis – principalmente no caso do padre, símbolo maior de poder e moralidade – “para conseguir que os imigrantes recém-chegados povoem os núcleos novos, dediquem-se ao trabalho agrícola com perseverança, obedçam às suas determinações e não abandonem os lotes.”⁹³ No caso católico, a figura do padre era, muitas vezes, o único vínculo com práticas religiosas herdadas que diferenciava o colono “de origem” do caboclo praticante do dito catolicismo popular⁹⁴. A existência do padre na região constituía uma segurança simbólica, a preservação da identidade étnica e do “ethos” colono. Já no tocante aos luteranos, a presença de um pastor, de uma comunidade religiosa homogênea, era a garantia da preservação – manutenção atualizada, visto que as crenças religiosas são dinâmicas e não estacionárias – de sua peculiaridade religiosa. Devemos lembrar que a maioria da população brasileira se declarava católica, o que poderia acarretar na segregação social de famílias luteranas que habitassem uma colônia mista (embora isso em

⁸⁹ ROCHE, J. *A Colonização Alemã...* p. 3.

⁹⁰ O termo manutenção é aqui utilizado no sentido de que, aos agentes envolvidos, as referências ao passado do grupo causa a impressão de linearidade, continuidade, preservação, congelamento das tradições, princípios, valores, significados etc. Entretanto, faz-se importante salientar que se trata de um processo dinâmico de construção coletiva e ininterrupta, com símbolos ressignificados e ressemantizados a todo instante e conforme as necessidades da vida coletiva em determinada temporalidade. HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (org) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

⁹¹ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 140.

⁹² CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 145.

⁹³ AZEVEDO, T. O. G. *Os Italianos no Rio Grande do Sul...* p. 434.

⁹⁴ ANDRADE, S. de. O Catolicismo Popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos. *Revista Espaço Acadêmico*. nº 67, Dezembro de 2006.

muitos casos, como no da Colônia Erexim, isso não se deu).

Muitos colonos queixavam-se de que as promessas das empresas, no que concerne à infraestrutura disposta nas colônias, não eram cumpridas após a efetivação da compra. Dentre as promessas mais comuns, destacamos a suposta existência de estradas já instaladas, o que facilitaria o escoamento da produção, e o fato das terras serem completamente desabitadas. Outro fator de queixa era o desconhecimento sobre a terra específica da compra, pois, no contrato a especificação era a de “escolher entre todas as terras da Cia. que não vendidas”⁹⁵. Com essa astuta estratégia, as empresas garantiam que todas as suas terras fossem comercializadas, até mesmo as que, se conhecidas anteriormente pelos colonos, não o seriam, como as mais acidentadas ou isoladas, ou, ainda, as que se localizavam nos fins das picadas.

Cabe aqui uma ressalva: quando a terra fosse margeada por um rio – especialmente o Uruguai – o seu preço era maior, devido, principalmente, à possibilidade de transporte da madeira extraída. Para uma colônia de 30 ha, em 1920, banhada pelo Rio Uruguai, cobrava-se a quantia de 1:950\$000 réis. Enquanto nas que não recebiam diretamente as águas deste rio, o preço médio era de 1:800\$000 réis⁹⁶. Interessante perceber que justamente nestas terras mais caras ocorreu um processo de desterritorialização em fins do século XX, devido à construção de grandes empreendimentos hidrelétricos como as barragens de Machadinho e de Itá, esta última um dos objetos de nosso estudo. Outro dado importante a se destacar é que, em algumas épocas do ano, o Rio Uruguai, devido ao grande volume de chuvas, extravasava seu leito, o que possibilitava que balsas o navegassem transportando madeira – araucária, cedro, canjerana – para a Argentina, o que se configurou numa das primeiras atividades econômicas da região⁹⁷.

A fotografia a seguir, tirada no início da década de 1950, em meio ao auge da economia extrativista via Uruguai, mostra uma família de descendentes de italianos às margens do rio durante uma de suas enchentes⁹⁸. Podemos perceber pela fotografia a violência das águas na superfície, o que, somado ao sinuoso curso do rio (ver Imagem 1), ocasionava inúmeros acidentes entre os peões – balseiros – dos madeireiros, grupo constituído principalmente por caboclos. De acordo com Werlang⁹⁹, a extração de madeira foi tão importante economicamente que as colonizadoras preferiam entregar a terra limpa ao colono,

⁹⁵ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 118.

⁹⁶ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 105.

⁹⁷ WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó, SC: Argos, 2006. p. 123.

⁹⁸ Algumas cheias do Rio Uruguai registraram vazão média quase oito vezes maior que a considerada normal. Ver dados em CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 23.

⁹⁹ WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação...* p. 125.

lucrando assim com a venda de lotes e de madeiras.

Imagem 2: Família camponesa durante enchente do Rio Uruguai. Volta Fechada, Aratiba-RS, década de 1950. Região atualmente alagada pela Barragem de Itá



Fonte: Acervo Pessoal de Eva Lucas Marcanzoni

Quanto à questão dos caboclos que habitavam a região, o relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1917, já demonstrava certa preocupação em relação à ação das colonizadoras contra estes. O documento, assinado por Carlos Torres Gonçalves, afirma que aquelas, consideravam o elemento nacional danoso, negando-se a integrá-lo na sociedade civilizada¹⁰⁰. A Luce & Rosa até oferecia as terras aos caboclos, entretanto, sob condições impagáveis¹⁰¹.

Às empresas colonizadoras interessava oferecer terras de boa qualidade – mesmo que isso só se desse na propaganda da mesma – para “gente de boa qualidade”. No ideário do período isso era sinônimo de branco, europeu ou descendente destes, enquanto que o trabalhador nacional era associado à preguiça, à vagabundagem, ou seja, não eram boa gente para se fazer negócio. Nesse sentido, as colonizadoras buscaram selecionar os seus compradores, visto que se pressupunha que a existência de “intrusos” – mesmo que com poder de compra – nas colônias poderia comprometer o empreendimento¹⁰².

Enquanto o caboclo era o protótipo da pobreza, com sua “inerente negligência com seu futuro”, o colono era o lanceiro do progresso, da inclusão da região no mundo dos homens

¹⁰⁰ CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 79.

¹⁰¹ Conforme exemplo citado por Caron, o preço do m² oferecido aos caboclos era de 16 réis, sendo que 15 a 20% deveria ser dado no ato, mais 30% em 90 dias e o restante em, no máximo 12 meses, ao juro de 8%. [CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender...* p. 123]. Para fins de comparação, Radin salienta, que, por volta da segunda metade da década de 1910, a terra oferecida para os colonos – em Cruzeiro, no Alto Uruguai catarinense – variavam entre 1,2 e 2 réis por m² [RADIN, J. C. *Representações...* p. 130], uma diferença de 800%.

¹⁰² RENK, A. A. *As Representações...* p. 11.

civilizados. Mas o progresso, e sua lógica, vai além das relações interétnicas, e, em fins do século XX, foi o motivo – pelo menos o foi o discurso do progresso – da expulsão desses colonos de seu lugar, seja pela construção de usinas hidrelétricas – caso específico do nosso estudo – ou pela modernização do campo. Os trabalhadores camponeses que resistiram foram/são encarados pelas elites, pela mídia de grande alcance, como os “inimigos do progresso”.

Como a política das empresas era o compra ou sai¹⁰³ – e este podia ser de forma violenta – muitos caboclos optavam por migrar para regiões onde a fronteira agrícola estivesse em fase de expansão ou, então, para as regiões mais acidentadas que, no início do processo colonizador, ainda não interessava aos “de origem”.

O Alto Uruguai Sul-riograndense, durante a primeira metade do século XX, passou por uma profunda transformação em suas características naturais, com a derrubada de matas para a produção agrícola intensiva; espaciais, devido à introdução de cercas – não só físicas, mas também socioculturais – delimitando as pequenas propriedades camponesas e à formação de pequenos núcleos urbanos; e étnicas, com a progressiva segregação social de caboclos e indígenas, além da constituição de colônias separadas por critérios étnicos. Nas regiões de colonização oficial, ou seja, promovidas diretamente pelo estado sul-riograndense, se desenvolveram povoamentos mistos – o que implica processos de autoafirmação coletivos, pois, como já salientamos, era comum a estigmatização do “outro” mesmo entre os descendentes de imigrantes europeus. Nos territórios em que empresas privadas se encarregam da colonização, a característica principal do processo é a constituição de colônias homogêneas. Entretanto, havia muitas divergências entre grupos que tinham a mesma procedência geográfica (diferenças linguísticas, políticas, culturais, etc.). Foi o enfrentamento com os outros que teria forçado – por meio de interesses comuns, mesmo que não conscientes em completude – a homogeneização. Em ambos os modelos de colonização, o regime de propriedade foi calcado no minifúndio familiar, com variação entre 20 e 30 ha por família, o que ainda hoje é uma das principais características da região.

¹⁰³ RENK, A. A. As Representações... p. 19.

1.4 O Alto Uruguai Catarinense: os arautos do velho progresso

Na primeira metade do século XX, a paisagem do Alto Uruguai Catarinense sofreu estruturais transformações com a ocupação de milhares de famílias compostas por pequenos agricultores familiares. Essas levas eram oriundas, de forma majoritária, das Colônias Velhas do RS. No novo espaço organizaram-se inúmeras comunidades camponesas que, no processo de construção-transformação do meio – abertura de estradas, construção da capela, do barracão, etc. –, criaram vínculos afetivos com o ambiente e, principalmente, com os objetos que o compunham e com as pessoas que o habitavam. Territorializaram-se, portanto.

O processo de territorialização dos colonos do Alto Uruguai catarinense, assim como quase todo processo de construção de território e de identidade, não se deu sem enfrentamentos, interesses conflitantes, fricções interétnicas, etc. Buscaremos analisar aqui, de modo muito sucinto, como as famílias que se estabeleceram neste espaço e que seriam daí retiradas para a construção da UHE Itá nas décadas de 1980 e 1990, construíram sua história, criaram suas raízes, reforçaram sua identidade diante dos antigos habitantes, bem como os interesses do estado catarinense e das colonizadoras que atuaram na região. Acreditamos ser muito importante esta análise para podermos compreender as perdas e os ganhos simbólicos e materiais enunciadas pelos atingidos hoje reassentados em Campos Novos-SC.

Quase se adentrava a década de 1930 quando, pela primeira vez, um Presidente do estado de SC – no caso específico Adolpho Konder (1926-30)¹⁰⁴ –, visitou, em comitiva oficial, esta “deserta” região¹⁰⁵. Concluiu-se que muito ainda precisava ser feito para integrá-la ao mundo civilizado e, mesmo ao Brasil, visto que no extremo oeste era às autoridades argentinas que a população local recorria para a resolução de qualquer querela. Era intenso também o trânsito de criminosos e bandoleiros que, devido à inexistência da instituição policial, tinham, neste espaço, um terreno livre para suas atividades ou, então, para se esconder das autoridades que os procuravam nos grandes centros¹⁰⁶.

Como fica evidenciado pela tardia primeira visita oficial, o estado catarinense não possuía os mesmos interesses nem a mesma orientação político-ideológica do seu vizinho do sul¹⁰⁷. Tanto que, neste lado do Uruguai, não há menção sobre uma colônia oficial – pensada e empreendida pelo estado –, tal qual o fora Erechim para o norte do RS. Quando muito, o estado

¹⁰⁴ Sobre a expedição ver D'EÇA, O. da G. *Aos Espanhóis Confinantes*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929.

¹⁰⁵ COSTA, A. F. da. *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia., 1929. p. 7.

¹⁰⁶ MARQUETTI, D. *Bandidos, Forasteiros e Intrusos...*

¹⁰⁷ HEINSFELD, A. *A Questão de Palmas...*

criava municipalidades – como, por exemplo, as de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Xaçepó, ambas de 25 de agosto de 1917 – para incentivar o processo de colonização promovido por empresas particulares que, em sua maioria, também atuavam nas colônias sul-riograndenses.

Desde o último quarto do século XIX, a república da Argentina reivindicava as posses das terras colonizadas entre os rios Iguazu (no atual PR) e Uruguai, até as margens ocidentais dos rios Chopim e Chapecó, área que totalizava, de acordo com Heinsfeld¹⁰⁸, mais de 30 mil km². Com a intenção de fazer frente aos interesses do país vizinho e iniciar um núcleo de colonização na área contestada, o governo imperial, no decurso de 1880, fundou a Colônia Militar de Xaçepó às margens do Rio Xanxerê, no atual município de mesmo nome. Embora Piazza e Hubener afirmem que tal posto avançado desempenhou uma missão povoadora fornecendo “as bases da pujante comunidade dos dias atuais.”¹⁰⁹, raras são as referências à importância deste empreendimento para a efetiva colonização. A constituição desta colônia militar tinha por objetivo conter os argentinos que ambicionavam adentrar neste espaço, mesmo que pelo uso da força¹¹⁰.

Podemos afirmar que foi a partir da divulgação da construção de uma ferrovia interligadora das regiões sudeste e sul do Brasil que as terras do oeste catarinense galgaram notoriedade comercial. Nos últimos dias da vigência do governo imperial no Brasil, em 9 novembro de 1889¹¹¹, foi determinada a construção da EFSPRG, ligando Santa Maria, no RS, com Itararé, em SP, cortando o oeste catarinense ao ladear a margem esquerda do Rio do Peixe, na época sob jurisdição da municipalidade de Campos Novos-SC – entretanto, havia um conflito político, pois a municipalidade de Palmas-PR também reclamava o território.

De acordo com Heinsfeld, o traçado da ferrovia poderia seguir o antigo caminho dos tropeiros, pelos campos de Lages, Curitibaanos, Campos Novos e Canoinhas, já que o terreno de planalto, com vales menos acidentados em comparação à região em que a obra foi desenvolvida, facilitaria sua construção. Entretanto, essas regiões de campos já possuíam um relativo desenvolvimento urbano e ocupação, além do fato de que a soberania brasileira sobre estas paragens (de tropeiros) não estavam em contestação. Ao ser projetada e executada no Vale do Rio do Peixe, a estrada de ferro possuía um duplo motivo de ser: em primeiro lugar, pela sua localização estratégica, poderia rapidamente deslocar tropas do Sul ou Sudeste do

¹⁰⁸ HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná: território disputado e início da colonização. In: TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. (orgs). *Colonos, Colônias...* p. 9.

¹⁰⁹ PIAZZA, W. F.; HUBENER, L. M. *Santa Catarina...* p. 124.

¹¹⁰ HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná... p. 13.; BRANCATO, S. M. L. As Relações Brasil/Argentina em 1908. *Anais da X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 1991. p. 83.

¹¹¹ HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná... p. 16.

Brasil para o oeste catarinense em caso de conflito com a Argentina e, em segundo, promoveria a ocupação da região por colonos que, pela própria estrada, entrariam em contato com os mercados consumidores e, em menor escala, produtores de manufaturados¹¹², como demonstra o mapa adiante. Devemos ter claro, porém, que a pressão demográfica nas Colônias Velhas do RS forçaria de um modo ou outro o processo de ocupação do Alto Uruguai catarinense. A via férrea impulsionou-o de modo determinante, devido às facilidades oferecidas para o escoamento da produção agrícola.

Mapa 3: Traçado da EFSPRG



Fonte: CENTRO-OESTE BRASIL. *A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande*. Disponível em <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efsprg/18contestado03.htm> acesso em 07/03/2010.

Roche, no seu estudo sobre ocupação alemã no RS ao se referir ao processo de “enxamagem”, ou seja, a expansão constante da fronteira agrícola e demográfica, atribuiu especial importância à existência, no Vale do Rio do Peixe, da ferrovia interestadual. Nas palavras do autor,

Não se pode negar que esse movimento foi favorecido pela abertura da linha de ferro Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Paraná – São Paulo, no momento em que o Governo do Rio Grande do Sul alarmado com a rarefação das terras devolutas, lhes restringia justamente as vendas.¹¹³

A perspectiva da atração de colonos sul-riograndenses para o oeste de SC com a

¹¹² HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná... p. 16ss.

¹¹³ ROCHE, J. *A Colonização Alemã...* p. 358.

construção da estrada de ferro e a conseqüente valorização acentuada dos lotes agrícolas desta região fez com que algumas empresas colonizadoras buscassem adquirir grandes áreas neste espaço. Foi o que fez a Luce & Rosa que, em 1883 – antes mesmo da fundação legal da empresa – comprou dos descendentes da Baronesa de Limeira uma área de 51025 ha, da margem direita do Rio do Peixe até a esquerda do Rio Irani, ambos tributários do Rio Uruguai. A Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda. havia se estruturado na região com um total de 91025 ha em ambas as barrancas do Rio Uruguai, área que seria alagada futuramente pelo lago da barragem da UHE Itá. Quando colocados à venda, a empresa subdividiu suas terras em 6341 colônias de 25 ha cada¹¹⁴, sendo 2041 em SC e 1600 no RS.

De acordo com Thomé¹¹⁵, em 1915 a Luce & Rosa instalou uma filial no atual município de Gaurama-RS, na época Estação de Barro, de onde organizou as vendas dos lotes coloniais, abertura de estradas e picadas, construção de pontes, sedes (escola, igreja, pavilhão, etc.), nas colônias sul-riograndenses de Barro, Nova Itália, Rio Novo, Três Arroios e Sede Dourada, nos atuais municípios de Erechim, Gaurama, Severiano de Almeida e Aratiba, e nas colônias catarinenses de Uvá, Poço Rico, Nova Santa Cruz, Nova Teutônia, Monte Alegre, Barra Grande, Nova Milano, nos atuais municípios de Chapecó, Seara, Itá, Concórdia, Paial, Alto Bela Vista e Peritiba.

Como pagamento pela construção da estrada de ferro, a *Brazil Railway Company* (construtora da EFSPRG) recebeu do governo brasileiro o direito de explorar comercialmente uma faixa de 30Km, sendo 15Km para cada lado dos trilhos¹¹⁶. Para fazer uso de seu direito a companhia organizou uma subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (Lumber and Colonization)¹¹⁷, que loteou e vendeu – em alguns momentos terceirizou a comercialização – a imigrantes ou descendentes, em sua maioria oriundos do RS, as terras que recebera como pagamento. Ao longo da EFSPRG se desenvolveram núcleos coloniais que deram origem a vários municípios hodiernos – Caçador, Herval D'Oeste, Joaçaba, Luzerna, Ouro, Ipira, etc. A ocupação ocorreu tendo por base a pequena propriedade agrícola familiar.

Faz-se importante salientar que a criação dos municípios de Xapecó e Cruzeiro – além dos de Mafra e Porto União – se deu em virtude da necessidade, pela ótica do estado

¹¹⁴ THOMÉ, N. O Contestado... p. 60.

¹¹⁵ THOMÉ, N. O Contestado... p. 60.

¹¹⁶ HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná... p. 16.

¹¹⁷ Aproximadamente 30 empresas de colonização atuaram no oeste catarinense, sendo a Lumber and Colonization a primeira a receber autorização para comercializar terras, em 13 de março de 1912. MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 143.

catarinense, de garantir efetivamente a posse dessa área que sofria grande influência do PR¹¹⁸ (principalmente por meio das autoridades do município de Palmas-PR), do RS (sobretudo devido às relações comerciais entre os povoados de Iray-RS e Monday-SC, ambos marginais ao Uruguai), além da Argentina, que facilmente adentrava o estado pelos povoados de Barracão-PR e Dionísio Cerqueira-SC¹¹⁹. Nesta perspectiva, era importante povoar estas “desabitadas matas” promovendo o uso efetivo das terras devolutas para o bem do estado catarinense¹²⁰. Devemos lembrar que, de acordo com a mentalidade dominante nos círculos intelectuais e políticos do período, uma efetiva colonização, integradora de espaços desérticos e incivilizados ao mundo do progresso, só poderia ser realizada por colonos, sob a lógica da pequena propriedade da terra. O oeste catarinense transformou-se, na primeira metade do século XX, seguindo o exemplo do norte do RS pouco tempo antes, em uma zona pioneira¹²¹.

Outro fator que, indiscutivelmente, incitou o governo estadual a pensar a região foi a Guerra do Contestado (1912-1916). A instalação da EFSPRG gerou uma grave disputa pela terra¹²². De um lado, os interesses da empresa Lumber and Colonization, utilizando o discurso do direito legal – através dos títulos de propriedade – sobre a terra (aliaram-se à empresa os latifundiários pecuaristas, interessados na especulação imobiliária, e o estado, interessado em “civilizar a região”). Do outro, encontravam-se os interesses e visões de mundo dos caboclos, que, desde muito tempo habitavam a região. A grande maioria não possuía títulos referentes à sua “posse” e, devido ao descaso dos órgãos públicos – e mesmo religiosos – e a pressão das colonizadoras, encontraram na “religiosidade popular” um alento e, mais do que isso, uma legitimação do seu direito de uso sobre a terra¹²³. Conforme Machado,

além de estarem distantes dos dispositivos do Estado que poderiam levar à regularização de suas posses, na maior parte das vezes nem sentiam necessidade de assim proceder. Viviam em suas terras da mesma maneira que seus pais e avós o haviam feito. [...] Em caso de quererem regularizar suas posses, teriam que juntar uma papelada que não possuíam e gastar um dinheiro (em medições, taxas e emolumentos) que lhes era escasso.¹²⁴

Compreendemos por posse o uso do que se entende como seu por direito. Não um direito da Lei em si, mas, sim, inerente. É aquilo a que se está tão ligado subjetivamente, que

¹¹⁸ GELLER, O. Sobre a Terra: o avanço da frente pioneira e o conflito étnico do Contestado sob o olhar da etnohistória. In: TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. (orgs). *Colonos, Colônias...* p. 43-44.

¹¹⁹ VOJNIK, F. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: CEOM. *A Viagem de 1929...* p. 11.

¹²⁰ RADIN, J. C. *Representações...* p. 97.

¹²¹ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...* p. 294-7.

¹²² GELLER, O. Sobre a Terra.... p. 32.

¹²³ AURAS, M. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. 3ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. p. 48-9.

¹²⁴ MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado...* p. 140.

o seu uso por outro indivíduo ou grupo só se dá em prejuízo daquele que possui, que se apropria¹²⁵. Os grupos estabelecidos antes da colonização no Alto Uruguai catarinense – podemos estender também ao sul-riograndense – mantinham, então, uma relação de posse com a terra em que habitavam. Entendiam-se como parte deste território, entretanto, por não disporem do suporte legal – o título de propriedade – foram tratados como inferiores, fanáticos religiosos, e expulsos de seu lugar para dar passagem ao progresso que com o discurso de integrar a região ao mundo civilizado excluía seu habitante e desprezava seu modo de vida.

Os recursos do erário catarinense, para fins de colonização, mostravam-se demasiado insuficientes. A falta de estradas, de ligação com a capital, de pontes por sobre os vários rios da região, praticamente inviabilizava qualquer iniciativa de ocupação racionalizada – gerenciada pelo estado ou companhia privada. A região, no primeiro quarto do século XX, estava isolada, e assim ficavam os colonos e demais pessoas que aí se instalavam¹²⁶. Esse isolamento, em muitos casos, impedia que algumas colônias atingissem os tão almejados resultados positivos, como salienta Werlang sobre as colônias de Palmitos-SC e São Carlos-SC¹²⁷.

Diante de sua impossibilidade de empreender um projeto tão dispendioso de capital e interessado na modernização e civilização do referido espaço, o estado catarinense passa a ceder lotes de terra para as empresas colonizadoras¹²⁸. De acordo com Radin,

Sob o comando das companhias colonizadoras, o espaço foi reconstruído de tal forma que se adequasse às possibilidades de aquisição ou ao interesse dos colonos, favorecendo a venda dos lotes e a expansão do processo de colonização. Na visão das autoridades catarinenses, tal situação possibilitaria superar a situação de “sertão” em que essas terras se encontravam e criar as condições para “modernizá-las e civilizá-las”.¹²⁹

No Brasil do início do século XX, o termo sertão era utilizado para designar todo o espaço que, devido à heterogeneidade do processo expansionista, ainda não havia conhecido o pensamento e a produção do mundo civilizado. Tratava-se, acima de tudo de um grande

¹²⁵ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia...* p. 911.

¹²⁶ É bom salientar que, conforme afirmou Queiróz, esse isolamento era mais no sentido de inexistência de grandes redes de trocas de experiências, pois, na perspectiva econômica, se desenvolvia um comércio, mesmo que incipiente, de artigos de primeira necessidade (sal, roupas...), o que estabelecia uma relação das colônias com os mercados maiores. QUEIRÓZ, M. I. de. *O Camponato Brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

¹²⁷ WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação...* p. 64.

¹²⁸ Sobre as empresas colonizadoras na região ver: COMASSETTO, C. F. *A Colônia Rio Uruguay...* p. 99.

¹²⁹ RADIN, J. C. *Representações...* p. 104.

“deserto demográfico”, um espaço para onde se poderia avançar¹³⁰. E avançar sobre o sertão era condição precípua para o desenvolvimento do país, sendo uma obrigação, ou até mesmo uma missão, dos civilizados aí se instalarem¹³¹.

Vários autores¹³² atentam para o fato de ter sido a colonização do oeste catarinense uma continuação da do norte sul-riograndense, que, após esgotadas as possibilidades de reprodução socioeconômica e cultural, os filhos de colonos sul-riograndenses migravam para outros estados – principalmente SC e PR. Esse processo ainda encontra-se em curso, visto o constante avanço da fronteira agrícola sobre os estados do MS e do MT¹³³ – regiões onde se repete o processo de exclusão dos grupos sociais já instalados, porém com a situação agravada pelo fator latifúndio, raro na colonização do Alto Uruguai em ambas as margens.

O colono que migrava carregava consigo o mesmo sonho dos seus antepassados, também migrantes – e, mesmo, imigrantes –, que, no século XIX, se instalaram nas Colônias Velhas do RS. Almejavam fazer fortuna na fronteira agrícola que se abria, conquistar um certo conforto para a família, encaminhar os filhos quando adultos, viver sua cultura, sua fé¹³⁴. Tendo em vista esses anseios, milhares de famílias de colonos oriundos das colônias sul-riograndenses modificaram profundamente a paisagem econômica, social e cultural do Alto Uruguai Catarinense.

Após o conflito do Contestado a região ficou à disposição das empresas que comercializavam terras. A estrada as valorizara sobremaneira e, estando o estado incapacitado de organizar o empreendimento colonizador, caberia àquelas criar a infraestrutura básica para a instalação dos colonos¹³⁵. Nesta perspectiva, o governo de SC concedia lotes de terras às colonizadoras como uma forma de pagamento pela construção de estradas e pontes que interligariam a região com os trilhos da estrada. De nada adiantaria a proximidade com a ferrovia se não se dispusesse de vias periféricas carroçáveis para levar a produção até as estações. Devemos salientar que, após a construção das estradas periféricas, as terras da região se valorizavam, ficando mais caras para a aquisição dos colonos. Se lembrarmos que as empresas recebiam as terras do estado como pagamento pelas obras infraestruturais

¹³⁰ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...* p. 279.

¹³¹ RADIN, J. C. *Representações...* p. 104.

¹³² Ver RADIN, J. C. *Representações...*; WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...*; ROCHE, J. A. *Colonização Alemã...*; COMASSETTO, C. F. *A Colônia Rio Uruguay...*; WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação...*

¹³³ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...* p. 295.

¹³⁴ RADIN, J. C. Italianos e comunidades Rurais no Oeste Catarinense. In: RADIN, J. C.; BENEDET, J. H.; MILANI, M. L. (orgs). *Facetas da Colonização Italiana: planalto e oeste catarinense*. Joaçaba, SC: UNOESC, 2003. p. 21.

¹³⁵ RADIN, J. C. *Representações...* p. 110.

desenvolvidas, e considerarmos que, após a conclusão destas o valor daquelas aumentava para os colonos, podemos perceber o quão lucrativa era a comercialização de terras nesta região.

Além disso, não eram funcionários das empresas as pessoas que trabalhavam para que estradas carroçáveis fossem abertas, e, sim, os próprios colonos. Fazia, inclusive, parte do pagamento à colonizadora, reservar alguns dias para que o chefe da família e os demais braços masculinos trabalhassem, em forma de mutirão, na abertura de estradas ou outros serviços, mesmo que não beneficiassem diretamente sua propriedade¹³⁶. Conforme Comassetto¹³⁷, além de ter a obrigação de preservar as estradas e caminhos vicinais que por sua propriedade passassem, por contrato o colono era obrigado a trabalhar oito dias para cada colônia (de 20 a 30 ha) adquirida. O esquema que segue busca elucidar nosso raciocínio.

Imagem 3: Relações estado-colonizadoras-colonos no Alto Uruguai



Fonte: Produção do autor

Percebemos, então, que as empresas colonizadoras, por meio deste astuto mecanismo, transferiam para os colonos a responsabilidade de criar a infraestrutura básica para a inserção da região na lógica político-econômica pretendida pelo estado e para a escoação de sua produção excedente. Por outro lado, esta atividade desenvolvia entre os colonos uma relação de amizade e vizinhança, fruto dos dias de trabalho coletivo para a abertura de estradas pela enxada. Além de possibilitar a criação de vínculo afetivo com o próprio espaço transmutado em lugar. É muito significativo para o colono a ideia de que foi ele quem fez o lugar em que vive com sua família.

A fotografia que utilizamos a seguir resalta algumas características deste processo, em que o colono era responsável pela construção de obras viárias. Notemos que muitos

¹³⁶ HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná... p. 23.

¹³⁷ COMASSETTO, C. F. A Colônia Rio Uruguay... p. 97.

levavam consigo os filhos, entretanto, apenas os membros masculinos do grupo familiar realizavam as obras. Em alguns casos havia a utilização de maquinários, de propriedade das colonizadoras, visto o alto custo de sua aquisição, que em muito facilitava os trabalhos. Contudo o uso destes equipamentos se dava de modo limitado, devido às características geográficas da região – terreno muito acidentado, com declives/aclives acentuados.

Imagem 4: Colonos durante mutirão para a construção de estradas no Alto Uruguai Catarinense - década de 1960.



Fonte: Acervo Pessoal de Eva Lucas Marcanzoni

Havia várias controvérsias quanto à qualidade e funcionalidade destas estradas. Era comum na imprensa da época e nos relatos de colonos que as estradas propagandeadas ou não existiam, como vimos, ou, quando de sua existência, serviam apenas para enlamear e atolar as carroças e caminhões. Radin cita um artigo, veiculado pelo jornal *A Tribuna*, de Cruzeiro, em 2 de novembro de 1941, no qual se afirma que “era de lamentar que os caminhos a que pomposamente dão o nome de 'estradas', não permitam o trânsito de autos e caminhões”¹³⁸. A falta de estradas em boas condições relegava aos moradores uma condição de isolamento, pois, sem poder atingir eficientemente os mercados, nem sempre conseguiam “fazer o progresso” da região, tal qual o queria o estado e afirmavam querer as colonizadoras.

Diante disso, para manter seus privilégios, os empresários da colonização buscavam manter uma relação de estreita amizade com as autoridades públicas estaduais. Era comum que as correspondências iniciassem com a expressão admirado amigo, ou, então, fossem concluídas com frases bajuladoras como, por exemplo, “com a mesma estima de sempre e a mais distinta consideração. Vosso amigo e admirador...”¹³⁹. Era comum, também, que as

¹³⁸ *apud* RADIN, J. C. *Representações...* p. 139.

¹³⁹ *apud* RADIN, J. C. *Representações...* p. 116.

colônias recebessem o nome de um político de alto escalão, como é o caso relatado por Radin sobre a colônia Hercílio Luz, fundada durante o mandato do governador de mesmo nome¹⁴⁰. Já o estado defendia publicamente a ideia de que as colonizadoras eram as responsáveis por tirar a região do atraso e da barbárie, através da inserção de colonos de boa origem, praticantes da agricultura e que tivessem um especial apreço por sua propriedade.

Desenvolvia-se uma interessante aliança entre o poder público e a iniciativa privada. Em alguns casos, parentes de políticos se vinculavam a empresas colonizadoras, obtendo dessa forma, acesso facilitado aos centros de decisão e, evidentemente, pareceres favoráveis aos seus interesses. Werlang cita o exemplo da Empresa Colonizadora Abelardo Luz, de posse do filho do governador Hercílio Luz, que exercia atividades no oeste catarinense¹⁴¹. Na década de 1930, as empresas colonizadoras chegaram a fundar a Sociedade União dos Colonizadores (SUC), que tinha por objetivo sensibilizar os órgãos públicos para isentar de tributação as áreas de colonização dos impostos estaduais sobre a terra. Utilizavam-se do discurso de que os interesses expressos pelo estado coincidiam com os das empresas, ou seja, povoar, civilizar e desenvolver a região através da introdução de pequenos produtores rurais. Defendiam que esse imposto deveria ser aplicado para coibir a formação de latifúndios, mas, tornava inviável a agricultura familiar no caso de sua aplicação nas áreas de colonização¹⁴².

Vale aqui uma ressalva no tocante à ação das colonizadoras. Roche, embora critique a especulação com relação à considerável valorização da terra afirmando que muitas empresas agiram apenas por interesses capitalistas, não se preocupando efetivamente com o desenvolvimento da região; defende que um dos fatores que mais contribuiu para a saída de sul-riograndenses em direção ao estado catarinense foi a ação de empresas de colonização de caráter filantrópico e confessional que, alheios ao espírito de lucro, empreenderam uma colonização que possibilitou a manutenção de núcleos calcados na origem étnica e religiosa¹⁴³. Werlang, por sua vez, embora concorde em parte com Roche – a criação de núcleos étnico-religiosos foi um fator de atração dos colonos sul-riograndenses que não queriam desprender-se de suas raízes – afirma que a criação de colônias étnicas era uma artimanha das colonizadoras para ter suas propostas mais atrativas em relação às das concorrentes¹⁴⁴.

Uma das principais características do processo de colonização no Alto Uruguai –

¹⁴⁰ RADIN, J. C. *Representações...* p. 123-4.

¹⁴¹ WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação...* p. 38.

¹⁴² RADIN, J. C. *Representações...* p. 125.

¹⁴³ ROCHE, J. *A Colonização Alemã...* p. 359.

¹⁴⁴ WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação...* p. 64.

podemos estender isso para toda a região oeste de SC também – foi a instalação de pequenas propriedades. Isso se deu por alguns motivos de ordem conjuntural. Por um lado, o estado, preocupado com a existência do suposto vazio demográfico em seu território, exigia que as empresas introduzissem pequenos proprietários, o que, evidentemente, elevaria sobremaneira o contingente populacional, a produção e o mercado consumidor local, levando, enfim, o progresso para a região¹⁴⁵. Por outro, as empresas, ávidas por lucros rápidos, viam na divisão dos lotes coloniais a melhor forma de acelerar seu rendimento, além de que, eram pequenas porções de terras que estavam ao alcance de seus potenciais compradores.

Podemos inferir que o Alto Uruguai (em ambas as margens) se constitui numa exceção do processo de ocupação do interior do Brasil. Tanto o é, que Prado Jr., ao discutir a questão agrária no país, ignora seu desenvolvimento. Para o referido autor, a pequena propriedade brasileira é fruto da falência do latifúndio, que, em momentos de crise – conjuntural ou estrutural – perde sua razão de ser¹⁴⁶. Com a fragmentação da grande propriedade monocultora a população de renda mais baixa teria acesso a terra. Entretanto, na nossa região de análise, desde sua fundação – enquanto colônia voltada para a agricultura capitalizada – as grandes levas de terra, cedidas pelo estado às colonizadoras, foram fracionadas em vários lotes pequenos, com extensão média de 1 colônia, ou seja, entre 20 e 30 ha¹⁴⁷.

Da mesma forma como ocorreu nas regiões de colonização particular nas terras sul-riograndenses, a publicidade foi utilizada de forma a atrair o maior número possível de colonos. Os anúncios sobre as terras catarinenses ofereciam o paraíso terreno, o País da Cocanha¹⁴⁸. Salientava-se a existência abundante de erva-mate pronta para ser explorada, o que garantiria para o colono uma renda inicial até que a agricultura começasse a gerar alguns dividendos. Tentava-se atingir os anseios – e não só as necessidades – dos potenciais compradores. O objetivo central na publicidade destas terras era criar uma imagem positiva, relacionando esse espaço com o sonho da vida próspera, da conquista do mundo melhor, comuns no ideário de descendentes de italianos e de alemães.

A existência de igrejas – paróquias – era entendida como um fator que comprovava o estágio civilizado – com base no pensamento de Waibel¹⁴⁹, comum às elites e mesmo aos colonos do período – no qual se encontravam estas paragens. A publicidade e a propaganda

¹⁴⁵ RADIN, J. C. *Representações...* p. 122.

¹⁴⁶ PRADO JÚNIOR, C. *A Questão Agrária no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 54.

¹⁴⁷ RADIN, J. C. *Representações...* p. 170.

¹⁴⁸ RADIN, J. C. *Representações...* p. 161.

¹⁴⁹ WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical...*

criaram, no imaginário local, com tanto sucesso a ideia de lugar ideal que, mesmo após o estabelecimento das famílias e a confirmação de que a propaganda era enganosa, essa ideia foi mantida. Em praticamente todos os anúncios publicitários enfatizava-se, com adjetivações maximizadas, a “grandíssima qualidade das terras” oferecidas, sua abundância de madeiras de lei, a existência de estradas prontas para o uso e interligadas entre si e com a ferrovia. Era salientado – e é importante frisarmos – o caráter legal das terras, normalmente associado à inexistência de intrusos¹⁵⁰. Conforme afirma Radin,

Em certo sentido, as representações positivas criadas se transformaram numa espécie de catarse em face das dificuldades cotidianas vividas por muitos colonos. Acreditar que um mundo melhor podia ser conquistado independia da própria publicidade, mas, no momento em que ela reforçou tal ideia, levou muitas pessoas a idealizar a possibilidade de conquistar seu lote de terra e reproduzir esse imaginário. Assim, reforçavam as ideias da publicidade e os valores e ideais que ela continha.¹⁵¹

Através da introdução de colonos, entendidos no período como o camponês ideal, as empresas de colonização transformaram radicalmente a paisagem econômica, social e cultural do Alto Uruguai. A distribuição colonial, pautada em Linhas – distribuídas geograficamente de modo que o centro da vida social era o barracão da comunidade, a igreja e a bodega –, e o relativo isolamento desenvolveu um sentimento arraigado de identidade, de territorialidade, enfim, de pertencimento, que em muito influenciaram no processo de resistência-mobilização-pressão frente à desterritorialização promovida pela inundação de suas terras pelas águas da UHE Itá.

* * *

Foi no Alto Uruguai que os principais movimentos sociais camponeses de novo tipo atuantes no campo brasileiro contemporâneo surgiram, ganharam representatividade e disseminaram-se, sendo encontrados atualmente em quase todo o território nacional. Em uma região de conflitos, de fricções interétnicas, fez-se necessário que antigas fissuras internas entre semelhantes – os quais só existem diante do outro – fossem desfeitas, maquiadas, de modo a ampliar a legitimidade e, portanto, a aceitação, dessa semelhança. Em um primeiro momento (colonização), os vários grupos de colonos “de origem” unificaram-se e se levantaram – como representantes que eram do progresso de então – contra os intrusos. No

¹⁵⁰ RADIN, J. C. *Italianos...* p. 43 e 50-1.

¹⁵¹ RADIN, J. C. *Representações...* p. 164.

segundo momento (a partir da década de 1970), já unidos, integrados e territorializados, levantaram-se contra o progresso – agora outro – que os excluía. Este sim um intruso (no sentido do que vem “de fora”).

O projeto que as elites dos Estados sulinos (e, por que não dizer, nacional?) desenvolveram para o Alto Uruguai, com algumas alterações, foi o vencedor. A região tornou-se um polo agrícola – e, depois, agroindustrial – no sul e no Brasil, conforme veremos no próximo capítulo. Aos expurgados brasileiros restou a ocupação das terras que a mais ninguém interessava. Restou-lhes os fins de picadas, que, de tempo em tempo, ficavam mais distantes. Muitos se inseriram como mão-de-obra volante, sazonal, para as colheitas. Alguns poucos ascenderam socialmente e adquiriram hábitos de colono “de origem”, compartilhando – com certa reserva por parte desses – da memória coletiva vencedora.

Os municípios originários desse processo de ocupação e colonização desenvolveram características agrícolas, sendo a maior parcela dos habitantes residentes de áreas rurais. A maioria deles preservam essas características até o momento atual, salvo a exceção dos polos regionais, como os catarinenses Chapecó e Concórdia e o sul-riograndense Erechim. Entretanto, mesmo nesses, o recente processo de urbanização é decorrente do desenvolvimento de atividades relacionadas ao campo (agricultura, suinocultura e avicultura). Mantêm-se, portanto – com atualizações evidentemente –, em grande medida, as tradições e os costumes camponeses.

A pequena propriedade – modelo definido para a colonização da região – ainda é dominante, sendo que a média para cada família camponesa é de 20 ha. A organização do processo por “linhas” fez com que cada ocupação de colonos orbitasse em torno de espaços coletivos – simbólicos e físicos –, como a bodega, o salão comunitário, o campo de futebol e, principalmente, a capela. A partir das décadas de 1960 e 1970, as cidades anteriormente citadas desempenharam o papel de amortecedores demográficos, absorvendo a mão-de-obra excedente no processo de modernização do campo. Milhares de famílias camponesas, cujas atividades tornaram-se antieconômicas, se estabeleceram nos centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Além da modernização da agricultura e do subsequente encarecimento da terra no Alto Uruguai, outro fator contribuiu para a exclusão do campo de milhares de famílias de costumes camponeses: a construção de barragens para a produção de energia elétrica. A atuação do Setor Elétrico acelerou o processo de êxodo rural, mas, também, fomentou entre esses camponeses, ligados por vínculo de comunidade e identidade, a “resistência”. É nesse novo contexto de enfrentamentos – e tendo como suporte a bagagem cultural das décadas

anteriores de colonização – que surge o movimento dos camponeses atingidos pelas barragens do Rio Uruguai.

O Alto Uruguai foi uma região de intensos conflitos que, não raro, desencadeavam ondas de violência – seja física ou não. Foi também território de construção de uma dinâmica de vida camponesa, calcada na pequena propriedade, na comunidade, na capela, na produção para o mercado – com relativa autonomia em relação a este. Os enfrentamentos com os caboclos – ou mesmo entre grupos diferentes de colonos “de origem” – reforçaram a identidade, a coesão grupal, as relações com o sagrado, etc. Essa cultura comunitária e associativista foi, indubitavelmente, essencial para que no contexto das décadas de 1980 e 1990 esses camponeses, em defesa de seus costumes e direitos tradicionais, se organizassem para enfrentar a “nova onda do progresso”, da qual, diferentemente daquela discutida neste capítulo – relativa a primeira metade do século XX – eles eram o empecilho, o atraso, os “inimigos do Brasil que anda para frente”.

CAPÍTULO 2

A NOVA ONDA DO PROGRESSO: A INSERÇÃO DA UHE ITÁ NO ALTO URUGUAI – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

As famílias de colonos que se estabeleceram na região que delimitamos e nomeamos de Alto Uruguai, durante o processo de colonização eram entendidas pelos poderes públicos e pela opinião pública brasileira de modo geral, como os grandes arautos do progresso, promotoras da integração nacional, do desenvolvimento da região e, por correspondência, da nação. Com este discurso incorporado, os colonos segregaram grupos considerados mantenedores do atraso e da pobreza. Fomentaram, no Alto Uruguai, uma cultura híbrida, com elementos da tradição – manutenção de dialetos, práticas agrícolas, organização familiar, etc. – e das novas exigências socioeconômicas – produção para o mercado, apreço pela propriedade, ou aspiração a ela. A noção de progresso regional diferenciado é tão interiorizada que é comum encontrar publicações que defendem incisivamente que ali se vive em outro Brasil, que os problemas que afligem a população brasileira em geral são diminutos nas antigas regiões coloniais, que o desenvolvimento humano aí é indubitavelmente superior, etc.¹⁵²

Entretanto, é nesta região que tem origem alguns dos principais movimentos sociais de novo tipo¹⁵³ – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Indígena (MI) – que, na transição do século XX para o XXI, galgaram amplitude nacional. Este dado, de forma direta, contraria a tese da tranquilidade social inerente deste “espaço de progresso”. A população que marginava o leito do Rio Uruguai no fim da década de 1970 foi sacudida pela notícia da construção de 22 barragens, o que os

¹⁵² TRAMUJAS NETO, A. Passa a cuia, tchê! *Revista Leite Quente*, Curitiba, v. I, n. 2, jun. 1989.

¹⁵³ De acordo com Scherer-Warren, os novos movimentos sociais – ou movimentos sociais de novo tipo – têm por características não estar vinculado a um partido ou vanguarda política, atuarem no sentido de estabelecer um novo equilíbrio entre Estado e sociedade civil, entre dominadores e dominados; articulam-se com a colaboração voluntária de outras associações da sociedade civil, como as instituições de ensino e as Igrejas. SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 49-50.

obrigaria a deixar seu lugar de sociabilidade. Era, de novo, o progresso chegando à região. Mas, dessa vez com outros arautos.

Buscaremos analisar neste capítulo como se deu a inserção desses “novos ventos do progresso” no Alto Uruguai através da UHE Itá. Para tal consideramos importante abordar os veículos difusores desse empreendimento (o Estado, as construtoras estatais e privadas), o contexto legal que permitiu articulação desses para a execução da obra e os discursos “progressistas” e fatalistas que viam a UHE Itá, assim como suas variadas consequências socioambientais como algo inevitável e, mesmo, desejável.

2.1 Eletricidade como vetor de progresso: a regulação estatal do setor na década de 1960

As características dos rios da Bacia Hidrográfica do Uruguai – fortes corredeiras, a existência de barrancas (o que diminuiria o custo da construção de barragens, visto que os sinuosos vales, na verdade calhas, servem como barramento natural das águas), o acentuado desnível (o Rio Uruguai, da junção dos formadores até o encontro com o Peperi-Guaçú, na fronteira com a República Argentina, desce, em média, meio metro por Km)¹⁵⁴, etc. – revelou um potencial hidroenergético altíssimo, fazendo com que esta região se tornasse um dos principais canteiros de obras para a construção de barramentos hodiernos¹⁵⁵.

O potencial hidrelétrico do Rio Uruguai já havia sido percebido e utilizado por colonos através de rodas d’água e mesmo através da criação de uma pequena usina hidrelétrica em 1952, na comunidade de Borboleta Baixa, a aproximadamente 9Km da sede de Itá (no período, ainda não emancipada)¹⁵⁶. A Cooperativa de Força e Luz Itaense de Representação Ltda. (CFLIR), com 130 sócios, realizou as obras em forma de mutirão – característico da cultura associativista dos colonos do Alto Uruguai – entre 1947 e 1951. Oferecia energia elétrica às residências e às pequenas indústrias que se desenvolveram na região (principalmente fabriquetas de salame, de banha e alambiques), atuando até 1968, quando não pôde mais concorrer com a energia oferecida pelas Centrais Elétricas de Santa

¹⁵⁴ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 23.

¹⁵⁵ Atualmente existem 8 UHEs em funcionamento e outras 15 em fase de estudos, licitação, conclusão ou aguardando licença de operação dos órgãos públicos responsáveis. GT ENERGIA/FBOMSMAD; NAT. *Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: guia para ONGs e movimentos sociais*. 2006. Disponível em <http://www.internationalrivers.org/files/hidreletricasriouruguai.pdf> acesso em 13 de agosto de 2010.

¹⁵⁶ Em 1956 é que a vila de Itá é elevada à categoria de município, pela Lei nº 268 de 13 de novembro de 1956. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ. *História de Itá*. Disponível em <http://www.ita.sc.gov.br/conteudo/?item=21115&fa=4850&PHPSESSID=117f77506982f266a9fb678d9f84e7ba> acesso em 13/08/2010.

Catarina (Celesc) que passara a atuar em todo o estado catarinense¹⁵⁷.

A criação da CFLIR foi possível devido a então abstenção da União no que se refere à produção de energia elétrica e à regulamentação do uso dos recursos do solo, subsolo e rios¹⁵⁸. A normatização da exploração dos mesmos era de responsabilidade dos estados e municípios. Podemos afirmar que o governo federal somente tornou-se articulador e gerenciador efetivo dos recursos energéticos com a criação da estatal Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), em 1962, embora, desde 1934 já vigorasse o Código de Águas¹⁵⁹, legislação que só foi substituída pela Lei nº 9433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, mais conhecida como Novo Código de Águas¹⁶⁰.

Com o Código de Águas de 1934 e antes da criação do Ministério de Minas e Energia (MME), em 1961, e da Eletrobrás, em 1962, o Estado brasileiro timidamente buscava criar estatais para a exploração do potencial hidroenergético de suas bacias hidrográficas¹⁶¹, disputando espaço com empresas de capital privado como a *Brazilian Traction Light & Power Company* (Light) e a *American & Foreign Power Company* (Amforp). A primeira empresa estatal criada para atuar no setor, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), de 1948, já possuía em seu programa a política de geração de energia por meio da construção de grandes hidrelétricas¹⁶². A Chesf foi fundada com o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico da Cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, na altura do município de Paulo Afonso-BA¹⁶³.

Embora esboçando algumas iniciativas nas décadas de 1940 e 1950, é apenas no contexto da década de 1960 que uma política nacional de geração de energia elétrica começa a ganhar corpo. E isso se deve ao novo contexto internacional que se desenha e à inserção do Brasil nesta nova Divisão Internacional do Trabalho¹⁶⁴. Neste período, várias empresas

¹⁵⁷ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 56.

¹⁵⁸ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 11.

¹⁵⁹ DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934. *Código de Águas*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm acesso em 12/08/2010.

¹⁶⁰ LEI Nº 9433, DE 08 DE JANEIRO DE 1997. *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos*. Disponível em www.aneel.gov.br/cedoc/blei19979433.pdf acesso em 12/08/2010.

¹⁶¹ Até a criação da Chesf, a Light e a Amforp reuniam mais de 70% da capacidade instalada no país (652.000 kW do grupo Light e 157.000 kW do grupo Amforp). ESCELSA. *História da Energia Elétrica no Brasil*. Disponível em www.edpescelsa.com.br/aescelsa/historia-ee-brasil.asp acesso em 13 de agosto de 2010.

¹⁶² UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 12.

¹⁶³ CNAEE; DNPM. *Plano Nacional de Eletrificação*. 1946.

¹⁶⁴ De acordo com o sociólogo espanhol Manuel Castells, na Divisão Internacional do Trabalho vigente no pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo capitalista estava dividido entre países fornecedores de insumos e matérias-primas e países com tecnologia para transformar estas em novos produtos com valor agregado. CASTELLS, M. A Economia Informacional, a Nova Divisão Internacional do Trabalho e o Projeto Socialista. *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*. v. 17, 1992. p. 14.

eletrointensivas se deslocam de seus países de origem para regiões periféricas da economia capitalista mundial, fugindo das leis trabalhistas e ambientais que passam a pressioná-las para a criação de políticas salariais e de mitigação dos impactos sobre os biomas¹⁶⁵. É um período em que o Brasil se insere na produção mundial como um país exportador de insumos ou produtos intermediários de alto consumo energético e baixo valor agregado¹⁶⁶.

Já pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) o Brasil buscava, por meio de isenções fiscais e leis ambientais – e trabalhistas – atrativas, fomentar a instalação de indústrias multinacionais de base e de bens de consumo duráveis, como as do setor automobilístico e de eletrodomésticos¹⁶⁷. Tornava-se estratégico produzir energia elétrica, além de ofertá-la a baixos preços para as indústrias eletrointensivas. Com esta perspectiva, no último ano do governo Kubitschek foi aprovada a criação do MME, instalado em 1961, durante a curta administração de Jânio Quadros¹⁶⁸.

Tendo ainda por base a perspectiva estratégica da produção de energia, em 1962 é inaugurada a estatal Eletrobrás, que, de acordo com Cabral¹⁶⁹, se constituía num holding federal, gerenciando os investimentos do Fundo Federal de Eletrificação e buscando financiamentos de instituições de fomento internacional, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID)¹⁷⁰. A Eletrobrás não realizaria obras, mas, como holding, coordenaria a atuação das empresas regionais, a exemplo da Chesf (1948), da Furnas-Centrals Elétricas S. A. (1957), da Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul - 1968) e da Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte – 1974), suas subsidiárias¹⁷¹.

Em 1966 o governo militar do Brasil, inicia o Programa de Desenvolvimento Energético para a Região Sul, tendo no Consórcio Canambra seu aporte técnico. O estudo, encerrado em 1969, previa a construção de 25 represamentos só na Bacia do Rio Uruguai, além do desvio do Rio Canoas para outra bacia, a do Rio Itajaí, o que acarretaria inúmeros efeitos danosos à biodiversidade local¹⁷². Também acarretaria problemas de âmbito político,

¹⁶⁵ ESPÍNDOLA, M. A. *As Transterritorializações na Bacia do Rio Uruguai e o Alagamento Sistemático de Coletividades*. Florianópolis: s/n, 2009. (Tese de Doutorado em Geografia pela UFSC). p. 109.

¹⁶⁶ BERMANN, C. *Exportando a Nossa Natureza Produtos Intensivos em Energia: implicações sociais e ambientais*. Rio de Janeiro: Fase, 2004. p. 51-68.

¹⁶⁷ LAFER, C. *JK e o Plano de Metas: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

¹⁶⁸ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 13.

¹⁶⁹ CABRAL, L. M. M. *Eletrosul: 40 anos*. Rio de Janeiro: Centro de memória da Eletricidade no Brasil, 2008. p. 11.

¹⁷⁰ ESPÍNDOLA, M. A. *As Transterritorializações...* p. 43.

¹⁷¹ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 13.

¹⁷² ESPÍNDOLA, M. A. *As Transterritorializações...* p. 42.

visto que o suposto desvio diminuiria a vazão do leito normal do Rio Uruguai, comprometendo interesses não só de populações brasileiras, como também argentinas e, até mesmo, uruguaias¹⁷³.

O Projeto Uruguai, num primeiro momento, foi obscurecido por outro mais audacioso, o qual poderíamos chamar – para seguir um padrão – de Projeto Paraná (relativo ao aproveitamento do Rio Paraná). O Projeto Uruguai foi suplantado naquele momento – fins da década de 1960 e início da de 1970 – em especial pelo vislumbramento, por parte do poder público brasileiro, da possibilidade de construir a maior usina de produção hidroenergética do mundo, a UHE de Itaipu Binacional. De acordo com Ribeiro, o projeto – e a posterior obra – tinham como pano de fundo o tipo ideal de nação que se pretendia para o Brasil de então: “Esperava-se que a Nação fosse grande, o projeto refletia esta imagem de força e poder”¹⁷⁴. De acordo com Espíndola,

A matriz energética brasileira tomou traços definitivos nessa época [ditadura civil-militar], sendo que o *modus operandi* iniciado com os projetos da CANAMBRA foi mantido e desenvolvido: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e/ou o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) financiavam estudos sobre a viabilidade de usinas que, a seguir, eram incorporadas à planificação oficial e acabavam por ser construídas com recursos advindos de financiamentos das referidas instâncias multilaterais.¹⁷⁵

Na década de 1970, apenas a UHE do Passo Fundo, no rio de mesmo nome, das 25 que compreendiam o programa original para a Bacia do Rio Uruguai foi empreendida, sendo que a geração iniciou em 1973. A obra, localizada entre os municípios sul-riograndenses de São Valentim e Entre Rios do Sul¹⁷⁶, gerou uma série de problemas sociais na região. Muitos posseiros e arrendatários – grupos que não receberam nenhum tipo de indenização por não possuir o título de propriedade –, que dependiam das áreas de terras lindeiras ao rio que foram alagadas pelo reservatório, tornaram-se mão-de-obra ociosa, contribuindo para o aumento da pressão demográfica naquela região. Em conjunto com outros camponeses despossados por motivos diversos, no final da década de 1970, no Alto Uruguai Sul-riograndense e Catarinense, estes atingidos deram origem ao que viria a ser, em 1985, o MST¹⁷⁷.

¹⁷³ BOAMAR, P. F. de A. *A Bacia do Rio Uruguai e o Setor Elétrico Brasileiro: as obras, os conflitos e as estratégias*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002. p. 20.

¹⁷⁴ RIBEIRO, M. de F. B. *Itaipu, A Dança das Águas: histórias e memórias de 1966 a 1984*. Campinas, SP: s/n, 2006. (Tese de Doutorado em História pela Unicamp). p. 21.

¹⁷⁵ ESPÍNDOLA, M. A. *As Transterritorializações...* p. 43.

¹⁷⁶ CABRAL, L. M. M. *Eletrosul...* p. 31.; TRACTEBEL.; SUEZ. *UHE Passo Fundo*. Folder de divulgação sem data definida.

¹⁷⁷ SILVA, É. N. da. *Formação e Ideário do MST*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004. p. 37.

2.2 A UHE Itá e a legislação ambiental

Os estudos para o aproveitamento da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai foram reformulados pela Eletrosul com assessoria do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S. A. (CNEC) entre 1977 e 1981¹⁷⁸. É conveniente lembrarmos que, de acordo com Uczai¹⁷⁹, as populações que seriam atingidas pelos empreendimentos, foram informadas – extraoficialmente – por meio de agentes ligados às alas progressistas da ICAR e da IECLB em 1979. Em contraste, a voz oficial do Consórcio Itá¹⁸⁰, afirma que a divulgação do projeto, além dos possíveis alagamentos da UHE Itá, foi realizada por executivos da Eletrosul para as autoridades e comunidade geral em reunião aberta em novembro do mesmo ano. Acreditamos ser a assertiva de Uczai mais plausível, visto que em 1979 o Projeto Uruguai ainda encontrava-se em fase de elaboração, além de que, de acordo com o inventário, a prioridade, no tocante às obras, era a UHE Machadinho e não a UHE Itá.

O Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai (EIHU), tinha como referencial para a sua elaboração, os indicadores de crescimento da demanda de energia para o sul do Brasil, embora havia a possibilidade de interligação com a rede elétrica do sudeste, levando a energia produzida no Alto Uruguai para regiões mais distantes. Os resultados apresentados vislumbravam a construção de 22 barragens, sendo 19 para a geração e 3 para a regulação de vazão. Este complexo hidrelétrico é que denominamos Projeto Uruguai. O potencial estimado ficava na casa dos 10.000 MW. O estudo também apontava para duas obras como prioridades: Machadinho (com potencial previsto inicialmente para 1.400 MW) e Itá (com previsão de geração de 1.450 MW), respectivamente¹⁸¹.

Em obra comemorativa aos 40 anos da fundação da Eletrosul, Cabral afirma que “Ao levantamento de praxe [...] foram acrescentadas análises socioeconômicas e físico-territoriais, que incluíram estudos de campo das áreas a serem impactadas pelos aproveitamentos recomendados pelo relatório final”¹⁸², induzindo que essa prática partiu de uma iniciativa da própria empresa. Entretanto, de acordo com o geógrafo Espíndola¹⁸³, foi a partir da pressão de movimentos ambientalistas na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano de Estocolmo, em 1972, que as instituições de fomento, como os já

¹⁷⁸ CNEC; ELETROSUL. *Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai*. Florianópolis: Eletrosul, 1981.

¹⁷⁹ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 1.

¹⁸⁰ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 62.

¹⁸¹ CNEC; ELETROSUL. *Estudo de Inventário...*

¹⁸² CABRAL, L. M. M. *Eletrosul...* p. 60.

¹⁸³ ESPÍNDOLA, M. A. *As Transterritorializações...* p. 43.

citados BIRD e BID, passaram a exigir a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)¹⁸⁴ quando da construção de hidrelétricas¹⁸⁵. No Brasil, apenas com a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente¹⁸⁶, e com a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), de 1986, é que o EIA, e seu respectivo RIMA, tornam-se obrigatórios¹⁸⁷.

De acordo com a Resolução nº 1 do Conama, toda obra de aproveitamento hídrico para a geração de energia que ultrapassasse 10MW dependia, para sua aprovação, do desenvolvimento do EIA e do RIMA, os quais seriam submetidos à avaliação do órgão estadual competente e do IBAMA. O EIA deveria contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização, avaliar se os impactos ambientais e socioeconômicos seriam compensados pela obra, definir a área geográfica do impacto. Também deveria conter uma avaliação dos impactos acarretados no caso da não-realização do empreendimento.

Além disso, o desenvolvimento do EIA deveria ser realizado por um grupo multidisciplinar de pesquisadores sem vínculos diretos – e mesmo indiretos – com o proponente do projeto. Entretanto, era comum que as empresas interessadas realizassem os estudos de impactos ao meio ambiente apenas como exigência legal para a continuidade do projeto. Muitas vezes as equipes contratadas para realizar o EIA e o RIMA eram ramificações das próprias construtoras, como o que acontece com o CNEC, do Grupo Camargo Corrêa¹⁸⁸, um dos principais construtores de hidrelétricas no Brasil, atuando em conjunto, em muitos casos, com a Eletrosul. Conforme Andrade e Castro, em estudo sobre os impactos da construção de hidrelétricas sobre a cultura e sociabilidade de comunidades indígenas da Reserva do Xingu, em específico sobre a construção da UHE do Xingu (PA):

Apenas agora, na fase final dos estudos de viabilidade, quando todas as variáveis físicas do projeto estão de fato determinadas sem nenhuma alternativa, a Eletronorte através de uma empresa consultora, CNEC, dedica-se a realizar levantamentos relâmpago e a elaborar relatórios de ‘impactos

¹⁸⁴ O EIA é um diagnóstico detalhado das condições ambientais da área de influência do projeto antes de sua implantação. Deve considerar o solo, o subsolo, o ar, as águas, o clima, as formas de vida, os ecossistemas naturais e o meio sócio-econômico. O RIMA é o resumo do EIA demonstrando em linguagem acessível à toda a comunidade todas as vantagens e desvantagens, ambientais, sociais e econômicas. FATMA. *EIAs*. Disponível em http://www.fatma.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=97&Itemid=225 acesso em 16 de agosto de 2010.

¹⁸⁵ GODOY, A. M. G. A Conferência de Estocolmo: evolução histórica 2. Setembro de 2007. Disponível em http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/desenvolvimento-sustentvel-evoluo_16.html acesso em 16 de agosto de 2010.

¹⁸⁶ LEI Nº 6.983 DE 31 DE AGOSTO DE 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm acesso em 11/08/2010.

¹⁸⁷ CONAMA. *Resolução Nº 1, de 23 de janeiro de 1986*. Disponível em www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html acesso 08/08/2010.

¹⁸⁸ ESPÍNDOLA, M. A. *As Transterritorializações...* p. 50.

sociais' para cumprir exigências legais.¹⁸⁹

Raramente era cumprida a determinação de propor alternativas de produção de energia ao invés da construção da barragem. A obra torna-se um fato dado e inegável no discurso técnico-político das empresas proponentes nos documentos divulgados ao público. Não é colocada em questão. Aparece como causa absoluta, cuja concepção e execução é subtraída a qualquer exame,

se transforma em verdadeira instância transcendental, condição incondicionada, fato consumado [...]: a obra de engenharia transforma-se em obra do destino; [...] é passada como catástrofe (ou, como preferem os planejadores, milagre) natural, acontecimento que se gesta e gere fora do alcance da realidade política da sociedade, em particular dos setores sociais afetados.¹⁹⁰

Como os levantamentos do EIA/RIMA são *post facto* limitam-se a minimizar, mitigar, neutralizar os impactos ambientais e sociais. Estes últimos, sobretudo, são encarados pelas empresas do setor como um problema a ser resolvido a qualquer custo, de modo a não representar empecilho para o prosseguimento da obra¹⁹¹. Assim concebida a questão social, as referidas ações mitigadoras propostas não atendem às demandas dos atingidos.

Esse cuidado com as questões ambientais e sociais contradizem o discurso oficial que considera o modelo de exploração hidrelétrica no Brasil em consonância com o paradigma da sustentabilidade. Por este, conforme Zhouri e Oliveira, os padrões de consumo que reclamam pela obra são postos em discussão, além dos valores sociais – não só econômicos portanto – e os interesses subjacentes.

Nesse sentido, o paradigma da sustentabilidade exige uma análise efetiva acerca da viabilidade socioambiental da obra, contemplando as potencialidades do ambiente em que ela se insere e sua relação com os usos e significados atribuídos ao território local.¹⁹²

A UHE Itá não fugiu à regra no que concerne à confecção do EIA/RIMA. A empresa responsável, a CNEC, embora não possuísse vínculos diretos com a Eletrosul, conforme determina a Resolução nº 1 do Conama, estava ligada diretamente a uma das maiores

¹⁸⁹ CASTRO, E. V. de; ANDRADE, L. M. M. de. *As Hidrelétricas do Xingú e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. p. 7-8.

¹⁹⁰ CASTRO, E. V. de; ANDRADE, L. M. M. de. *As Hidrelétricas do Xingú...* p. 10.

¹⁹¹ SIGAUD, L. M. Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas. Instituto de Estudos Avançados. Coleção Documentos. Série Ciências Ambientais-USP. nº 16, março de 1994. p. 3.

¹⁹² ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Revista Ambiente e Sociedade*. Campinas. v. X, nº 2, julho/dezembro de 2007. p. 122.

construtoras que, com a aprovação do projeto – que impreterivelmente dependia do resultado do EIA/RIMA – poderia custear uma disputa licitatória. Devemos, entretanto, salientar que as obras da UHE Itá não foram empreendidas pelo Grupo Camargo Corrêa e, nem mesmo, pela Eletrosul. Após a elaboração dos estudos de viabilidade e de algumas aquisições de terras marginais por parte da estatal, a obra ficou paralisada por quase uma década. Isso se deu em decorrência da crise da dívida, quando da declaração da moratória por parte do governo brasileiro aos credores internacionais¹⁹³. A UHE Itá foi concluída após a privatização do parque gerador da Eletrosul, no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-8¹⁹⁴). Mas a elaboração do EIA/RIMA pelo CNEC permite perceber o jogo de interesses envolvidos no empreendimento. É importante destacar também que após a privatização do parque gerador da Eletrosul, não foi elaborado um novo estudo de impactos ambientais, de modo a atualizar os dados contidos no de 1990.

Deste modo, a UHE Itá se insere no que Zhouri e Oliveira¹⁹⁵ denominam paradigma da adequação – ou no que Parmigiani¹⁹⁶ chama de teoria dos impactos sociais –, pelo qual a paisagem deve ser modificada e adaptada – adequada – aos objetivos do projeto técnico. Com efeito, no caso em estudo, não foram discutidas as necessidades efetivas e a viabilidade socioambiental da obra, como verificamos na elaboração do EIA/RIMA e, veremos adiante, no trato com os atingidos.

No documento RIMA¹⁹⁷, segundo seus elaboradores, está o resultado de um estudo comparativo entre diferentes fontes de energia. Tomou-se como base, para a comparação dos custos (sociais, ambientais e econômicos), usinas que utilizassem combustíveis comercialmente disponíveis e que fossem capazes de gerar em média 930 MW. Outro parâmetro era a sua instalação na região sul do Brasil. A opção por hidrelétrica foi considerada mais proveitosa em todos os quesitos “analisados”, em especial nos que concerniam à potência instalada – declarada, no estudo, como 1620 MW – e custo total da energia gerada – US\$ 19,20 por MW/h. As alternativas contrastadas foram lenha (com custo estimado em US\$ 72,6 por MW/h), carvão mineral (US\$ 47,6 por MW/h), óleo combustível (US\$ 48,1 por MW/h), óleo pré-tratado (US\$ 43,0 por MW/h), gás natural (US\$ 37,2 por MW/h) e energia nuclear (US\$ 76,0 por MW/h). Outras opções, como energia eólica e solar, não foram sequer consideradas, pois, conforme o texto do relatório, “mostraram-se por demais

¹⁹³ CABRAL, L. M. M. *Eletrosul...* p. 74.; CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 107.

¹⁹⁴ Reeleito, Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil até 2002.

¹⁹⁵ ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. *Desenvolvimento...* p. 122.

¹⁹⁶ PARMIGIANI, J. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela Barragem de Salto Caxias/PR. *Revista Tempo da Ciência*. v. 13, nº 26, 2º semestre de 2006. p. 109.

¹⁹⁷ CNEC; ELETROSUL. *RIMA: Usina Hidrelétrica Itá*. Florianópolis: Eletrosul, 1990. p. 3-4.

caras, estando ainda em estágios iniciais de desenvolvimento tecnológico.”¹⁹⁸.

Além das substanciais vantagens nos itens antes referidos, o documento aponta também que, para a geração elétrica por força hídrica, o investimento em combustível (seja por meio de importação ou mesmo produção auxiliar) – imprescindível nas opções lenha, gás natural, carvão, óleos e energia nuclear – é zero¹⁹⁹. Temos que lembrar que os estudos que compreendem o complexo EIA/RIMA para a UHE Itá foram concluídos em 1990²⁰⁰, sendo que a determinação para a construção da UHE Itá é de 1981. Além disso, as demarcações iniciaram em 1984 e a previsão de conclusão era para 1989. Várias áreas de terra já haviam sido adquiridas pela Eletrosul e algumas construtoras já se articulavam para a edificação da obra. O EIA/RIMA, obrigatório apenas a partir de 1986, foi elaborado como cumprimento de uma determinação legal, com vista a pleitear financiamentos de agências internacionais de fomento, não encampando uma discussão efetiva sobre as viabilidades do projeto e de alternativas que não deflagrassem problemas de ordem social como o deslocamento de populações de áreas de produção agrícola. Podemos inferir, inclusive, que caso a obra seguisse o cronograma original, ficaria pronta antes mesmo do estudo que avaliaria a sua viabilidade²⁰¹.

2.3 A UHE Itá, o progresso e o fatalismo ou o progresso como fatalidade

Anteriormente afirmamos que, quando da divulgação do Projeto Uruguai, entre os dois empreendimentos considerados prioritários, o da UHE Machadinho estava relacionado como o primeiro e o da UHE Itá o subsequente. Entretanto, devido a problemas de caráter ambiental e político, a ordem fora invertida. Acreditamos que o apoio declarado das autoridades político-administrativas dos municípios atingidos, em especial da prefeitura de Itá-SC, foram fundamentais para tal inversão.

Em Itá, as autoridades públicas instituídas, principalmente a prefeitura, organizaram uma comissão com o objetivo de planejar a relocação do núcleo urbano do município. A Comissão para Relocação de Itá (CRI) participou, juntamente com representantes dos poderes

¹⁹⁸ CNEC; ELETROSUL. *RIMA*... p. 3.

¹⁹⁹ CNEC; ELETROSUL. *RIMA*... p. 4.

²⁰⁰ O *EIA* foi concluído em 1989 [CNEC; ELETROSUL. *EIA*...], entretanto a versão sintética só o foi em 1990. Como há a obrigatoriedade de ambos os documentos, consideramos que o complexo *EIA/RIMA* só fora concluído com a divulgação do relatório de acesso público.

²⁰¹ PICOLI, B. A. Setor Elétrico e Meio Ambiente: implicações na construção da Hidrelétrica de Itá no Alto Uruguai nas décadas de 1980 e 1990. *Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional*. 18 e 19 de novembro de 2010. Passo Fundo: UPF. p. 141.

públicos de SC e do RS e de técnicos da estatal, do Grupo Operacional para Relocação de Itá (Gori)²⁰². Os membros do Gori decidiram pela edificação da nova cidade em um espigão²⁰³ – diferentemente da original, localizada em um vale. Neste contexto foram elaborados o Plano de Mudança, o Plano Urbano e os projetos arquitetônicos. A Eletrosul negociava a aquisição de lotes apenas com os proprietários, o que, de acordo com Uczai, fazia parte da visão patrimonialista dominante no Setor Elétrico do período pós-1979²⁰⁴.

A cidade de Itá, que emprestou seu nome para a usina hidrelétrica, está localizada no oeste catarinense, na região que delimitamos como Alto Uruguai, a uma altitude média de 570m em relação ao nível do mar. Atualmente possui área de 165 Km² e, embora a construção da barragem e a utilização do lago fomentou a atividade turística, trata-se de uma cidade de cultura agrícola²⁰⁵, sendo difícil, como Peixer denota, caracterizar o cidadão itaense como urbano²⁰⁶. Itá é a sede do município, onde se concentram algumas atividades vitais para as demais comunidades rurais, como a Paróquia, as escolas, os bancos e o poder administrativo. O mapa a seguir nos ajuda a localizar a cidade na região do Alto Uruguai. Os demais municípios atingidos, de ambas as margens, têm características semelhantes à exceção, talvez, de Concórdia-SC, com uma população urbana maior²⁰⁷ – embora isso se deva a instalação de agroindústrias no município e muitos moradores têm origens em fluxos de êxodo rural. Quando mencionarmos o termo urbano, em referência aos moradores de Itá – ou mesmo de outras cidades atingidas – deve ficar evidenciada esta ressalva. Contudo, é importante perceber que com a construção da UHE Itá muitos moradores da sede vivenciaram a expectativa de, enfim, tornarem-se “urbanos”.

²⁰² CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 62.

²⁰³ Espigão é uma elevação alongada divisor de águas. BRANDALIZE, M. C. B. Topografia: apostila 3. Curitiba: PUCPR, p.101. Disponível em <http://www.topografia.com.br/br/informacao/download.asp> acesso em 12 de outubro de 2010.

²⁰⁴ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 99.

²⁰⁵ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas: o caso da cidade de Itá em Santa Catarina*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 21.

²⁰⁶ PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica*. Florianópolis: s/n, 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política pela UFSC). p. 1.

²⁰⁷ IBGE. *Dados do Censo 2010 publicados do Diário Oficial da União do dia 04 de novembro de 2010*. Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=42 acesso em 17/01/2011.

divulgação à população, foi omitido o alagamento da sede. Para Peixer, o desconhecimento inicial da submersão da sede criou entre os setores administrativo e comercial a perspectiva de lucrar com a obra, “Esperava-se pelo crescimento do mesmo [do município], sendo tal perspectiva incentivada pela empresa construtora”²¹¹. A Eletrosul, através da propaganda, difundia a ideia de que o município encontrava-se atrasado – econômica, social e culturalmente – constituindo-se a usina em uma verdadeira redenção. Conforme a autora citada,

a estratégia utilizada pela empresa era, em um primeiro momento, não liberar todas as informações e dados sobre a área e sobre o projeto. Em um segundo momento, liberou as informações e, simultaneamente, fez um trabalho de marketing, de venda de um produto, informando sobre o ‘progresso’ que viria para a região e sua inevitabilidade.²¹²

Percebemos que predominava um tom fatalista sobre a construção da obra. É importante nos atermos ao fato de que o período em questão sucede o regime civil-militar, quando toda forma de manifestação era reprimida e enquadrada no Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969²¹³, também conhecido como Lei de Segurança Nacional. No pós-1979 – ou melhor, pós-Lei da Anistia²¹⁴ – era preciso, por parte do Estado, empresas construtoras e seus representantes, criar um clima de inevitabilidade, de fato dado e, mesmo antes de o ser em si, consumado, visto que já era permitida a mobilização popular. A perspectiva fatalista sobre a construção da UHE Itá ainda encontra adeptos, mesmo na produção historiográfica acadêmica.

Compreendemos como fatalismo, tendo como aporte Abbagnano²¹⁵, não uma postura teórica ou uma perspectiva filosófica, mas uma forma específica de atitude – ou melhor, de ausência desta. A noção pode ser aplicada à uma percepção coetânea ao acontecimento – diante da articulação de forças superiores – ou, como é o caso dos trabalhos historiográficos, a indução de que as lutas, resistências, mobilizações, eram dispensáveis, visto sua ação efêmera ante a grandeza do que, em algum momento, se impôs.

Um exemplo desta abordagem é a obra de Sartoretto, desenvolvida inicialmente como dissertação de mestrado em História – com ênfase em história regional – pela UPF e,

²¹¹ PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...* p. 24.

²¹² PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...* p. 24.

²¹³ DECRETO-LEI Nº 898 DE 29 DE SETEMBRO DE 1969. *Define os Crimes Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social, Estabelece seu Processo e Julgamento e dá Outras Providências*. Disponível em www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69 acesso em 09 de setembro de 2010.

²¹⁴ LEI Nº 6.683 DE 28 DE AGOSTO DE 1979...

²¹⁵ ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia...* p. 499.

posteriormente, publicada na íntegra pela editora da mesma universidade. A autora tem por objetivo localizar, no espaço e no tempo, a história de Itá, além de relatar a percepção da comunidade diante da inundação e da subsequente transição – relocação – em um novo espaço: a Nova Itá. Logo na introdução de seu trabalho, Sartoretto apresenta o posicionamento teórico que sustentará, com um ou outro momento de variação, por todo o texto: a inevitabilidade do projeto contra o qual os habitantes “não tinham como lutar”. A passagem a seguir aponta tal perspectiva:

Através dos depoimentos orais pudemos ampliar a compreensão dos acontecimentos, dos momentos de conflitos e permanências, bem como da impotência dos ex-moradores diante de uma situação irreversível e de um poder contra o qual não podiam lutar²¹⁶.

A população local, conforme análise realizada por Sartoretto, recebeu a notícia com certo otimismo, pois a barragem – e tudo mais que ela trazia – representava o “progresso”. Tal perspectiva só teria sido abalada quando se confirmou que a sede do município seria totalmente inundada.

Diante da realidade do alagamento da sede, a população em geral começou a viver momentos de angústia e incerteza. O progresso tão almejado passava a ter um preço mais alto do que o esperado; então, as expectativas para o futuro do local, nesse momento, foram engolidas pelas águas.²¹⁷

Entretanto, algumas páginas adiante, afirma que se não fosse o “infortúnio” da construção da barragem Itá continuaria sendo uma pacata cidadezinha agrícola²¹⁸. Em linhas gerais, o progresso custou um preço alto, mas, de modo irreversível, chegou. De modo semelhante, o “livro-monumento” do Consórcio Itá, assim aponta:

A história recente da região do Alto Uruguai foi marcada por lutas e desafios, primeiro para ultrapassar os limites impostos pela natureza e depois para criar condições socioeconômicas favoráveis para toda sua população. Apesar das dificuldades enfrentadas, esta é uma história de vencedores: gente que dominou a natureza, progrediu e organizou uma sociedade com boa qualidade de vida. Com a deflagração da construção da Usina Hidrelétrica Itá, um novo capítulo se abriu para todos os moradores e municípios da região. Em intensidade e dimensão diferentes, como seus antepassados, eles tiveram que enfrentar desafios e se preparar para um novo futuro.²¹⁹

²¹⁶ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 25.

²¹⁷ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 37.

²¹⁸ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 98.

²¹⁹ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 58.

Sobre a atuação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), Sartoretto infere que foi nesse momento – da revelação da inundação do perímetro urbano – de angústia coletiva, de incertezas, que esta exerceu certa influência entre os moradores da sede de Itá, pressionando a Eletrosul pelo cancelamento do Projeto. Entretanto, a comissão dos atingidos foi, conforme a autora, substituída pela CRI, apontada pela mesma como a porta-voz legítima da população. Diante desse quadro, a estatal teria investido – publicitariamente – na construção da nova sede. “Nesse contexto adverso, a Eletrosul, consciente ou inconscientemente, passou a ver a relocação de Itá como uma oportunidade para demonstrar a sua nova postura na mitigação dos impactos.”²²⁰. Podemos inferir que a autora considera que, a partir de Itá-SC, a política implementada pela empresa tomou um novo direcionamento no que concerne ao tratamento das populações atingidas. Quando fala em mitigação de impactos ressalta a preocupação da estatal em criar um novo espaço de sociabilidade que substituiria o anterior e o superaria em infraestrutura. Ao omitir a influência da CRAB nos processos decisórios, a autora busca deslegitimá-la como movimento de representação popular no Alto Uruguai.

De acordo com Sartoretto, o processo de transição da população da velha para a nova Itá foi acelerado devido à “destacada” ação da Eletrosul que, ao transferir as instituições públicas – escola, prefeitura, rodoviária, etc. – para a nova cidade, forçou a população a fazer o mesmo caminho. Ressalta a preocupação dos arquitetos em construir uma cidade-modelo e da prefeitura e da estatal em agradar a opinião pública realizando festas na nova sede. Enquanto isso, os moradores, de forma resignada, foram “adaptando-se ao novo espaço físico e às novas diretrizes, recriando seu espaço e introduzindo mudanças no planejamento de suas atividades na nova cidade.”²²¹ Podemos afirmar que, enquanto enfrentava a oposição dos camponeses, a Eletrosul promovia excursões para a nova sede urbana, com o objetivo de reforçar a ideia de progresso e redenção, embutidos no discurso das benesses de uma hidrelétrica, entre os habitantes do Alto Uruguai.

A evidência – no sentido de que se faz visível – da perda do espaço de sociabilidade gera crises de identidade, as quais, por sua vez, geram ressentimentos – buscar sentir de novo, reencontrar as origens, saber de onde se vem, etc. Os habitantes questionavam-se sobre como preservar as tradições, as amizades, (re)começar. Sartoretto, por sua vez, ressalta que uma das principais consequências desse tipo de processo é relativo ao sentimento de impotência, fator que cria uma marca na memória coletiva. Infere que migrações são processos comuns,

²²⁰ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 33.

²²¹ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 66.

inerentes a todas as sociedades²²². Ressaltando a questão da impotência e naturalizando os processos migratórios, a autora desistoriciza o tema. Não haveria enfrentamento, mas, sim, uma sucessão de eventos inevitáveis.

A nova sede urbana do município de Itá foi construída a aproximadamente 5Km da antiga. Com um desenho arquitetônico diferenciado – visto a anormalidade da construção de uma cidade inteira sem a espontaneidade comum à maioria das ocupações humanas – Itá foi projetada para ser um símbolo, um baluarte, denotando os novos tempos no que concernia à relação entre a população atingida por um empreendimento hidrelétrico e a empresa construtora. Em tom ufanista, a empresa e seus defensores afirmavam que Itá se erguia como um monumento. Destacam que a infraestrutura oferecida pelo projeto é muito superior à da antiga cidade. O novo espaço, no processo de territorialização e após o mesmo, possibilita

o encontro das pessoas em espaços abertos, tais como praças, quadras polivalentes, ruas arborizadas e calçadas floridas, que oferecem condições para passeios e para contemplação da paisagem. Na cidade antiga, a população não era contemplada com essa realidade.²²³

Para o discurso oficial, a nova cidade, além de seus benefícios paisagísticos, teve especial influência em uma questão de saúde pública, visto que o novo traço urbanístico – muito alongado – fez com que os moradores criassem novos hábitos. Sartoretto, por exemplo, afirma que o novo traçado forçou os moradores a caminhar mais para desfrutar de tal infraestrutura, contribuindo, por essa feita, até para o abandono de um estilo de vida sedentário²²⁴.

As relações entre a população e a Eletrosul, entretanto, não foram tão amistosas quanto este discurso quer afirmar. Muitos conflitos de interesse se desenharam entre estes grupos. A começar pelo tipo de revestimento definido para as ruas. No período de divulgação da nova cidade, para obter apoio da população a ser relocada, a estatal garantiu que devido à vocação turística que a nova sede teria as ruas todas seriam revestidas de asfalto, não com lajotas ou pedra. O asfalto é mais do que um revestimento, é um símbolo do progresso. Uma cidade em que todas as ruas são asfaltadas seria uma cidade moderna, funcional, que só teria a crescer. Era um elemento de diferenciação para os moradores de Itá frente aos moradores de municípios vizinhos. Entretanto, durante o andamento da construção, conforme aponta

²²² SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 42.

²²³ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 76.

²²⁴ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 58.

Peixer²²⁵, a prefeitura e a Eletrosul decidiram pelo revestimento com lajotas. A população da sede não foi simpática à decisão, pois frustrava suas pretensões “desenvolvimentistas”. Pressionados – e com o objetivo de fazer de Itá um modelo, inclusive no que concerne ao “gosto popular” – os poderes referidos asfaltaram as vias.

Outro símbolo de progresso e ostentação é a moradia. Havia, entre a população urbana de Itá, certo fetiche por casas de alvenaria. A maioria, porém, vivia em casas de madeira, algumas das quais construídas pela geração anterior. A perspectiva de trocar a sua velha casa de madeira por uma nova, de “material”, alimentou em muitos o desejo de ver pronta a cidade nova. Entenderam-se como beneficiados, agraciados²²⁶. A construção de uma nova sede para a cidade que emprestaria o nome à usina foi encetada como uma chance, por parte do Setor Elétrico, em especial a Eletrosul, de melhorar sua imagem, principalmente no que concernia aos problemas sociais promovidos pela construção de grandes empreendimentos hidrelétricos. A partir de Itá, devido à incisiva propaganda, hidrelétricas passaram a significar, no construído imaginário social, a redenção de uma região, um novo fôlego de crescimento. Enfim, de novo, o progresso.

Durante a construção das moradias muitos problemas emergiram, principalmente no que concerne à escolha dos materiais, ao tamanho dos cômodos – especialmente da cozinha²²⁷ –, à posição da varanda²²⁸, etc. Percebemos aqui uma contraposição de duas lógicas, de duas formas de morar. Para os técnicos, a casa é um objeto funcional, um local de repouso, de satisfação de algumas necessidades básicas, não é um espaço para o lazer. Já para os moradores, a casa é um território, um enraizamento num mundo específico, representa trabalho (para tê-la), respeito, costumes, representatividade social, etc.

Algumas casas levaram até quatro anos para ser construídas, ficando seu futuro morador residindo ainda na cidade a ser inundada²²⁹. Mesmo assim Sartoretto defende que, estruturalmente, os itaenses foram beneficiados, tendo em vista que muitos habitavam em

²²⁵ PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...* p. 51.

²²⁶ Em recentes visitas realizadas ao município de Itá, para fins de coletar fontes para esta pesquisa, pudemos perceber que muitos moradores, em conversas informais, mantêm esta perspectiva viva, embora ressignificada, visto que as projeções de crescimento para o município não se concretizaram, ou, ao menos, se deram parcialmente.

²²⁷ Para o colono – e os habitantes da sede de Itá tinham origem camponesa – a cozinha é o lugar por excelência das reuniões sociais, onde se toma o chimarrão, se passa a tarde a fazer biscoitos, bolos, cucas, etc., se fala sobre assuntos de foro íntimo. Além de ser na própria cozinha onde ocorriam as refeições. Sendo assim, precisa ser o maior cômodo da casa, o que ia em desacordo com as propostas dos arquitetos. PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...* p. 72.; SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 124-5.

²²⁸ A questão central aqui é a posição da varanda com relação ao sol. Para os arquitetos da estatal, os quartos é que deveriam ficar mais protegidos do sol do entardecer, relegando assim à varanda uma posição defronte ao sol. Já no costume local, a varanda deveria ficar na sombra, visto que era onde se tomava o chimarrão de fim de tarde. PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...* p. 74.

²²⁹ PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...* p. 54.

casas de madeira e velhas e, ao se estabelecerem na nova sede, receberam, da empresa, casas de alvenaria que, embora apresentassem alguns problemas, representaram uma elevação do *status* social²³⁰. Todavia, na casa, não se configuram apenas valores monetários, mas também simbólicos: representa o trabalho, o sofrimento, o esforço para criar os filhos. Enfim, na casa se estabelecem valores que não podem ser contabilizados, nem mesmo racionalizados.

2.4 A privatização pelo progresso: a realização da UHE Itá por empresas consorciadas

A nova cidade de Itá-SC foi inaugurada oficialmente em 1996, já as obras da barragem encontravam-se paradas e, por parte do poder público, sem previsão de início. Muitos moradores da região, principalmente os camponeses organizados em torno da CRAB, não acreditavam mais que a obra pudesse sair do papel²³¹. Entretanto, algumas alterações nas leis de concessão do direito de exploração de recursos hídricos e energéticos, durante os governos de Itamar Franco (1992-4) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), modificaram esse quadro, permitindo que novos atores entrassem em cena. Na prática, as leis e decretos romperam um monopólio que, desde a fundação da Eletrobrás, em 1962, garantia ao Estado controle sobre os empreendimentos de produção de energia – em nosso caso específico, energia hidrelétrica.

De acordo com o projeto original para a construção da UHE Itá, as obras deveriam iniciar em 1984 e a usina deveria entrar em funcionamento em 1989. Entretanto, fatores de caráter econômico (corte no financiamento devido ao não pagamento da dívida pelo governo brasileiro), naturais (grande cheia de 1983 que alterou o regime hidrológico da bacia) e sociais (mobilização da CRAB, com auxílio de setores progressistas da IECLB e da ICAR) forçaram o seu adiamento. Além disso, com as mudanças na legislação ambiental, anteriormente citadas, o projeto precisava ser reavaliado – o EIA/RIMA só foi concluído em 1990. Neste contexto, a obra saiu do programa de prioridades do governo brasileiro e só foi retomada uma década depois, em 1996, após uma série de mudanças na legislação que tiraram do Estado o monopólio sobre os recursos hídricos para a produção de energia²³².

Em 1993, dentro do Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado no interrompido governo de Fernando Collor de Melo (1990-2), o presidente Itamar Franco, por

²³⁰ SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas...* p. 98.

²³¹ “Pedro”, 42 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

²³² CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 107.

meio do Decreto Nº 915, de 6 de agosto, autoriza, pelo Artigo 1º, a formação de consórcios entre empresas privadas a fim de produzir energia para consumo das mesmas. Entretanto, no Artigo 4º, estabelecia que os autoprodutores poderiam comercializar a energia excedente, desde que de acordo com as leis instituídas. Além disso, ficou permitida, pelo Artigo 6º, a criação de consórcios entre empresas públicas (como é o caso da Eletrosul) e empresas privadas, mas apenas para aproveitamentos hidrelétricos²³³.

No tocante a UHE Itá, em 1994 o edital de licitação propunha a formação de um consórcio privado que, em parceria com a Eletrosul, tirasse do papel a usina hidrelétrica. A estatal ficaria responsável pela obra, pela área do reservatório e por todas as questões socioambientais que a mesma envolvia. As empresas privadas investiriam o capital necessário para o empreendimento e poderiam, ao início da geração dispor de uma substancial parte da energia auferida. O consórcio que logrou êxito na licitação era formado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), pela OPP-Odebrecht S. A. e pela Companhia de Cimento Itambé. Essa associação de interesse imediato recebeu a denominação Consórcio Itá Energética S. A. (Itasa). O contrato assinado com o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), em 28 de dezembro de 1995, garantia ao Consórcio Itá – formado pela junção da Eletrosul (39%) com a Itasa (61%) – a concessão para geração elétrica na UHE Itá por 35 anos²³⁴.

É interessante perceber que os consórcios privados recorriam a financiamentos públicos para a execução da obra. Em outras palavras, o Estado brasileiro concedia a grupos de capital privado o direito de explorar energia elétrica desde que injetassem dinheiro em suas obras e, concomitantemente, financiava estes grupos de modo que pudessem fazer a necessária inversão. Só a Itasa obteve financiamentos que totalizaram, segundo documento publicado pelo Consórcio Itá, R\$ 700 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para finalizar as obras da UHE Itá, que reiniciaram em março de 1996²³⁵. É importante salientar que neste período já havia entre os camponeses reunidos na CRAB e a Eletrosul uma série de acordos e compromissos que não foram contabilizados pelas empresas privadas consorciadas, conforme veremos adiante.

As obras atraíram milhares de pessoas, conhecidas na região como barrageiros, em busca de emprego. No pico da obra, aproximadamente 4500 pessoas trabalhavam na construção. A população de Itá chegou a cerca de 20 mil pessoas, contabilizando os antigos

²³³ DECRETO Nº 915 DE 6 DE AGOSTO DE 1993. *Autoriza a Formação de Consórcios para Geração de Energia Elétrica*. Disponível em www.aneel.gov.br/cedoc/dec1993915.pdf acesso em 11 de agosto de 2010.

²³⁴ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 96.

²³⁵ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 96.

moradores, os trabalhadores das barragens e seus familiares. Os números da UHE Itá impressionam:

No canteiro chegaram a circular, ao mesmo tempo, cerca de 140 caminhões fora-de-estrada. O consumo diário de óleo diesel era de 30 mil litros. [...] Em outubro [de 1997] [...] os caminhões chegaram a lançar 750 mil metros cúbicos de material na barragem e ensecadeiras. [...] servia 8.000 refeições diárias entre café, almoço e jantar. [...] O transporte de pessoal entre os alojamentos no próprio canteiro de obras e entre as cidades vizinhas, onde viviam muitos operários, exigia uma frota de 58 ônibus. [...] Cada uma [são cinco ao todo] das turbinas hidráulicas pesa 1.150 toneladas. Verticais, elas não são apoiadas no solo²³⁶

Em fins do ano 2000, pouco antes do início das operações da quinta e última turbina do complexo Itá, uma publicação da empresa construtora anunciava a obra como a maior, dentre as usinas hidrelétricas em construção, em toda a América do Sul²³⁷. A publicação ainda ressaltava que se fizeram necessárias a (re)construção de 565 km de rodovias, 16 km de ferrovias, 1,9 km de pontes e 711 km de redes elétricas. Com um custo total de US\$ 1,05 bilhão, a usina garante o fornecimento de 668MW, chegando, no auge da produção, a oferecer 1.450MW – correspondente a 61% do consumo catarinense ou 31% do consumo sul-riograndense em 2000, quando do início das operações da primeira turbina geradora (24 de outubro)²³⁸.

De acordo com Slaviero, diretor da Companhia de Cimento Itambé, em um período de quatro anos (1996-1999), as obras da UHE Itá consumiram, entre a barragem e as ensecadeiras²³⁹, 180 mil toneladas de cimento, valor equivalente ao consumo mensal do RS²⁴⁰. A barragem, como salientamos no início do primeiro capítulo, foi construída com uma face de laje de concreto – barragem de enrocamento – o que, se por um lado demandou muito material, por outro diminuiu as possibilidades de infiltração. A fotografia a seguir, tirada durante a construção da barragem principal, dá-nos uma parcial ideia da obra constituída por uma barragem de enrocamento principal com 126 metros de altura, 880 metros de comprimento e 377 metros de base, com três diques auxiliares de, no máximo, 28 metros de

²³⁶ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 98, 101 e 103.

²³⁷ JORNAL DA ELETROSUL. *Usina Hidrelétrica Itá é a maior em construção na América do Sul*. Ano 3, nº 7, nov/dez de 2000, p. 8-9.

²³⁸ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 143.

²³⁹ Ensecadeira é uma pequena barragem, provisória, construída para desviar o rio quando é necessário construir alguma estrutura do empreendimento, como a barragem principal, a casa de força ou o vertedouro. A ensecadeira seca a região onde a estrutura será construída, permitindo o trabalho. FOZ DO CHAPECÓ. *Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó: como funciona e características*. Disponível em <http://www.fozdochapeco.com.br/usina.php> acesso em 09 de setembro de 2010.

²⁴⁰ SLAVIERO, R. Apresentação. In: CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 6.

altura e 510 metros de comprimento.

Imagem 5: Processo de construção da barragem da UHE Itá



Fonte: Acervo Pessoal de Dirlei Wagner

Antes do fim da obra, o governo Fernando Henrique Cardoso amplia o processo de desestatização da produção de energia elétrica. Pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, é concedido o direito de produção e comercialização independente de energia elétrica²⁴¹. Os produtores independentes deveriam responder a uma agência estatal regulamentadora – a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) –, criada apenas em dezembro do mesmo ano pela Lei nº 9.427. Ao produtor independente estava permitida a comercialização de energia com indústrias, concessionárias de transmissão, além de poder utilizar parte da energia para o autoconsumo, no caso de empresas consorciadas, conforme determinam os Artigos 23º, 24º e 25º²⁴². De acordo com Boamar, os grupos consorciados, principalmente após a privatização de parte da Eletrosul, tornaram-se responsáveis pela resolução, também, dos problemas sociais ocasionados pelas hidrelétricas²⁴³. Com o Estado se abstendo da resolução de conflitos, as populações atingidas precisavam negociar diretamente com as empresas, as quais, muitas vezes, tinham sua matriz fora do Brasil.

Outra determinação do Decreto nº 2.003, nos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 3º, é a de que empresas interessadas em tornarem-se produtoras independentes, poderiam, por sua conta e risco, empreender os estudos de viabilidade e de impactos ambientais – o EIA/RIMA – do

²⁴¹ DECRETO Nº 2.003...

²⁴² LEI Nº 9.427 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996. *Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.* Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9427cons.htm acesso em 11/08/2010.

²⁴³ BOAMAR, P. F. de A. *A Bacia do Rio Uruguai...* p. 62.

pretendido projeto. No caso de aprovação, o projeto seria incluso no programa oficial de licitações e os custos de seu desenvolvimento ressarcidos pelo vencedor do processo licitatório²⁴⁴. Se compararmos tal determinação com a Resolução N° 1 do Conama, que defendia que a equipe responsável pelos estudos de viabilidade e de impactos ambientais não poderia ter – ao menos na frieza da lei – vínculos diretos ou indiretos com as empresas interessadas²⁴⁵, percebemos que há um retrocesso no que tange aos interesses do Estado na preservação do meio ambiente e na relação com as populações atingidas.

Em 23 de dezembro de 1997, a Eletrosul foi cindida. As atividades referentes à distribuição de energia mantiveram-se com a empresa original, já a geração coube às Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A. (Gerasul). As obras, ainda em curso, da UHE Itá – assim como as demais hidrelétricas que seriam construídas com base no já desacreditado Projeto Uruguai – passam a ser responsabilidade da nova empresa. Entretanto, nem mesmo um ano após a cisão, a Gerasul passa para o controle da iniciativa privada²⁴⁶. Em 15 de setembro de 1998, o grupo belga Tractebel adquire 68,63% do controle acionário da Gerasul, que, em 16 de janeiro de 2002, assume o nome da controladora: Tractebel Energia S. A.²⁴⁷ Em junho de 2000, portanto antes da mudança do nome da empresa, a Gerasul adquiriu a parte da OPP-Odebrecht S. A., passando a deter 70% do empreendimento²⁴⁸. Para Boamar, foi imprescindível para a privatização da Gerasul o desinteresse da imprensa local em pressionar o Estado para manter a empresa como estatal e a ação de políticos defensores da desestatização, como é o caso do então deputado federal por SC, Paulo Roberto Bornhausen²⁴⁹. De acordo com Cabral, integrantes de movimentos sociais, como o MAB e MST, e sindicatos – unificados em torno do Movimento Unificado contra a Privatização (Mucap) – foram os únicos que esboçaram pressão contra a privatização²⁵⁰.

²⁴⁴ DECRETO N° 2.003...

²⁴⁵ CONAMA. *Resolução N° 1...*

²⁴⁶ BOAMAR, P. F. de A. *A Bacia do Rio Uruguai...* p. 64-5..

²⁴⁷ DIÁRIO CATARINENSE. *Ata da Trigésima Oitava Reunião do Conselho de Administração das Centrais Geradoras do Sul do Brasil – Gerasul*. 16 de janeiro de 2002.

²⁴⁸ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 133.

²⁴⁹ Boamar cita um artigo, embora não esclareça a data nem a origem do texto, assinado pelo então deputado federal Paulo Roberto Bornhausen, no qual o mesmo afirma: “É preciso que os catarinenses se unam de novo como há 25 anos [quando da transferência da Eletrosul do Rio de Janeiro para Florianópolis] para buscar mudar a história que se desenha. Como seu representante na Câmara, ‘assumo já a defesa da desestatização integral, reunindo Geração e Transmissão num só pacote. Rende mais para o governo e dificulta a mudança da sede para outro Estado.’” BOAMAR, P. F. de A. *A Bacia do Rio Uruguai...* p. 68.

²⁵⁰ CABRAL, L. M. M. *Eletrosul...* p. 74.; CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 104-5.

* * *

Dominar um rio, desviar-lhe o curso, barrar suas águas, é, sem dúvida, um grande feito da engenharia humana. Obter o controle de um rio como o Uruguai é uma obra-prima para construtores e engenheiros. Um rio cuja navegação à montante é, em sua maior parte, impraticável e cuja navegação à jusante só era possível plenamente em épocas de cheias aluviais. O Uruguai – sobretudo na divisa entre RS e SC – era uma fera difícil de ser domada. Só o foi pela primeira vez pelo barramento localizado entre Itá-SC e Aratiba-RS.

Não estamos fazendo apologia à UHE Itá, apenas reconhecemos que é uma obra histórica, só possível em um determinado momento de alto grau de desenvolvimento técnico e tecnológico. Uma obra dessa envergadura traz consigo elementos subjacentes: grupos econômicos altamente interessados no projeto desde sua concepção até a geração de energia elétrica. Embora a empresa que encetou inicialmente as obras do Projeto Uruguai – das quais a UHE Itá foi a primeira – era estatal e servia – ou melhor, deveria servir – aos interesses do Estado brasileiro, não é preciso um grande esforço para perceber o envolvimento de grupos de capital privado, tanto nacionais quanto internacionais, em todo o processo. A Eletrosul licitava as obras e essas eram empreendidas por grandes construtoras. A energia gerada abasteceria o parque industrial e a cadeia produtiva das agroindústrias regionais e das eletrointensivas que se instalaram no Brasil pós-Juscelino Kubitschek.

Embora a legislação vigente exigisse um estudo sobre os possíveis impactos ao meio ambiente que discutisse outras possibilidades de fornecimento energético que levassem a não-execução da obra em questão, os interesses público-privados dos grupos antes referidos se sobrepujam. O discurso fabricado pelos apologistas tratava a obra como um fim inevitável. Entretanto, um fim positivado, pois encerrava uma era de estagnação e promoveria um novo começo, uma nova era de prosperidade. A obra era, enfim, um presente. Não se poderia recusar, sob a pena de perder o passaporte para o progresso. Como vimos, é nesta perspectiva fatalista e apologista que a UHE Itá foi (é) tratada pelas autoridades políticas locais, pela imprensa – local e nacional – e até mesmo por estudiosos. Sendo tal a representação dominante sobre o barramento do Uruguai e tendo em vista o período de elaboração do obrigatório estudo de impactos ao meio ambiente – concomitante com as datas originais para a execução do projeto – podemos questionar seriamente a importância atribuída a tal estudo pelo Setor Elétrico brasileiro.

O vislumbamento do progresso, do enriquecimento, da valorização da propriedade – evidentemente das que não foram submersas – fez com que grande parte da população local

censurasse qualquer iniciativa de oposição – ou mesmo de questionamento – ao empreendimento. Novamente o Alto Uruguai foi espaço de conflitos. Os camponeses ribeirinhos, sobretudo os que não possuíam o título de propriedade da terra que viviam, que se organizaram pelos seus interesses comuns eram tidos – e difundidos – como arruaceiros, baderneiros, perturbadores da “ordem natural” e “inimigos do progresso”.

Embora imaginamos que a formação de um lago seja um processo rápido, o reservatório da UHE Itá, desde o fechamento das comportas até a liberação da água excedente, levou cinco meses. A conclusão do alagamento – iniciado em 16 de dezembro de 1999²⁵¹ – em fins de maio de 2000, inundou muito mais que um vale. Levou consigo as esperanças de muitas famílias camponesas que ainda sonhavam em preservar seu lugar, separou amigos de uma vida inteira, vizinhos que, em alguns casos não mais se viram. De acordo com documentos da Gerasul, o total de famílias atingidas, nos onze municípios, foi de 3659. Em uma conta que não fecha, a empresa afirma que dessas, 2700 foram indenizadas e 839 reassentadas²⁵². Dentre estas últimas, 369 famílias optaram por reassentamento rural coletivo em um dos sete locais definidos pela empresa²⁵³ (com intermediação do MAB), sobre o que trataremos nos próximos capítulos. Foi embora a casa velha dos pais, a igreja construída pelos avós, o cemitério – muitos não foram relocados porque não se localizavam na área de abrangência do lago, mas o vivo foi deslocado, perdendo assim a possibilidade de estar próximo dos seus mortos –, a árvore plantada com o pai, com um irmão. Enfim, toda uma noção de vida desenvolvida em complexas relações que envolvem os seres humanos mediados pelo território, pelo lugar.

²⁵¹ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 154.

²⁵² Por reassentadas compreendemos as famílias que optaram por terra no processo de indenização, seja de modo coletivo ou não. Ocorreram reassentamentos coletivos (369 famílias), em áreas remanescentes (62 famílias) e autorreassentamento (408 famílias). GERASUL; ECSA. *Usina Hidrelétrica Itá: programas 12 – remanejamento da população rural – situação maio de 2000*. Florianópolis: Gerasul, 2000. p. 5. Em outra publicação da estatal os números são outros: o total de famílias atingidas foi de 3560, sendo que destas 827 foram reassentadas e 2733 indenizadas em dinheiro. JORNAL DA GERASUL. *Usina Hidrelétrica...* p. 9.

²⁵³ Por ordem de ocupação os locais são: Marmeleiro, PR; Campo Erê, SC; Mangueirinha, PR; Chopinzinho, PR; Honório Serpa, PR; Chiapetta, RS; e Campos Novos, SC. GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 5.

CAPÍTULO 3

O PROGRESSO, SEUS DEFENSORES E SEUS DELADORES – ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX

Em 1979 o Regime Militar, que vigorava no Brasil desde 1964, entrou em sua derradeira crise. A Lei da Anistia possibilitou o retorno de inúmeros líderes políticos perseguidos e/ou exilados. O país começava a respirar “liberdade”. Entretanto, para os camponeses ribeirinhos do Alto Uruguai, tanto sul-riograndense quanto catarinense, o ano foi também marcado pela notícia de que sua região seria palco da construção de 22 barragens – o que afetaria dezenas de milhares de famílias – a começar pelas de Itá-SC e Machadinho-RS²⁵⁴. A partir deste momento o Alto Uruguai foi palco de uma longa disputa entre forças desiguais, com interesses também dessemelhantes – mas nem sempre contrários em sua totalidade. É este conflito, ou esta pluralidade de conflitos e discursos, que buscaremos analisar aqui.

De modo geral podemos dividir os discursos – correndo o risco de incorrer em uma reducionista maniqueia, sendo importante salientar que se trata de uma simplificação – entre os agentes sociais que defendiam o empreendimento hidrelétrico e seus opositores. Estes últimos se organizaram por meio de um movimento popular apoiado por setores da ICAR e da IECLB – por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) –, por sindicatos rurais (STRs) e pela intervenção de intelectuais locais, sobretudo dos vinculados à Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior (FAPES), atual Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), de Erechim-RS. A IECLB destacou-se, também, por meio do “Serviço de Projetos e Desenvolvimento”, na obtenção de auxílio financeiro para o movimento, sobretudo com o auxílio da organização alemã *Brot Fur die Welt* (Pão Para o Mundo)²⁵⁵.

Neste capítulo buscaremos analisar os conflitos – discursivos e, as vezes, físicos –

²⁵⁴ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 62.

²⁵⁵ BFDW. *Über Uns*. Disponível em <http://www.brot-fuer-die-welt.de/ueber-uns/index.php> acesso em 06 de janeiro de 2011.

que se estabeleceram no Alto Uruguai (de ambas as margens) entre os grupos políticos, empresariais, de mídia local, educacionais e religiosos que defendiam ou negavam-se a aceitar a instalação da UHE Itá – assim como do restante das obras do Projeto Uruguai – na região. Dedicaremos especial atenção ao segundo grupo (opositores) visto que todos os atingidos pela referida hidrelétrica atualmente reassentados em Campos Novos-SC fizeram parte da CRAB. Buscaremos analisar a atuação dos mediadores e como estes utilizaram-se de alguns elementos culturais já presentes entre os atingidos desde os processos de colonização da região com o objetivo de introjectar seus princípios e bandeiras (tornando-se assim afetivas lideranças), as quais influenciaram a atuação da CRAB e, inclusive, suas “conquistas”.

3.1 Os defensores do novo progresso

Não há uma instituição ou movimento que represente o grupo aqui tratado como dos defensores do projeto – se é que é possível falar em um grupo –, embora tenha sido fundada, em Itá-SC, como vimos, a CRI. Foram várias as vozes que se levantaram profetizando as benesses que engrandeceriam a região do entorno do lago e conseqüentemente alavancariam o padrão de vida dos habitantes locais. A imprensa local e nacional – rádios, jornais e revistas sobretudo –, os poderes públicos, os grupos empresariais da região, as construtoras e a Eletrosul – importante salientar que após a privatização esse papel foi desempenhado pela Gerasul, da Tractebel – foram principais agentes de difusão dos benefícios, não raro com um discurso que aponta a obra como um presente redentor para a região, cujos prejuízos em nada se aproximam dos benefícios. Para os cidadãos itaenses – que grosso modo também poderiam ser inseridos neste grupo – um dos principais elementos materiais para o apoio popular foi a nova sede urbana, asfaltada, arborizada, com ruas largas – e longas –, casas novas de alvenaria²⁵⁶, etc. Para os habitantes dos demais municípios – assim como para os de Itá – um dos elementos positivadores da obra era a prospecção da exploração turística nas margens do lago²⁵⁷.

A intenção de fazer da região uma referência da atividade turística em SC é perceptível pelos projetos da Prefeitura Municipal de Concórdia-SC, divulgados em 1999, de tornar o município um dos que mais investiriam em turismo rural no Estado até o ano de

²⁵⁶ PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...*

²⁵⁷ JORNAL DA GERASUL. *A Cidade de Itá, reconstruída, apresenta grande potencial turístico*. Florianópolis. Ano 8, nº 7, novembro/dezembro de 2000. p. 9.

2004. O principal elemento propulsor para a nova atividade seria o reservatório da UHE Itá, tanto é que o poder público local e a imprensa estadual pressionavam a Gerasul para a definição do Plano Diretor para o Entorno do Lago, o que possibilitaria o início dos investimentos pelo capital privado²⁵⁸.

É interessante perceber que, mesmo após construída a UHE Itá, formado o lago e iniciada a exploração de energia, a população urbana em sua maior parte, ainda espera que Itá se transforme em um polo turístico²⁵⁹. Percebemos que o imaginário de um “progresso próximo” é vivo para esta parcela da população, do mesmo modo que a censura coletiva a qualquer pensamento destoante. O principal estigma atribuído por este grupo aos opositores do projeto da UHE Itá era o de que estes são os “inimigos do progresso” e, por conseguinte, os “inimigos do Brasil”²⁶⁰.

Em informe de 09 de janeiro de 2005²⁶¹, a Eletrosul mantém vivo o enfrentamento entre os “do progresso” e os “do contra” ao opor a situação da exploração da atividade turística no RS e em SC, no entorno do lago, naquele contexto. A estatal, que neste período voltou a atuar no setor de geração de energia, afirma que Itá é a prova que o lado catarinense se beneficia mais com a barragem do que a margem sul-riograndense²⁶². Atribui ainda, como causa, a maior resistência empreendida pelos camponeses da margem esquerda que, enfrentando as empreiteiras espantou obras que beneficiariam a população em geral. Por outro lado, a aceitação – segundo a estatal – na margem catarinense fez desta região um centro de turismo. Investindo novamente na construção de usinas hidrelétricas a Eletrosul defendia que a aceitação imediata do empreendimento – que como no caso da UHE Itá, “de qualquer modo” sairia do papel, mesmo com forte oposição – por parte da população era a melhor maneira de todos ganharem com o mesmo. Percebe-se uma tentativa de deslegitimar o movimento camponês e desestimular a organização popular contra futuras obras. A própria afirmação não possui base documental, visto que a CRAB atuou em ambas as margens do Uruguai.

Além do turismo havia o apelo – que é o grande propulsor das hidrelétricas – por energia. A perspectiva da falta de abastecimento para indústrias e cidades era utilizada como

²⁵⁸ JORNAL A NOTÍCIA – AN TURISMO. *Concórdia dá os Primeiros Passos para o Turismo Rural*. Joinville-SC, 05 de agosto de 1999.

²⁵⁹ HALL, K. F. *Estudo das Potencialidades Turísticas de Itá após a Construção da Usina Hidrelétrica*. Balneário Camboriú, SC: s/n, 2004. (Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí). p. 93.

²⁶⁰ “José”, 62 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

²⁶¹ ELETROSUL; GDI. *A cidade de Itá evidencia que as Usinas Hidrelétricas, até o momento, favorecem mais o lado de Santa Catarina*. 09 de janeiro de 2005.

²⁶² CABRAL, L. M. M. *Eletrosul...* p. 120-1.

legitimadora da obra, mesmo que esta tivesse elevados custos econômicos, ambientais, sociais, culturais, etc. Ainda em 1985, período de certo fortalecimento do movimento dos atingidos no Alto Uruguai, o diretor da Eletrosul e ex-prefeiro de Erechim-RS, Eloi João Zanella, em entrevista ao jornal *A Voz da Serra*, do mesmo município, defendia que a classe empresarial deveria se unir em uma luta pró-barragens. Defende que a não construção dos empreendimentos – referindo-se a todos do Projeto Uruguai – poderia acarretar um problema social bem maior que a inundação de áreas agrícolas. Para o diretor da estatal, a carência no abastecimento de energia – consequência imediata da não-realização dos empreendimentos – desencadearia surtos de desemprego e baixa produção²⁶³.

Na mesma linha do então diretor da Eletrosul, em 28 de setembro de 1985 o jornal *A Voz da Serra*, publicou a seguinte matéria, assinada por Ivan Fassheber, intitulada *Barragem Sim* – clara alusão a um dos lemas da CRAB, que consistia em uma negativa às barragens – e com comparações inusitadas:

[caso os projetos não sejam tirados do papel] Um colapso no sistema elétrico do Brasil poderá resultar numa crise sem precedentes, colocando em jogo o próprio regime democrático. Se é verdade que o blecaute no sistema elétrico acelera a taxa de natalidade em Nova Iorque, não menos verdadeiro é que o caso do Sul e Sudeste do Brasil prenuncia o que poderá vir a ser uma grande hecatombe para a atividade econômica.²⁶⁴

A formação de um reservatório, como o de Itá, implica uma série de impactos sociais – como a desarticulação (e em alguns casos até o desaparecimento) de comunidades, assim como de suas práticas culturais, a transformação de uma cadeia econômica regional, etc. – e ambientais – como o desaparecimento de espécies vegetais e paisagens naturais, a inviabilização da piracema, fundamental para a manutenção da ictiofauna, etc.²⁶⁵. Os impactos ambientais foram, em tese, minorados pela participação de equipes de biólogos e veterinários durante as fases de construção da barragem, desvio do curso do rio, fechamento das comportas, etc. De acordo com o Consórcio Itá, conforme a água subia, formando o lago, dez equipes percorriam em embarcações toda a extensão do reservatório resgatando animais que ficavam isolados em ilhas temporárias – que se formaram com o enchimento da represa e que logo seriam engolidas pela mesma – e que, portanto, poderiam morrer. A busca e salvamento de animais ficou conhecida como Operação Graxaim e contou com o apoio da URI, de

²⁶³ JORNAL A VOZ DA SERRA. *Zanella fala sobre as barragens*. Erechim-RS, 23 de julho de 1985.

²⁶⁴ FASSHEBER, I. *Barragem Sim*. *Jornal A Voz da Serra*. Erechim, 28 de setembro de 1985.

²⁶⁵ NOGUEIRA, N de D. *A Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque-MG: o sentido da usina para os atingidos*. Viçosa, MG: s/n, 2007. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural). p. 19-20.

Erechim, e da UnC, de Concórdia²⁶⁶.

Da divulgação da obra até o presente ano de 2011 a empresa construtora (desde a estatal até a Tractebel) desenvolveu 23 programas socioambientais, alguns dos quais têm caráter permanente – como o monitoramento climático –, cujos documentos encontram-se atualmente no Centro de Divulgação Ambiental (CDA) em Itá-SC²⁶⁷. De acordo com Viana²⁶⁸ os programas encontram-se agrupados em sete planos setoriais – Controle e Acompanhamento das Alterações do Meio Físico; Controle e Acompanhamento do Meio Aquático; Conservação dos Ecossistemas Naturais; Reorganização das Estruturas Físico-Territoriais e da Base Populacional; Recomposição do Quadro de Vida da População; Salvamento e Preservação do Patrimônio; e Viabilização dos Programas Ambientais. É importante ressaltar que muitos destes projetos são frutos da necessidade de legitimação do empreendimento de acordo com o defendido discurso da sua sustentabilidade ambiental e tem, portanto, função propagandística e publicitária, como o próprio nome do local do acervo (CDA) permite entrever.

Conforme dados da Comissão Mundial de Barragens (WCD)²⁶⁹, citados por Vainer, até o ano de 2000 foram construídas, em todo o planeta, mais de 800 mil barragens – entre geradoras de energia, reguladoras de vazão e provedoras de abastecimento a centros urbanos. Destas, aproximadamente 45 mil são de grande porte. Além dos inúmeros impactos sobre a biodiversidade, estes empreendimentos deslocam, em média, quatro milhões de pessoas por ano²⁷⁰.

Neste cenário tem o Brasil um papel de destaque, visto ser um dos países em que as hidrelétricas constituem a base da matriz energética. De acordo com Nogueira, desde a década de 1970 mais de duas mil barragens foram construídas no país, deslocando compulsoriamente mais de um milhão de pessoas. Destas, a grande maioria era composta por remanescentes de quilombolas, indígenas e pequenos camponeses²⁷¹.

Um empreendimento hidrelétrico nunca vem só. Assim como nunca vem de repente.

²⁶⁶ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 154.

²⁶⁷ CDA. *O CDA*. Disponível em www.cda.org.br/cda.php acesso em 19 de janeiro de 2011.

²⁶⁸ VIANA, R. de M. *Grandes Barragens, Impactos e Reparações: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá*. Rio de Janeiro: s/n, 2003. (Dissertação de Mestrado em Planejamento urbano e Regional pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro). p. 125-7.

²⁶⁹ A Comissão Mundial de Barragens (World Commission on Dams) iniciou suas atividades em maio de 1998 e reuniu 39 participantes de governos, setor privado, instituições financeiras internacionais, organizações da sociedade civil e pessoas afetadas. O objetivo é que todas as partes trabalhem em conjunto para examinar a eficácia do modelo de grandes barragens para o desenvolvimento e definir critérios, diretrizes e normas para as grandes barragens. O secretariado da Comissão está localizado na Cidade do Cabo, na África do Sul. WCD. *Introduction*. Disponível em <http://www.dams.org/commission/intro.htm> acesso em 29 de dezembro de 2010.

²⁷⁰ VAINER, C. Águas para a Vida. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 2000.

²⁷¹ NOGUEIRA, N. de D. *A Usina Hidrelétrica...* p. 20.

Ao contrário, é precedido – em alguns casos há anos, como na UHE Itá – por um discurso redentor, sobretudo sedutor, de progresso, empregos, valorização das terras, melhoria nas condições de vida por meio das indenizações e da nova infraestrutura²⁷². O discurso que a precede tenta vender a ideia da barragem como um “bem que vem para o bem”. Deste modo, toda forma de resistência é entendida como um ato contra o progresso, cometido por quem quer parar no tempo, pelos inimigos do bem comum. O objetivo é fazer com que a população local, em parte fragilizada pela eminência de uma grande ruptura e em parte esperançosa no “progresso que há de vir”, fique dividida entre os que anseiam a obra e os que se negam a aceita-la²⁷³. Assim, a resistência efetiva é menor, visto parte dos envolvidos encamparem o “discurso do progresso”.

Conforme salienta Sigaud, quando se fala em grandes construções de hidrelétricas, ao contrário do que seria evidente pensar – ou melhor, que o trabalho de propaganda induz a pensar –, não estão em questão os altos interesses da região e, por conseguinte, da nação para o progresso e o desenvolvimento socioeconômico. Sobretudo estão postos nas mesas de negociações os interesses de grupos e empresas – em especial medida de empreiteiras e eletrointensivas – que se beneficiam dos investimentos no setor e da energia gerada pelo empreendimento²⁷⁴.

Cernea e McDowell, em obra publicada pelo BIRD – um dos principais financiadores de barragens no mundo – afirmam que os projetos de construção de obras hidrelétricas quase sempre se iniciam com um processo de empobrecimento, muitas vezes representado pela perda da terra, do trabalho, da morada, etc. Ao expropriar a terra, o empreendimento – que deveria promover o desenvolvimento – retira o principal fundamento sobre o qual é (re)produzido o sistema econômico, social, cultural, etc. É uma violenta forma de descapitalização e empobrecimento coletivos²⁷⁵.

²⁷² MARTINS, J. de S. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 61.

²⁷³ NOGUEIRA, N. de D. *A Usina Hidrelétrica...* p. 22.

²⁷⁴ SIGAUD, L. M. *Implicações políticas...* p. 2.

²⁷⁵ CERNEA, M.; McDOWALL, C. *Risks and Reconstruction: experiences of resettlers and refugees*. Washington: The World Bank, 2000. p. 23.

3.2 A ação dos mediadores na delação do progresso: a criação da CRAB

Tendo uma perspectiva semelhante à apontada por Cernea e McDowall e receosos de seu empobrecimento – cultural (perda do território) e econômico (desarticulação de suas atividades produtivas) – os camponeses da região do Alto Uruguai, por meio de instituições da sociedade civil se organizaram em um movimento popular que, em alguns momentos, adotou posturas radicais contra a construção das barragens. Para compreendermos a formação desse movimento precisamos remeter ao processo de ocupação territorial deste território, tratado no primeiro capítulo, assim como às especificidades culturais daquelas populações atingidas. Calcada na pequena propriedade e na agricultura familiar, com comunidades advindas de regiões coloniais esgotadas na perspectiva da disponibilidade de terras para a reprodução camponesa, a grande maioria das famílias a ser atingida pelas barragens da Bacia do Uruguai era constituída por colonos “de origem”, ou seja, normalmente descendentes de grupos italianos, poloneses e alemães. Tanto no lado catarinense quanto no sul-riograndense, a ocupação, por parte dessa população, foi fruto do surto de migrações internas decorrente da expansão da fronteira agrícola devido à pressão demográfica e a carência de terras na região central do RS.

Conforme salientado no primeiro capítulo, a vida nessas comunidades normalmente orbitava em torno de uma capela, de um salão comunitário, da bodega. As lideranças comunitárias, que desempenhavam papéis de ministros de eucaristia, festeiros – responsáveis pelas festas comunitárias, normalmente em homenagem ao santo padroeiro da localidade –, tinham grande prestígio entre os habitantes (principalmente o primeiro grupo), pois eram entendidos como os representantes locais – e legais – da ICAR e, entre alguns grupos alemães, da IECLB. De acordo com Boni e Costa, essas lideranças exerciam tamanha autoridade que a elas se recorria quando da ocorrência de um problema de âmbito coletivo ou no caso de enfermidades (escalavam as pessoas que deveriam ficar na casa do doente enquanto a família exercia atividades inadiáveis – trato dos animais, lavoura, etc)²⁷⁶. Em suma, essas experiências se sustentavam – além da moral religiosa – pelos vínculos de vizinhança e troca de favores – a família ajudada deveria retribuir o favor em caso de necessidade alheia.

Como pudemos ver, desde a formação destes núcleos agrícolas é perceptível a presença e a influência de instituições religiosas. Além da figura oficial (padre, pastor, etc.),

²⁷⁶ BONI, L. A.; COSTA, R. *Os Italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1984. p. 120.

as comunidades possuíam seus grupos de oração – sendo muito comum a prática da “reza do terço” entre os católicos – e ministros de eucaristia. Estes ministros, durante as décadas de 1960 e 1970, recebiam cursos direcionados para a formação de lideranças eclesiais que, sob a ótica do Cristianismo de Libertação²⁷⁷ além dos conteúdos de ordem religiosa, incluíam discussões de caráter político. As lideranças locais, por sua vez, introduziam estes debates em suas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se desenvolveram a partir da década de 1970.

Além da ação dos movimentos ligados ao Cristianismo da Libertação, das Ações Pastorais (CPT e Pastoral da Juventude) e das CEBs, já na década de 1980 – quando do afrouxamento da repressão marcada pelo regime militar – ocorre, em âmbito nacional, um esboço de revitalização das ações sindicais – os quais tiveram maior influência por volta de 1985-6²⁷⁸. É importante salientar que a ação pastoral e a ação sindical convergiram para a formação de lideranças regionais engajadas com sua base e penderam a um ativismo político de esquerda. É também notável a influência de professores e intelectuais da FAPES no processo de promoção de debates e campanhas de conscientização²⁷⁹.

O ano de 1979 é emblemático às populações marginais dos rios da bacia do Uruguai. Foi nele divulgado o EIHU, onde estava declarado o potencial energético da região, o que desembocaria, inicialmente, na construção das usinas hidrelétricas de Machadinho e Itá. Concomitantemente com a divulgação do documento pela estatal, se organizaram nas futuras regiões atingidas manifestações que dariam origem, anos depois, ao MAB. Eram manifestações heterogêneas, porém se destaca, como elemento comum, a preocupação dos camponeses que conheciam – por meio dos mediadores (portanto informações filtradas) – as consequências que o processo de construção das barragens de Itaipu (PR), Sobradinho (BA), Salto Santiago (PR), Itaparica (BA), Passo Real (RS) e Tucuruí (PA) causou na economia (não só em sentido financeiro, mas também moral/cultural) das famílias afetadas. Esses referenciais – então ainda recentes na memória social – constituíram uma base importante para que os agricultores do Alto Uruguai se organizassem em uma comissão regional, a CRAB, com o apoio das Igrejas, da FAPES e de STRs locais antes mesmo da divulgação oficial do Projeto Uruguai²⁸⁰. Conforme Uczai

²⁷⁷ LÖWY, M. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 57.

²⁷⁸ MORAES, M. S. M. de. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Alto Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. *Revista Brasileira de Educação*. n° 1, jan/abr de 1996. p. 85.

²⁷⁹ SEMINOTTI, J. J. O Movimento dos Atingidos por Barragens no Norte do RS – 1970-2007. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (orgs) *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 137.

²⁸⁰ Há divergências sobre o início da CRAB. O próprio movimento aponta sua fundação em uma reunião de 1980

Os acertos e erros das experiências [acima citadas], onde os camponeses se organizam e lutam somente ‘quando estão com a água no pescoço’, vão contribuir no fortalecimento da luta e resistência dos atingidos da Bacia do Rio Uruguai, antes mesmo do início das obras. Esta é uma das novidades do movimento de atingidos por barragens, uma vez que nas demais construções de barragens no Brasil a resistência popular emerge somente quando as obras já estão em construção ou já concluídas.²⁸¹

A identificação e o reconhecimento de direitos, assim como as representações de si mesmo e dos inimigos, bem como a organização para enfrentá-los não se dão de forma mecânica, como frutos diretos da experiência vivida – embora, como lembra Chartier, a representação²⁸² não existe sem a experiência²⁸³. No caso dos camponeses que seriam atingidos pelo lago e demais obras da UHE Itá, a relação entre as vivências e a organização de um movimento foi mediada por agentes regionais, como as Igrejas – ICAR e IECLB –, os STRs, a FAPES e os partidos políticos²⁸⁴.

Na primeira comissão organizada para fins de mobilização e formação, a CRAB²⁸⁵, predominava a ação de agentes religiosos. Compunham a direção 3 padres, 2 pastores da IECLB, 1 sindicalista e 1 membro da CPT²⁸⁶. As primeiras ações efetivas, no tocante à divulgação do Projeto Uruguai, partiram de membros da CPT que percorriam a região convocando as lideranças locais (ministros, fabriqueiros, ou indicados pela comunidade) para assembleias e reuniões. Destaca-se, nesse processo de mobilização inicial, que não foram criadas novas estruturas e lideranças, mas sim, (re)utilizadas e redirecionadas as já existentes. Favoreceu em muito para a ação das Igrejas a tradição associativa e comunitária comum nos

em Concórdia-SC. Já o EIA, desenvolvido pelo CNEC, informa que a mesma fora criada em 24 de abril de 1979. CRAB. *Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense Sobre as Barragens*. Concórdia-SC, 24 de março de 1980.; CNEC; ELETROSUL. *EIA Florianópolis*: Eletrosul, 1989. p. 501.

²⁸¹ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 86.

²⁸² Por *representação* – tratada sempre no âmbito coletivo – entende-se a presentificação de um representante, o que remete a um passado, que assegura, pelo menos no referencial imaginário, uma continuidade. Incorporam nos sujeitos as divisões do mundo social e estruturam esquemas de percepção do próprio mundo social. Não temos meios de ter acesso ao fato em si, o que temos são representações do fato, dotadas consciente ou inconscientemente de valores por seus produtores. A representação não é o *real*, mas faz parte da realidade histórica, interfere nos modos como os indivíduos pertencentes a grupos sociais diferentes interpretam o *mundo real* que se lhes apresenta. CHARTIER, R. A História Hoje. *Revista Estudos Históricas*. (97-113) Rio de Janeiro, v. 7, n° 13, 1994. p. 108.; PESAVENTO, S. Representações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh; Contexto, vol. 15, n° 29, 1995. p. 15.

²⁸³ CHARTIER, R. A História Hoje... p. 105.

²⁸⁴ MORAES, M. S. M. de. *O Movimento dos Atingidos...* p. 81.

²⁸⁵ A CRAB quando de sua fundação em 1980, constituía-se de representantes dos municípios afetados pelas barragens de Itá e Machadinho. A partir de 1986 passou a representar o conjunto de 80 municípios catarinenses e sul-riograndenses ameaçados pelos projetos de implantação das 22 barragens do Projeto Uruguai. A partir de 1992, quando da já existência do MAB, passa a se chamar MAB/Sul, com sede em Erechim-RS. MORAES, M. S. M. de. *O Movimento...* p. 81.

²⁸⁶ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 96.

meios rurais da região. Cabe destacar que essa efetiva participação da ICAR não encontraria respaldo na hierarquia eclesial não fosse pelas novas diretrizes adotadas pela instituição após o Concílio Vaticano II (1962-1965) e nas Conferências do Episcopado Latino Americano de Medellín, Colômbia, em 1968 e Puebla, México, em 1979.

No Concílio Vaticano II os setores progressistas se impuseram nos debates e o texto redigido ao final do encontro apontava para algumas mudanças importantes no que concerne à ação dos clérigos diante das questões sociais. A perspectiva, até então vigente entre os membros da cúria, da “Igreja-para-o-mundo”, se viu suplantada pela da “Igreja-no-mundo”, ou seja, a instituição não deveria mais ser entendida como alheia à sociedade e “neutra” no que concernia à realidade secular, mas, sim, como uma agente em meio aos conflitos, inserida nas lutas sociais. Em linhas gerais, assumia-se a “opção pelos pobres”. É nesse ar de renovação que em Medellín, Colômbia, é “fundada” a Teologia da Libertação. Essa proposta nasce da preocupação em avaliar a realidade social do subcontinente latino-americano e propor, por meio da religião, as bases para a transformação²⁸⁷. O método da proposta consistia na tríade ver, julgar e agir²⁸⁸. De acordo com Catão,

O primeiro passo é ver, considerar a realidade tal como ela é, servindo-se tanto da experiência humana imediata quanto da contribuição das ciências humanas [...]. Conhecida a realidade do mundo e a significação que efetivamente lhe é conferida no meio em que vivemos [...] é preciso julgá-la à luz da significação evangélica.²⁸⁹

É preciso frisar que, mesmo antes da realização do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla, já havia, no seio da ICAR, movimentos de caráter popular, os quais estavam vinculados à chamada Esquerda Cristã²⁹⁰. Entretanto, fazia-se importante o aval da cúpula da instituição, até mesmo para legitimar o envolvimento direto de padres e, como é o nosso caso específico, de bispos nos processos de mobilização e organização popular. Para Moraes, a ICAR, agiu como mediadora, como agente de educação popular, na medida em que realizava reuniões e cursos de formação com perspectivas teológico-sociais. Destacam-se entre estes cursos, os de Teologia e Ação Pastoral (TAPA),

²⁸⁷ BOFF, L.; BOFF, C. *Da Libertação: o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

²⁸⁸ Segundo Ricci, o projeto político da Igreja Progressista não consistia necessariamente em numa guinada para o socialismo, consistia, muito mais na criação de uma sociedade nova, igualitária, a partir da leitura da Bíblia pela ótica do pobre, na tentativa de desalienação da fé. RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro: novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública*. Campinas, 2002. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas).

²⁸⁹ CATÃO, F. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986. p. 24.

²⁹⁰ MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

realizados nas Diocese de Erechim-RS e de Chapecó-SC desde meados da década de 1970²⁹¹.

O depoimento a seguir ilustra a importância do respaldo do Concílio para a atuação de clérigos envolvidos com a CPT e com os movimentos sociais do oeste catarinense:

O Concílio Ecumênico Vaticano II abriu a Igreja pra modernidade, começou a valorizar de novo a Bíblia, a formação dos agentes religiosos [...] Em 68 a Conferência de Medellín já vinha questionando os dirigentes da Igreja, no sentido de fazer com que essa Igreja olhasse mais pra realidade socioeconômica e política do povo latino americano.²⁹²

É importante salientar, entretanto, que para muitos clérigos brasileiros, a Teologia da Libertação não significava a ação direta da ICAR na conscientização das contradições do sistema capitalista e na mobilização das massas, mas, sim, apenas uma atitude ética e religiosa.²⁹³

Ainda em 1979, membros da CPT, de STRs, da ICAR, da IECLB e da FAPES (estes 3 últimos por meio de “liberados”²⁹⁴) iniciaram um trabalho de base nas comunidades que poderiam ser atingidas pela barragem de Itá. Optou-se por um trabalho em todas as comunidades ribeirinhas, visto a indefinição – ou mesmo a falta do conhecimento preciso, neste período inicial, sobre qual seria o ponto de barramento do Rio Uruguai²⁹⁵. Através de reuniões convocadas em sua maioria por membros das Igrejas – padres e pastores sobretudo – apresentou-se o Projeto Uruguai aos camponeses. Após discussões, as lideranças orientavam a resistência, principalmente no tocante à relação com o corpo técnico da Eletrosul – que também realizou, embora mais tarde, encontros nas comunidades para apresentar o lado positivo do empreendimento. O clima instalado na região era de tensão e forjou essa dicotomia (a favor X contras), entretanto, muitos camponeses que participavam das reuniões promovidas pela CRAB não a entendiam como sua representante e, mesmo, consideravam-se, como já salientamos, beneficiários do projeto. Participavam com o objetivo de fazer pressão para a garantia de alguns direitos, mas não encampavam o discurso de negação da barragem.

²⁹¹ MORAES, M. S. M. de. O Movimento...

²⁹² Depoimento de padre, membro da CPT na região Oeste de Santa Catarina. POLI, O. L. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense*. Campinas, SP: [s/n], 1995. (Dissertação de Mestrado em Educação pela Unicamp). p. 285.

²⁹³ MARTINS, J. de S. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

²⁹⁴ A figura do liberado foi comum nos processos de organização de movimentos sociais no Alto Uruguai, sobretudo do MAB e do MST. Tratava-se de um funcionário de paróquia (católica ou evangélica luterana) ou instituição – como a FAPES – que ficava a disposição do movimento, tendo sua remuneração oriunda da organização de origem.

²⁹⁵ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas e os Atingidos da Bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. Passo Fundo, RS: s/n, 2004. (Dissertação de Mestrado em História pela UPF).p. 112.; PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso...*

Este clima de oposição fez com que muitas possibilidades de diálogo fossem frustradas: para não perder a adesão de um grande número de camponeses à CRAB, esta e os mediadores/lideranças enfatizavam os aspectos negativos das propostas da estatal, encobrendo possíveis vantagens aos atingidos. Além da UHE Itá, podemos dizer que estes foram “atingidos” também pelas disputas entre o Setor Elétrico e as instituições (religiosas, sindicais, políticas e educacionais) que lhe faziam oposição.

Destaca-se neste período a iniciativa de membros da ICAR de trazer para os encontros atingidos de outras localidades do Brasil – principalmente das UHE Salto Santiago, UHE Salto Osório e UHE Binacional Itaipú, todas no PR, e também da UHE Sobradinho (BA) –, os quais não se organizaram e negociaram individualmente com as subsidiárias regionais da Eletrobrás²⁹⁶. De acordo com Almeida e Uczai²⁹⁷, as experiências negativas, apresentadas por esses atingidos, preocuparam, em muito, os camponeses do Alto Uruguai.

Diante dos depoimentos a CRAB definiu, como meta de luta, a indenização por meio de reassentamentos próximos ao local de origem. Isso não quer dizer, evidentemente, que todos os atingidos se envolveram nessa proposta, pois, dentro do movimento havia uma considerável cisão entre os que defendiam os reassentamentos e os que queriam indenização em terras ou em dinheiro. Alguns pequenos proprietários, inclusive, defendiam abertamente a obra, visto que acreditavam receber justa indenização e, além disso, como já aludimos, a maioria da população urbana de Itá-SC era favorável à barragem, entendida como sinal de progresso.

Muitos autores²⁹⁸ salientam que no jogo de forças no momento da construção – e nos que a antecedem – de grandes obras que implicam na remoção de pessoas de seu espaço de sociabilidade para espaços novos e estranhos há o enfrentamento de duas racionalidades distintas. De um lado, o Setor Elétrico que entende o espaço referido como um bem alienável, uma propriedade. De outro as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade. A empresa estatal, mais habituada às esferas técnicas e burocráticas, exigia, durante os encontros locais, a presença apenas de autoridades oficiais. Por seu turno, a CRAB defendia que as discussões deveriam ocorrer com a presença – em condições paritárias – de comissões delegadas por cada comunidade rural em processo de desapropriação. Nesta perspectiva, Ricci afirma que as duas estruturas organizativas

²⁹⁶ Nestes empreendimentos houve mobilização, entretanto tardia e durante os anos de chumbo da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

²⁹⁷ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 110.; UCZAI, P. F. *O Movimento...* p. 87.

²⁹⁸ À exemplo de UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...*; SIGAUD, L. M. *Implicações políticas...*; PARMIGIANI, J. *Apontamentos...*; ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. *Desenvolvimento...*

conflitantes refletiam os ideários de origem: a estrutura oficial e burocrática do Estado e a estrutura comunitária mediadas sobretudo pelas instituições religiosas²⁹⁹. Em perspectiva semelhante, Uczai infere:

Em construção, estão duas lógicas de luta, de contradições, buscando se impor. Por um lado, a lógica da resistência à expropriação, da defesa da terra e tudo que nela contém e representa; e, por outro, a lógica da tecnocracia, do progresso, da sacralização da demanda de energia e do modelo de desenvolvimento presente e projetado.³⁰⁰

Entretanto, novamente ressaltamos, é preciso ter cuidado com estas generalizações. Muitos moradores das áreas afetadas perceberam no empreendimento uma oportunidade efetiva de mudar de vida, mudar para um centro urbano ou vender uma terra que, devido à inclinação comum das barrancas do Rio Uruguai, não eram valorizadas comercialmente. É importante destacar que esta noção de mudar de vida foi reforçada pelos empreendimentos de propaganda efetuados pela Eletrosul – depois pela Gerasul/Tractebel –, entretanto, é imprescindível a existência de uma base material legitimadora deste imaginário. De fato alguns atingidos foram – ou se entenderam como – beneficiados. Não cabe aqui discutir se estes foram ou não favorecidos com a construção da UHE Itá, concordamos com Baczko, quando este afirma que “pouco importa” saber se o fato em si é de tamanha importância, nas mentalidades, as mitologias, as representações que nascem a partir do fato sobrelevam em importância o mesmo³⁰¹. Deste modo podemos afirmar que, caso existiram duas racionalidades conflitantes, estas eram a do Setor Elétrico e a propagada pelo movimento dos atingidos – embora esta não fosse, necessariamente, compartilhada por todos os seus membros.

3.3 Instrumentalização pela fé: a atuação da ICAR no Alto Uruguai na década de 1980

Nos primeiros anos da década de 1980, quando a prioridade do Setor Elétrico ainda era a UHE Machadinho, a CRAB teve dificuldades em se legitimar como instância de representação do conjunto dos atingidos. Autoridades políticas, sobretudo prefeitos, deputados e vereadores, reclamavam esta função e estigmatizavam o movimento, acusando seus

²⁹⁹ RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...* p. 158.

³⁰⁰ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 98.

³⁰¹ BACZKO, B. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. Volume 5 (Anthropos-Homem). p. 296.

membros de promoverem confusão, baderna, agitação, etc. Imaginário perpetuado hodiernamente, conforme ressalta “Pedro”, sobre os períodos que antecederam ao seu ingresso no movimento:

no começo até nós era muito contra. Quando... quando ouvia falar alguma coisa de movimento, “o movimento trancou a BR”, “o movimento trancou a barragem lá” [riso], a gente chamava de baderneiro também, e achava que aquilo era muito errado. A gente não tinha... a gente só sabia que tinha uma barragem sendo construída, que ia chegar lá [Volta Grande, Marcelino Ramos-RS], mas não sabia de nada o que tava acontecendo, com o movimento protestando... a gente achava que era errado.³⁰²

Além da CRAB, foram criadas também comissões locais (CLs) para manter informados os camponeses. O respaldo destas organizações locais se devia ao fato de que, normalmente, quem a presidia era também ministro de eucaristia, festeiro, ou seja, lideranças já reconhecidas. Em muitos casos, membros da ICAR e da IECLB convocavam nas comunidades representantes para participar de cursos de formação, nos quais era realizada a leitura e discussão de textos bíblicos com o intuito de encontrar possíveis soluções para os problemas socioeconômicos e políticos vivenciados nas comunidades. Destaca-se que muitos dos que participavam desses encontros desconheciam o assunto a ser tratado, entretanto aceitavam o convite com vista na “inquestionabilidade” da instituição religiosa promotora³⁰³. A fotografia a seguir, do início da década de 1990, registra o momento de um encontro da CL das comunidades ribeirinhas de Marcelino Ramos-RS. O encontro ocorreu, de acordo com o cedente da fotografia, em sua própria residência. Percebe-se o ambiente informal e a simplicidade do encontro.

³⁰² “Pedro”...

³⁰³ POLI, O. L. *Aprendendo a Andar...* p. 251.

Imagem 6: Encontro de membros da CRAB em residência de atingido de Marcelino Ramos-RS



Fonte: Acervo pessoal de Hildo e Noely Gauger

A Igreja Popular valoriza o potencial libertador do universo simbólico popular, aproximando os conceitos bíblicos e a ação pastoral de referenciais já conhecidos – e dominados – pelos camponeses ou demais grupos sociais marginalizados³⁰⁴. O projeto consistia na construção de uma democracia de base, daí a importância atribuída às CEBs enquanto instância primeira de organização. As lideranças que recebiam a formação teológica pela ICAR deveriam trabalhar os conceitos e práticas aprendidos nas suas respectivas CEBs.

Com o objetivo de estimular a criação de CEBs, a Diocese de Chapecó, sob a liderança de Dom José Gomes³⁰⁵, instituiu os Grupos de Reflexão (GRs). Estes grupos, surgidos a partir da metade da década de 1970³⁰⁶, eram formados por vizinhos que se encontravam para discutir temas religiosos e do cotidiano. Os encontros eram quinzenais e a Diocese fornecia um roteiro de discussões, através de um “livrinho” produzido pela mesma. Para Uczai, Brugnera e Marcon os GRs foram criados na perspectiva de “devolver a voz e a vez” ao povo simples³⁰⁷. Nas reuniões não havia autoridades com poder de fala maior que os demais – é evidente que lideranças surgiam e de tal modo angariaram um poder maior de fala –, sendo assim, as discussões ficavam abertas a todos os participantes. A metodologia dos roteiros utilizados nos encontros era baseada na tríade do ver, julgar e agir. Apresentava-se uma situação-problema do cotidiano, buscava-se uma “iluminação” por meio de um texto

³⁰⁴ MORAES, M. S. M. de. O Movimento...

³⁰⁵ Dom José Gomes, entre os anos de 1968 e 2002 foi bispo de Chapecó (emérito desde 1999). Foi presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre os anos de 1979 e 1983, e da CPT, entre 1983 e 1987. KUNZLER, A. José Gomes, trajetória de vida. In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó, SC: Argos, 2002. p. 17-68.

³⁰⁶ TEDESCO, A. M.; ZIMMER, R. D. O Pastor de Uma Igreja que Transformou o Oeste. In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes...* p. 111.

³⁰⁷ UCZAI, P. F.; BRUGNERA, N.; MARCON, T. Dom José, a educação formal e a formação de lideranças. In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes...* p. 144.

extraído da Bíblia e, então discutiam-se soluções aplicáveis para a resolução da situação apresentada.

A partir de 1980, quando efetivamente estouraram os movimentos sociais no campo no Alto Uruguai, a Diocese de Chapecó determina a criação de duas equipes de elaboração de material para os GRs. Uma equipe fornecia o material dos GRs urbanos e outra para os da zona rural³⁰⁸. Para estes últimos eram recorrentes as discussões sobre a concentração da terra, formas de expropriação do campesinato³⁰⁹, luta contra as barragens³¹⁰, entre outros temas tocantes ao contexto histórico-regional. A imagem abaixo, veiculada pelos livrinhos produzidos pela Diocese de Chapecó para os GRs do campo, dá uma ideia da forma como era tratada a questão camponesa e a luta pela terra, sobretudo pelo uso e instrumentalização de um tema recorrente no livro do Êxodo, ou seja, o do Povo de Deus que marcha para a Terra Prometida.

Imagem 7: Povo de Deus rumo à Terra Prometida – imagem veiculada por meio dos materiais de apoio aos GRs da Diocese de Chapecó



Fonte: UCZAI, P. F.; BRUGNERA, N.; MARCON, T. *Dom José...* p. 149.

Os GRs foram de grande importância para que a região oeste se tornasse o berço de movimentos sociais, sobretudo na esfera rural. Muitos dos líderes da CRAB participavam de

³⁰⁸ DIOCESE DE CHAPECÓ. *Plano de Pastoral da Diocese de Chapecó*. Chapecó, 1980. p. 3. Disponível no *Arquivo do Secretariado Diocesano de Chapecó*. Chapecó-SC.

³⁰⁹ UCZAI, P. F.; BRUGNERA, N.; MARCON, T. *Dom José...* p. 154.

³¹⁰ OLIVEIRA, J. R. de; ORO, I. P. Dom José e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes...* p. 254.

discussões seguindo os roteiros desenvolvidos pela Diocese e direcionados pelo próprio bispo. É importante ressaltar que o formato dos livrinhos não agradava a toda comunidade, muitos eram os fiéis que reclamavam da baixa quantidade de orações e do excesso de discussões políticas. Essa situação era percebida por Dom José Gomes que, em um sermão de 1985, advertiu que com base no “Evangelho de hoje” – certamente estava se referindo às diretrizes adotadas no Concílio Vaticano II – é preciso rezar, mas é preciso estar sempre no meio do povo pois “Assim, fazia Jesus. Devemos também estudar os problemas do povo, para ajudar o povo, como Jesus fazia.”³¹¹.

Após a parte “formal” (as discussões e orações), sobretudo entre os grupos camponeses, era comum que o encontro se prolongasse por horas, reforçando os vínculos de amizade e identidade. De acordo com uma entrevistada, reassentada em Campos Novos-SC, era normal que homens e mulheres ocupassem cômodos separados da casa onde ocorrera o encontro nesse “prolongar”, possibilitando assim trocas de experiências “mais profundas” (conforme a mesma), referentes ao universo de práticas de cada gênero. Infere ainda que muitos participavam dos GRs “pra depois ficar pra bater um papo, né”³¹². Entretanto, mesmo considerando a relatividade da importância das discussões orientadas pelos livrinhos, os GRs fomentavam o encontro de iguais, o que fortalecia a coesão grupal.

Além dos GRs e da realização de cursos e palestras, tiveram acentuado destaque – principalmente midiático, o que forçou a empresa e o Estado a reconhecer a CRAB – as romarias³¹³ e os abaixo-assinados promovidos principalmente pelas Dioceses de Chapecó-SC e de Erechim-RS, ou seja, de ambos os lados a serem inundados pelo empreendimento. No que concerne à de Chapecó, é importante salientar a expressividade e a radicalidade com que alguns de seus agentes assumiram a “opção pelos pobres”. Podemos afirmar que a região passou a ser, por meio da ação de Dom José Gomes, um atrativo para setores progressistas da ICAR. Esse posicionamento suscitou reações por parte da elite local, sendo o próprio bispo ameaçado de morte³¹⁴.

O ponto máximo da ação da ICAR na mobilização contra as barragens do Projeto Uruguai foi, muito provavelmente, a 6ª Romaria da Terra, realizada no atual município de Carlos Gomes (RS) – na época um distrito do município de Viadutos (RS) – em fevereiro de 1983 sob a organização conjunta das duas dioceses anteriormente citadas. Participaram do

³¹¹ GOMES, J. Sermão de 03 de março de 1985. Disponível no Arquivo do Secretariado Diocesano de Chapecó. Chapecó-SC.

³¹² “Joana”, 50 anos, reassentada em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

³¹³ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 118.

³¹⁴ OLIVEIRA, J. R. de; ORO, I. P. Dom José... p. 259.

evento aproximadamente 20 mil pessoas, entre atingidos, lideranças religiosas, sindicais e políticas e outros fiéis. O lema da romaria, “Águas para a Vida e Não para a Morte”, até hoje compõe a mística do MAB (ver imagem 8). Outras Romarias da Terra tiveram repercussão de porte considerável e, de acordo com Poli, somente após a romaria realizada na cidade nova de Itá-SC (ainda em processo de construção) em março de 1985³¹⁵, que reuniu aproximadamente 5 mil pessoas, é que o estado de SC reconheceu o movimento social como representante dos interesses de parte considerável dos atingidos³¹⁶.

Outro momento que denota de forma expressiva o posicionamento da Diocese de Chapecó diante da problemática das barragens da Bacia do Rio Uruguai, é o do lançamento de um abaixo-assinado contra os empreendimentos – em especial a UHE Itá e a UHE Machadinho –, em março de 1984. O objetivo era reunir milhares de assinaturas e entregar o documento ao então ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini. Em abril daquele ano, Dom José Gomes, em discurso inflamado, conclamava:

quem não tem o Espírito de Cristo, não assina; quem não crê no Deus da Vida, não assina; quem não ama o irmão, não assina; quem quer ver o irmão sepultado vivo, não assina; quem acredita no Deus da Vida, assina o abaixo-assinado; quem acredita que deve lutar pelo irmão que vai sofrer, assina o abaixo-assinado; quem ama o irmão como a si mesmo, assina o abaixo-assinado; quem crê em Cristo, o Deus da Vida, assina o abaixo-assinado.³¹⁷

Percebe-se que o tom do discurso do bispo era carregado de elementos de caráter religioso associados à postura política do que seria um “bom cristão”. Tratava-se da divulgação de um abaixo-assinado e, portanto, tinha o objetivo de angariar assinaturas, por isso entende-se o tom propagandístico da mensagem do religioso. Em agosto do mesmo ano, quando representantes da CRAB se encontraram com o ministro Venturini e entregaram-lhe o abaixo-assinado, constavam no mesmo 1 milhão e 16 mil assinaturas³¹⁸.

Percebemos então que a ação da ICAR, no tocante à organização, conscientização, mobilização e formação dos atingidos e suas lideranças, se deve a toda uma dinâmica institucional que alterou a forma como a instituição se percebia no mundo, o que, por sua vez, é fruto da conjuntura pós-Concílio Vaticano II. As contradições inerentes ao capitalismo estavam em tal nível de desgaste que mesmo organizações tidas como conservadoras, ou

³¹⁵ Embora tenha sido uma Romaria da Terra, a que se realizou na nova Itá-SC em 1985 ficou conhecida como a Romaria das Barragens.

³¹⁶ POLI, O L. *Aprendendo a Andar...* p. 90.

³¹⁷ GOMES, J. Sermão de 08 de abril de 1984. Disponível no Arquivo do Secretariado Diocesano de Chapecó. Chapecó-SC.

³¹⁸ CRAB. Comissão Entrega Baixo-Assinado. *A Enchente do Uruguai*. Erechim-RS, nº 8, agosto de 1984. p. 4.

mesmo aparentemente neutras – como é o caso da ICAR –, tomaram partido nas causas sociais, seja como base de apoio ou em estratégias de controle das massas. A mística criada no período ainda hoje se faz presente no MAB, como a auto-identificação de “povo sofrido”, “escravizado”, “marginalizado”, porém, concomitantemente, “escolhido”, além do próprio símbolo da entidade: uma releitura da cruz, na qual esta é representada por uma rede elétrica.

Imagem 8: Símbolo nacional do MAB



Fonte: MAB. *Movimento dos Atingidos por Barragens*: água e energia não são mercadorias! Disponível em www.mabnacional.org.br acesso em 02 de janeiro de 2011.

Na cruz há a figura de um crucificado. Os instrumentos dispostos abaixo – a foice e a enxada – dão a indicação que se quer representar um camponês. Não se trata de um grande proprietário. Não há uma colheitadeira ou um trator, mas ferramentas simples. É o pobre do campo que agoniza na torre elétrica cruciforme. Ao fundo há o mapa do Brasil sendo engolido pela água representada pelas linhas azuis: um “dilúvio”.

3.4 Pressão e acordos: conquistas e contradições da CRAB

A partir de 1985 algumas mudanças são percebidas na direção da comissão de atingidos. Clérigos, liberados e professores se distanciam da coordenação – ou são afastados (caso de Raimundo Pedroza, professor da FAPES) – e esta passa para o controle de líderes camponeses³¹⁹. É importante salientar que se destacam neste período líderes sindicais ou que fizeram cursos de formação nas escolas sindicais da região. Foram duas as instituições que formavam lideranças sob o modelo do sindicalismo combativo³²⁰: a Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) e a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU), ambas em Erechim-RS.

Ainda neste período algumas ações mais agressivas, por parte dos membros da CRAB, são praticadas nas áreas de abrangência das futuras barragens. Muitas destas ações foram utilizadas como argumentos legitimadores da estigmatização dos camponeses atingidos e organizados no movimento. Em agosto de 1985 dois funcionários da estatal foram expulsos pelos moradores das barrancas ao tentar demarcar terras na localidade de Carlos Gomes, em Viadutos-RS³²¹. Outro ato importante ocorreu em 03 de março de 1986, no interior de Sananduva-RS, quando alguns integrantes da CRAB arrancaram os marcos da estatal e os atiraram no rio ou as quebraram a marretadas³²².

Através destas mobilizações os atingidos pressionam o governo que, em 1985, determina, por meio do MME, a suspensão de todas as obras da Bacia do Rio Uruguai e a revisão de sua viabilidade. Neste contexto o presidente da estatal sulina de energia, Telmo Thompson Flores, se demite. Este fato foi utilizado pela CRAB como veículo de autopromoção, visto que o movimento divulgou a suspensão das obras como uma vitória dos camponeses organizados³²³. Entretanto, seria inocência admitirmos que apenas a pressão da comissão – e mesmo as ações mais radicais desta – tenha definido o adiamento (divulgado como suspensão) das obras do Projeto Uruguai. Já aludimos anteriormente sobre o contexto da crise econômica por que passava o Brasil após a moratória, e podemos citar mais alguns elementos que influenciaram na suspensão: o alto custo dos projetos hidrelétricos; a pressão

³¹⁹ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 133-4.

³²⁰ DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. *Do Sindicalismo Combativo ao Sindicalismo Propositivo: uma análise dos elementos políticos-ideológicos da Central Única dos Trabalhadores*. Disponível em www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Pedro_Henrique_Evangelista_Duarte_e_Edilson_Jose_Gracioli_do_sindicalismo_combativo_sindicali_smo_propositivo.pdf acesso em 17/01/2011.

³²¹ AZEVEDO, T. Funcionários da Eletrosul expulsos por agricultores. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 21 de agosto de 1985.

³²² CRAB. Povo Arrancou Marcos. *A Enchente do Uruguai*. Erechim, RS: CRAB, ano 3, nº 14, março/abril de 1986. p. 7.

³²³ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 124.

popular por um Estado mais aberto ao diálogo; a necessidade da “Nova República” (desde 1985) afastar-se um pouco do regime militar que a antecedeu; entre outros.

É importante salientar que, embora determinada a suspensão temporária das obras, a Eletrosul continuou a agir na região, de modo mais lento, realizando demarcações, construindo a nova sede urbana de Itá, visitando camponeses, fazendo a estes propostas de compra ou de indenização individual, etc.

Em janeiro de 1986 o MME reconhece a CRAB como interlocutora dos atingidos da Bacia do Rio Uruguai e, de tal modo, a integra em um Grupo de Trabalho (GT) criado com o objetivo de realizar estudos e estabelecer as diretrizes que equacionariam os problemas socioeconômicos e definiriam as cláusulas para o reassentamento dos atingidos pela UHE Itá³²⁴. Interessante perceber que o referido ministério reconheceu a legitimidade da comissão dos atingidos antes mesmo da própria Eletrosul, que o fez em agosto de 1987³²⁵.

De acordo com Uczai, o movimento admite, embora contrariado³²⁶, fazer parte da comissão e, em assembleia na cidade de Getúlio Vargas-RS, em junho de 1986, representante das CLs das áreas a serem atingidas pela barragens de Machadinho e Itá, definem 39 pontos para serem elencados por seus representantes nos encontros dos GTs. O texto, reunindo esses pontos, ficou conhecido como Documento de Getúlio. Para Ricci, o acesso do movimento ao GT representou uma conquista, visto o fato da CRAB não existir juridicamente, constituindo um fato inusitado que demonstraria a força da organização³²⁷. Uczai, por seu turno, afirma que a aceitação, por parte dos líderes do movimento, em integrar a comissão de estudos representou um desrespeito com as demais regiões em vias de serem afetadas por novas barragens. Conforme o autor,

não foi realizada nenhuma mobilização por parte da CRAB, no sentido de pressionar e impor a proposta original. A CRAB desconsidera os atingidos das demais barragens da Bacia do Rio Uruguai e discute o respeito de participar ou não dos Grupos de Trabalho somente com os atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho. Aceita-se a lógica do Ministério, embora a considerem autoritária.³²⁸

³²⁴ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 128.

³²⁵ A VOZ DA SERRA. *Eletrosul parou para ouvir os atingidos*. Erechim-RS, 13 de agosto de 1987.

³²⁶ De acordo com o autor a CRAB defendia a formação de uma comissão permanente para reavaliar o Projeto Uruguai como um todo, o que o Ministério de Minas e Energia rejeita. Em contrapartida, o órgão federal admite a criação de duas comissões específicas para os estudos de equacionamento dos problemas socioeconômicos das barragens de Itá e Machadinho. UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 128.

³²⁷ RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...* p. 159.

³²⁸ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 128.

A assembleia de 1986, em Getúlio Vargas-RS, contou com a presença de 185 representantes locais de atingidos. Entre as exigências expressas podemos destacar: caberia ao atingido e não à estatal a opção por indenização ou reassentamento; as áreas de reassentamento deveriam estar localizadas em um dos dois estados atingidos – SC e/ou RS –; todo reassentamento deveria ser coletivo; todas as despesas seriam arcadas pela estatal; a Eletrosul deveria publicar o cronograma das indenizações em até 60 dias³²⁹. Além destas reivindicações, o documento trazia reclames que não eram da competência da Eletrosul e, nem mesmo, da Eletrobrás ou do Setor Elétrico. Como a exigência de que todos os sem-terra acampados nos dois Estados envolvidos deveriam ser assentados e a exigência da demarcação de áreas indígenas. É importante salientar que este período é concomitante com a formação do MST, também no Alto Uruguai, e diversos autores³³⁰ defendem que há, já neste momento, uma aproximação entre a CRAB e o MST, seja esta expressa pelos reclames – como os do Documento de Getúlio – ou pelas mobilizações conjuntas – como quando da privatização da Gerasul, isso já em 1998, com a formação do Mucap³³¹. Havia grandes ocupações na Fazenda Annoni em Sarandi-RS³³² e na Fazenda Burro Branco em Campo Erê-SC³³³. Era também um período marcado por conflitos entre agricultores e indígenas pela demarcação de reservas indígenas no norte do RS³³⁴.

Em análise sobre o Documento de Getúlio, Almeida aponta três possibilidades de interpretação da grande quantidade de exigências e, mesmo, da impraticabilidade de algumas destas:

a primeira afirma que [...] os atingidos acreditavam na inevitabilidade de sua construção [da UHE Itá]; a segunda, que, mesmo perdendo efetivamente suas terras, vislumbravam uma boa oportunidade de melhorar as suas vidas [...]; [a terceira: a percepção de que] a inclusão de todos esses pontos como exigências sociais pudesse inviabilizar a construção da obra.³³⁵

Essa terceira interpretação é reforçada se atermo-nos a uma das principais

³²⁹ CRAB. *Documento de Getúlio*. Getúlio Vargas-RS, 22 de junho de 1986. Disponível no Arquivo do MAB/Sul em Erechim-RS.

³³⁰ NAVARRO, Z. *Política, Protesto e Cidadania no Campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1996.; RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...* p. 146.

³³¹ CABRAL, L. M. M. *Eletrosul...* p. 74.; CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 104-5.

³³² BONAVIGO, E. A.; BAVARESCO, P. A. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (orgs). *Conflitos agrários...* 2008. p. 31-50.

³³³ SILVA, É. N. da. *Formação...* p. 45.

³³⁴ CARINI, J. J. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho – 1970-2007: o caso da reserva indígena de Serrinha. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (orgs). *Conflitos Agrários...* 2008. p. 154-78.

³³⁵ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 129.

características do sindicalismo combativo deste período: a política do confronto³³⁶. O enfrentamento não é só com a Eletrosul, mas com o Estado e as práticas do Setor Elétrico, pois, de acordo com o Decreto nº 3.365, de 21 de junho de 1941³³⁷, ainda em vigor na época, que reza sobre as desapropriações por utilidade pública, apenas o proprietário da terra a ser afetada por um empreendimento hidrelétrico possuía o direito à indenização. Entretanto, as áreas a serem atingidas pelo lago de uma barragem normalmente são – e no caso das terras alagadas pelo lago da UHE Itá isso se confirma – muito acidentadas e, conseqüentemente, ocupadas por camponeses de menor poder aquisitivo. Estes, na maioria dos casos, não são proprietários nos termos da lei (ou seja, documentados). Nas barrancas do Rio Uruguai viviam, em sua maioria, posseiros, arrendatários, meeiros e filhos de proprietários que haviam há pouco constituído família. Pela ótica patrimonialista da legislação em vigor – da qual a Eletrosul se utilizava – estes camponeses não teriam direitos a qualquer forma de indenização. A CRAB, no decurso de sua história, enceta uma luta especial pelos direitos desses atingidos e, em contrapartida, tem nestes sua principal base de apoio e pressão.

Como resultado dos estudos do GT, em 07 de outubro de 1986, em carta enviada pelo presidente da Eletrosul, Wilmar Dallanhol, à CRAB – mesmo sem o reconhecimento oficial da empresa sobre a legitimidade desta –, a estatal se compromete a não continuar as obras até que não fossem resolvidos os problemas sociais da região³³⁸. Na reunião que deu origem a este compromisso – que não teve o peso de um acordo entre instituições – os membros da comissão de atingidos reivindicaram reassentamentos em um dos três estados do Sul do Brasil³³⁹. Note-se então que muitos dos reclames do Documento de Getúlio não foram considerados no acordo, o que nos leva a pensar que boa parte dos trinta e nove pontos eram instrumentos de pressão para que a Eletrosul admitisse incluir no programa de indenizações os não-proprietários, que passam, a partir deste momento, a ter direitos reconhecidos.

É neste contexto que fica evidenciada uma dicotomia entre os atingidos verificada desde o início das mobilizações: a opção por indenização ou reassentamento. Estas duas posições, conflitivas, vão estar presentes em diferentes momentos da história do movimento, chegando, neste aspecto, em 1987, em constituir-se em duas vertentes na organização dos atingidos³⁴⁰.

³³⁶ MORAES, M. S. M. de. O Movimento... p. 86.

³³⁷ DECRETO Nº 3.365 DE 21 DE JUNHO DE 1941. *Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del3365.htm acesso em 04 de janeiro de 2011.

³³⁸ DALLANHOL, W. Carta para a CRAB: datada de 07 de outubro de 1986. Disponível no Arquivo do MAB/SUL em Erechim-RS.

³³⁹ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 133.

³⁴⁰ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...* p. 89.

Esse quadro se agrava neste período, pois um dos grupos rejeita qualquer negociação com a estatal que não envolva um projeto de reassentamento e o outro grupo tende a aceitar as propostas da Eletrosul, desde que os acordos sejam feitos de forma coletiva e de uma só vez (era prática comum da empresa pagar primeiro pelas benfeitorias, para depois barganhar no valor da terra). Essa perspectiva desfaz uma corrente comum que afirma que todos os camponeses refutaram a construção da barragem se organizando para impedi-la. Pelo contrário, como já salientamos, muitos camponeses viam nesses empreendimentos uma chance de adquirir melhores terras – que não ficassem em barrancas – ou, ao menos, ampliar seu capital³⁴¹. Muitos decidiam negociar isoladamente, na expectativa de conseguir um preço melhor pelo seu espaço. A própria empresa, pressionava famílias com dificuldades financeiras para que estas negociassem sem a intervenção da CRAB³⁴², optando pelo auto-reassentamento. De acordo com documento da Gerasul, nestes casos o beneficiário recebia uma carta de crédito com valor variável de acordo com o tamanho do grupo familiar, e procura, por sua conta, uma área de seu interesse, cabendo à empresa proceder com o pagamento caso considere coerente³⁴³.

Após um ano de debates, foi firmado um acordo entre a CRAB e a Eletrosul em 29 de outubro de 1987, ratificado pelo Ministério de Minas e Energia em 06 de novembro do mesmo ano. Este acordo, entre outras coisas, contemplava os interesses das duas vertentes do movimento, pois possibilitava a opção por terra, reassentamento coletivo ou indenização. Reafirmava, também, que só seriam prosseguidas as obras quando todas as pendengas sociais estivessem resolvidas.

O acordo definia que qualquer iniciativa de aquisição de área de terra a ser tomada pelo reservatório seria vinculada de três propostas aos atingidos, a saber: terra por terra, de preferência na região; indenização em dinheiro (na década de 1990 a estatal adota, também, o sistema de cartas de crédito – auto-reassentamento – aos não proprietários) com a participação efetiva do atingidos na definição dos preços; e reassentamento coletivo em área dos três Estados do sul. Este último item vinha acompanhado da ressalva

Serão contemplados todos os jovens definidos como sem-terras, pertencentes às famílias atingidas exercendo atividades econômicas na propriedade atingida. Estes terão direito, no mínimo a um módulo rural regional [uma colônia].³⁴⁴

³⁴¹ SEMINOTTI, J. J. O Movimento... p. 134.

³⁴² “José”...

³⁴³ GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 21.

³⁴⁴ ELETROSUL; CRAB. *Documento de Acordo Entre Atingidos e Eletrosul*. Erechim-RS, 29 de outubro de 1987. Disponível no Arquivo do MAB/Sul em Erechim-RS.

Em outros itens do acordo este direito é reconhecido a todos os “sem-terra” (posseiros, meeiros e arrendatários) habitantes da área atingida, mesmo sem vínculo com família de proprietários. O acordo de 1987 – embora não tenha cumprido os prazos e muito do que versava sequer saiu do papel – pode ser considerado um divisor de águas no que concerne à política do Setor Elétrico no Alto Uruguai. A grande inovação é o reconhecimento de direitos aos camponeses não proprietários que viviam na área atingida.

Após estabelecidos os prazos para a resolução dos problemas socioeconômicos da barragem de Itá, o governo federal anuncia duas séries de cortes orçamentários que afetam diretamente a Eletrosul e inviabilizam a manutenção do projeto que, se comparado ao cronograma original, já estava atrasado³⁴⁵. Como vimos, as obras da barragem em si só foram retomadas efetivamente após a criação de um consórcio misto de capital público e privado, em 1994. Neste período a empresa estava pressionada de ambos os lados pois, enquanto o governo lhe cortava recursos os atingidos exigiam o cumprimento dos prazos do acordo de 1987. Estabelece-se, portanto, uma interessante inversão: os camponeses atingidos exigiam a obra (o cumprimento dos prazos) e a Eletrosul não tinha condições de encampá-la.

3.5 Os reassentamentos: conflitos ainda presentes

É em meio a este contexto de crise econômica e pressão dos atingidos que a Eletrosul inaugura, em 21 de janeiro de 1990, o primeiro dos 7 reassentamentos rurais coletivos dos atingidos pela UHE Itá, em Marmeleiro-PR³⁴⁶. O referido reassentamento foi construído parte pela Eletrosul – moradias – e parte em forma de mutirão – centro comunitário, escola e galpões –, sendo que a estatal repassava as verbas para a CRAB³⁴⁷, prática que se estenderá aos demais, conforme veremos no próximo capítulo. De acordo com Ricci esta integração entre o movimento social e a empresa estatal nas obras dos reassentamentos possibilitou à CRAB desenvolver um sistema de gestão compartilhada (com o Estado), e, posteriormente, de autogestão sobre os reassentamentos o que contribui, conforme o autor, na formação da identidade com o novo local³⁴⁸.

³⁴⁵ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 165.

³⁴⁶ GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 5.

³⁴⁷ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações e Recomposição Físico-Territorial*. Florianópolis: Eletrosul, 1992. p. 42.

³⁴⁸ RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...* p. 167.

Considerando que após o reinício das obras nos reassentamentos eram lideranças da CRAB que fiscalizavam, decidiam, questionavam, etc., o movimento passou por um processo de especialização técnica. Conceitos e terminologias que antes não faziam parte do *habitus* camponês tornaram-se comuns nos debates e reuniões executivas. As lideranças precisavam dominar esses conceitos. De acordo com Ricci,

essa nova prática começava a ser a estrutura de tomada de decisão da organização dos atingidos, [...] Assim, se decisões comunitárias voltadas para a ação direta e forte mobilização social eram tomadas com rapidez impressionante e, até mesmo, sem grandes reflexões técnicas, os acordos que começavam a ser conduzidos exigiam o inverso: reflexão e estudo técnico, além de estudos de viabilidade econômica e administrativa.³⁴⁹

Surge, portanto, na direção do movimento, um grupo de pessoas especializadas nos assuntos técnicos, porém sem grandes vínculos com a base social. Para alguns pesquisadores, como Navarro³⁵⁰, nesta etapa o MAB se descaracteriza enquanto movimento social, passando a atuar muito mais como uma agência de assessoria técnica aos reassentamentos.

Devido aos atrasos no cumprimento do cronograma acordado em 1987, a CRAB pressiona a estatal com mobilizações e protestos. Em muitos casos os escritórios da Eletrosul e os canteiros de obras foram ocupados, tendo os atingidos levado às ocupações elementos que denotam suas práticas cotidianas na lida com a terra e com as coisas do campo. Conforme salienta um dos reassentados em Campos Novos-SC por nós entrevistado, sobre a atitude da empresa no trato com os atingidos no que concerne ao cumprimento dos acordos firmados

o que a gente achou, assim, que eles tinham prometido e que a gente tinha direito, a gente teve que buscar. Tanto antes de vim pra cá [Reassentamento em Campos Novos] quanto quando tava lá. Quando tava lá era aqueles protestos lá... de trancar BR, de trancar obra, e quando começou a construção aqui... eu até não participei de nenhum porque eu tinha ficado em casa trabalhando lá enquanto eles estavam construindo aqui, mas os meus irmãos, o pai e mãe que vieram um pouco antes que eu, tiveram que ir alguma vez pra Florianópolis trancar os escritórios lá, leva pato, galinha, peru e porco lá dentro dos escritórios e ficar acampados lá dentro umas quantas vezes pra eles cumprir o que tinha sido prometido. Porque sempre era atrasado.³⁵¹

Ocupações deste tipo se verificaram em 1992, 1995, 1997 e 1999 (neste período a obra já se encontrava sob controle privado)³⁵². Em muitos casos houve interferência do aparato policial

³⁴⁹ RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...* p. 161

³⁵⁰ Em entrevista cedida à Ricci em RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...* p. 146.

³⁵¹ “Pedro”...

³⁵² ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 167ss.

que fez uso inclusive de violência física, como nos relatou o reassentado “João”³⁵³.

A imprensa regional teve papel importante para a (re)produção do estigma depositor do progresso atribuído aos atingidos vinculados ao MAB. As ocupações eram noticiadas de modo a ressaltar o enfrentamento e, às vezes, o uso da forças ou das ameaças de ações que poderiam acarretar em prejuízos à empresa construtora. De modo parcial, muitos jornais não davam margem para que os manifestantes explicassem os motivos deflagradores de uma ocupação, seja no canteiro de obras ou nos escritórios. Na publicação do dia 07 de outubro de 1999 sobre a ocupação promovida pelo MAB em Aratiba-RS – margem esquerda do Rio Uruguai, onde também havia obras para a conclusão do barramento –, o jornal *A Notícia*, em matéria não-assinada, afirmava que a coordenação do movimento não garantia mais a integridade dos equipamentos da Gerasul, caso os diretores da mesma não aceitem negociar com os atingidos. Sem informar o conteúdo das reivindicadas negociações o texto continua afirmando que

O alerta foi dado após uma assembléia realizada na tarde de ontem. Para aumentar a tensão, chegaram mais oito ônibus de atingidos no canteiros de obras. Agora o número de invasores passa de 900. O presidente da Gerasul, Manoel Zaroni Torres, repetiu ontem que considera a invasão desnecessária e avisou que a empresa manterá o pedido de reintegração de posse apresentado no Fórum de Erechim, no Rio Grande do Sul. [...] O movimento pretende resistir caso a reintegração de posse seja concedida e a polícia militar seja incumbida de desocupar o canteiro de obras.³⁵⁴

É possível perceber que os projetos de reassentamentos e as demais formas de indenização foram fruto do trabalho constante de pressão empreendido pela CRAB. Almeida infere que em muitos momentos as mobilizações não aderiam ao discurso do “não às barragens”, mas, ao contrário, reclamavam o cumprimento dos prazos acordados³⁵⁵. Para o autor, o que movia as manifestações, sobretudo as da década de 1990, eram as lutas por terra e dinheiro. Acreditamos que o clima de insegurança sobre o futuro, reinante desde a divulgação do Projeto Uruguai, também tenha contribuído para esta postura no tocante à barragem de Itá³⁵⁶, de modo a por fim em tão longo período de “indefinições e incertezas”, como rememoram alguns dos entrevistados.

Concomitantemente às queixas sobre suas finanças, a Eletrosul financiava EIAs na

³⁵³ “João”, 66 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

³⁵⁴ JORNAL A NOTÍCIA. *MAB ameaça equipamentos em Itá*. Joinville-SC, 07 de outubro de 1999. Disponível em www1.an.com.br/1999/out/07/0ger.htm acesso em 18 de janeiro de 2011.

³⁵⁵ ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas...* p. 167.

³⁵⁶ No que dizia respeito aos demais empreendimentos, a CRAB defendia o cancelamento das obras. CRAB. O Plano 2010. *A Enchente do Uruguai*. Erechim-RS, nº 37, setembro/outubro de 1991. p. 5.

própria região – para os demais empreendimentos do Projeto Uruguai –, mantinha os técnicos demarcando as áreas a serem alagadas pela UHE Machadinho e promovia excursões para o novo núcleo habitacional urbano de Itá. Nestes eventos, a empresa aproveitava para difundir e consolidar um discurso que considerava a Nova Itá um presente seu aos atingidos em geral. Esse discurso se faz presente também quando a estatal se manifestava sobre os reassentamentos, sobre os quais infere que

ao mesmo tempo em que resolve um problema social causado pelo seu empreendimento, problema este do qual não pode se omitir, o faz de uma forma que valoriza o ser humano e consegue inserir ou manter no processo produtivo, de maneira digna, uma gama de trabalhadores rurais que, na sua maioria, ficaria marginalizada no entorno do reservatório, ou iria somar-se aos cinturões de miséria dos pólos regionais.³⁵⁷

Nesse mesmo documento, a empresa admite a existência de uma “organização de atingidos”, embora o faça de modo a indicar que a ação transformadora – “o pioneirismo do modelo adotado pela Eletrosul” – partiu de si. Negava-se, então, a importância da luta e da pressão dos próprios atingidos e, por conseguinte, no movimento encetado por estes.

Em 1996, a nova cidade de Itá foi inaugurada contando com a presença de autoridades dos poderes públicos das esferas municipal, estadual e federal, e da estatal promotora da obra. Desde então tenta-se fazer da UHE Itá uma referência no trato com os atingidos. A cidade é utilizada por várias empresas do Setor Elétrico como prova de que obras desta magnitude só tem a contribuir com as populações atingidas. Desde o fechamento das comportas, o poder público municipal investe para explorar o tão defendido potencial turístico engendrado pela barragem³⁵⁸.

Em Itá-SC, por um lado, a CRI defendia o empreendimento – com maior ênfase sobre a nova sede – como propulsor do desenvolvimento sustentável e da melhoria das condições de vida da população local. Por outro, a CRAB obteve conquistas por meios diferentes, ora rejeitando o projeto, ora realizando ocupações e, em outros momentos, discutindo em mesas de negociações. Podemos afirmar que a maior conquista obtida pelo movimento de atingidos foi a criação dos reassentamentos rurais coletivos, visto que a maioria dos reassentados, como veremos no próximo capítulo, era formada por não-proprietários que, de acordo com a perspectiva patrimonialista defendida pela empresa e pelo

³⁵⁷ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 44.

³⁵⁸ SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITÁ. *Parque Thermas Itá*. Disponível em www.turismoita.com.br/arquivos_internos/index.php?abrir=atracoes&acao=mais_detalhes&id=34 acesso em 19/01/2011.

Estado de então, não tinham direitos sobre as áreas³⁵⁹.

Em 1992, quando da elaboração de um estudo que tinha por objetivo avaliar os projetos de remanejamento de populações, tanto da área urbana (Itá-SC) quanto da rural (reassentamentos rurais coletivos, reassentamentos em áreas remanescentes e auto-reassentamento), a Eletrosul estimava que 1100 famílias seria reassentadas nos projetos coletivos. Entretanto, o número final de famílias reassentadas foi de 369. Acreditamos que isso se deveu a ação da empresa em defender entre os atingidos a opção pelo auto-reassentamento, por meio de carta de crédito. No levantamento de 2000, quando todas as pendências estavam “resolvidas”, verificou-se que o montante de adeptos à carta de crédito foi maior do que o de optantes pelos reassentamentos coletivos defendidos pelo movimento. Ao todo, 408 famílias optaram pelo auto-reassentamento³⁶⁰.

Ao todo foram construídos 7 reassentamentos rurais coletivos entre os anos de 1990 e 1998. Destes, 4 no PR – Marmeleiro, 1990 (32 famílias); Mangueirinha, 1993 (81 famílias); Chopinzinho, 1995 (74 famílias); e Honório Serpa, 1996 (38 famílias) –, 2 em SC – Campo Erê, 1991 (50 famílias) e Campos Novos, 1998 (28 famílias) – e 1 no RS – Chiapetta, 1997 (66 famílias). Ao todo 369 famílias foram reassentadas em uma área total de 8.965,73 hectares³⁶¹ (com uma média de 15 ha por grupo familiar). Além destas, 2700 famílias foram indenizadas em dinheiro e 408 optaram pelo auto-reassentamento com carta de crédito³⁶². Nas áreas remanescentes do entorno do lago foram reassentadas 62 famílias, em sua maioria compostas por casais idosos e viúvas³⁶³.

* * *

Os ditos “inimigos do progresso”, de modo geral, estavam congregados na CRAB. Essa comissão, desde sua gestação até meados da década de 1980 – poderíamos mesmo afirmar até meados da década de 1990 – sofreu a influência de instituições da sociedade civil sob a condição de mediadoras, promotoras de debates e instigadoras da organização para a resistência e defesa dos interesses coletivos. Podemos arriscar afirmando que sem a atuação dessas seria impraticável um movimento camponês organizado no Alto Uruguai. Destacaram-

³⁵⁹ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural*: gleba Marmeleiro. Florianópolis: Eletrosul, 1989. p. 40ss.; CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural*: gleba Campo Erê. Florianópolis: Eletrosul, 1990. p. 24ss.; GERASUL; ECSA. *Usina...*

³⁶⁰ GERASUL; ECSA. *Usina...*

³⁶¹ GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 05.

³⁶² GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 02.

³⁶³ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 46.

se, como mediadores/lideranças, a ICAR, a IECLB – que atuavam por meio da CPT –, os STRs locais e a FAPES.

Esses mediadores tiveram sua ação facilitada pelo contexto político do Brasil pós-Lei da Anistia. Defendiam a mobilização popular de massa como alternativa frente ao poder do Estado e dos grupos que tem nesse seu defensor, com o objetivo de conquistar direitos propulsores de uma melhor qualidade de vida. Características estas presentes em quase todos os novos movimentos sociais que se desenvolvem a partir da década de 1980. A CRAB teve atuação tão importante que, como salientado, quando da formação de um movimento nacional de atingidos por barragens, o MAB, suas principais lideranças eram do Alto Uruguai. Assim como o próprio estandarte do atual movimento é uma adaptação do utilizado nessa região.

Frente ao Setor Elétrico, a CRAB obteve significativas conquistas, principalmente no que se refere ao reconhecimento dos direitos dos atingidos não proprietários. Os acordos realizados entre o movimento e a estatal se fizeram cumprir – em partes, é importante ressaltar – pela constante pressão e organização dos atingidos. Mesmo após a conclusão de projetos de reassentamento ocorreram manifestações e protestos que paralisaram as atividades nos canteiros de obra, como vimos, e nos escritórios da empresa responsável. Essa consideração merece especial atenção, sobretudo após a privatização da Gerasul, quando as implicações sociais e ambientais passaram, junto com a obra concreto, para a responsabilidade da iniciativa privada. Os problemas sociais passaram a ser administrados por uma empresa cuja sede está localizada na Bélgica, a Tractebel.

A CRAB defendia abertamente a opção por reassentamento rural coletivo, entretanto, das 3659 famílias atingidas (entre proprietários e não proprietários), apenas 369 optaram por um dos sete projetos empreendidos, aproximadamente 10% do total. Este baixo percentual indica que o poder de influência da Comissão não era tão alto quanto se difunde atualmente pelo movimento. Demonstra, também, que muitos camponeses participavam da Comissão até obterem maiores garantias para então negociarem individualmente. As famílias que se deslocaram para os reassentamentos sofreram (sofrem) um processo de desterritorialização-reterritorialização que, como veremos no quarto capítulo, não se processou ainda por completo – se é que podemos afirmar que isso será possível algum dia.

As décadas de 1980 e 1990 foram de intenso conflito no Alto Uruguai, em alguns casos chegando a ocorrer enfrentamentos físicos. O discurso oficial – dos órgãos de turismo e da empresa responsável – defende que o processo foi calmo, tranquilo, como o são as águas do lago da UHE Itá. Entretanto, como pudemos ver, foi tenso, turvo, incerto, como eram as águas do Rio Uruguai.

A UHE Itá é um marco. Acarretou transformações profundas na dinâmica regional, sobretudo nas esferas cultural, social e econômica. Transformou também a vida de milhares de famílias que foram obrigadas a deixar suas casas, estabelecendo-se nas cidades (êxodo rural) ou se deslocando para regiões distantes individualmente ou nos projetos de reassentamento rural coletivos.

CAPÍTULO 4

DO PROGRESSO, A PARTE QUE CABE: O REASSENTAMENTO DE CAMPOS NOVOS-SC – FINS DO SÉCULO XX E INÍCIOS DO SÉCULO XXI

Uma das principais conquistas da CRAB, sobretudo no tocante à UHE Itá, foi o reconhecimento, por parte das empresas construtoras dos direitos de indenização aos camponeses que não possuíam propriedade sobre a terra em que viviam. De acordo com dados da Eletrosul, 41,22% dos atingidos pelo reservatório da referida hidrelétrica eram “sem terras”³⁶⁴. Este contingente – que somados davam um total de 1306 famílias – pôde optar por reassentamento rural coletivo ou auto-reassentamento (carta de crédito)³⁶⁵. Embora a CRAB defendesse abertamente a primeira opção, apenas uma pequena parcela deste foi reassentado – 369 famílias, sendo que 49 destas possuíam o título de propriedade do imóvel atingido³⁶⁶. A maioria dos não proprietários optou pela carta de crédito, buscando, desse modo, uma área de terra por conta própria e, conseqüentemente, se desligando do movimento. Um outro grupo menor foi reassentado em áreas remanescentes no entorno do lago.

Não cabe aqui discutir qual dos segmentos obteve maiores vantagens ou prejuízos, correndo o risco de incorrer em uma análise parcial e distorcida do processo. Nosso objetivo é buscar compreender a experiência dos atingidos que foram reassentados em Campos Novos-SC, no que concerne a elaboração e execução dos projetos de reassentamento, as características socioculturais e econômicas dessas famílias, e as relações destas com o novo espaço e com a sociedade que o cerca. Enfim, como o “progresso” se fez sentir para esse grupo.

Para tal vamos recorrer à documentos expedidos pelas empresas construtoras e pela CRAB entre o período de 1988 e 2002, à literaturas clássicas sobre o campesinato e outras que versam sobre a estrutura sociocultural dos camponeses do Alto Uruguai. É importante

³⁶⁴ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 32.

³⁶⁵ GERASUL; ECSA. *Remanejamento da População Atingida*: listagem geral – situação maio de 2000. Florianópolis: Gerasul, 2000. p. 4.

³⁶⁶ GERASUL; ECSA. *Remanejamento da População...* 2000. p. 5 e 11.

salientar que estas publicações apresentam caráter parcial, pois estão vinculadas a instituições e organizações diretamente envolvidas nos conflitos que tratamos no capítulo anterior. Mesmo os documentos assinados pela Eletrosul e pela CRAB conjuntamente são produtos de uma relação de força nem sempre igual.

Para tentarmos compreender e identificar possíveis permanências e/ou rupturas nas práticas sociais, na identidade, na territorialidade desses atingidos que se instalaram em Campos Novos-SC, vamos recorrer a alguns discursos de memória – como já o fizemos em alguns momentos do presente trabalho como fontes complementares. O recurso da oralidade, permite que outras histórias, diferentes, e não raro divergentes, da oficial, conquistem espaço e respaldo. Através desse recurso, acreditamos poder encontrar elementos importantes que os documentos escritos não podem – por sua “natureza” – apresentar, como a dinâmica da vivência comunitária, o cotidiano, a mentalidade, as permanências, as rupturas, as relações com o espaço – ou com o território – (não só econômicas, mas socioafetivas, enfim, com “o que o lugar significa”), etc.³⁶⁷.

É evidente que essa abordagem possibilita maior democratização da/na história, pois grupos que até então eram esquecidos, negligenciados, ora por possuírem uma cultura oral e, portanto, não deixarem muitos – ou quase nenhum – documento escrito, ora por suas perspectivas não serem interessantes para as elites econômicas e políticas donas da história³⁶⁸. Para Motta, as fontes orais podem contribuir para preencher as lacunas deixadas pelos documentos escritos, mesmo quando se trate da história das elites³⁶⁹. Entretanto o discurso testemunhal não deve ser tomado como uma verdade inquestionável, mas como “um ponto de vista sobre o real”³⁷⁰, devendo, portanto ser analisado, passar por uma crítica³⁷¹. Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir com imagens de hoje, as experiências do passado³⁷². É um intercâmbio entre as emoções do ontem ressignificadas pelas emoções do hoje³⁷³.

Como salientamos nas considerações iniciais, realizamos para esta pesquisa 9 entrevistas com reassentados (6 homens e 3 mulheres) que residem atualmente em Campos Novos-SC, no último de 7 projetos de reassentamento rural coletivos para famílias de atingidos pela UHE Itá. É importante ressaltar que, a pedido dos mesmos, omitimos seus nomes verdadeiros, atribuindo-lhes “nomes fantasia”. O argumento utilizado para justificar o

³⁶⁷ NEVES, M. História e memória... p. 218.

³⁶⁸ TEDESCO, J. C. *Nas Cercanias...* p. 106.

³⁶⁹ MOTTA, M. S. da. *Histórias de vida...* p. 3.

³⁷⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História...* p. 200.

³⁷¹ ALBERTI, V. História Oral... p. 5.

³⁷² BOSI, E. Memória e Sociedade...

³⁷³ DELGADO, L. de A. N. História Oral... p. 18.

pedido – não se tratou de uma exigência – foi o de que é comum que empresas do Setor Elétrico, em especial a Tractebel, realizem entrevistas com moradores e tirem fotos do reassentamento, entretanto, reclamam que seus relatos são distorcidos. Como nosso objetivo não é utilizar os resultados das entrevistas como fontes puras, mas analisá-los – não “distorcê-los” – consideramos melhor omitir seus nomes. Concordamos com a expressão de Albuquerque Júnior de que na memória, fica o que significa, mas para se fazer história, é preciso significar o que fica³⁷⁴.

Dos nossos 9 entrevistados, 6 têm mais de 60 anos, já são avós e moram com pelo menos um dos filhos, os outros 3, com faixa etária entre 40 e 50 anos, vivem com os cônjuges e têm pelo menos dois filhos. Todos os casais já estavam formados no Alto Uruguai e deslocaram-se para o reassentamento de Campos Novos-SC em 1998. Todos os nossos entrevistados mantêm-se em atividades agrícolas e criação de animais. Na maioria dos casos as entrevistas foram realizadas nas residências, com a utilização de fotografias quando o depoente considerasse necessário. Em um caso (“Jorge”), a entrevista ocorreu enquanto caminhávamos pelo seu lote. Em todos os momentos as conversas foram individuais e gravadas.

A relação entre o território e a identidade sociocultural – que configura a identidade territorial ou, como utilizamos, a territorialidade – toma a forma de um processo em movimento. Se constitui no decurso do tempo tendo como principal elemento o sentimento de pertencimento ao espaço – transmutado em território/lugar³⁷⁵. É importante destacar que este pertencimento tem um sentido de apropriação – de valores, hábitos e, mesmo, pessoas –, enquanto adesão, incorporação da dimensão simbólica e identitária do grupo que o constitui³⁷⁶. A dimensão histórica da territorialização, ou seja, a relação do espaço com a temporalidade, se realiza nas práticas cotidianas dos grupos sociais. Identificam-se com o lugar através das pessoas que nele vivem e, sobretudo, que nele viveram, dos quais adquiriram sua cultura³⁷⁷.

Nesse sentido a desterritorialização é entendida como a perda de um território apropriado e socialmente vivido por razão de diferentes processos capazes de desfazerem um território (no caso de uma barragem isso é mais significativo ainda, visto que o território é desfeito fisicamente). Já a reterritorialização refere-se a busca por (re)criar em um novo

³⁷⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História...* p. 206.

³⁷⁵ SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*: seção de Três Lagoas-MS. v. 1, nº 6, ano 4, novembro de 2007. p. 128.

³⁷⁶ HAERSBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Niterói, RJ: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. p. 129.

³⁷⁷ SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*: seção de Três Lagoas-MS. v. 1, nº 6, ano 4, novembro de 2007 p. 132.

espaço – ou no antigo que sofreu modificações – as experiências e vivências com as quais se identificavam³⁷⁸.

Quando da “nova onda do progresso”, que introduziu no Alto Uruguai a UHE Itá e reestruturou socioespacialmente a região, as famílias hoje reassentadas em Campos Novos-SC sofreram um processo de desterritorialização que foi concomitante com uma projeção de poder desfrutar de parte deste difundido progresso. Não se trata de uma relação “ganhar-perder”, mas de uma dinâmica muito mais complexa que envolve elementos do “ethos” camponês do Alto Uruguai, as perspectivas quanto a reprodução destes no novo espaço – distante geograficamente das barrancas –, as frustrações de algumas destas projeções e o “desligamento” – espacial e temporal – com a lugar de origem.

4.1 A política dos reassentamentos

No ano de 1987 a CRAB e a Eletrosul assinaram um acordo que nortearia a resolução dos impactos sociais desencadeados pela construção da UHE Itá sobre os habitantes das barrancas do Rio Uruguai. O referido acordo, já abordado no terceiro capítulo deste trabalho, garantia aos camponeses sem terra da região afetada o direito a indenização sob a via do reassentamento (rural coletivo ou auto-reassentamento – urbano ou rural). Assegurava também a possibilidade de opção por indenização em dinheiro ou terra por terra aos proprietários – os quais não estavam excluídos da opção anterior.

O acordo, pelo seu item 3, também definia que imediatamente deveriam ser iniciados os estudos para a elaboração de uma “política de reassentamento”, sob a responsabilidade da Eletrosul³⁷⁹. Para o desenvolvimento desta foi montado um novo GT, composto por 5 representantes da Eletrosul, 5 das cooperativas agrícolas do Alto Uruguai e 6 da CRAB³⁸⁰. O documento resultante deste GT, publicado em janeiro de 1988, estabelecia os objetivos dos projetos de reassentamento, quem seria beneficiado pelos mesmos, os critérios definidores do tamanho dos lotes rurais, as formas de pagamento dos mesmos pelos atingidos reassentados e a verba de manutenção, paga pela empresa, nos meses que antecederiam a primeira safra³⁸¹.

³⁷⁸ CORRÊA, R. L. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). *Território...* São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 252.

³⁷⁹ ELETROSUL; CRAB. *Documento de Acordo...*

³⁸⁰ REIS, M. J. *Espaços Vividos, Migração Compulsória, Identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá*. Campinas, SP: s/n, 1998. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp). p. 171.

³⁸¹ ELETROSUL; CRAB. *Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais de Populações Atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho*. Janeiro de 1988. Disponível no

Conforme o referido documento – reproduzido em outros textos da Eletrosul e da Gerasul – os projetos de reassentamento rural coletivos tinham por objetivo minimizar os impactos socioeconômicos e culturais decorrentes do alagamento de áreas pelo reservatório da UHE Itá. Deveriam atender, sobretudo aos pequenos proprietários e camponeses não-proprietários que habitavam as barrancas do Uruguai e que dependem diretamente da terra – do trabalho nesta – para sobreviver³⁸². Os reassentamentos também deveriam proporcionar aos camponeses condições de ascensão econômica e social, oferecendo uma infraestrutura igual ou superior àquela deixada nos territórios de origem³⁸³. Este item é referenciado em vários momentos nos documentos das empresas do Consórcio Itá como “constatação da plenitude do benefício” que foi a UHE Itá para os habitantes que ficaram na região e para os que tiveram que sair (para dar lugar ao progresso)³⁸⁴. Nossos entrevistados afirmam que ainda é comum que a Tractebel envie para o reassentamento fotógrafos e jornalistas para registrar “as plantações, as melhorias nas casas, nos galpões, etc.”, material que seria utilizado na publicidade da empresa³⁸⁵.

O acesso aos lotes nos reassentamentos se deu por unidade familiar, compreendida nos documentos da Eletrosul como “duas ou mais pessoas pertencentes a uma mesma família constituída legalmente ou devidamente reconhecida como tal pela comunidade e que exerça atividades agropecuárias na área atingida.”³⁸⁶. O tamanho dos lotes era determinado conforme cálculo que considerava a força de trabalho e a qualidade das terras para o uso agrícola. Filhos casados – de proprietários ou não – constituíam uma unidade familiar independente, já os filhos solteiros tinham sua força de trabalho acrescida à da unidade familiar dos pais.

Para a definição dos níveis de qualidade do solo, a empresa responsável pela UHE Itá e pelos seus desdobramentos ambientais e sociais deveria contratar equipes independentes de agrônomos para a demarcação e classificação do terreno, indicando possíveis correções e a inviabilidade de alguns espaços. Faz-se importante ressaltar que para os dois primeiros projetos de reassentamento – Marmeleiro-PR e Campo Erê-SC – foi contratada, para a realização dos referidos levantamentos, a empresa CNEC, parceira da Eletrosul na elaboração do complexo EIA/RIMA da UHE Itá.

Foram definidas, para o cálculo da distribuição dos lotes nos reassentamentos coletivos, 4 classes de solo, conforme a sua aptidão agrícola. Na classe 3 ficavam as terras

Arquivo do *MAB/Sul* em Erechim-RS.

³⁸² ELETROSUL; CRAB. *Diretrizes...*; ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 38.

³⁸³ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 40.; GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 2.

³⁸⁴ CONSÓRCIO ITÁ. *Itá...* p. 81.

³⁸⁵ “Pedro”...; “José”...

³⁸⁶ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 39.

destinadas para lavouras de subsistência e comercial, além das instalações (casa, galpões, etc.) e acessos internos. As classes 4 e 5 eram compostas pelas áreas destinadas à pastagens, a variação se devia à inclinação do terreno, desníveis e pedregosidade. As terras da classe 6, as piores terras da gleba para o uso agrícola, foram destinadas para a reserva florestal³⁸⁷. É importante frisar que as áreas de proteção ambiental não foram fragmentadas de acordo com os lotes, mas agrupadas em espaços contínuos dentro dos limites do reassentamento em regime de condomínio. Normalmente as áreas consideradas inviáveis para o uso agrícola, por terem alto índice de erosão ou serem demasiado pedregosas, foram separadas e contabilizadas como reserva florestal permanente, conforme a legislação ambiental permitia. De acordo com o documento resultante do estudo da Gleba de Marmeleiro-PR,

A legislação florestal vigente determina que se mantenha uma reserva florestal mínima equivalente a 20% do total da gleba [...] Optou-se pelo sistema de reserva condominial que permite melhor aproveitamento das áreas agricultáveis.³⁸⁸

Embora esteja evidente a preocupação com o aproveitamento agrícola, em 1992 a Eletrosul passa a defender que a única – visto que omite a questão da produção agrícola – preocupação era com o meio-ambiente, conforme o documento: “As áreas de reserva florestal correspondem a 20% da área de cada lote e, via de regra, estão agrupadas, de forma a preservar os nichos ecológicos mais significativos da gleba.”³⁸⁹. Acreditamos que esta mudança no discurso – e nos documentos – da estatal seja reflexo do contexto em questão: no início da década de 1990 o Brasil sediou uma das mais importantes conferências internacionais sobre as mudanças climáticas e a preservação do meio-ambiente, a ECO-92³⁹⁰, que contou com a participação de várias agências internacionais de financiamento, como o BID e o BIRD.

O cálculo de definição da força de trabalho apresenta algumas peculiaridades que implica mesmo em uma questão de gênero. De acordo com a Eletrosul e com o documento Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais de Populações Atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho, em que esta e a própria CRAB são signatárias, a força de trabalho tem peso diferenciado “em função da faixa etária, força física e

³⁸⁷ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Marmeleiro...* p. 50.

³⁸⁸ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Marmeleiro...* p. 45-6.

³⁸⁹ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 39.

³⁹⁰ A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Eco-92) reuniu 108 chefes de Estado supostamente para buscar mecanismos que rompessem o abismo socioeconômico entre as nações do “norte” e as do “sul” aliados à preservação dos recursos naturais. COTRIM, J. P. De Planeta nas Mãos no Pós ECO-92. Lisboa: Colibri, 1994.

disponibilidade de tempo para a execução das tarefas.”³⁹¹. Entretanto, se assim o fosse, cada caso – cada unidade familiar – deveria ser analisado isoladamente, dadas as características peculiares de cada grupo familiar, o que não se verificou na definição do peso atribuído a cada trabalhador rural. Para facilitar a compreensão e explicitar esta questão de gênero implícita na determinação do “valor do trabalho” de cada camponês, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 1: Valor atribuído à força de trabalho por gênero e idade

Idade	Sexo	Valor
05 a 16	M e F	0,25
16 a 60	M	1,0
16 a 60	F	0,8
+ de 60	M	0,5
+ de 60	F	0,25

Fonte: ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 39. (produzida pelo autor)

A justificativa apresentada pela Eletrosul para a diferença entre o valor da força de trabalho de um homem e de uma mulher em idade adulta demonstra uma noção desabonadora das tarefas desempenhas pelas mulheres camponesas³⁹². Conforme o texto a variação se legitimava porque parte do tempo do trabalho feminino era destinado às atividades domésticas. Para a empresa não há relação entre o trabalho realizado no ambiente interno da casa – alimentação, roupas, cuidado com os filhos, etc. – e o desenvolvido no ambiente externo – cuidado dos animais, cultivos, limpeza de ervas daninhas, etc.

O documento definidor das diretrizes para os reassentamentos estipulava uma área mínima de 17 ha para os lotes rurais (inclusive as áreas de reserva legal), sendo que a força de trabalho mínima da unidade familiar deveria ser igual a 2. Caso a terra fosse considerada mais apta para o trabalho agrícola do que na região do reservatório, o tamanho do lote poderia ser menor, entretanto nunca abaixo de 15 ha³⁹³. Analisando os registros da Gerasul de maio de 2000, observamos que nos 7 reassentamentos rurais coletivos lotes menores foram entregue às unidades familiares que compreendiam o mínimo da força de trabalho requerida. Em Marmeleiro-PR, os lotes variavam entre 11,52 e 28,57 ha; em Campo Erê-SC, entre 12,88 e 32,95 ha; no reassentamento de Mangueirinha-PR, a variação era entre 11,97 e 34,54 ha; em Chopinzinho-PR, entre 11,88 e 28,09 ha; em Honório Serpa-PR, os lotes variavam entre 12,01 e 18,98 ha; em Chiapetta-RS, entre 12,03 e 27,37 ha; e, por fim, em Campos Novos-SC, a

³⁹¹ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 39.

³⁹² É importante salientar que não necessariamente todas as mulheres ou somente as mulheres desempenhavam tais tarefas, mas a ocorrência de mulheres nestas era maior que de homens.

³⁹³ ELETROSUL; CRAB. *Diretrizes...*; ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 40.

área menor foi de 12 ha e a maior de 22 ha³⁹⁴. A área máxima definida pelo GT em 1988 era de 59 ha e caberia a famílias que apresentassem uma força de trabalho igual ou superior a 9³⁹⁵. Entretanto em nenhum dos reassentamentos, como os dados citados demonstram, o limite foi atingido.

Por meio da pressão exercida pelos atingidos organizados em torno da CRAB, a Eletrosul admitiu a exigência de que os projetos de reassentamento rural coletivo não fossem realizados em regiões muito distantes às áreas de origem dos camponeses. O documento de diretrizes e critérios estabelecia uma ordem a ser seguida pela estatal:

As terras destinadas para a implantação dos reassentamentos deverão estar localizadas preferencialmente, pela ordem, no próprio município de origem dos reassentados, na própria região ou em um dos três estados do sul, nas seguintes micro-regiões: Alto Uruguai, Planalto e Missões no Rio Grande do Sul; Alto Uruguai, Oeste e Extremo Oeste em Santa Catarina; e Sudoeste, no Paraná.³⁹⁶

Posteriormente esta definição foi utilizada pela empresa como um elemento positivador de sua atuação junto aos atingidos. Afirmara que, devido à preocupação em instalá-los em áreas de semelhante colonização àquela do Alto Uruguai – assim como o solo e o clima – foi possível uma rápida adaptação e integração dos reassentados na economia e cultura locais³⁹⁷. Seguindo estes critérios, todos os projetos foram estabelecidos em áreas dos três estados do sul, conforme o mapa abaixo permite ver.

³⁹⁴ GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 9-18.

³⁹⁵ ELETROSUL; CRAB. *Diretrizes...*

³⁹⁶ ELETROSUL; CRAB. *Diretrizes...*; ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 40.

³⁹⁷ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 44.

Mapa 5: Distribuição dos 7 reassentamentos da UHE Itá



Fonte: GRUPO ESCOLAR. *Região SUL do Brasil*. Disponível em www.grupoescolar.com/materia/regiao_sul_do_brasil.html acesso em 20/01/2011. (adaptado pelo autor)

4.2 Características socioeconômicas e culturais dos atingidos reassentados

A maioria dos optantes dos 7 programas de reassentamento rural coletivo era formada por trabalhadores rurais não-proprietários que viviam nas margens do Rio Uruguai e desenvolviam atividades como arrendatários, agregados, posseiros, assalariados e filhos de proprietários – conforme classificação atribuída pela Gerasul. Das 369 unidades familiares reassentadas, 139 viviam como arrendatárias, 6 no sistema de posse, 12 como assalariadas, 13 como agregadas, 91 eram formadas por filhos de proprietários casados que dividiam – ou arrendavam parte – o lote paterno quando das indenizações. Apenas 49 famílias reassentadas eram proprietárias do imóvel. As 59 famílias restantes foram classificadas pela empresa com o vínculo “outros”, eram em sua maior parte unidades familiares que se estabeleceram na região a ser atingida após o levantamento socioeconômico empreendido pela Eletrosul e concluído em 1989³⁹⁸.

A grande maioria dos atingidos pela barragem de Itá, como salientamos, era constituída por colonos “de origem”, normalmente descendentes de grupos italianos, poloneses e alemães. Tanto no lado catarinense quanto no sul-riograndense, a ocupação por parte dessa população foi fruto do surto de migrações internas decorrente da expansão da

³⁹⁸ GERASUL; ECSA. *Remanejamento da População...* 2000. p. 6-10.

fronteira agrícola devido à pressão demográfica e a carência de terras na região central do RS. O Alto Uruguai torna-se a terra prometida, o lugar para se alcançar o progresso não mais possível na terra de origem³⁹⁹.

Além da questão relativa à propriedade da terra, outra característica diferencial deste projeto de colonização foi seu caráter de empreendimento familiar. Devido ao impedimento de se reproduzirem enquanto camponeses nas Colônias Velhas, era comum que famílias, normalmente numerosas, vendessem suas terras para famílias menores ou grandes proprietários e migrassem para o norte do RS, oeste de SC ou, ainda, sudoeste do PR, regiões para onde a fronteira agrícola estava expandindo. Também era comum que casais jovens, recém constituídos, se deslocassem primeiro, os quais eram assessorados financeiramente pelos parentes que ficaram, para que depois estes fossem a seu encontro⁴⁰⁰.

Outro fator importante sobre as migrações concerne à perspectiva, enfatizada por Tedesco, de fortalecer os que ficam⁴⁰¹. Em linhas gerais, quando se desenha um quadro crítico de excedente demográfico no seio da família e da região, inviabilizando a reprodução de todos naquele território, alguns de seus membros com autonomia jurídica buscam novos espaços para se instalarem. Reis, atenta a esta característica, infere que o fato de possuírem uma “cultura de migrar”, o deslocamento dessas populações, provocados pelo alagamento das barrancas, teve seus impactos socioculturais reduzidos⁴⁰².

É enorme a literatura que trata das incomensuráveis dificuldades enfrentadas pelo pioneiro nos tempos iniciais da colonização⁴⁰³. Também são numerosas as referências ao isolamento, a distância dos centros de comércio, a inexistência de médicos, escolas, o número baixíssimo de padres que atuavam na região, etc.⁴⁰⁴. Os pontos de comércio mais próximos eram os núcleos coloniais já estabelecidos, como Erechim, Nonoai e Frederico Westphalen, todos no RS⁴⁰⁵. Desse modo, era corrente a preocupação, por parte das famílias de migrantes, de adquirir lotes com a menor distância possível uns dos outros, de modo a manter o grupo familiar reunido, ou ainda, buscavam manter relações cordiais com os vizinhos, compreendidos como os parentes mais próximos, o que solidificava os vínculos de vizinhança. Também as sedes das linhas eram territórios de intensas trocas simbólicas.

³⁹⁹ UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...*

⁴⁰⁰ BERNARDES, N. *Bases Geográficas...* p. 97.

⁴⁰¹ TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família...*

⁴⁰² REIS, M. J. *Espaços Vividos...* p. 119.

⁴⁰³ Como exemplos citamos HIRSH, M. A. P. *Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2005. e SILVESTRIN, A. *Lunardi (Tattari): uma história de Foza (Itália), Fagundes Varela (RS) e Xaxim (SC)*. Chapecó: A. SILVESTRIN, 2002.

⁴⁰⁴ VICENZI, R. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó, SC: Argos, 2008. p. 34.

⁴⁰⁵ POLI, O. L. *Aprendendo a Andar...* p. 140

Em meio às dificuldades, aos obstáculos, ao relativo isolamento, sobressaiu uma cultura camponesa calcada na família, no trabalho, na propriedade privada da terra⁴⁰⁶ e, indubitavelmente, na noção de comunidade, entendida como “um agrupamento dotado de equipamento institucional mínimo, de modo a servir de teatro para as diversas atividades dos seus membros”⁴⁰⁷. Sem essa coesão grupal seria impossível desenvolver uma memória coletiva, um sentimento de pertencimento, de identidade e, acreditamos, as famílias não permaneceriam nesse espaço ou, em casos de impossibilidade de migrar, permaneceriam à contragosto, negando essa memória.

A ideia de comunidade está vinculada a uma relação afetiva do indivíduo com o grupo e com o território. Engloba adesões comuns, confiança, amizade desinteressada, ou seja, um engajamento coletivo de natureza moral. Não exclui o sujeito, mas o integra em uma dinâmica de inter-relação e corresponsabilidade coletiva. Conforme Tedesco,

A comunidade está no seio das tramas e teias do trabalho e dos formatos de vida dos que são daqui e dos que são “de fora” [...], do espontaneísmo e altruísmo, do mútuo compromisso, do conviver e participar [...], da cumplicidade dos tempos (dos mortos) e da moral, dentre outras; é, sem dúvida, um espaço de aglutinação cultural e social extremamente sensível às transformações sociais.⁴⁰⁸

É onde os indivíduos interagem, atribuindo novos valores e significados a determinados símbolos, sem que estes, de imediato, percam o significado anterior – multiplicidade de temporalidade e contemporaneidade de não-coetâneos. É um espaço que transcende o econômico. É social e cultural.

Faz-se importante lembrar que a expectativa da elite nacional para com os novos habitantes dessa região era a de que estes abastecessem os centros comerciais com produtos agrícolas variados, conforme salientamos no primeiro capítulo. Desse modo, passados os primeiros tempos de isolamento, cuja produção era destinada, sobretudo, para atender as necessidades da família, a produção foi organizada com vista às demandas do mercado interno. Entretanto, paralelamente à essa produção para o mercado, se mantinha na propriedade a produção de subsistência, cujo excedente, quando havia, poderia ser comercializado⁴⁰⁹. É bom termos claro que nesse tempo – da transição do “trabalho apenas

⁴⁰⁶ Mesmo quando a família não era proprietária do imóvel em que vivia, havia a preocupação de *vir a tornar-se dona da mesma*, configurando o que Tedesco chama de *fetichismo da propriedade*. TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família...* p. 79.

⁴⁰⁷ CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. p. 20.

⁴⁰⁸ TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família...* p. 89-90.

⁴⁰⁹ POLI, O. L. *Aprendendo a Andar...*; QUEIRÓZ, M. I. de. *O Campesinato Brasileiro...*

para a subsistência” para o “trabalho para o mercado” – as melhorias das técnicas e tecnologias não acompanhavam o ritmo da demanda do mercado, forçando o camponês à dispendar mais tempo em seus afazeres. Eram raros, dentre os que optaram por um dos reassentamentos, os que tinham acesso à tratores, colheitadeiras, automóveis (de carga ou passeio), etc.

A lógica da produção no sistema de economia camponesa, conforme Chayanov, possui características que diferem da lógica capitalista. Levando em consideração que a unidade de produção familiar camponesa não utiliza-se de mão-de-obra assalariada, mas, sim, da força de trabalho dos membros do grupo familiar, e de que a renda obtida pelo trabalho não se aplica de forma individual, mas na satisfação das necessidades dos membros do grupo, podemos afirmar ser a economia camponesa um sistema econômico não-capitalista⁴¹⁰. Entretanto, o fato de existirem sistemas não-capitalistas, não exclui a evidência da hegemonia deste, ao qual os demais estão vinculados numa relação subalterna. Sendo o modelo produtivo camponês subalterno ao capitalismo, podemos afirmar que este impõe àquele alguns de seus pressupostos, (re)organiza sua lógica produtiva, as relações de trabalho, as demandas de consumo endógeno e exógeno, o valor (no sentido de pagamento) do trabalho e, até mesmo, as taxas de natalidade no seio da família⁴¹¹.

O montante do produto do trabalho familiar é determinado pela quantidade de membros que compõem a força produtiva da família, em relação com a produtividade da área em questão e com o grau de auto-exploração empregado no trabalho. Este, por sua vez, é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação das demandas do grupo familiar e a penosidade do trabalho⁴¹². Em outras palavras, se o grupo familiar – mesmo que de forma inconsciente ou irrefletida – atribui uma importância maior para a demanda do que para o esforço do trabalho para satisfazê-la, este continuará produzindo. Por outro lado, se o grau de auto-exploração é tão elevado que não compensa em relação às demandas para a manutenção de um padrão de vida, o grupo se vê impelido a baixar suas exigências, e, conseqüentemente, sua qualidade de vida. De modo semelhante, Linhares e Teixeira Silva, em análise sobre as tipologias das crises que afetam as economias de subsistência-abastecimento de víveres no mercado local, inferem que um dos principais fatores para tais é o desestímulo do produtor que não consegue vender seu produto por um valor que compense a auto-exploração do grupo familiar⁴¹³.

⁴¹⁰ CHAYANOV, A. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLKE, V. (orgs). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 134.

⁴¹¹ TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família...* p. 34.

⁴¹² CHAYANOV, A. Sobre a Teoria... p. 139.

⁴¹³ LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA SILVA, F. C. *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense,

Se os camponeses “de origem” do Alto Uruguai aumentavam seu grau de auto-exploração produzindo tanto para o mercado quanto para a sua subsistência, é porque atribuíam um valor maior para suas demandas, de modo que justificava a penosidade com que o produto do trabalho familiar era conquistado. Por outro lado, com a modernização da agricultura e a ação de agroindústrias que determinavam o preço dos produtos agrícolas, nas décadas finais do século XX, o custo para a manutenção de um padrão produtivo – e, conseqüentemente, de um determinado produto do trabalho familiar, assegurador de um padrão de vida tal – se ampliou sobremaneira, forçando muitos camponeses a baixar seu padrão de vida, deslocarem-se para os centros urbanos, ou, para os que buscavam uma alternativa no campo, adentrar em movimentos sociais camponeses.

Mesmo com as transformações impostas pelo “sistema”, ainda “preservou-se” uma identidade territorial camponesa no Alto Uruguai. A unidade do grupo é salvaguardada por um envelope de memória, sempre coletiva, porém passível de individuação. Esta, entretanto, não é estática, congelada, mas sim dinâmica, constantemente atualizada. Nesse processo de atualização da memória os símbolos também o são. O “ethos” se reconstitui, mantendo, é imprescindível salientar, a “impressão da continuidade”, de que as práticas dos antigos foram mantidas. O *habitus* envolve constantemente essa atualização, essa ilusão da continuidade⁴¹⁴.

A forma como eram construídas as habitações destes colonos também atesta a preservação – embora sempre atualizada e ressemantizada, portanto a “noção de que se está preservando” – da cultura das comunidades originais. Podemos ver na fotografia que segue uma casa de colonos descendentes de alemães que constituíram família na região de colonização do entorno do Rio Uruguai, mais especificamente na zona rural de Marcelino Ramos-RS. Hoje esta habitação, de acordo com os cedentes da imagem, mantém-se parcialmente de pé, entretanto, o restante da terra de uso familiar foi atingida pela formação de reservatório da UHE Itá, sendo que parte foi alagada e parte constitui uma área de preservação permanente⁴¹⁵. Percebemos que a habitação mantém traços da arquitetura (cultura) alemã, como, por exemplo, a considerável elevação do telhado, típico de casas em estilo enxaimel⁴¹⁶, que, nas comunidades originais da Europa, tinha a função de evitar a

1981. p. 162-3 e 169.

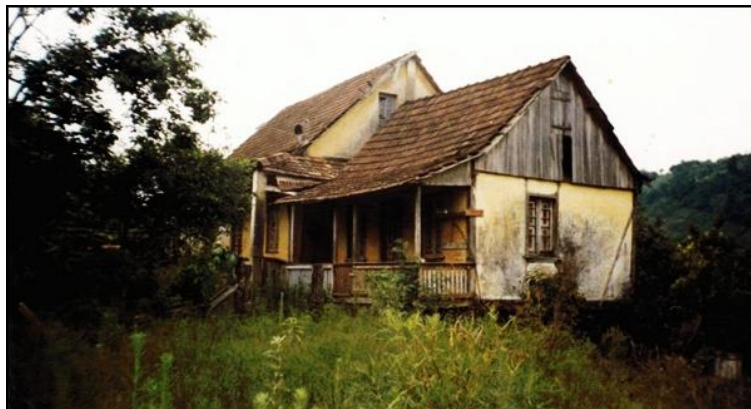
⁴¹⁴ De acordo com Bourdieu, no senso comum – e, também, em muitas obras acadêmicas – a sentido de identidade é associado ao de continuidade, de normalidade. A identidade é entendida como uma constância em si mesmo e os discursos legitimadores desta convergem no sentido de unificação do indivíduo e/ou grupo. Trata-se, entretanto, de uma abstração, de um esforço em perceber nas coisas de hoje as mesmas coisas de outrora. BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 186.

⁴¹⁵ CONSÓRCIO ITÁ. *Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá...*

⁴¹⁶ MATTOS, T. *Alicerces da Memória: 60 bens tombados pelo estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Tempo

formação de grossas camadas de neve, função que no sul do Brasil pouco desempenhou. Inferimos, com base na manutenção desse padrão arquitetônico, que a cultura, a tradição – (re)inventada – e os costumes prevaleceram em relação à funcionalidade, e isso propiciava aos colonos a noção de identidade, de pertencimento, além da já referida ilusão de continuidade⁴¹⁷.

Imagem 9: Habitação de família de colonos descendentes de alemães em Volta Grande, Marcelino Ramos-RS



Fonte: Acervo Pessoal de Hildo Gauger

O “ethos” do colono-camponês se compõe e redefine no confronto com lógicas e realidades diferentes. Não segue uma regra passível de aplicação em todos os núcleos coloniais, comunidades ou linhas. Cada região é a especificação qualificada dos macroprocessos, possui variáveis que só se aplicam à sua realidade. Aos camponeses do Alto Uruguai interessava manter simbólica e ritualmente o vínculo com sua origem europeia. Assim, a vida – as práticas, os costumes, as crenças – era (res)significada. O espaço onde se reproduzia essa significação transcendia de suas características naturais, recebia atributos afetivos, espirituais, era enfim um lugar para se “enterrar o umbigo”⁴¹⁸.

O objetivo central do processo de migração dos grupos familiares era a possibilidade de continuar reproduzindo-se socioeconomicamente como camponês – por tal famílias inteiras deixavam seu lugar de origem em busca de espaços maiores. Entretanto, após fixarem moradia em um determinado espaço por um considerável tempo, os migrantes criavam laços de amizade e solidariedade com membros de grupos familiares vizinhos – laços de vizinhança – e com o próprio espaço (territorialidade). Nesse ínterim, o espaço toma as características de lugar.

Editorial, 2008. p. 139.

⁴¹⁷ HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org) *A Invenção...* p. 9-10.

⁴¹⁸ “Pedro”...

Conforme salientamos na introdução deste trabalho o lugar difere do espaço na medida em que há, por parte dos indivíduos coletivamente organizados, um processo de identificação, um sentimento de pertencimento. Enquanto o espaço é o desconhecido – e portanto, o incerto (o que lhe atribui uma dimensão maior do que a delimitação geográfica) – o lugar é a segurança; enquanto há a impressão de que o espaço muda a todo instante – o que é uma representação –, há, com a mesma intensidade, porém para o lado inverso, a impressão de que no lugar as coisas não mudam, ou, caso mudem, em um ritmo bem mais lento que no espaço⁴¹⁹.

No caso de deslocamentos compulsórios, nas quais não coube ao indivíduo que transfere morada decidir entre permanecer ou mudar, este vínculo afetivo com o espaço – e sobretudo com as pessoas que vivem nele –, a consciência do pertencimento ao mesmo, de territorialidade, inexistente ou se estabelece de forma muito lenta. Fazer do novo espaço um território demanda tempo. Reconhecer-se como membro de um grupo maior – o dos habitantes de determinada região – é um processo lento de identificação, auto e sócio-reconhecimento.

De modo geral, os camponeses atingidos optantes pelos projetos de reassentamento rural coletivos possuíam tradição rural e dedicavam o tempo de trabalho – e a força de trabalho – exclusivamente à agricultura. A maior parte da renda destas famílias provinha da comercialização de milho, soja, feijão, arroz e trigo. A produção de milho ocupava em torno de 50% da área de lavoura anual que, em grande parte não chegava a 5 ha, bem abaixo da média regional (15 ha de área de plantio)⁴²⁰. As culturas de feijão, arroz e trigo eram comercializadas à exceção, sendo, em grande medida, utilizados para subsistência da unidade familiar. A ênfase no milho devia-se a uma demanda regional por parte das agroindústrias, em especial da Sadia, Perdigão, Aurora, Saic e Seara. Para a criação de porcos e aves o milho é matéria-prima na produção da ração que é a base alimentar desta indústria.

A tecnologia utilizada por estes camponeses era bastante simples do ponto de vista material, entretanto exigiam uma complexa fundamentação de conhecimentos empíricos específicos do mundo rural. Mesmo as famílias que poderiam fazer uso de tratores para o auxílio na produção o faziam de modo reduzido, devido, sobretudo, ao acentuado grau de inclinação das barrancas ocupadas. De tal modo, o controle das ervas daninhas, da mesma forma que a colheita, eram realizados manualmente, com raras utilizações de defensivos agrícolas – herbicidas, inseticidas e fungicidas – devido ao seu custo elevado. O poder

⁴¹⁹ TUAN, Y. *Espaço e Lugar...*

⁴²⁰ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Marmeleiro...* p. 41.

aquisitivo limitava, inclusive, a utilização de adubos químicos – fosfato, ureia e sulfato de amônia – e sementes selecionadas. Quando estes eram aplicados às áreas de cultivo, o eram em quantidades inferiores às recomendadas pelos técnicos – agrônomos, zootecnistas, etc. –, resultando em uma colheita também inferior à média regional⁴²¹.

Devido às condições de capital – e mesmo pela topografia da região de barranca – o uso de trator ou outro maquinário à motor era raro. Já a utilização de juntas de bois – tração animal – na aração era generalizada, embora muitas famílias não possuíssem o equipamento sendo, portanto, forçadas a alugá-lo. A maioria das famílias que possuíam algum gado bovino destinava a criação para a obtenção de leite e carne para subsistência. Da mesma forma que o leite, os derivados deste, principalmente o queijo, eram utilizados para o consumo da unidade familiar. Também a criação de suínos e aves, em sua maioria, tinham esse destino⁴²². Contrariando a dinâmica econômica regional, poucos dos atingidos optantes pelos projetos de reassentamento rural coletivos eram “integrados”⁴²³ às agroindústrias locais. O documento referente aos estudos para o projeto de reassentamento em Campo Erê-SC, afirma que, no caso das famílias integradas (equivalentes a 15% do total dos optantes do referido projeto), a maior parte da renda provinha deste vínculo⁴²⁴.

No que concerne aos equipamentos utilizados na produção, os atingidos que optaram pelos reassentamentos possuíam características semelhantes às dos demais camponeses do Alto Uruguai de ambas as margens. Mesmo entre os que não possuíam propriedade sobre as ferramentas era generalizado o uso de carroça, trilhadeira, arado, etc. Entretanto a reduzida área destinada ao cultivo, acrescido do baixo investimento em insumos e defensivos agrícolas, da topografia, pedregosidade e alto grau de erosão do solo, imprimia a estes camponeses condições de renda inferiores à média regional. Os estudos realizados pelo CNEC apontam que a renda média dos camponeses ribeirinhos ficava entre 30% e 50% da renda média dos demais camponeses da região⁴²⁵. Esta baixa produtividade quando nas barrancas – confirmada nos depoimentos coletados para esta pesquisa – é utilizada pela construtora da UHE Itá para salientar que o progresso ocasionado pelo empreendimento “foi indistinto”, pois afirmam que

⁴²¹ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Campo Erê...* p. 25.; CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Marmeleiro...* p. 41.

⁴²² CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Marmeleiro...* p. 41.; CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Campo Erê...* p. 24-26.

⁴²³ O produtor integrado disponibiliza o seu espaço físico, as benfeitorias, a energia elétrica a água e o tempo de trabalho para o manejo dos animais, para o uso exclusivo de uma determinada agroindústria ou cooperativa. Recebe desta os animais – suínos e/ou aves – a ração, os medicamentos e orientação técnica. Devido às altas exigências sanitárias e de qualidade da produção – que visa exportação – abre mão de sua autonomia produtiva, desencadeando em nossa análise, num processo de perda da campesinidade.

⁴²⁴ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Campo Erê...* p. 25.

⁴²⁵ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Campo Erê...* p.25-26.

o padrão de vida nos reassentamentos supera o anterior⁴²⁶. Entretanto, omite que muitos reassentados que não tiveram sucesso já não residem mais nas áreas dos projetos.

Sendo, como vimos, a maioria dessas famílias formadas por arrendatários, os quais, de tal modo, é imprescindível salientar que suportavam outro elemento onerador do trabalho no campo: a pagamento de parte da renda ao proprietário da terra, ao “patrão” como se referem. De acordo com os levantamentos realizados pelo CNEC à Eletrosul para a realização dos dois primeiros projetos de reassentamento, a prática regional de pagamento da renda variava entre 25% e 50% do produto líquido⁴²⁷. É neste íterim que se encontra a diferença entre os arrendatários comuns e os arrendatários “filhos de proprietários”. Estes últimos, além da produção obtida na terra arrendada, participavam da economia familiar da terra dos pais. Situação que permitia um padrão de vida superior ao alcançado pelo primeiro grupo.

Por meio de entrevistas realizadas com arrendatários em meados da década de 1990, ou seja, quando esses ainda não haviam se deslocado para um dos reassentamentos ou, então, adquirido uma carta de crédito, Reis afirma que este grupo não entendia a barragem como uma “perda”, mas, ao contrário vislumbrava os possíveis “ganhos”. Sobretudo no que concerne a perspectiva de “ser proprietário”, com toda carga simbólica que isso traz consigo. Embora o “ser arrendatário” não envolvesse apenas uma dimensão econômica – pois possui elementos do que poderíamos chamar de “moral camponesa”, de divisão da “dádiva”, do uso da terra, etc. – acreditamos ser coerente a assertiva da autora, sobretudo no que diz respeito ao reassentamento de Campos Novos-SC, onde os próprios atingidos deram início às obras, forçando a Gerasul para a sua implantação, sobre o que trataremos adiante.

Conforme o documento de diretrizes e critérios para a implantação dos reassentamentos rurais, todo projeto deveria contar com uma infraestrutura mínima. Compreende esta as estradas, acessos, energia elétrica, abastecimento de água, atendimento escolar, médico, saneamento básico, locais de armazenamento para a produção, locais para encontros religiosos e sociais, etc. Todo projeto de reassentamento rural coletivo deveria conter uma escola, um salão comunitário – cujo tamanho variava conforme o número de famílias reassentadas –, um armazém comunitário, um centro ecumênico, uma cancha de bocha e um campo de futebol. Cada lote rural deveria contemplar um ponto de luz, um ponto de água, uma casa de madeira, um galpão que compreendia o paiol, a estrebaria, o chiqueiro e

⁴²⁶ MARTINS, J. B.; TRACTEBEL; GDF SUEZ. *Reassentamentos Rurais Coletivos* – UHE Itá. Setembro de 2009. Disponível em www.abce.org.br/downloads/itr2009_jose_brognoli_martins.pdf acesso em 20/03/2011.

⁴²⁷ CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Marmeleiro...* p. 42.; CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: Gleba Campo Erê...* p. 26.

um espaço para guardar ferramentas e demais utensílios agrícolas⁴²⁸.

A cultura camponesa associativista e comunitária se fez sentir durante o processo de implantação dos reassentamentos. Enquanto nos dois primeiros projetos as obras, em sua maior parte, ficaram à cargo da Eletrosul, nos demais ocorreu uma maior participação dos integrantes do movimento – precipuamente dos futuros reassentados – sob a forma de mutirão. Ricci afirma que essa iniciativa foi estimulada pela CRAB devido ao fato desta considerar os orçamentos realizados por empreiteiras demasiado onerosos.

Os orçamentos elaborados pelas empreiteiras impediam a construção de toda infra-estrutura desejada [escola, posto de saúde, silos, barracões, etc.], obrigando as lideranças da CRAB a renegociar os valores e oferecer um novo sistema de construção, baseado no antigo mutirão, característico da produção familiar agrícola do sul do País.⁴²⁹

Não encontramos fontes primárias que nos permitissem confirmar o motivo proposto pelo autor, entretanto, colhemos informação semelhante em entrevista realizada com atingido reassentado em Campos Novos-SC⁴³⁰. Sobre o processo de construção dos reassentamentos, conforme documento da Eletrosul, de 1992 – quando apenas os projetos de Marmeleiro-PR e Campo Erê-SC estavam conclusos e estava em andamento a implantação do reassentamento de Mangueirinha-PR:

As edificações residenciais e comunitárias [em Marmeleiro] bem como toda a infra-estrutura básica deste projeto foram construídas pela Eletrosul. Com relação às benfeitorias de apoio à produção (galpões), a Eletrosul repassou os recursos aos reassentados, que as construíram em regime de mutirão. No reassentamento de Campo Erê [...] a infra-estrutura básica também foi implantada pela Eletrosul mas, no que tange à construção das edificações residenciais e comunitárias, verifica-se algumas particularidades neste projeto. Com o objetivo de agilizar a entrega das residências e de comum acordo entre as partes, a Eletrosul providenciou apenas a construção da parte de madeira das mesmas. A parte de alvenaria (banheiros) foi construída mais tarde pelos reassentados, em regime de mutirão, com o repasse de verbas feito pela Empresa. [...] O centro ecumênico será construído em regime de mutirão, com verbas da Eletrosul. Os galpões, como em Marmeleiro, foram construídos através de mutirão. Já em Mangueirinha, em fase de implantação, a Eletrosul construirá apenas a infra-estrutura básica e possivelmente as edificações comunitárias. As edificações residenciais e os galpões serão construídos pelos reassentados, também em regime de mutirão.⁴³¹

⁴²⁸ ELETROSUL; CRAB. *Diretrizes...*; ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 41

⁴²⁹ RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...* p. 167.

⁴³⁰ “José”...

⁴³¹ ELETROSUL. *Remanejamento de Populações...* 1992. p. 42.

Não apenas na construção dos reassentamentos, mas nas barrancas do Uruguai, durante o período de construção desses, a prática do mutirão foi uma constante. Sobretudo a partir da experiência do reassentamento Mangueirinha-PR, quando um ou dois homens de cada família se deslocava para a área com o objetivo de ajudar nas obras, ficando o restante da unidade familiar – esposa, filhos, por vezes esses ainda muito jovens, idosos – com a incumbência de manter a produção “pra mandar o quê comer pra cá”⁴³². De acordo com “Joana”, residente hodiernamente no reassentamento de Campos Novos-SC, neste período – enquanto ainda vivia na comunidade de Volta Grande II, em Marcelino Ramos-RS – precisou da ajuda de parentes e vizinhos para manter a produção e arcar com as despesas da família. Conforme a entrevistada,

tinha que trabalhar, que nem nós tinha que trabalhar igual na roça né, sozinha, ver as lavouras lá, e tudo a muque [...] tinha que ir pra roça, voltar, cuidar de casa, tinha os bichos [...]. Porque as vezes ele [o esposo] vinha, as vezes levava até 30, 40 dias pra chegar em casa né. Muitas vezes não vinha né, e dai então a gente tinha que se virar né. As crianças dai as vezes ficavam doentes [...] dai a gente plantou as roças e na hora de colher dai a gente fez assim um mutirão, assim né, ajudaram nós [...] tinha lá dai meus vizinhos, irmãos, meu pai – na época tava vivo – eles ajudaram e dai a gente ficava dias assim com a vizinhança né, uns dias ia na roça deles, um dia ia na da gente né, foi muito bom isso.⁴³³

Essa cultura associativista e comunitária não é recente e, sim, tem origens que remetem às comunidades europeias anteriores às imigrações⁴³⁴. A influência da religiosidade e a preocupação em definir um local para as rezas dominicais, velórios, casamentos e demais atividades de cunho religioso, influenciou, como pudemos analisar no primeiro capítulo, até mesmo os projetos de colonização desenvolvidos pelas empresas que ofertavam as terras para esses camponeses nas colônias antigas do Rio Grande do Sul, com densidade – pressão – demográfica maior. Muitos descendentes de italianos se negavam a viver em uma região em que não havia um padre. Embora, como no restante de questões vinculadas à propaganda das colonizadoras, muitos colonos chegavam e só então, percebiam que tudo não passara de uma promessa. De qualquer modo, a presença – ou a perspectiva da presença – da ICAR e da IECLB, por meio de um padre, pastor ou representante, era determinante para a ocupação⁴³⁵.

Desde o início do processo de colonização, a implantação de camponeses no sul do

⁴³² “Maria”, 63 anos, reassentada em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

⁴³³ “Joana”...

⁴³⁴ RIETH, R. W. Associativismo e protestantismo na imigração e colonização: o caso da Associação Gustavo Adolfo. *Revista Estudos Teológicos*. v. 47, nº 2. 2007. pp 27-43. p. 28.

⁴³⁵ RADIN, J. C. *Representações...*; WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação...*

Brasil se desenvolveu de modo bem diferente do que no restante do país. Enquanto no Sudeste e no Nordeste o imigrante foi inserido para tornar-se mão-de-obra nos latifúndios monocultores, no Sul o foram de modo a constituírem-se enquanto proprietários da terra em que trabalhavam em regime de pequena propriedade. Soma-se a essa diferente realidade no processo de ocupação a atualização do patrimônio cultural herdado de gerações anteriores, que, por sua vez, tem origem nas comunidades camponesas do Velho Mundo. Esse patrimônio cultural pauta-se no forte apego à religião – principalmente Católica e Evangélica de Confissão Luterana – e na valorização do trabalho⁴³⁶ – no caso católico acrescido da noção do esforço, do sofrimento, como passagem à salvação. Ingredientes que, quando da crise da agricultura nas décadas de 1970 e 1980, após um breve período de resignação e resistência solitária – não acreditar nas mudanças –, também possibilitaram à região a emersão de grandes movimentos sociais camponeses.

A vida nas linhas normalmente orbitava em torno de uma capela, de um salão comunitário, o qual possuía uma pequena venda – a bodega – com artigos de primeira necessidade, espaço para jogos de baralho e bebidas alcoólicas (principalmente vinho, cachaça e cerveja). “A sede da comunidade sempre serviu de espaço de convergência, de manifestação do sagrado, do lúdico, de fuga da solidão, da transmissão e intercâmbio da saudade, das notícias, da vida social, etc.”⁴³⁷. É possível afirmar que dessas práticas, decorrentes da especificidade do processo de ocupação do Alto Uruguai, se originou a tradição comunitária que, não limitada aos primeiros colonos, se estendeu pelas gerações subsequentes definindo a identidade dos grupos sociais e destes com o território habitado (e vivido).

A noção de pertencimento a uma determinada comunidade, ou à outra, não se devia, necessariamente, à questões de caráter geográfico – como proximidade, distribuição de terras no processo de ocupação, etc. –, mas, sim, à participação efetiva nas relações sociais em um determinado espaço. A ocupação de algum cargo de liderança, ou a aceitação das lideranças constituídas, eram fatores determinantes para o sentimento de pertencimento⁴³⁸. A identidade se apresenta como um compromisso, pelo qual cada pessoa contribui – ou acredita contribuir – com sua cota para a vida coletiva, com o intuito de retirar daí “benefícios simbólicos”. Reafirmamos, também, que a aceitação das regras instituídas no/pelo coletivo é condição

⁴³⁶ Cf. POLI, O. L. *Aprendendo a Andar...*; UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens...*; RENK, A. A. *A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2ªed. Chapecó, SC: Argos, 2006.; RADIN, J. C. *Representações...*; RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro...*; entre outros.

⁴³⁷ TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família...* p. 80-1.

⁴³⁸ MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano 2*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 39.

precípua para a constituição da identidade de um sujeito em relação a um grupo social.

4.3 O reassentamento dos atingidos pela UHE Itá em Campos Novos-SC

É possível afirmar, tendo por base os dados anteriormente citados e as entrevistas realizadas, que o poder aquisitivo das famílias optantes por reassentamento rural coletivo, enquanto viviam nas terras atingidas, era baixo e sofria o agravante do pagamento da renda na maioria dos casos. Deste modo, podemos inferir que o deslocamento para um projeto de reassentamento elevou a renda e o padrão econômico familiar, o que é indicado pelos depoimentos que seguem:

Aí quando começamos com vaca de leite daí deu, parece que deu certo. Daí conseguimos comprar mais um pedaço de terra [...] As gurias assim, as mulheres dos meus filhos, todas elas conseguiram estudar, fazer faculdade, estão tudo com “pós” já, formadas, as três dando aula né [...] a gente tem bastante coisa boa aqui também agora, conseguiram né, as casas são boas né, a gente mora... lá onde a gente deixou lá agora está tudo caindo né, a gente vai lá ver agora dá só tristeza de ver aquilo né porque não mora mais ninguém... mesmo que não é da gente, mas a gente fica... vê que as coisas degradou lá né, não... tipo assim, não se conservou. E aqui então daí eu acho que pra viver nós temos, temos bem.⁴³⁹

a gente faz mais fácil dinheiro né numa propriedade plana né. Onde nós morava, numa propriedade ladeira acima de 45 graus que se vigorasse a lei lá, onde eu morava, é tudo preservação da natureza né. Porque era triste, era duas juntas de boi pra subir uma triadeira até num pedacinho de chato, coisa que tinha a 800 metros longe da morada né.⁴⁴⁰

Podemos afirmar que já na época das mobilizações havia, entre a maioria dos atingidos que vieram a ser reassentados, a consciência – ao menos a perspectiva – desse ganho no plano econômico. Novamente faz-se importante lembrar do valor atribuído ao ser proprietário – o fetiche pela propriedade⁴⁴¹, sobretudo para os arrendatários. Na prática, tais ações legitimavam o próprio empreendimento. Como forma de pressionar a empresa a fazer os repasses, os camponeses que se estabeleceram em Campos Novos-SC iniciaram as obras do reassentamento antes mesmo da verba ser disponibilizada ao MAB. Para tal, de acordo com dois entrevistados⁴⁴², recorreram a um empréstimo interno de R\$ 15 mil com os atingidos

⁴³⁹ “Maria”...

⁴⁴⁰ “José”...

⁴⁴¹ TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família...*

⁴⁴² “Paulo”, 40 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.;

que estavam construindo o reassentamento de Chiapetta-RS, os quais já haviam recebido os recursos e contavam com uma quantia em caixa. Conforme “José”,

Não foi fácil pra nós conseguir. A empresa não queria liberar a primeira parcela enquanto nós não chegava a... “nós temos já 28 famílias pros 28 lotes que querem liberar”. Eles não queriam liberar esse dinheiro. Nós começamos aqui pedindo dinheiro emprestado em Chiapetta que estava em andamento e eles tinham daí sobra em caixa, através do MAB né que fez um repasse pra dizer que “nós estamos realmente querendo construir”, pedindo 15 mil reais em dinheiro, que era na época, e contam toda a cobertura das casas e galpão. [...] daí a empresa viu “Não, os homens tão querendo mesmo construir porque já estão lá” né. Dai já veio dois... dois homens verificar e também no terceiro dia o MAB já chamou nós da liderança pra lá porque tinha sido feito o primeira repasse que era um acordo feito de 45% da verba total pra a construção né...⁴⁴³

Os atingidos que foram reassentados em Campos Novos-SC queriam a sua parte do “progresso”.

Das 369 famílias que, no decurso das negociações, pressões, mobilizações, optaram por projetos de reassentamento rural coletivo, 28 se instalaram em Campos Novos-SC. Esse reassentamento apresenta características que lhe são particulares, tanto no que diz respeito às obras quanto aos seus moradores. Analisando a municipalidade de origem dos reassentados pudemos perceber que a Eletrosul – e depois a Gerasul/Tractebel – tinha por política dar prioridade às negociações com os moradores das áreas mais próximas do barramento. Conforme dava-se a resolução desses casos – ao menos no entendimento da empresa – procediam-se as negociações com os “próximos atingidos”. Sendo assim, no reassentamento de Campos Novos-SC, houve a ocupação predominante de (ex)moradores das áreas de estreitamento do lago, ou seja, quando, em direção a montante, esse volta a ser rio.

Podemos utilizar como indicador dessa prática os dados contidos em documento expedido pela Gerasul em maio de 2000⁴⁴⁴, o qual declara encerrados os projetos de mitigação dos impactos sociais às populações camponesas. No reassentamento de Marmeleiro-PR, das 32 famílias, 19 eram de Aratiba-RS e 12 de Itá-SC, municípios onde está localizado o barramento do Uruguai. A única exceção – na realidade são duas, entretanto membros de uma mesma família que dividiram o lote 17 (17 e 17A) – é constituída por ex-moradores de Marcelino Ramos-RS. Em Campo Erê-SC, das 50 famílias optantes, 30 eram de Itá-SC e 20 de Aratiba-RS. Em Mangueirinha-PR, além das cidades do barramento, há forte presença de

“José”...

⁴⁴³ “José”...

⁴⁴⁴ GERASUL; ECSA. *Usina...* p. 9-18.

atingidos que viviam em Concórdia-SC. Nesse reassentamento, de um total de 81 famílias, 23 eram de Aratiba-RS, 19 de Itá-SC e 31 de Concórdia-SC. No quarto reassentamento, de Chopinzinho-PR, o quadro é mais diversificado: das 74 famílias instaladas, 31 tinham origem em Concórdia-SC, 28 em Mariano Moro-RS, enquanto que as famílias de Itá-SC e Aratiba-RS totalizavam 15 (7 e 8 respectivamente). Os últimos registros de atingidos reassentados procedentes de Itá-SC e Aratiba-RS constam na lista do projeto de Honório Serpa-PR, onde figuravam 5 famílias, sendo 4 da margem esquerda e apenas 1 da direita. Em contrapartida, de um total de 38 lotes, 20 foram ocupados por atingidos oriundos de Concórdia-SC, 8 de Mariano Moro-RS e 5 de Severiano de Almeida-RS. No reassentamento de Chiapetta-RS, que abrigou 66 famílias, houve a predominância de atingidos de 3 municípios, à saber: Marcelino Ramos-RS, com 34 famílias; Severiano de Almeida-RS, com 17 famílias; e Concórdia-SC, com 14 famílias. A única exceção é um atingido de Mariano Moro-RS, que ocupou o lote de número 15. Já em Campos Novos-SC, das 28 famílias reassentadas, 24 viviam em Marcelino Ramos-RS, 2 em Piratuba-SC, uma em Ipira-SC e uma em Alto Bela Vista-SC. A grande maioria, portanto, das famílias que foram reassentadas no último dos projetos implantados, viviam próximos ou até nas mesmas comunidades rurais (linhas) e, possivelmente, possuíam alguns vínculos sócio-afetivos.

Ao proceder desse modo – em etapas – a empresa indiretamente obrigava os “últimos atingidos” – ou melhor, os que habitavam as últimas áreas a ser inundadas – a se organizar de modo a não perder força nas negociações. Embora os reassentados dos primeiros projetos mantivessem o vínculo com o movimento, a participação efetiva destes nas mobilizações era dificultada, sobretudo pelas novas distâncias e a necessidade de produzir em seus lotes. Muitos atingidos após o reassentamento – após, portanto, a resolução do seu problema, pararam de participar das mobilizações. A perspectiva de ver o movimento perdendo força, as mobilizações contando com menos pessoas – e tendo em pauta outras reivindicações –, os reassentamentos sendo realizados com “outros atingidos”, pode ter contribuído para que os camponeses que foram reassentados em Campos Novos-SC iniciassem, como vimos, por conta própria as obras de seu novo espaço.

Por outro lado, o fato de ser o último dos 7 projetos de reassentamento rural coletivo, na construção em Campos Novos-SC, o movimento contava com a experiência adquirida no processo de construção dos anteriores. Assim, foi possível algumas inovações que ainda são enfatizadas pelos moradores. Enquanto em todos os projetos as casas eram de madeira com tamanhos que variavam conforme o número de pessoas (força de trabalho) da unidade familiar, em Campos Novos-SC as residências possuíam um tamanho único (sofreram

alterações ao longo da última década, entretanto, com custos arcados pelos próprios reassentados), sendo as paredes externas de alvenaria. É importante lembrar do fetiche, do valor simbólico da casa “de material”, conforme tratamos no segundo capítulo.

As especificidades deste campesinato, como vimos, possibilitaram que neste território tivessem berço os principais movimentos sociais camponeses de novo tipo do Brasil contemporâneo. Elementos como a comunidade, a relativa autonomia produtiva e a propriedade privada da terra povoaram o imaginário e as representações sociais dos camponeses atingidos pela UHE Itá durante todo o processo de mobilização-resistência-pressão-reassentamento. Afirmar que todos os reassentados tivessem consciência de sua campesinidade é um exagero que não queremos cometer, entretanto, a própria opção – visto a possibilidade da carta-de-crédito – por um projeto coletivo de propriedades individuais dá mostras dessa consciência.

A consciência de grupo não preexiste ao mesmo, nem lhe é inerente. Mas, ao contrário, é ritualizada, fabricada, (re)inventada nas práticas cotidianas. Evidentemente precisa de uma base material, de um contexto específico, ser portadora de respostas às demandas, aos anseios (sociais, econômicos e culturais). Através de inúmeras palestras, cursos, encontros, visitas, manifestações, a CRAB (depois MAB/Sul), assim como os demais mediadores – conforme salientamos no terceiro capítulo –, ao menos com relação aos atingidos optantes por reassentamentos, foram agentes fomentadores de uma consciência de classe, de grupo social, em nosso caso, de um “sentimento de campesinidade”. Quando perguntado o motivo da opção por reassentamento, “José” dá alguns indicativos dessa consciência camponesa “forjada” nas discussões do MAB/Sul:

Como a gente era ligado ao movimento, a gente tinha algumas discussões [...] e todo mundo pensava batalhar por reassentamento e não a carta de crédito, porque ela desalojava outro pequeno agricultor que estava desgostoso na época, com a agricultura em defasagem de renda né.⁴⁴⁵

É possível perceber que as discussões empreendidas pelo movimento extrapolavam as questões específicas ao problema dos atingidos, incluindo assuntos concernentes à situação da agricultura familiar no Brasil, possibilidades de renda e valorização da pequena propriedade (se o objetivo era não desalojar outro pequeno agricultor, restavam áreas de grandes proprietários, empresas ou do Estado para os reassentamentos), etc.

Reis aponta três “razões” que podem ter influenciado as decisões dos atingidos entre

⁴⁴⁵ “José”...

os projetos de reassentamento rural coletivos, carta-de-crédito ou, ainda, indenização em dinheiro (no caso de proprietários do imóvel): razões “práticas”, razões “simbólicas” e pelas notícias veiculadas sobre os destinos das demais famílias que optavam por negociar via movimento ou individualmente com a empresa responsável. Sobre as “razões práticas”, a autora infere que a idade, o número de filhos que viviam com o casal, se estes eram do sexo masculino ou feminino, entre outros fatores, influenciaram sobremaneira na “escolha” dos camponeses⁴⁴⁶. Um casal que não dividisse morada com nenhum dos filhos (por estes estarem casados e/ou viverem em outras regiões) – embora rara a incidência destes casos entre os camponeses do Alto Uruguai – teria sua vida no reassentamento dificultada por já “não ter àquela força da juventude pra começar de novo”⁴⁴⁷. De acordo com dois de nossos entrevistados, no reassentamento de Campos Novos-SC houve a inclusão de um casal de idosos, entretanto, a residência destes foi construída dentro do lote de parentes próximos e atualmente não residem mais no local. Afirmam que, por não terem conseguido adaptar-se (produtiva e socioculturalmente) ao novo espaço, foram residir com os filhos no perímetro urbano de Concórdia-SC⁴⁴⁸. O documento da Gerasul⁴⁴⁹ que contém a lista dos reassentados em Campos Novos-SC omite o casal, o que reforça a afirmação de que viveram em lote alheio. Outro elemento que atesta a instalação desse casal é o de que todos os entrevistados que participaram do mutirão para a construção das casas afirmam que foram erguidas 29 residências, sendo que eram 28 unidades familiares.

Ainda no que versa sobre as razões práticas que podem ter influenciado na opção das famílias atingidas por um ou outro tipo de “indenização”, podemos inserir a possibilidade (que pode vir a ser “necessidade”) de ter que aprender novas técnicas (uso de outros fertilizantes naturais e/ou químicos, alteração das épocas de plantio e colheita, etc.) e culturas agrícolas mais adequadas com o novo espaço. Essa necessidade pode afetar o modo como estes grupos de camponeses tomam consciência (por mais parcial e fragmentária que possa ser) de sua condição. Enquanto pessoas do campo, são detentores de saberes que inter-relacionam constantemente as esferas da (re)produção econômica e da (re)produção sociocultural/simbólica. O receio de mudar para uma região com clima, relevo, índices pluviométricos, etc. diferentes pode ter influenciado na baixa adesão – se compararmos com as demais formas de indenização disponíveis e termos claro o trabalho de propaganda empreendido pelo movimento – dos atingidos aos reassentamentos coletivos.

⁴⁴⁶ REIS, M. J. *Espaços Vividos...* p. 147.

⁴⁴⁷ “Joana”...

⁴⁴⁸ “José”...; “Maria”...

⁴⁴⁹ GERASUL; ECSA. *Usina...* 2000. p. 18.

Outra questão que podemos elencar diz respeito ao desejo, expresso por 7 dos 9 entrevistados, de permanecer no Alto Uruguai, perto dos familiares e dos amigos que não se deslocariam. Nesses casos, o reassentamento foi uma “segunda alternativa”, sendo que a primeira era a carta de crédito para obter uma terra próxima às barrancas. Podemos afirmar que essa perspectiva de “deslocar mas ficar” foi determinante para que o montante de famílias atingidas que optaram por auto-reassentamento fosse maior que o de optantes por reassentamentos coletivos, respectivamente 408 e 369.

Um de nossos entrevistados chegou a afirmar que só não recorreu à carta de crédito porque “no último instante” o proprietário do imóvel em que trabalhava – que tornou-se uma área remanescente, visto que só foi em parte alagado – desistiu de vender-lhe a terra. Conforme salienta

Nós, lá em casa, num primeiro momento, né, a gente já tinha decidido que nós ia ficar com uma carta de crédito, né, porque o que nós queria era a terra que a gente morava, porque a gente sempre cuidou como se fosse nosso [...] Só que daí o patrão, que é meu tio e mora no Mato Grosso até, na última hora não quis mais vender [...] E tá lá agora a terra com ninguém morando em cima, tá tudo caindo né, as benfeitorias, tudo...⁴⁵⁰

Fica evidente a vontade de permanecer no Alto Uruguai, entretanto a possibilidade de “tornar-se proprietário” foi predominante, visto que poderia ficar na área remanescente, porém na condição de arrendatário.

No âmbito das “razões simbólicas” podemos inferir o valor moral da terra, ao que já nos reportamos em diversas passagens, a importância da “comunidade” para a dinâmica da vida social, a manutenção (no campo das representações) de práticas dos antepassados que asseguram a já citada “ilusão de continuidade” e salvaguarda uma identidade sociocultural, entre outros elementos. Estas razões não são passíveis de contabilização para o cálculo da indenização, pois qual seria o valor das relações de solidariedade comunitária para a vida social das famílias que perderam este vínculo? Contudo, tais fatores pesaram sobremaneira nas escolhas de alguns atingidos que, por exemplo, acreditavam que permanecendo na região, em uma área remanescente, manteriam os vínculos com a comunidade “original”, ou, então, que deslocando-se com um grupo de vizinhos “mais chegados” conseguiriam reproduzir no novo espaço o “velho”. Essa perspectiva de “deslocar-se em comunidade” foi um elemento marcante para as famílias que se estabeleceram em Campos Novos-SC.

Já no que diz respeito às notícias como ferramenta de decisão é imprescindível

⁴⁵⁰ “Jorge”, 66 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2011.

atermo-nos ao fato de que estas não chegavam “puras” aos atingidos que ainda não haviam tomado sua decisão efetiva. Ao contrário, passavam por um ou vários “filtros”, eram instrumentalizadas por agentes que, longe de serem isentos de interesses, buscavam induzir as famílias a aderirem ao seu projeto. Neste ínterim podemos afirmar que, para além do empreendimento que os afetava, os camponeses do Alto Uruguai foram “atingidos pelos mediadores” que, no constante enfrentamento com o Setor Elétrico, buscavam fazer das suas propostas as mais palatáveis para as famílias, omitindo possíveis alternativas que se desenhasse fora de seus quadros e bandeiras.

A atuação do movimento em defesa da criação dos reassentamentos para todos os atingidos pode ser percebida em outros depoimentos. De acordo com “Maria”, nos encontros entre atingidos e lideranças da CRAB, se desenvolvia, por parte desta, um esforço de convencimento sobre a importância do trabalho na terra e, em alguns casos, do trabalho coletivo⁴⁵¹. É importante salientar que nas primeiras experiências de reassentamento, ocorreram tentativas de criação de empresas cooperativas entre os reassentados. De acordo com Reis⁴⁵², as experiências de coletivização da agricultura desenvolvidas em Marmeleiro-PR e em Campo Erê-SC não partiram da iniciativa dos moradores, mas de algumas lideranças do movimento. Conforme a pesquisadora muitos reassentados não aderiram à produção coletiva, o que salienta, a nosso ver, o caráter relativo da influência da CRAB, isso mesmo entre os reassentados. Os que aderiram à proposta coletiva adquiriram trator, processador de esterco (para dejetos suínos), esguichos para irrigação, os quais deveriam ser utilizados em conjunto. Em Campos Novos-SC, conforme dois reassentados, também ocorreu uma tentativa de trabalho coletivo, embora sem sucesso⁴⁵³.

Enquanto nos apresentava sua “propriedade” (haja visto toda carga simbólica que o “poder fazer isso” têm), um dos reassentados, citado pelos demais como um “colono forte” por ter ampliado sua área de terra e adquirido um lote no perímetro urbano do município, deteve-se sobre os fatores que levaram ao insucesso da experiência de trabalho cooperativo no reassentamento. De acordo com ele, com assessoria do MAB/Sul, fora montada uma cooperativa entre os reassentados para o comércio conjunto de leite. Entretanto, os demais laticínios da região – cujos nomes não foram citados – ofereciam valores maiores por litro do produto desde que a negociação não fosse mediada pela mesma. Diante da possibilidade de maiores rendimentos a maioria dos “cooperados” vendia individualmente direto para os

⁴⁵¹ “Maria”...

⁴⁵² REIS, M. J. *Espaços Vividos...* p. 224-5.

⁴⁵³ “Jorge”...; “João”...

laticínios, inviabilizando a manutenção da associação⁴⁵⁴.

É interessante perceber que se reproduziu no reassentamento, em escala menor evidentemente, um conflito que se assemelha ao desencadeado no Alto Uruguai entre a CRAB e a Eletrosul/Gerasul. Enquanto a primeira defendia a negociação coletiva das indenizações, as empresas buscavam apresentar as vantagens da negociação individual. Percebe-se que, caso o depoimento colhido seja coerente – e não teríamos razões para não crer que o seja –, os reassentados não utilizaram sua experiência de mobilização para pressionar os laticínios para negociar com a cooperativa nos mesmos valores das negociações individuais. Podemos inferir que a já referida “consciência camponesa coletivista ‘forjada’ no movimento” é relativa e só emerge em momentos muito específicos.

No reassentamento de Campos Novos-SC (assim como nos demais projetos de mesmo sentido) predominou a propriedade e a produção-trabalho familiar independente – elementos, como vimos, constituidores do “ethos” camponês do Alto Uruguai. Conforme “Pedro”

o reassentamento foi uma das opção pelas explicações que o movimento e as lideranças, pastor, padres e políticos que participavam do movimento falavam pra gente e até pela... pela ideia que a gente tinha de comunidade, de trabalhar em união, que o reassentamento era isso, cada um, era individual, como você pode ver aqui e em outros também, e, muita gente pensa que o reassentamento é uma vila e não é, é... conforme era lá onde a gente morava é aqui, cada um trabalha no seu... no seu lote, mas é... é aquela ideia de coletivo, de... de comunidade, de trabalhar junto.⁴⁵⁵

Pela afirmação podemos inferir que as experiências, nem sempre positivas, dos projetos de coletivização agrícola implementados em alguns reassentamentos, tiveram grande influência para as posturas e ações dos últimos reassentados⁴⁵⁶. A tentativa de aprofundar esses vínculos comunitários não surtiu o efeito esperado pelos dirigentes do movimento. Para os camponeses, a comunidade é essencial, entretanto há limites nesta relação. É o espaço do encontro semanal, do carteadado, do futebol. A família só recorre economicamente à comunidade para auxílio em caso de grave necessidade.

De acordo com o reassentado “Antônio” a frustração da experiência com a cooperativa fez com que os atingidos instalados em Campos Novos-SC perdessem os vínculos com o MAB, não recebendo mais deste visitas, assessorias, etc. Nem mesmo para auxiliar em

⁴⁵⁴ “Jorge”...

⁴⁵⁵ “Pedro”...

⁴⁵⁶ Conforme Reis, muitos camponeses deixaram o grupo de trabalho coletivo desiludidos com a demora para que as inversões de capital – para aquisição de sementes, tratores, etc. – gerassem retornos economicamente positivos. REIS, M. J. *Espaços Vividos...* p. 226.

outros projetos de reassentamento foram convidados. Interessante perceber que no próprio município há outro projeto, posterior ao ocupado pelos atingidos da UHE Itá, constituído por famílias que foram afetadas pelo lago da UHE Campos Novos: o reassentamento São Simão⁴⁵⁷.

A experiência acumulada nos 6 projetos de reassentamento anteriores deu condições – técnicas inclusive – para que os integrantes do movimento que se instalaram posteriormente em Campos Novos-SC (alguns dos quais haviam participado dos mutirões nos reassentamentos no PR), durante as discussões com as lideranças do MAB/Sul, decidissem pela construção diferenciada de suas habitações. Não sem discussão – e, conforme alguns entrevistados, deboches – a opção por alvenaria foi vitoriosa. De acordo com “José” – que afirma ter sido o proponente da referida alteração – a diretoria do movimento só admitiu a proposta após a apresentação de orçamentos de materiais de construção e mão-de-obra.

a construção aqui já foi já uma inovação. Foi o primeiro projeto – que era, eu acho o oitavo já da Barragem de Itá... não me lembro agora se era o oitavo ou sétimo [...] Ai então nós, eu juntamente com o A. L. que fazia parte da comissão, nós tinha sido designado pra fazer uma pesquisa de material de construção e mão-de-obra disponível na região aqui né. [...] E eu cheguei a conclusão – que eu tinha um pouco de visão também de construção, o meu pai também era carpinteiro, se botava fazer carpintaria na colônia, ajeitando uma coisa aqui outra ali na vizinhança e eu sempre tinha esse hábito também de ir me interessando nisso né, de construção – ai eu cheguei e fiz uma proposta né, pra liderança do MAB né que estava presente, o senhor A. B., que nós podia inovar... [...] Que nós ia fazer uma caixa mista. Fazer de alvenaria, porque a gente tinha feito uma pesquisa que mostrou que sairia mais barata... [...] E essa proposta foi concretizada né, foi em votação, a turma aprovaram. Só que dai um que nós tivemos como liderança aqui, chegou a fazer uma proposta e disse “Ao final do projeto tem 2 mil reais pra pagar cada um? Porque vai faltar dinheiro!”. Então era o G. G., reassentado ali em Honório Serpa que se dizia que era bem entendido na construção. E eu disse “Olha, pela pesquisa, que o A. L. até pode concluir também, que nós fizemos, nós vamos fazer e vai sobrar dinheiro”.⁴⁵⁸

A fotografia abaixo, cedida por um dos reassentados entrevistados, apresenta-nos quatro atingidos posando em frente a uma das casa que estava sendo construída em mutirão. Percebemos que dois deles utilizam cintos de ferramentas – comuns para o trabalho com marcenaria. Ao fundo a casa de alvenaria com a parte externa quase pronta. A parte interna (divisões e assoalho) era confeccionada com madeira. É importante ressaltar que na fotografia não aparecem os profissionais contratados pelos atingidos para desempenhar as tarefas mais

⁴⁵⁷ ENERCAN. *UHE Campos Novos: remanejamento de famílias e indenizações*. Campos Novos-SC: Enercan, 2007. p. 18.

⁴⁵⁸ “José”...

especializadas. Evidentemente trata-se de uma “montagem”, uma idealização, afinal, queria-se registrar os “futuros reassentados” trabalhando⁴⁵⁹.

Imagem 10: Construção de moradia em forma de mutirão no Reassentamento Rural Coletivo de Campos Novos-SC



Fonte: Acervo Pessoal de Gilvane Gauger

Como boa parte da mão-de-obra utilizada era constituída pelos futuros reassentados – sobretudo nas tarefas de servente, visto que o trabalho de pedreiro e carpinteiro exige um grau elevado de conhecimento técnico – que trabalhavam em regime de mutirão, ao término da obra todo o excedente dos repasses da empresa era dividido entre os atingidos. Surge daí um dos primeiros conflitos deste novo espaço de vivências, cujas consequências, mesmo que indiretamente, ainda são sentidas pelos moradores. Os pontos centrais de polêmica podem ser sintetizados em duas indagações: “quem tinha direito na divisão do excedente, todas as famílias envolvidas ou apenas aquelas que enviaram membros para trabalhar?” e “caberia ao movimento parte nesse excedente?”. Reis, em análise sobre os reassentamentos de Marmeleiro-PR e Campo Erê-SC, tem semelhante percepção, conforme aponta na seguinte passagem:

ainda que o montante a ser destinado aos reassentados tenha sido um significativo reforço à verba de manutenção recebida da Eletrosul, acabou, transformando-se no pivô de conflitos: entre os atingidos que colocaram sob suspeita a contabilidade realizada pelos próprios companheiros, e entre os participantes do mutirão e a CRAB. O desentendimento e desconforto, nesse último caso, decorreu em função da discordância, por parte dos atingidos – os quais, aliás, estavam divididos a esse respeito –, sobre a decisão da CRAB de cobrar um percentual desses recursos para reverter em benefícios ao Movimento.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ “Jorge”...

⁴⁶⁰ REIS, M. J. *Espaços Vividos...* p. 195.

Das 28 famílias reassentadas em Campos Novos-SC, apenas 17 enviaram membros para os mutirões e, ao término das obras, o excedente foi dividido entre essas famílias e o MAB/Sul⁴⁶¹.

O fato de que nem todas as famílias participaram das obras é salientado pelos reassentados como um fator desarticulador da coesão grupal, como o depoimento abaixo dá indicativos:

Até aconteceu um caso de pessoas que entraram depois, o nome na lista, vieram trabalhar, fizeram a casa, até inclusive num em 30 dias, foi pegado feito a casa, colocado força total, foi feito a casa dele, na esperança que ele ajudasse a fazer as outras e ele desistiu. Foi pra casa. Daí voltou morar depois né.⁴⁶²

Ao término das obras nos reassentamentos, os lotes eram entregues às famílias por meio de uma escritura vinculada a uma hipoteca em benefício da Gerasul/Tractebel. Os lotes, em média – os dados consideram os 7 reassentamentos em conjunto –, custavam oito mil sacas de milho⁴⁶³. As famílias, em média, deveriam pagar 800 sacas em um prazo de 20 anos – 40 sacas/ano – para desvincular a propriedade da hipoteca. Entretanto, em 2009, a Tractebel isentou os reassentados do pagamento da área recebida e entregou-lhes escritura nominal e alienável. De acordo com a empresa o principal motivo dessa atitude foi a dificuldade, por parte dos moradores, para conseguir financiamentos em bancos de fomento agrícola, visto que a terra, exigida como garantia, encontrava-se hipotecada⁴⁶⁴.

Outro elemento, ainda segundo o documento da Tractebel, refere-se ao desentendimento, por parte dos habitantes, sobre os usos dos recursos provenientes do pagamento à Tractebel, visto que foi acordado entre o MAB/Sul e a empresa que o valor integral dos pagamentos seria investido no próprio reassentamento. Embora acreditemos ter coerência os argumentos da concessionária, sobretudo o primeiro, outros elementos podem ser apontados. Em primeiro lugar, o fato de não poder obter financiamentos bancários impedia o desenvolvimento dos reassentamentos, o que poderia levar a um questionamento sobre a política da Tractebel com relação aos mesmos: propiciava a empresa, por meio dos projetos de reassentamento rural coletivo, condições de ascensão econômica e social, conforme definia o

⁴⁶¹ “José”...; “Pedro”...; “Paulo”...

⁴⁶² “Paulo”...

⁴⁶³ Com base em dados atuais o valor médio das propriedades é de aproximadamente R\$ 145.000,00, pois, de acordo com a Bolsa de Mercadoria de Brasília, o valor da saca de milho de 60 Kg, comercializada em Videira-SC no corrente ano de 2011, é de R\$ 17,70. BOLSA DE MERCADORIAS DE BRASÍLIA. *Milho*: R\$/Saca 60 Kg. Disponível em www.bbsb.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=48 acesso em 28/03/2011.

⁴⁶⁴ MARTINS, J. B.; TRACTEBEL; GDF SUEZ. *Reassentamentos Rurais Coletivos...*

documento de Diretrizes e Critérios? Em segundo lugar, com o retorno à pauta do Estado brasileiro das hidrelétricas do Projeto Uruguai, era preciso evitar qualquer ambiente de hostilidade às empresas do setor, incluindo a Tractebel.

Ainda sobre a isenção do pagamento pela terra, “Pedro” aponta outro fator que motivou a empresa a transferir a escritura efetiva para os reassentados: a pressão exercida por estes por meio de manifestações, impedimento de trabalhos nos escritórios da empresa por meio de ocupações e barreiras em rodovias. Conforme o entrevistado, quando questionado sobre o que, em seu entendimento, poderia ser considerado um ganho (econômico ou não) às famílias atingidas,

aqui a gente conseguiu o terreno, à princípio teria que ser pago, mas aí com as luta que teve, muitos protestos, muitas [riso] “trancção” de rodovia e escritório, a gente conseguiu, à princípio, diminuir o valor do pagamento, que já era meio que simbólico porque até muita gente falou que isso foi uma coisa ilegal, esses reassentamentos, porque nós teria direito a uma indenização e “foi dado um reassentamento e temos que pagá”. Mas daí, de repente isso começo... assim, como que eu vou dizer assim... a entra na cabeça dos mais grandes, e eles, à princípio tinham diminuído o valor da parcela que era... eu não lembro em valores, mas tinham diminuído... vamos dizer assim pela metade, ou mais, e depois, com mais protesto que foi feito aí... e luta do movimento, conseguiu que não seria pago. Então até agora, não faz muito tempo que a empresa veio e liberou [a escritura sem o referido pagamento]⁴⁶⁵

Entretanto, tendo em conta que a liberação da escritura só ocorreu em 2009 e que as relações entre os reassentados de Campos Novos-SC e MAB já não eram tão intensas – de acordo com os próprios entrevistados –, o depoimento de “Pedro” soa contraditório. Parece tratar-se de uma atualização, uma releitura – talvez não intencional (certamente não mal intencionada) – dos conflitos com a construtora da UHE Itá, no sentido que tende a afirmar que toda conquista é fruto da ação articulada dos camponeses atingidos e nunca de uma iniciativa do Setor Elétrico.

4.4 “Esse povo do MST”

Agora já não eram mais sem terra, viviam no que era legalmente seu, podiam, enfim, ser plenamente colonos, camponeses, gozar da autonomia relativa que tal condição permite. Sair do jugo do patrão, do proprietário do lote arrendado, de seus limites impostos. Produzir,

⁴⁶⁵ “Pedro”...

enfim, em sua propriedade. Não correr o risco de ter que mudar por determinação do dono da terra e, acima de tudo, poder deixar aos filhos – ao menos a um deles – de onde tirar para viver: uma herança. Foram estas, sem dúvidas questões que tiveram grande peso no processo de deslocamento (compulsório) do Alto Uruguai para o reassentamento de Campos Novos-SC e ajudam a compreender algumas contradições imbuídas no mesmo. Concomitante ao desejo de ficar onde estavam as raízes, onde “enfiaram o umbigo”⁴⁶⁶, onde se sentiam parte de um todo que lhes transcendia, havia a consciência da oportunidade – e o medo de deixá-la passar – de ser dono – ou melhor, proprietário – da terra. Daí o que nos ajuda a entender como foi possível que os mesmos grupos que se organizaram para resistir à barragem, impedi-la, também agiram no sentido de pressionar a empresa responsável – inicialmente estatal, depois privada – a cumprir os acordos e cronogramas, legitimando, assim, a própria obra.

O medo do novo, do intruso, do desagregador da comunidade, do portador de novos padrões de moralidade – ou imoralidade –, não era preocupação apenas dos atingidos diante da possibilidade da desestruturação de suas comunidades e do estabelecimento em regiões que lhes eram estranhas. Os habitantes de Campos Novos-SC também reagiram à inserção, em seu território, desses novos atores sociais. O modo como os moradores dos municípios que receberam projetos de reassentamento rural coletivos ocupados por atingidos por barragens ainda é um campo em aberto para pesquisas. Não há pretensão de analisar aqui como os moradores locais receberam os atingidos, mas buscaremos fazê-lo no que concerne à percepção de sua recepção pela população local e como, no decurso do tempo – doze anos desde a instalação até as entrevistas –, absorveram alguns desses referentes estigmatizantes dos habitantes locais.

O município de Campos Novos-SC possui uma ocupação mais antiga que a do Alto Uruguai, remontando ao início do século XIX. O domínio sobre a terra deu-se pela lógica do latifúndio, sobretudo para a criação de gado⁴⁶⁷. Nas últimas décadas do século XX, sobretudo após a modernização da agricultura e as pressões de grupos camponeses sem terra, muitas propriedades inativas foram confiscadas e destinadas a programas de Reforma Agrária⁴⁶⁸. A grande maioria dos assentamentos é constituída por camponeses identificados com o MST. Oriundos de diferentes regiões, os “sem terra” causaram estranhamento e são estigmatizados pelos habitantes estabelecidos anteriormente no município. São considerados relaxados,

⁴⁶⁶ “Pedro”...

⁴⁶⁷ MACHADO, P. P. Bugres, tropeiros e biribas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, A.; AREND, S. (orgs). *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 15.

⁴⁶⁸ MDA; INCRA. *Prestação de Contas Ordinárias Anual: relatório de gestão do exercício de 2009*. Florianópolis, 12 de março de 2010.

preguiçosos, baderneiros, mau pagadores, violentos, estupradores, portadores de mau-exemplos, são, enfim, denominados com vários termos pejorativos⁴⁶⁹. Interessante perceber que o termo estigmatizante permanece mesmo após a conquista da terra por parte deste grupo. Hoje não são mais “sem terras”, mas isso não impede que assim sejam tratados.

Todos os reassentados entrevistados reclamam ser – ou ao menos terem sido em algum momento – confundidos com os assentados. Situação semelhante ocorreu nos dois primeiros reassentamentos da UHE Itá, onde, ao contatar serviços públicos, como escola, posto de saúde, etc., eram hostilizados e associados aos “assentados do MST”⁴⁷⁰. Em atividades do cotidiano – visitas ao comércio, tentativa de abertura de crédito, etc. – muitos reclamam ter sido expostos à situações constrangedoras. “Joana”, quando entrevistada, relatou alguns eventos que enfatizam essa associação reassentado-assentado enquanto mau elemento, com relação ao medo da população local em se “contaminar” com o suposto mau exemplo dos novos moradores.

Um dia eu tava lá na cidade né, fui na cabelereira... Báh mas elas conversavam... De repente ela lembrou e disse “mas você veio da onde? Não é daqui não?” “Não, nós viemos lá do Rio Grande do Sul, nós fomos atingidos por barragem né”. Dai ela cortou [o assunto] totalmente assim sabe... ela virou as costas... ela deu tipo assim um “medo” né, isso... Dai ela não se negou a cortar o cabelo né, mas ela não quis mais assim ter uma intimidade. E ela, antes dela saber isso, a conversa era boa né, a gente começou até se animar e dai elas né, elas ficaram assim sabe... tudo com medo da gente, muito medo. Nas lojas também, quando a gente ia lá, conforme a loja assim sabe né, não fazia a ficha pra gente né, nada, por causa que eles queriam saber né... dai primeiro “Ah, porque primeiro você precisa me trazer alguém aqui, pra saber da tua vida”. Como é que ia lá pro Rio Grande pra buscar o povo de lá porque [riso] aqui [com outros reassentados] seria muito suspeito né.⁴⁷¹

Este clima de hostilidade, velada ou não, é encontrado em vários outros depoimentos de atingidos por barragens em diferentes regiões do Brasil⁴⁷². Como é o caso apresentado por Marques, em estudo sobre os atingidos pela UHE Dona Francisca, na região central do RS. De acordo com a pesquisadora, os camponeses que foram reassentados em Tupanciretã-RS eram constantemente hostilizados pelos habitantes locais. Para estes, os novos moradores eram chamados de afogados, o que causava indignação por parte dos reassentados que

⁴⁶⁹ “Jorge” ...; “José” ...

⁴⁷⁰ REIS, M. J. *Espaços Vividos...*

⁴⁷¹ “Joana” ...

⁴⁷² REIS, M. J. *Espaços Vividos...*; MARQUES, M. M. S. *A Identidade Água Abaixo...*; NOGUEIRA, N. de D. *A Usina Hidrelétrica...*

preferiam ser identificados pelo termo atingido por barragem⁴⁷³.

Em muitos casos tal situação fez com que os atingidos reassentados em Campos Novos-SC agissem de modo a legitimar o medo e/ou a má impressão que os moradores locais mantêm sobre eles. Conforme salientaram Elias e Scotson, “Dê-se a um grupo uma reputação ruim e [condições sociais para tal que] é provável que ele corresponda à essa expectativa.”⁴⁷⁴. De acordo com o reassentado “Pedro”, logo que se instalaram no reassentamento de Campos Novos-SC, devido ao tratamento que lhes era dispensado no comércio local, agiu agressivamente com uma atendente de loja local, o que reforçava o uso de termos depreciativos pelos quais eram identificados pelos demais munícipes.

quando a gente ia pro comércio, enquanto tinha dinheiro vivo pra comprar ninguém questionava o que que era, o que que não era. Mas, no momento que você precisava de um crédito, por exemplo, quando falava que era reassentado a coisa complicava. Aí... nunca tinha coisa que chega... até comigo aconteceu de loja de... de... vou fazer um exemplo que aconteceu, assim, pra ser mais ilustrado: eu vi uma jaqueta na loja lá em promoção, em tantas vez e não sei tantas... e dava propaganda no rádio da facilidade que era comprar naquela loja... aí eu fui lá e vi como é que era e “não, só traz um comprovante de residência, os documentos aqui, que em dois toque tá pronto...”, e aí, tava fazendo lá as coisa e quando chegou no endereço, que eu falei “Reassentamento Gerasul”, que é mais conhecido [o nome da comunidade é Cristo Rei], aí parece que nunca chegava mais nada, até que eu me incomodei e mandei eles enfiar aquele casaco onde eles quisessem e peguei e sai da loja. E isso a gente sabe que aconteceu com muita gente.⁴⁷⁵

A população do município de Campos Novos-SC, no entender dos reassentados, os tinham como pessoas inferiores, de moral duvidosa e instinto agressivo. A associação que faziam com os camponeses assentados vinculados ao MST deve-se ao fato de que estes valores já lhes eram atribuídos. Reuniram todos num “mesmo saco”. Quando precisavam ir à cidade – e eram identificados⁴⁷⁶ – afirmam que os habitantes locais atravessavam as ruas, olhavam de canto e faziam comentários entre si. É importante nos atermos aos comentários e fofocas como meio de controle e estigmatização social, como já salientaram Elias e Scotson⁴⁷⁷. Pudemos perceber, pelos depoimentos, que havia, por parte da população local,

⁴⁷³ MARQUES, Maria Madalena S. *A Identidade Água Abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca-RS*. Santa Maria-RS: s/n, 2005. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural). p. 81.

⁴⁷⁴ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders...* p. 30.

⁴⁷⁵ “Pedro”...

⁴⁷⁶ Eram identificados sobretudo pelo sotaque e pela localidade em que residiam (residem), visto que por outros aspectos não se diferenciavam de grande parte dos moradores de Campos Novos: possuíam, em sua maioria, tez clara, eram brasileiros, torciam para os mesmos times de futebol e eram pequenos agricultores.

⁴⁷⁷ Os autores distinguem dois tipos de fofocas: a elogiosa e a depreciativa. A elogiosa é reservada aos membros de seu grupo, é uma forma de destacar as qualidades superiores dos seus; já a depreciativa é utilizada contra os outros ou contra os seus que são suspeitos de transgressão às normas do grupo. ELIAS, Norbert;

um medo de “contaminação”. Não eram recebidos pelos novos vizinhos já estabelecidos ou, quando eram, a recepção não se dava em clima de cordialidade: não eram convidados à entrar, tomar um chimarrão, etc., como é comum quando da chegada de um novo vizinho.

as pessoas, por terem medo que fosse gente do mal, fossem fazer barbaridade e tal. E até os vizinhos... teve um, quando tinha até eu não tava junto, mas os outros dois camaradas que foram conversar pra explicar o que tava acontecendo [instalação das famílias], uma vizinha nem recebeu, ficou na janela e... Depois de uns dias que foi conseguido falar com eles, porque a imagem que se tinha é que era gente marginal que tava vindo pra cá.⁴⁷⁸

O comentário que se tinha na cidade era o de que aqui né, onde nós tamo, era pra ter gente presidiária... Então o povo aqui de Campos Novos tinha raiva da gente, pensava que nós não era trabalhador, que ia apronta na cidade, tinham medo de ser assaltado né. Os vizinho só recebiam a gente da janela, não queria que entrasse na casa “pra vê o que tinha” [...] Acho que o povo [de Campos Novos-SC] não entendia que a gente era atingido por barragem, achava que era gente do MST ou bandido que só ia incomodar, aprontar...⁴⁷⁹

É interessante perceber que quando ocorre a inserção desse novos agentes sociais no município, os grupos estabelecidos (territorializados), diante da ameaça da desestruturação das suas redes sociais, do seu modo de vida, atualizam e ressignificam conflitos que, embora não estivessem mortos, não emergiam com força desmedida. Os termos utilizados para “(des)classificar” os reassentados – além, é claro, dos assentados – são muito semelhantes (quando não os mesmos) que desabonavam os caboclos, conforme tratamos no primeiro capítulo. Se lembrarmos que “caboclo” não possui apenas uma dimensão étnica, mas também sociológica, podemos inferir que na compreensão da população de Campos Novos-SC – conforme os depoimentos de nossos entrevistados – os novos moradores eram “gente acaboclada”, que teria perdido os atributos que os faziam ser “colonos”.

Para não nos prolongarmos mais sobre essas conflituosas relações – com base na ótica dos atingidos – que se estabeleceram no momento de inserção no reassentamento de Campos Novos-SC é importante salientar, como o fizeram Elias e Scotson, que este tipo de atrito é comum quando um grupo novo se estabelece em um espaço⁴⁸⁰. Os antigos moradores, territorializados, entendem como uma ameaça aos seus costumes o ingresso concomitante de várias famílias em seu território. Reagem à agressão estigmatizando os intrusos. Estes últimos – em nosso caso os atingidos pela UHE Itá – tem, nesse processo, maior resistência em se identificar com o espaço, em se territorializar – ou melhor reterritorializar.

SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders...* p. 20.

⁴⁷⁸ “Paulo”...

⁴⁷⁹ “Jorge”...

⁴⁸⁰ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders...* p. 50.

Em muitos casos os conceitos atribuídos aos recém chegados, desterritorializados e ainda não integrados, de acordo com Elias e Scotson, encontram um forte aliado nos próprios estigmatizados, em uma espécie de “voz interior”⁴⁸¹. Afirmam também que esta tem um efeito paralisante, inibindo ações do próprio grupo. Entretanto, analisando os discursos dos atingidos que hoje residem em Campos Novos-SC, percebemos que não houve resignação, mas, ao contrário, buscou meios, estratégias, de distanciarem-se destes conceitos. Na busca por aceitação entre os moradores do novo espaço, a fim de torná-lo território, lugar, os reassentados encamparam alguns dos conceitos e estigmas sociais atribuídos pelos camponeses – e população local – aos denominados “sem terras”. Percebendo a impossibilidade de sua integração enquanto fosse mantida a associação com o grupo excluído e estigmatizado, os reassentados realizaram um esforço coletivo – não necessariamente consciente – no sentido de aproximar-se dos antigos moradores, empurrando aos “sem terras do MST”, e apenas a esses, as categorias pejorativas com as quais também eram associados.

E esse povo [assentados], acho que não sei se muitos não são bem vistos pela sociedade camponovense até hoje ainda né, e nós também, nós fomos enquadrados nesse mesmo estilo. Viravam as costas quando entrava num bar, numa loja... “Ah, lá vem os sem-terra” né. Eles tinham uma alergia a esse movimento né do MST. Como nós fomos com o tempo né explicando e nosso estilo de se apresentar, de comprar no comércio, era de uma outra maneira, não daquele tipo de compra e daqui a pouco ficar devendo eternamente né, e vai procurar numa barraca e não acha mais... Aí começaram a entrar os comerciantes e ver, e já queriam vender fertilizante na própria propriedade... E tinha a prosa entre eles “Lá é diferente, o povo lá é trabalhador, dá pra ver no tipo de edificação que eles tem lá, pra ver como que é ajeitado os lotes, não é o povo dos sem-terra não...”⁴⁸²

Percebe-se explicitamente no depoimento do reassentado a absorção dos conceitos negativadores dos assentados. Ao diferenciar a “forma de trabalho” admite que os assentados não são muito dedicados; ao falar sobre a “nossa forma de comprar” admite que os assentados não são bons pagadores. A questão do “capricho com a área da morada” também é um elemento que, no imaginário local, aproximava os assentados dos caboclos, no sentido de que compartilhavam “falhas morais”. Enfim, selecionam-se algumas características de alguns membros do grupo em questão e às atribui ao grupo como um todo – afinal, dever no comércio não é exclusividade de membros de um grupo humano apenas.

Todas as famílias de atingidos pela UHE Itá reassentadas em Campos Novos-SC mantinham, quando no Alto Uruguai, atividades como arrendatárias, não sendo, portanto,

⁴⁸¹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders...* p. 27.

⁴⁸² “José”...

proprietários de terra. Todas participavam – com maior ou menor intensidade – de um movimento social camponês, fizeram protestos, manifestações, enfrentaram a polícia, foram tratados pela imprensa regional como baderneiros, “inimigos do progresso”, etc. Entretanto, como pudemos perceber, não há entre esses o reconhecimento da legitimidade de outros movimentos sociais, como é o caso do MST. Novamente evidencia-se a relatividade da influência do MAB entre esse grupo, visto que o movimento, em muitos momentos, agiu em conjunto com o MST. O que interessava aos reassentados era se reterritorializar e, para tal, precisavam compartilhar das “normas morais” dos já estabelecidos.

Esse esforço por diferenciar-se surtiu efeito. Podemos perceber pelo depoimento de “José” que os comerciantes locais, sobretudo de produtos de uso agrícola, passam a se interessar por esses novos consumidores, criando, inclusive, uma rede de fofocas elogiosas, abonadoras do grupo. Além disso, um dos reassentados entrevistados para esta pesquisa, ainda em 2009, foi eleito secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Novos (Sindicam)⁴⁸³, o que indica uma aceitação maior da comunidade local – pelo menos dos agricultores – com relação aos atingidos.

É somente quando se referem aos elementos que contribuíram para dirimir os estigmas que lhes eram impostos pelos moradores de Campos Novos-SC que os reassentados fazem menção aos atingidos pela UHE Campos Novos. De acordo com “Fátima”, apenas quando os habitantes passam a conviver com a possibilidade de deslocamentos coletivos promovidos por empreendimentos hidrelétricos é que “entendem” a situação das famílias que saíram do Alto Uruguai.

Com o tempo a gente foi conquistando o respeito e a confiança da sociedade camponovense né, a gente foi fazendo amigos, pagando direitinho no comércio [...] E daí aqui também teve essas barrage, e daí o pessoal entendeu o que que era um atingido por barrage, um reassentado [...] porque antes, pra eles, não tinha diferença entre assentado e reassentado, era tudo igual⁴⁸⁴

Novamente fica explicitado o esforço em deixar clara a diferença entre o “nós” (entendido como iguais aos moradores que já estavam aqui) e os “outros” (os assentados).

Nenhum de nossos 9 entrevistados afirma ter contato com os atingidos pela UHE Campos Novos, nem mesmo com o MAB, como já vimos. A experiência dos atingidos pela UHE Itá, residentes em Campos Novos-SC, poderia ser de grande valia para os demais,

⁴⁸³ MTE. *Anuário de Informações Sindicais*: Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campos Novos-SC. Disponível em <http://sis.dieese.org.br/detalhes.php?tipo=cnpj&cnpj=82802968000104> acesso em 10 de janeiro de 2011.

⁴⁸⁴ “Fátima”, 65 anos, reassentada em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2011.

mesmo antes da instalação dos reassentamentos. Notamos que há, também, uma parcela de responsabilidade do MAB referente a esse “não contato”: não se desenhou nenhuma tentativa, de acordo com os depoentes, de integrar os reassentados da UHE Itá com os moradores dos 8 projetos decorrentes da UHE Campos Novos, um deles, inclusive, no mesmo município⁴⁸⁵.

4.5 As lacunas do progresso

Desde a transição do século XIX para o XX, até meados deste, milhares de famílias deslocaram-se das Colônias Velhas do RS para o Alto Uruguai, ali se territorializando, promovendo e enfrentando conflitos e estranhamentos. No processo de “enxamagem” da primeira metade do século XX havia, por parte das famílias que se deslocaram, um controle (relativo contudo) – uma “administração” – sobre “quem deveria migrar, quando e para onde”⁴⁸⁶. Com o objetivo de diferenciar “aquele processo” deste, Reis chega a afirmar que as regiões procuradas no período da colonização eram “em termos geográficos, em tudo semelhantes às áreas deixadas para trás”⁴⁸⁷. Podemos afirmar, sem ser tão categóricos, que os grupos familiares buscavam espaços que tivessem um ou outro traço que lembrasse o local “original”, o que mesmo assim não era garantia de sucesso, visto, como já abordamos, as estratégias de publicidade utilizadas pelas colonizadoras para a venda dos lotes.

A diferença central entre o processo de deslocamento coletivo empreendido na primeira metade do século XX e o desencadeado pela construção da UHE Itá, é que neste último caso a opção de ficar inexistia para a maioria. Com exceção dos que puderam permanecer em uma área remanescente, todos – tanto os que entendiam a obra como um bem, quanto seus opositores – tiveram que sair. A perda do lugar se impõe a estes grupos. O processo de deslocamento se dá, então, sob a forma de uma ruptura com o território e com a carga de historicidade, de memória, nele contido. O ingresso no novo espaço dá-se pela lógica da desterritorialização.

Nenhum grupo, entretanto, aceita passivamente a desterritorialização e busca, no novo espaço recriar os vínculos, as redes de solidariedade, de compadrio, de amizade, de lazer, etc. As pessoas não migram “vazias”, ao contrário, carregam consigo neste deslocamento traços definidores de sua identidade cultural. Em outras palavras, o lugar (ou

⁴⁸⁵ ENERCAN, *UHE Campos Novos...* p. 18-9.

⁴⁸⁶ REIS, Maria José. *Espaços Vividos...* p. 145.

⁴⁸⁷ REIS, Maria José. *Espaços Vividos...* p. 145.

uma idealização dele) se desloca também. (Re)criar, num espaço novo, as relações e vínculos do lugar antigo é tarefa por demais árdua e incerta – chegamos acreditar impossível, embora admitamos a possibilidade do desenvolvimento, no universo do imaginário, da representação de seu reestabelecimento (o que, contudo, não verificamos em nosso objeto). A confiança nos vizinhos, a intimidade, a amizade desinteressada são alguns dos elementos que configuram o arcabouço socioafetivo de uma comunidade. Podemos afirmar que esta só o é efetivamente na medida em que esses elementos se manifestam e ganham corpo. Esses elementos se constituem no decurso de tempos longos – o suficiente para o auto e alter-reconhecimento –, chegando, à vezes, a superar o de gerações inteiras. Afirmar que os mesmos se consolidaram nos reassentamentos – de modo geral – é aceitar como verdadeira uma realidade virtual. Negá-los por completo é negar uma das principais características das sociedades humanas e do *habitus*: a maleabilidade, a adaptação, a (res)significação.

A perda do território era, para esses atingidos – conforme costumam enfatizar, do fim do lago, quando tudo já estava decidido –, uma evidência. Poderíamos aqui, sem correr risco de cair em fatalismo reducionista, afirmar que tratava-se de um processo irreversível. Diminuir as perdas tornou-se uma necessidade.

A gente morava quase no fim do lago e até quando teve início as conversa sobre as barragem, sobre os direito de atingido, nós até pensava que a gente ia ser atingido pela barrage do Machadinho, nunca pensamos, no começo né, que era a do Itá, era muito longe [...] Então a gente viu que os reassentamento iam saindo, teve um em Mangueirinha, teve em Chopinzinho, no Paraná né, e a gente ia ficando, não sabia se ia ou se não ia, se ia ter um reassentamento pra nós, como é que era né [...] Até que a gente viu que a barrage tava quase pronta, que ia alaga tudo, não tinha mais como dizer “não, a gente não saí daqui”. Então, às pressa mesmo a gente tento se organiza [...] A gente montou um grupo que ia de dois em dois visitando as pessoas pra dize... pra convencer né... pra todos opta por reassentamento, que tinha direito né, que era pra ir junto né.⁴⁸⁸

Conforme apontamos anteriormente, 24 das 28 famílias reassentadas em Campos Novos-SC tinham origem no mesmo município – Marcelino Ramos-RS – e, em muitos casos, na mesma linha. A perspectiva de mudar-se com os vizinhos teve importância salutar, conforme podemos perceber pela afirmação do reassentado que denominamos “João”:

nós, assim, a vizinhança, vamos supor, que nós morava na Volta Grande, então a gente se combinou que onde um ia os outros também iam né. Carta de crédito ninguém queria da nossa turma ali que veio – sete, oito família da Volta Grande – que nós morava vizinho tudo. Dai nós ficamos pra vim no

⁴⁸⁸ “Antônio”, 67 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2011.

reassentamento, viemos aqui, olhamos, e achamos que tava bom, daí viemos pra cá.⁴⁸⁹

A perspectiva de que, mantendo os mesmos vizinhos, os vínculos de sociabilidade, de afetividade, enfim de territorialidade e identidade se reproduziriam tal qual no Alto Uruguai foi um catalisador condicionante da opção pelo reassentamento. Entretanto, em muitos casos esta expectativa foi frustrada, pois não encontraram no novo espaço o “terreno” para a reprodução das antigas práticas.

Um dos primeiros indícios dessa frustração no que concerne à (re)construção dos vínculos vicinais pode ser encontrado nas disputas entre atingidos católicos e luteranos pelo espaço para culto. Embora em muitos momentos tenham atuado de forma conjunta – como, por exemplo, na formação da primeira diretoria da CRAB – a ICAR e a IECLB da região do Alto Uruguai não compartilhavam o templo onde seus cultos eram celebrados. Como pudemos ver no primeiro capítulo, em muitos casos os processos de ocupação colonial tinham na religião um elemento organizador – a “linha” se constituía tendo como centro a capela cujo credo era compartilhado pela maioria dos seus moradores. No deslocamento para o reassentamento de Campos Novos-SC essa característica só foi percebida depois da instalação das famílias.

Em todos os projetos de reassentamento rural coletivo a empresa responsável comprometeu-se em construir (ou disponibilizar recursos para tal) um centro ecumênico para uso dos atingidos que, por ventura, não frequentassem a mesma Igreja – sobretudo permitia o uso pela ICAR e pela IECLB. Tratava-se de um templo simples (imagem 11) – visto elementos constituidores da cultura religiosa luterana – com um espaço interno para que os objetos do culto católico pudessem ser guardados e facilmente retirados. Um centro ecumênico como este foi construído no reassentamento de Campos Novos-SC, entretanto, atualmente, é utilizado por apenas uma das Igrejas.

⁴⁸⁹ “João”...

Imagem 11: Centro Ecumênico do Reassentamento de Campos Novos-SC: atualmente é utilizado apenas por moradores de credo evangélico-luterano



Fonte: Fotografia do Autor

De acordo com “Maria”, luterana, os atingidos de fé católica passaram a exigir a permanente exposição das imagens sacras no interior do templo. Essa postura, por parte dos católicos reassentados, a entrevistada atribui à pressão do padre local que defendia a formação de uma comunidade católica com espaço próprio para as missas e festas em homenagem a um ou mais santos. Em tom de voz baixo, como se quisesse confidenciar algo, o que dificultou a transcrição, afirma

Até tinha um padre aqui na paróquia que de vez em quando vinha aqui no reassentamento e que era muito legal, chegamos até fazer amizade com ele [...] Mas daí né, esse padre foi embora, acho que lá pra cima, pros lado se São Paulo, e veio um outro... Não sei porque motivo, mas esse padre, [sussurrando:] que é, acho, o que tá aqui ainda, mas nunca mais vi depois, começo a implicar né [...] Dizia que não era certo esconde as imagens das santa, dos santo [...] E esse padre começo a dizer que tinha que fazer uma nova igreja, pras missas, pros encontro e outras coisas né [...] Daí dividiu a comunidade...⁴⁹⁰

Uma nova igreja foi erguida “onde a santinha fica mais à vontade”⁴⁹¹. Essa divisão não é só religiosa, pois pudemos perceber um desconforto – um não querer falar –, tanto entre católicos quanto entre luteranos, quando o tema é levantado. Esse cisma (se assim o podemos chamar, visto que inexistia – ao menos os depoimentos, que são constantes atualizações de memória, induzem a isso – uma “unidade comunitária” antes do suposto evento) teria agravado o “desligamento” com elementos constituidores do “ethos” camponês, com a comunidade.

Os entrevistados luteranos afirmam que antes da divisão e da construção do templo

⁴⁹⁰ “Maria”...

⁴⁹¹ “Maria”...

católico no reassentamento, os dois grupos realizavam conjuntamente uma “festa” em homenagem ao Dia das Mães que “atraia bastante gente das comunidades vizinha”. Acusam, ainda, que com a divisão a festa perdeu público, dificultando a integração dos reassentados com outros camponeses que participavam de comunidades próximas.

A gente tem né uma festa aqui na comunidade que dava bem né, vinha gente das comunidade vizinha [...] até teve uma que veio o pessoal lá de Marcelino [Ramos-RS], era bem bom assim né [...] Agora não adianta, tem que ser sempre os mesmos festero, tem pouca gente pra ajudar e não vem mais ninguém né, dai desanima⁴⁹²

As festas são encontros comunitários onde, normalmente, ocorre uma celebração religiosa pela manhã, churrasco ao meio-dia e esportes, jogos (de baralho e de azar) e dança (matinê) à tarde. Para a realização das festas de comunidade são escolhidos os “festeiros” e/ou “fábriqueteiros”, que se constituem como lideranças comunitárias. Os demais membros do grupo “ajudam”. Além da dimensão econômica – o lucro obtido é utilizado para a melhoria do espaço comum (campo de futebol, cancha de bocha, cortina pra igreja, etc.) – as festas são espaços para o exercício do “pertencer” à comunidade, visto que além dos festeiros, os demais membros doam seu tempo e, principalmente, sua ajuda ao grupo, numa rede de solidariedades que manifesta a já mencionada cultura associativista camponesa.

É importante salientar que os reassentados católicos (“Antônio”, “Jorge” e “Joana”) não fazem referência a “Festa de Dia das Mães”. Talvez isso se deva ao fato de que para estes o evento da ruptura não seja tão significativo quanto para os luteranos, visto que sua integração com camponeses de outras comunidades pode ser facilitada pelo compartilhamento do credo religioso. Outra possibilidade é que este suposto “sucesso” da festa antes da divisão seja uma idealização dos luteranos – do mesmo modo que pode ser o suposto “padre muito legal” –, pois em vários momentos das entrevistas, como pudemos ver na seção anterior, reclamaram terem sido mal recebidos pelos moradores locais, associados a grupos “pouco queridos” na região, rejeitados pelo comércio, etc. A festa promovida por este grupo ter aceitação dos demais moradores de Campos Novos-SC é substancialmente contraditório, pois o que constatamos é um distanciamento, ainda latente, entre os reassentados atingidos pela UHE Itá e o restante da comunidade camponovense.

A formação de uma comunidade depende – além dos fatores endógenos – de todo um ambiente exógeno que lhe é favorável. Podemos afirmar que uma comunidade camponesa só existe na medida em que outras se apresentam. Não é, necessariamente – embora não o negue

⁴⁹² “Fátima”...

–, uma relação de oposição, de enfrentamento. Essa relação possui um caráter mais recreativo. Era muito comum, no Alto Uruguai, que em determinados fins de semana moradores de linhas diferentes se reunissem, ora em sede, ora em outra, para um jogo de futebol ou de bocha, seguido de um churrasco e, não raro, uma matinê. A proximidade – tanto geográfica quanto cultural – é um dos elementos, apontados por “José”, que possibilitavam esses encontros de lazer. Por outro lado, afirma que em Campos Novos-SC, tais experiências não se “repetiram”, dado à falta de contato – novamente tanto geográfico (distância) quanto cultural – com outras associações comunitárias locais. Conforme o entrevistado

tu ia num domingo né, se não tinha uma missa ou um culto, conforme sua religião, participava de um jogo de bola, de uma cancha de bocha... em todas as comunidades... As comunidades eram perto, seis, sete quilômetros uma da outra. Tinha aqueles torneios de futebol de campo né, começavam de manhã, churrascada. Aqui o povo não tinha esse hábito, nem de jogar... não conheciam um jogo de baralho como um quatrilha, três-sete, esses aí...⁴⁹³

Localizado a aproximadamente 25Km do perímetro urbano de Campos Novos-SC, o reassentamento é rodeado por grandes fazendas monocultoras. Até mesmo para chegar às residências de nossos entrevistados tivemos que atravessar uma grande propriedade que, segundo um deles, pertence a “uma famoso médico da cidade [...] que já foi até prefeito pelo PDS”,⁴⁹⁴.

Porque aqui né como é tipo fazendas, como se diz, poucos moradores tem dos fazendeiros que moram aqui, moram na cidade, eles tem o lazer deles. Aqui na comunidade, eles tem dois, três peões e solteiros às vezes na lavoura. Durante o fim de semana daí eles vão pra cidade, porque tem os pais ou a namorada né, então não fica ninguém. Às vezes nós abria um pedaço do clube [pavilhão] que construímos ali [ainda durante o mutirão do reassentamento], uns dois, três só lá dentro. Dai o bodegueiro desacorçoado né não queria mais abrir.⁴⁹⁵

Essa condição implica num distanciamento com outras comunidades baseadas no regime de pequena propriedade familiar. Difere muito do Alto Uruguai que, como vimos, era constituído majoritariamente por pequenos lotes coloniais com média de 25 ha.

O reassentado “José” fez menção, na citação anterior, ao fato da população local desconhecer alguns jogos de baralho prediletos dos atingidos. Em um outro momento, afirmou que quando se reuniam para um carteadado “Assim só pra ver - porque é a curiosidade – enchia mais de trinta curiosos ao redor e queria saber que tipo de jogo estavam jogando né,

⁴⁹³ “José”...

⁴⁹⁴ “Antônio”...

⁴⁹⁵ “Jorge”...

porque o povo aqui é truco né, e quatrillo, e canastra, e três-sete, muito poucos sabem...”. Admite, por meio dessa fala, que havia um interesse declarado por parte dos habitantes locais que “só sabiam joga truco”. Desenhava-se uma possibilidade de trocas culturais, de estabelecimento de vínculos de amizade desinteressada, etc. Entretanto, com base nos depoimentos coletados, esta possibilidade não se efetivou. Podemos afirmar que não só os moradores antigos dificultavam os contatos com os reassentados (como vimos anteriormente), mas esses também evitavam aproximações com os “outros”, inviabilizando uma maior integração com as demais comunidades do município e região.

Há, e é importante salientar, uma diferença de gênero no que concerne ao uso dos espaços da comunidade. O carteado, a bocha, o futebol e, principalmente, a bodega são territórios masculinos e moralmente impedidos às mulheres. Estas vivenciam a comunidade de modo diferente, através de visitas às vizinhas mais chegadas e na participação em clubes de mães e/ou mulheres. Não pretendemos afirmar que os homens sofreram mais com a desagregação da comunidade, com a desterritorialização, entretanto o depoimento de “José” deixa entrever um sentir diferente, visto que aos homens, em seu entender, fazem mais falta os espaços de lazer comunitário.

as vezes fica num domingo em casa, a mulher quer assistir um tipo de programa, o homem gostava de ver um futebol. Ai ele não tem onde ir, começa a ficar nervoso, começa até, as vezes, um bate-boca né, sem querer, entre o casal. Isso eu sei, não é só aqui em casa né, os outros também... nos outros vizinhos as vezes acontece também né, aquele bate-boca porque tu não tem onde mais ter lazer né. [...] a comunidade ficou cada vez menor né, em número de pessoas né. E daí não se tem praticamente mais lazer né.⁴⁹⁶

Já salientamos anteriormente a noção, por parte dos atingidos, de que o reassentamento foi acompanhado por ganhos materiais significativos, como a propriedade da terra, da casa, a possibilidade de deixar herança para pelo menos um dos filhos, “se colocar”, ter um capital, etc. Entretanto, pudemos notar, por meio das entrevistas, que essa conquista econômica não se sobrepôs às demais esferas da vida camponesa, do “ethos”, das famílias reassentadas. Na mesma medida em que fazem coro sobre a elevação do padrão de vida – alimentar e de consumo – ressaltam a dificuldade em identificar-se com o novo espaço, integrar-se com os antigos moradores, e em superar a perda do antigo lugar.

A ambiguidade (ganhamos mas perdemos), comum nos discursos de todos nossos entrevistados, permite afirmar que a (re)territorialização destes ainda não se procedeu, mesmo tendo se passado doze anos desde o deslocamento. Ainda sentem-se desterritorializados, ou,

⁴⁹⁶ “José”...

nas palavras de um dos entrevistados, “desligados”⁴⁹⁷. Reclamam da inexistência de um ponto de encontros comunitários, de um torneio de futebol ou de bocha, de um lugar para um carteadado, um quatrilha⁴⁹⁸, etc. Estes encontros são frutos de uma relação de vizinhança e reforçadores da mesma, concomitantemente. Um espaço de atividades sociais promove encontros entre pessoas da mesma geração e intergeracionais. Passar suas experiências de vida aos mais novos é central para a cultura camponesa – calcada em conhecimentos empíricos –, sobretudo para os idosos. Reforçam também o sentimento de identidade nos jovens que se percebem como continuadores dos mais velhos.

A fotografia que segue, cedida por um dos reassentados, foi tirada durante um domingo, na segunda metade da década de 1990, em que a comunidade de Volta Grande II, em Marcelino Ramos-RS, recebeu a visita de outra comunidade próxima, não identificada pelo cedente (o mesmo não recordava com exatidão). Percebemos a prática de uma modalidade derivada do futebol – a “reba” – onde se joga com dois (ou mais) goleiros, em um campo de terra com traves de madeira. Ao fundo algumas pessoas assistem a partida e/ou conversam. Há crianças, adultos e idosos em uma espécie de barracão improvisado coberto por uma lona. Embora o centro comunitário do reassentamento seja de concreto, relativamente novo (12 anos), amplo e de boa aparência, não possui para os atingidos reassentados o mesmo valor simbólico que o da comunidade original, construído histórica e socialmente em um território compartilhado.

Imagem 12: Jogo de futebol e encontro de comunidades no Alto Uruguai no início da década de 1990



Fonte: Acervo Pessoal de Gerson Gauger

Os entrevistados afirmam que, embora tivessem alguma noção das consequências do

⁴⁹⁷ “Paulo”...

⁴⁹⁸ “José”...

deslocamento, do distanciamento da família e dos amigos que ficaram que este forçaria e das possíveis dificuldades a ser enfrentadas no reassentamento – desconhecimento do clima, do solo, dos produtos viáveis, etc. –, só tomaram consciência efetiva do processo quando já estavam instalados ou fazendo a mudança. Enfim, quando já não estavam mais nas barrancas. “Maria” lembra que foi quando estava carregando sua mudança – que foi trasladada de Marcelino Ramos-RS até Campos Novos-SC em um caminhão aberto – que percebeu o que estava perdendo, quem não veria mais todo dia, não trocaria intimidade, etc., “Dai eu desabei [riso]. Todo mundo desabou né. Aí a gente, eu acho que daí caiu a ficha né, que a gente tava perdendo muita coisa...”⁴⁹⁹. Nos primeiros anos, lembra “Paulo” se desenhou um esforço para não perder o vínculo com os amigos do antigo lugar. Afirma que várias vezes alugaram ônibus e dirigiram-se às barrancas do Uruguai e, de mesmo modo, várias visitas receberam dos habitantes de lá. Entretanto, a dinâmica do trabalho agrícola, a responsabilidade com a produção e com os animais, assim como o distanciamento gradual – de assuntos, de interesses, de vivências compartilhadas – fez com que estes encontros se tornassem cada vez mais raros.

A gente agora já faz dez anos, doze vai fazer já, que estamos pra cá, mas na época a maior [perda] é que gente tinha muita tristeza, muita saudade. Parecia que a coisa não era bem normal, não era... Até a gente se reunia aqui, até aqui teve um dia uma visita – e nós fomos prá lá uma pá de vez de ônibus de volta lá de onde a gente morava, assim quando tinha uma festinha que tava sendo programada – e deu uma choradeira quando a turma de lá vieram pra cá e foram embora que... [...] A gente sente esse desligamento na verdade né. E não dá pra condena só... e dizer assim que foi só por causa da barragem que aconteceu isso, qualquer desligamento assim de alguém que sai se sente essa saudade, essa tristeza. Mas nós na verdade numa barragem ou o pessoal sai ou não como acontece? Não tem o quê fazer, é isso. Mas é... a maior foi a tristeza né, a saudade do lugar da gente. Do lugar, tipo... da Igreja, do time de futebol lá e tal... isso tudo dai, os amigos. Por mais que a gente tenta não consegue mais ter essa relação que tinha né.⁵⁰⁰

Os atingidos reassentados em Campos Novos-SC, tendo como suporte os depoimentos coletados, demonstram contrariedade diante da possibilidade de ter que se estabelecer nas cidades. Acreditamos que parte dessa recusa seja produto das características socioculturais dos camponeses do Alto Uruguai (que suporta a ideia de migrar, desde que para manter-se na terra⁵⁰¹) acrescida às discussões, cursos, encontros, etc., promovidos pelos mediadores e pelos GRs. A cidade apresenta-se como um espaço que exige conhecimentos

⁴⁹⁹ “Maria”...

⁵⁰⁰ “Paulo”...

⁵⁰¹ REIS, M. J. *Espaços Vividos...* p. 119.

outros, distantes – porém não inatingíveis – do arcabouço de práticas, técnicas e valores que o campo “exige”. Conforme “Paulo”, “nascemos agricultor, gostamos de ser agricultor e a gente não sabe fazer outra coisa [...] nascemos agricultor e vamos morrer agricultor”.

Entretanto, passados 12 anos desde a instalação dos atingidos pela UHE Itá no reassentamento de Campos Novos-SC, aproximadamente um terço das famílias (9 ao todo, conforme dois dos entrevistados⁵⁰²) transferiram moradia para outros espaços. A maioria destas foram residir com os filhos em cidades próximas, arrendando os lotes para outros camponeses – alguns para reassentados que se mantêm no local, como é o caso do entrevistado que denominamos “Jorge” que arrendou uma área de ex-reassentado –, ou, ainda, venderam suas propriedades (após, contudo, a desalienação do imóvel “promovida pela” Tractebel) e adquiriram lotes nos municípios de origem no Alto Uruguai. Não dispomos de meios materiais para discutir os motivos que levaram alguns reassentados a um novo deslocamento – desta vez para sair do campo – diante de novas exigências técnicas e culturais.

Pudemos perceber no reassentamento de Campos Novos-SC que alguns de seus moradores, embora mantenham residência no lote recebido, dedicam-se a atividades urbanas, perdendo o vínculo com a terra. É significativo o caso de um casal de reassentados, ocupantes do lote número 2, tendo o homem sido citado por alguns dos entrevistados como uma das principais lideranças para a efetivação do reassentamento de Campos Novos-SC, que adquiriu veículos de transporte coletivo e atualmente dedica-se a transportar alunos do interior do município para as escolas do centro e bairros da cidade. Embora ainda resida no reassentamento, arrendou suas terras para um agricultor vizinho, o qual comprou o seu lote de um dos reassentados que deixaram o local.

* * *

Existe hoje – no Brasil como um todo – o discurso, difundido por agências de imprensa, de que uma usina hidrelétrica, além de não emitir gás carbônico para a geração de energia, é ambiental e socialmente responsável (progresso limpo)⁵⁰³. Afirma-se com isso que todas as famílias atingidas pelo empreendimento são beneficiadas pelo mesmo. Nessa lógica, de acordo com um de nossos entrevistados, a Tractebel periodicamente envia para o reassentamento um fotógrafo, cinegrafista, jornalista ou um executivo da empresa, para

⁵⁰² “Pedro”...; “Paulo”...

⁵⁰³ MME; ELETROBRÁS. *Um Novo Conceito em Hidrelétricas*. Brasília: Eletrobrás, 2010.

mostrar – aos futuros atingidos – os benefícios obtidos com a usina hidrelétrica⁵⁰⁴. Com isso reforça-se a ideia da “justa indenização”, de “progresso para todos”, visto que “estão melhores hoje” do que quando viviam nas barrancas do Uruguai. Contudo, nem toda a perda é mensurável ou negociável por um valor determinado.

Como já salientamos, nos elementos calculáveis matemática e financeiramente, os atingidos reassentados que permaneceram em Campos Novos-SC afirmam terem sido beneficiados: são proprietários, não precisam pagar renda ao dono da terra (como quando arrendatários), tem uma herança para deixar, etc. Porém, muitos ainda manifestam o desejo de voltar – não só ao antigo lugar, mas sobretudo ao antigo tempo-lugar. Poder visitar os amigos da infância, da escola, da igreja, jogar futebol com o time da comunidade, ir ao culto na capela, depois à bodega, jogar um baralho, tomar uma cachaça, etc.

tem dias que a gente arrepia quando lembra da costa do rio, e dá vontade de voltar... Eu, se fosse hoje e alguém chegar e dizer assim “tu quer voltar pra lá tu pode voltar”, eu voltava correndo, não pensava duas vez. Se é melhor ou pior a questão assim de trabalhar, a questão de relevo, aqui é melhor, clima, apesar do frio, também é melhor, mas... mas a gente deixou vô, vô, tios, parente de tudo que é tipo lá e aqui... a gente veio e teve que forma tudo de novo... a gente formou amizade aqui também, mas não é a mesma coisa a mesma amizade de... daquelas de infância.⁵⁰⁵

É importante ressaltar que do mesmo modo que o lugar não existe mais geográfica e fisicamente, não existe mais da forma como os atingidos lembram dele. É comum nos discursos de memória – e é isso que verificamos com os depoimentos dos reassentados de Campos Novos-SC – uma idealização do passado ou, pelo menos, um congelamento do mesmo. Sendo as condições presentes insatisfatórias – não na esfera econômica – busca-se no passado um refúgio. Nenhum dos entrevistados reclamou das relações com os vizinhos no Alto Uruguai, embora também sejam relações conflituosas em alguns momentos. Os conflitos foram suprimidos, considerados insignificantes frente às “alegrias do antigo lugar”. Entretanto, mesmo fazendo um considerável esforço para considerar os discursos como reflexos fiéis à realidade, no decurso de uma década as mudanças que se estabeleceram o transformaram: o lugar, o território tornou-se espaço. Os atingidos reassentados que não se integraram à sua nova região são, portanto, duplamente desterritorializados: não se identificam com o novo e o antigo não existe mais da forma como se identificam. Como “fuga” desse novo espaço referenciam a vida em um “velho” que não existe mais, ou que

⁵⁰⁴ “José”...

⁵⁰⁵ “Pedro”...

talvez, fora do imaginário coletivo pós-deslocamento, nunca tenha existido.

Ah, a gente foi algumas vezes visita lá na Volta Grande [...], mas tu vai lá hoje e tá tudo diferente, não tem mais as mesma pessoas, os interesse já não são igual [...] Tu vai falar de política, a gente não sabe quem que são os prefeito de lá né... então fica difícil [...] A gente chega e não conhece mais ninguém, dá uma tristeza, desanima até ir pra lá visitar, a gente assim não faz mais parte...⁵⁰⁶

Ah, eu sinto muito muita coisa né. A gente era acostumado lá né. E hoje a gente chega lá e não conhece mais ninguém. A juventude já não conhece mais... assim, tudo é coisa que muda na vida da gente [choro]. Mas eu sinto muito saudade da minha Volta Grande [choro]⁵⁰⁷

A fotografia que segue, tirada da janela⁵⁰⁸ da antiga casa de um casal de reassentados, faz-se importante porque é referente a duas transformações: de caráter geográfico e simbólico. É provável que essa fotografia não tenha sido tirada da janela, talvez de um ponto próximo, entretanto, o que se quis dizer era “de onde eu morava, tinha-se essa vista!”, a janela é um elemento reforçador da afirmação. Esta curva do Rio Uruguai, vista de uma de suas barrancas (do lado esquerdo), não existe mais, do mesmo modo que as relações sociais que se desenvolviam neste território.

Imagem 13: Vista da residência de atingidos no Alto Uruguai



Fonte: Acervo Pessoal de Hildo Gauger

O “ethos” de camponês do Alto Uruguai, com a vida alicerçada na propriedade da terra, no trabalho, na família e, sobretudo, na comunidade⁵⁰⁹, (ainda) não se reproduziu da

⁵⁰⁶ “Antônio”...

⁵⁰⁷ “João”...

⁵⁰⁸ De acordo com os cedentes da imagem.

⁵⁰⁹ TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família...*

forma como idealizam os habitantes do reassentamento de Campos Novos-SC. Os três primeiros elementos se desenvolveram satisfatoriamente no novo espaço. Entretanto, a comunidade ainda é uma lacuna. 12 anos após sua instalação no reassentamento, “José” nos dá um indicativo dessa angústia, desta ausência: “até essa semana eu disse [para a esposa]: ‘Qualquer coisa a vontade do cara é deixar aqui pro filho e procurar um outro lugar pra morar, numa comunidade antiga né, não precisa ser de volta pro Rio Grande do Sul, pode ser em qualquer outro lugar né.’”⁵¹⁰.

⁵¹⁰ “José”...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar a experiência dos camponeses atingidos pela formação do lago da UHE Itá reassentados em Campos Novos-SC desde 1998 no contexto da inserção não só da referida obra de barramento e aproveitamento hidrelétrico, mas de todo um discurso de progresso contínuo e inevitável que forçou o seu deslocamento para um espaço que lhes era estranho e para o qual eles eram “o estranho”. Como se articularam frente a esse progresso que os desterritorializava e concomitantemente possibilitava meios de ascensão socioeconômica, visto que não eram proprietários das terras em que viviam e trabalhavam no Alto Uruguai. E como interpretam, 12 anos após o estabelecimento no reassentamento, essa onda de progresso, em que dimensões compreendem que tomaram parte deste e, ao contrário, em quais acreditam-se prejudicados, quais eram suas perspectivas quanto ao novo espaço que viveriam e quais delas foram confirmadas ou frustradas neste tempo de reterritorialização.

Para darmos conta dessa proposta fez-se necessário um mergulho em uma temporalidade maior. Abordamos o processo de colonização do Alto Uruguai Sul-riograndense e Catarinense, a constituição das comunidades camponesas dessa região e, em especial, da cultura associativista que se desenhou neste território, a divulgação ao público e, em especial aos atingidos, do Projeto Uruguai que previa, entre outras, a construção da UHE Itá entre os municípios de Itá-SC e Aratiba-RS. Tratamos dos discursos que se levantaram no sentido de defender e promover a obra, tendo como pano de fundo a crença no progresso como redenção, e de combatê-la. Neste último caso fez-se importante analisar a ação de instituições mediadoras na formação da CRAB e as ações desta, visto que todas as famílias que foram reassentadas em Campos Novos-SC participaram do movimento de atingidos.

O Alto Uruguai (em ambas as margens) foi palco de pelo menos dois grandes surtos de “progresso”. Entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, recebeu milhares de famílias de colonos “de origem”, descendentes sobretudo de imigrantes alemães e italianos, que habitavam nas antigas regiões coloniais do RS (as quais passavam por sérios problemas produtivos e demográficos) que, desterritorializando os antigos moradores,

desenvolveram na região uma cultura fundada na propriedade da terra, no trabalho sobre essa, na família e na comunidade, além da religiosidade católica e/ou evangélico-luterana. Já na segunda metade do século XX, a região viveu uma nova onda de progresso, marcada pela modernização da agricultura, pela inserção e desenvolvimento de agroindústrias e pela incidência de projetos hidrelétricos de grande porte na acidentada Bacia do Rio Uruguai. Em ambos os casos diversas famílias foram forçadas a promover deslocamentos coletivos.

Contribui muito, para que a primeira onda de progresso tivesse sucesso, a construção da ferrovia que estabeleceu a ligação por terra entre o sudeste e o sul do Brasil: a EFSPRG. Com a obra, a região passou a ter um contato efetivo com os mercados mais desenvolvidos, as terras da região tornaram-se atrativas para famílias de colonos que habitavam as Colônias Velhas do RS, se valorizaram e foram comercializadas pelos órgãos dos estados (em especial no RS) e por companhias privadas de colonização, em especial a Luce & Rosa. Embora o discurso oficial negue, tratando os colonos como “conquistadores de uma terra selvagem e de um deserto humano”, o processo de colonização foi tenso e conflituoso, excluiu e desterritorializou grupos sociais tidos como atrasados, indolentes e incapazes de viver no progresso.

O projeto que as elites dos estados sulinos desenvolveram para o Alto Uruguai foi o “vencedor”. A região tornou-se um pólo agrícola e, depois, agroindustrial, fornecendo produtos para os centros urbanos nacionais, sobretudo do sul e do sudeste. O modelo de ocupação calcado na pequena propriedade ainda é o dominante, sendo que a média dos lotes agrícolas é de 20 ha. A organização do processo por “linhas” fez com que cada ocupação de colonos orbitasse em torno de espaços coletivos, como a bodega, o salão comunitário, o campo de futebol e, principalmente, a capela, que, além da dimensão material, objetiva, possuem uma dimensão subjetiva, simbólica: é onde ocorrem as trocas sociais, o “fazer comunitário”, enfim, onde a comunidade existe.

Em meio às dificuldades, aos obstáculos, ao relativo isolamento, sobressaiu uma cultura camponesa calcada na família, no trabalho, na propriedade privada da terra e na comunidade. A ideia de comunidade está vinculada a uma relação afetiva do indivíduo com o grupo e com o território. Engloba adesões comuns, confiança, amizade desinteressada, ou seja, um engajamento coletivo de natureza moral. É onde os indivíduos interagem, atribuindo novos valores e significados a determinados símbolos, sem que estes, de imediato, percam o significado anterior. A noção de pertencimento a uma determinada comunidade devia-se à participação efetiva nas relações sociais em um determinado território. A identidade se apresenta como um compromisso, pelo qual cada pessoa acredita contribuir com sua cota para

a vida coletiva.

Esses camponeses, tidos como os condutores do progresso na primeira metade do século XX, passam a ser representados, sobretudo os que mantinham uma produção autônoma, não vinculados às agroindústrias, como os portadores do atraso, da rusticidade, da ineficiência produtiva no processo de modernização da agricultura (décadas de 1960 e 1970). Milhares de famílias camponesas, cujas atividades tornaram-se antieconômicas, se estabeleceram nos centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Além da modernização da agricultura e do subsequente encarecimento da terra no Alto Uruguai, outro fator contribuiu para a exclusão do campo e a desterritorialização de milhares de famílias camponesas: a construção de barragens para a produção de energia elétrica, cuja obra primeira foi a UHE Itá.

Localizada entre os municípios de Itá-SC e Aratiba-RS, a UHE Itá possui 125m de altura e 800m de comprimento. O reservatório d'água abrange uma área de 142Km² e inundou terras agrícolas de 11 municípios, sendo eles Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba em SC, e Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no RS. A geração máxima da usina é de 1450MW e a mínima garantida é de 668MW. Uma obra dessa envergadura traz consigo elementos que não se encerram na própria obra: grupos econômicos altamente interessados no projeto desde sua concepção até a geração de energia elétrica, dentre os quais destacamos as construtoras, as empresas de pesquisa e consultoria, as indústrias eletrointensivas que se estabeleceram no Brasil pós-Juscelino Kubitschek, as agroindústrias da região, etc. Estes grupos conseguiam sobrepor seus interesses à legislação vigente que, embora mantivesse exigências técnicas e socioambientais, não era respeitada na prática do Setor Elétrico.

O discurso fabricado pelos apologistas da UHE Itá a tratava como um fim inevitável. Entretanto, um fim positivado, pois encerrava uma era de estagnação e promoveria um novo começo, uma nova era de prosperidade. A obra era, enfim, um presente, um bem que vem para o bem, e como tal, não se poderia recusar, sob a pena de perder o passaporte para o progresso. É numa perspectiva fatalista e apologista que a UHE Itá foi (é) tratada pelas autoridades políticas locais, pela imprensa – local e nacional – e até mesmo por alguns estudiosos. O vislumbamento do progresso, do enriquecimento, da valorização das propriedades que ficariam emersas nas proximidades do lago, fez com que grande parte da população local censurasse qualquer iniciativa de oposição ao empreendimento. Quem ousasse se opor era tratado como um “inimigo do progresso”.

Os ditos “inimigos do progresso”, de modo geral, estavam congregados na CRAB,

que, no início da década de 1990 contribuiu sobremaneira para a fundação do MAB, que passa a agir em âmbito nacional. Esse movimento, desde sua gestação até meados da década de 1980 sofreu a influência de instituições da sociedade civil sob a condição de mediadoras, promotoras de debates e instigadoras da organização para a resistência e “defesa dos interesses coletivos”. A atuação dos mediadores, em especial a ICAR, a IECLB e a FAPES, foi imprescindível para que as famílias ribeirinhas aderissem à CRAB. Em muitos casos as lideranças das CLs desempenhavam funções designadas pelas instituições religiosas citadas, como ministros de eucaristia, festeiros e dirigentes de GRs.

Como o contexto em que se desenhou esse enfrentamento de forças nem sempre iguais foi marcado pela abertura política do pós-Lei da Anistia, os grupos que se opunham à efetivação da UHE Itá, assim como dos demais barramentos do Projeto Uruguai, tinham mais liberdade para articular e difundir entre os atingidos o seu discurso de “recusa a este progresso”. Utilizando-se do referencial religioso popular, as Igrejas – em especial a ICAR (Diocese de Chapecó) – constituíram-se nas principais mediadoras e impulsionadoras do movimento dos atingidos, assim como de outros movimentos sociais de novo tipo que têm seu berço no Alto Uruguai do último quarto de século XX. Este período foi de intenso conflito e, embora o discurso oficial defendia que o processo foi calmo, tranquilo, pacífico como as águas do lago, pudemos ver que foi tenso, turvo, incerto, como eram as águas do Rio Uruguai.

Essa incerteza afetou sobretudo as famílias ribeirinhas (não apenas aquelas que se deslocaram para um dos 7 projetos de reassentamento rural coletivo) que ficaram em meio a este “fogo cruzado”. A oposição entre os “prós e os contra-barragens” chegou, em vários momentos, a ser tão radical que as negociações ficaram suspensas, as informações divulgadas só o eram parcialmente, fazia-se um esforço no sentido de apresentar apenas os problemas da proposta do grupo antagonico, etc., que podemos afirmar que, além de serem atingidas pela formação do reservatório, as famílias ribeirinhas foram atingidas pelos mediadores que, ao invés de atuar de acordo com os interesses dos habitantes das barrancas, media forças com o Setor Elétrico. Essa dinâmica fez com que muitos camponeses participassem da CRAB até conseguirem uma negociação que lhes parecesse vantajosa, agindo então individualmente.

Frente ao Setor Elétrico, a CRAB obteve significativas conquistas, principalmente no que se refere ao reconhecimento dos direitos dos atingidos não proprietários. Os acordos entre o movimento e a Eletrosul possibilitaram aos atingidos três possíveis indenizações: em dinheiro, terra por terra (essas duas apenas para os proprietários), e reassentamento (podendo ser rural coletivo ou auto-reassentamento por carta de crédito). Para os não proprietários em especial e para todos os atingidos em geral, a CRAB defendia abertamente a opção por

reassentamento rural coletivo, entretanto, das 3659 famílias atingidas (entre proprietários e não proprietários), apenas 369 optaram por um dos sete projetos empreendidos, aproximadamente 10% do total. Este baixo percentual indica que o poder de influência da comissão não era tão alto quanto se difunde atualmente pelo movimento. Reforça também o que já salientamos: muitos camponeses participavam da comissão até obterem maiores garantias para então negociarem individualmente.

Os 7 projetos de reassentamento rural coletivo para as famílias de atingidos pela UHE Itá foram instalados em regiões próximas ao Alto Uruguai: 4 no sudoeste do PR, 2 no oeste de SC e 1 no norte do RS. Os reassentamentos tinham oficialmente por objetivo minimizar os impactos socioeconômicos e culturais. Deveriam atender, sobretudo aos pequenos proprietários e camponeses não proprietários que habitavam as barrancas do Uruguai e que dependiam diretamente do trabalho na terra para sobreviver. Os reassentamentos também deveriam proporcionar aos camponeses condições de ascensão econômica e social, oferecendo uma infraestrutura (no sentido material, não social) produtiva e comunitária igual ou superior àquela deixada nos territórios de origem.

Nos 6 projetos que antecederam o de Campos Novos-SC, a empresa responsável pela UHE Itá (primeiro a Eletrosul, depois a Gerasul) realizou levantamentos de tipologia de solos e iniciou as obras diretamente ou disponibilizou à CRAB recursos para iniciar os trabalhos com os próprios atingidos em regime de mutirão. Já em Campos Novos-SC o processo se deu de modo diferenciado. Neste projeto, 17 das 28 famílias que estavam relacionadas para receber um lote no reassentamento, iniciaram por conta própria e com recursos oriundos do MAB (que por sua vez os havia recebido da Gerasul para a construção do reassentamento de Chiapetta-RS), a construção das residências e galpões. Somente após as fundações das casas estarem prontas a empresa disponibilizou os recursos para a manutenção dos mutirões.

Essa iniciativa por parte dos camponeses expõe uma contradição inerente à boa parte dos atingidos não proprietários: por uma lado buscavam meios de permanecer na região, ingressaram no movimento que em alguns momentos opôs-se radicalmente às obras da usina, e, por outro, queriam tomar parte no progresso que a barragem representava, queriam tornar-se proprietários da terra em que viviam. Enquanto percebiam (evidentemente sem o uso do conceito) a desterritorialização, tinham esperanças na reterritorialização enquanto uma possibilidade de ganhos, de melhoria de vida.

Esperavam reproduzir no novo espaço as relações sociais e as práticas culturais que desenvolviam no antigo lugar. Fazer do espaço um território. Acreditavam que “se deslocando juntos”, tendo no reassentamento os mesmos vizinhos (visto que 24 das 28 famílias tinham

origem na mesma cidade atingida), não vivenciariam o deslocamento, a desterritorialização. Entretanto, fazer do novo espaço um território demanda tempo. Reconhecer-se como membro de um grupo maior – o dos habitantes de determinada região – é um processo lento de identificação, auto e sócio-reconhecimento.

No plano material, econômico, todos os reassentados afirmam que tiveram ganhos, compreendem que não estariam “tão bem” caso ainda vivessem nas barrancas do Uruguai, que “pra viver, hoje é mais fácil”, etc. Os que ainda vivem em Campos Novos-SC (visto que muitos – aproximadamente um terço – mudaram-se para cidades no Alto Uruguai) são proprietários das terras em que trabalham, alguns chegaram a ampliar seu lote, adquirindo áreas de outros reassentados que deixaram o projeto. No Alto Uruguai, a maioria das famílias atingidas possuía renda média inferior à dos demais camponeses da região, devido à inclinação do terreno, à pedregosidade, à erosão e ao fato de terem que pagar pelo uso da terra ao proprietário da mesma. Podemos afirmar que já na época das mobilizações com a CRAB havia, entre a maioria dos atingidos que vieram a ser reassentados, a consciência desse ganho no plano econômico. Novamente faz-se importante lembrar do valor atribuído ao ser proprietário, sobretudo para os arrendatários.

O gozo do progresso no plano econômico, entretanto, não se reproduziu nas outras esferas da vida camponesa. A própria inserção das famílias no município se deu de modo conflituoso, gerando desconfiança e medo na população local. Todos os entrevistados reclamaram ter sido confundidos com grupos inferiorizados pela população local, em especial com os assentados em projetos de reforma agrária. Foram tidos como baderneiros, perigosos, violentos, mal pagadores, etc., enfim como intrusos. Nesse ínterim percebe-se uma nova contradição nas ações dos reassentados: a experiência em um movimento social, os protestos, manifestações, “trancações de BR”, como dizem, não foi suficiente para que entendessem nos assentados, normalmente vinculados ao MST, grupos também oprimidos e vitimados por forças maiores. Ao contrário, reproduziram o discurso local que segregou (segrega) aquele grupo de modo semelhante à segregação inferida aos caboclos no processo de colonização do Alto Uruguai. Buscaram diferenciar-se dos assentados para serem aceitos na sociedade em que haviam sido inseridos.

A perspectiva de que, mantendo os mesmos vizinhos, os vínculos de sociabilidade, de afetividade, enfim de territorialidade e identidade de reproduziriam tal qual no Alto Uruguai foi um catalisador condicionante da opção pelo reassentamento. Entretanto, em muitos casos esta expectativa foi frustrada, pois não encontraram no novo espaço o “terreno” para a reprodução das antigas práticas. A conquista econômica obtida no reassentamento não

se sobrepôs às demais esferas da vida camponesa, do “ethos”, das famílias reassentadas. Na mesma medida em que fazem coro sobre a elevação da renda, ressaltam a dificuldade em identificar-se com o novo espaço, integrar-se com os antigos moradores, e em superar a perda do antigo lugar e do quanto se sentem deslocados, não se entendem como parte do espaço e nem este como parte deles. Reclamam da inexistência de um lugar (simbólico, visto que o físico existe) de encontros comunitários para um bate papo, um quattrilho, um futebol, uma partida de bocha, o compartilhar de uma cachaça, etc.

O antigo lugar ainda está vivo na memória coletiva dos reassentados, entretanto, é um lugar que não existe mais. Não só em uma dimensão física, mas, também, temporal. Os reassentados em Campos Novos-SC reclamam a perda de um antigo tempo-lugar. Rememoram o Alto Uruguai que deixaram para trás e que não encontram mais quando visitam. Mesmo quando se deparam com vizinhos dos tempos das barrancas, esses já não são os mesmos, visto que não encontram interesses e assuntos comuns, o vínculo construído na vivência cotidiana se desfez justamente pela falta desta. Sentem-se duplamente desligados, desterritorializados. Desejam o velho e quando o visitam não o encontram, anseiam por voltar ao novo que não lhes agrada.

Como se trata de um processo demasiado recente, várias possibilidades de pesquisas podem ainda ser suscitadas, algumas das quais, pela proximidade temporal e pelo direcionamento do olhar, talvez nem percebemos. Podemos apontar, apenas como exemplo, as representações que se desenharam no processo de inserção dos atingidos no reassentamento, ou seja, como viam os antigos habitantes e como estes os viam (o que fizemos neste trabalho foi analisar como os reassentados perceberam sua recepção), quais as estratégias de diferenciação, entre outras possibilidades.

A onda de progresso que se impôs sobre o Alto Uruguai e que tem como carro chefe, em nosso caso, a UHE Itá, modificou o cenário sociocultural da região e afetou positiva e negativamente a vida de milhares de famílias. No caso das que optaram pelo reassentamento em Campos Novos-SC, os fatores objetivos calculáveis matematico-financeiramente podem ser elencados como evidências da plenitude dos benefícios de uma obra de aproveitamento hidrelétrico. Entretanto, há fatores que o cálculo não compreende, não possui subsídios para tal. Pudemos perceber pelos depoimentos dos reassentados que os ganhos obtidos não se sobrepuseram às perdas, que estas são motivos, mesmo passados 12 anos, de “ansiedade, desgosto e tristeza”⁵¹¹. Enfim, vivem sob os desígnios de um progresso que ainda não chegou.

⁵¹¹ “Jorge”...

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBERTI, V. História Oral na Alemanha: semelhanças e diferenças na constituição de um mesmo campo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. História: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, A. A. de. *As Usinas Hidrelétricas e os Atingidos da Bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. Passo Fundo, RS: s/n, 2004. (Dissertação de Mestrado em História pela UPF).
- ANDRADE, S. de. O Catolicismo Popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos. *Revista Espaço Acadêmico*. nº 67, dezembro de 2006.
- ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- ANEEL. *Bacia do Rio Uruguai*. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=111 acesso em 17/03/2010.
- AURAS, M. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. 3ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
- AZEVEDO, T. O. G. *Os Italianos no Rio Grande do Sul – Cadernos de Pesquisa*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1994.
- BACZKO, B. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. Volume 5 (Anthropos-Homem).
- BERMANN, C. *Exportando a Nossa Natureza Produtos Intensivos em Energia: implicações sociais e ambientais*. Rio de Janeiro: Fase, 2004.
- BERNARDES, N. *Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 1997.

BFDW. *Über Uns*. Disponível em <http://www.brot-fuer-die-welt.de/ueber-uns/index.php> acesso em 06/01/2011.

BOAMAR, P. F. de A. *A Bacia do Rio Uruguai e o Setor Elétrico Brasileiro: as obras, os conflitos e as estratégias*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002.

BOFF, L.; BOFF, C. *Da Libertação: o teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1985

BOLSA DE MERCADORIAS DE BRASÍLIA. *Milho*: R\$/Saca 60 Kg. Disponível em www.bbsb.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=48 acesso em 28/03/2011.

BONAVIGO, E. A.; BAVARESCO, P. A. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (orgs). *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008.

BONI, L. A.; COSTA, R. *Os Italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1984. p. 120.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRANCATO, S. M. L. As Relações Brasil/Argentina em 1908. *Anais da X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 1991. p. 83.

BRANDALIZE, M. C. B. Topografia: apostila 3. Curitiba: PUCPR, p.101. Disponível em <http://www.topografia.com.br/br/informacao/download.asp> acesso em 12/10/2010.

BRASIL. *Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1891.

CAMPOS, Índio. *Colonos do Rio Uruguai: relação entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Campina Grande, PB: UFPB, 1987. (Dissertação de Mestrado).

CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARINI, J. J. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho – 1970-2007: o caso da reserva indígena de Serrinha. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (orgs). *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008.

CARLOS, Ana Fani. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARON, M. dos S. *Mapear, demarcar, vender... a ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai sul-riograndense – 1915/1930*. Passo Fundo: [s/n], 2009. (Dissertação de Mestrado em História pela UPF).

- CASSOL, E. Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda.: um estudo de fontes. *Revista Perspectiva*. nº 7. Erechim, RS: FAPES, 1978.
- CASTELLS, M. A Economia Informacional, a Nova Divisão Internacional do Trabalho e o Projeto Socialista. *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*. v. 17, 1992.
- CASTRO, E. V. de; ANDRADE, L. M. M. de. *As Hidrelétricas do Xingú e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- CATÃO, F. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.
- CEOM. *A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó, SC: Argos, 2005.
- CERNEA, M.; McDOWALL, C. *Risks and Reconstruction: experiences of resettlers and refugees*. Washington: The World Bank, 2000.
- CHARTIER, R. A História Hoje. *Revista Estudos Históricos*. (97-113) Rio de Janeiro, v. 7, nº 13, 1994.
- CHAYANOV, A. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLKE, V. (orgs). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COMASSETTO, C. F. A Colônia Rio Uruguay e As Companhias Colonizadoras (1920-1950). In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar (orgs). *Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim, RS: Habilis, 2009.
- CORRÊA, R. L. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- COSTA, A. F. da. *O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia., 1929.
- COTRIM, J. P. *De Planeta nas Mãos no Pós ECO-92*. Lisboa: Colibri, 1994.
- D'EÇA, O. da G. *Aos Espanhóis Confinantes*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929.
- DELGADO, L. de A. N. História Oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. *Do Sindicalismo Combativo ao Sindicalismo Propositivo: uma análise dos elementos políticos-ideológicos da CUT*. Disponível em www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Pedro_Henrique_Evangelista_Duarte_e_Edilson_Jose_Gracioli_do_sindicalismo_combativo_sindicalismo_propositivo.pdf acesso em 17/01/2011.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e Os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCELSA. *História da Energia Elétrica no Brasil*. Disponível em www.edpescelsa.com.br/aescelsa/historia-ee-brasil.asp acesso em 13/08/2010.

ESPÍNDOLA, M. A. *As Transterritorializações na Bacia do Rio Uruguai e o Alagamento Sistemático de Coletividades*. Florianópolis: s/n, 2009. (Tese de Doutorado em Geografia pela UFSC).

FATMA. *EIAs*. Disponível em http://www.fatma.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=97&Itemid=225 acesso em 16/08/2010.

FONT, J. M. I. *Serra do Erechim – tempos heróicos*. Erechim, RS: Gráfica Carraro, 1983.

FOZ DO CHAPECÓ. *Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó: como funciona e características*. Disponível em <http://www.fozdochapeco.com.br/usina.php> acesso em 09/09/2010.

GELLER, O. Sobre a Terra: o avanço da frente pioneira e o conflito étnico do Contestado sob o olhar da etnohistória. In: TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. (orgs). *Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim, RS: Habilis, 2009.

GODOY, A. M. G. A Conferência de Estocolmo: evolução histórica 2. Setembro de 2007. Disponível em http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/desenvolvimento-sustentvel-evoluo_16.html acesso em 16/08/2010.

HAERSBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói, RJ: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, K. F. *Estudo das Potencialidades Turísticas de Itá após a Construção da Usina Hidrelétrica*. Balneário Camboriú, SC: s/n, 2004. (Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí).

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HEINSFELD, A. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC*. Joaçaba, SC: UNOESC, 1996.

HEINSFELD, A. Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná: território disputado e início da colonização. In: TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. (orgs). *Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim, RS: Habilis, 2009.

HIRSH, M. A. P. *Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2005.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (org) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KAHN, H. *A Prosperidade está Próxima: uma nova era de progresso econômico, político e social*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

KUJAWA, H. A. *Cultura e Religiosidade Cabocla: o movimento dos monges barbudos do Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo, RS: UPF, 2004.

KUNZLER, A. José Gomes, trajetória de vida. In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó, SC: Argos, 2002.

LAFER, C. *JK e o Plano de Metas: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA SILVA, F. C. *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBATO, M. *O Problema Vital*. In: *Obras Completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

LOBATO, M. *Zé Brasil*. São Paulo: Vitória, 1947.

LORIGGIO, D.; SENEM, P. Análise Crítica dos Critérios de Projeto da Laje de Concreto em Barragens de Enrocamento com Face de Concreto. *Anais do II Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica*. 2003. p. 255-6. Disponível em <http://citenel.aneel.gov.br/historico/IIcitenel/Anais%20do%20II%20CiteneI%20-%20VOLUME%20I/Geracao.pdf> acesso em 24/03/2009.

LÖWY, M. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MACHADO, P. P. Bugres, tropeiros e biribas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, A.; AREND, S. (orgs). *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004.

MAESTRI, M. *Os Senhores da Serra; a colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Passo Fundo, RS: UPF, 2005.

MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARQUES, M. M. S. *A Identidade Água Abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca-RS*. Santa Maria-RS: s/n, 2005. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural pela UFSM).

MARQUETTI, D. *Bandidos, Forasteiros e Intrusos: história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó, SC: Argos, 2008.

MARTINS, J. de S. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. de S. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- MATTOS, T. *Alicerces da Memória: 60 bens tombados pelo estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Tempo Editorial, 2008. p. 139.
- MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano 2*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MICELI, Sergio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MORAES, M. S. M. de. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Alto Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. *Revista Brasileira de Educação*. nº 1, jan/abr de 1996.
- MOTTA, M. S. da. *Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995.
- NAVARRO, Z. *Política, Protesto e Cidadania no Campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1996.
- NEVES, M. História e memória. In: MATTOS, I. R. (org). *Ler e Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.
- NODARI, E. S. *A Renegociação da Etnicidade no Oeste Catarinense (1917-1954)*. Porto Alegre: [s/n], 1999. (Tese de Doutorado em História pela PUCRS).
- NOGUEIRA, N. de D. *A Usina Hidrelétrica Cachoeira do Emboque-MG: o significado da barragem para os atingidos*. Viçosa-MG: s/n, 2007. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural pela UFV).
- OLIVEIRA, J. R. de; ORO, I. P. Dom José e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó, SC: Argos, 2002.
- OLIVEIRA, R. C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PARMIGIANI, J. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela Barragem de Salto Caxias/PR. *Revista Tempo da Ciência*. v. 13, nº 26, 2º semestre de 2006.
- PEIXER, Z. I. *Utopias de Progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica*. Florianópolis: s/n, 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política pela UFSC).
- PESAVENTO, S. Representações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh; Contexto, vol. 15, nº 29, 1995.
- PIAZZA, W. F. *A Colonização de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- PIAZZA, W. F.; HUBENER, L. M. *Santa Catarina: história da gente*. 5ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

PICOLI, B. A. Setor Elétrico e Meio Ambiente: implicações na construção da Hidrelétrica de Itá no Alto Uruguai nas décadas de 1980 e 1990. *Anais Eletrônicos do IV Seminário de História Regional*. 18 e 19 de novembro de 2010.

POLI, O. L. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense*. Campinas, SP: [s/n], 1995. (Dissertação de Mestrado em Educação pela Unicamp).

PRADO JÚNIOR, C. *A Questão Agrária no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ. *História de Itá*. Disponível em <http://www.ita.sc.gov.br/conteudo/?item=21115&fa=4850&PHPSESSID=117f77506982f266a9fb678d9f84e7ba> acesso em 13/08/2010.

QUEIROZ, M. I. de. *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

RADIN, J. C. Italianos e comunidades Rurais no Oeste Catarinense. In: RADIN, J. C.; BENEDET, J. H.; MILANI, M. L. (orgs). *Facetas da Colonização Italiana: planalto e oeste catarinense*. Joaçaba, SC: UNOESC, 2003.

RADIN, J. C. *Representações da Colonização*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

RAMOS, J. de S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

RECKZIEGEL, A. L. S. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *Revista História: Debates e Tendências*. Passo Fundo-RS, v. 1, n. 1, junho de 1999.

REIS, M. J. *Espaços Vividos, Migração Compulsória, Identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá*. Campinas, SP: s/n, 1998. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp).

RENK, A. A. *A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2ªed. Chapecó, SC: Argos, 2006.

RENK, A. A. As Representações da Colonização no Oeste Catarinense, a partir dos Brasileiros. *Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina – CEOM*. n. 7, ano 5. Chapecó: FUNDESTE, abr. 1991.

RIBEIRO, M. de F. B. *Itaipu, A Dança das Águas: histórias e memórias de 1966 a 1984*. Campinas, SP: s/n, 2006. (Tese de Doutorado em História pela Unicamp).

RICCI, R. G. M. S. *Fuga para o Futuro: novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública*. Campinas, 2002. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp).

RIETH, R. W. Associativismo e protestantismo na imigração e colonização: o caso da Associação Gustavo Adolfo. *Revista Estudos Teológicos*. v. 47, nº 2. 2007. pp 27-43.

- ROCHE, J. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SARTORETTO, S. M. *Lembranças Submersas: o caso da cidade de Itá em Santa Catarina*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SEMINOTTI, J. J. O Movimento dos Atingidos por Barragens no Norte do RS – 1970-2007. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (orgs) *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008.
- SIGAUD, L. M. Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas. Instituto de Estudos Avançados. Coleção Documentos. Série Ciências Ambientais-USP. nº 16, março de 1994.
- SILVA, É. N. da. *Formação e Ideário do MST*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.
- SILVESTRIN, A. *Lunardi (Tattari): uma história de Foza (Itália), Fagundes Varela (RS) e Xaxim (SC)*. Chapecó: A. SILVESTRIN, 2002.
- SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: seção de Três Lagoas-MS*. v. 1, nº 6, ano 4, novembro de 2007.
- TEDESCO, A. M.; ZIMMER, R. D. O Pastor de Uma Igreja que Transformou o Oeste. In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó, SC: Argos, 2002.
- TEDESCO, J. C. *Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.
- TEDESCO, J. C. *Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e o ethos camponês*. Passo Fundo, RS: UPF, 1999.
- TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeiros, Comerciantes e Granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*. Passo Fundo, RS: UPF; EST Edições, 2002.
- THOMÉ, N. O Contestado no Processo de Colonização do Oeste Catarinense: causa ou consequência? In: TEDESCO, J. C.; HEINSFELD, A. (orgs). *Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim, RS: Habilis, 2009.
- THOMPSON, E. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRACTEBEL; SUEZ. *UHE Passo Fundo*. Folder de divulgação sem data definida.
- TRAMUJAS NETO, A. Passa a cuia, tchê! *Revista Leite Quente*, Curitiba, v. I, n. 2, jun. 1989.

- TUAN, Y. *Espaço e Lugar: a perspectiva de experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- UCZAI, P. F. *O Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai – 1979-1991*. São Paulo: PUC, 1991. (Dissertação de Mestrado em História).
- UCZAI, P. F.; BRUGNERA, N.; MARCON, T. Dom José, a educação formal e a formação de lideranças. In: UCZAI, P. F. (org). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó, SC: Argos, 2002.
- VIANA, R. de M. *Grandes Barragens, Impactos e Reparações: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá*. Rio de Janeiro: s/n, 2003. (Dissertação de Mestrado em Planejamento urbano e Regional pela UERJ).
- VICENZI, R. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó, SC: Argos, 2008.
- VOJNIAK, F. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: CEOM. *A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó, SC: Argos, 2005.
- WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- WCD. *Introduction*. Disponível em <http://www.dams.org/commission/intro.htm> acesso em 29/12/2010.
- WENCZENOVICZ, T. J. *Montanhas que Furam as Nuvens! Imigração polonesa em Áurea-RS (1910-1945)*. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.
- WERLANG, A. A. *Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó, SC: Argos, 2006.
- WOLFF, G. H. *Trilhos de Ferro, Trilhas de Barros: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo, RS: EdiUPF, 2005.
- ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Revista Ambiente e Sociedade*. Campinas. v. X, nº 2, julho/dezembro de 2007.
- ZICMAN, Renés Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, nº 4, junho de 1985. p. 89.

Jornais

A NOTÍCIA – AN TURISMO. *Concórdia dá os Primeiros Passos para o Turismo Rural*. Joinville-SC, 05 de agosto de 1999.

A NOTÍCIA. *MAB ameaça equipamentos em Itá*. Joinville-SC, 07 de outubro de 1999. Disponível em www1.an.com.br/1999/out/07/0ger.htm acesso em 18/01/2011.

A VOZ DA SERRA. *Zanella fala sobre as barragens*. Erechim-RS, 23 de julho de 1985.

A VOZ DA SERRA. *Eletrosul parou para ouvir os atingidos*. Erechim-RS, 13 de agosto de 1987.

AZEVEDO, T. Funcionários da Eletrosul expulsos por agricultores. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 21 de agosto de 1985.

CRAB. Comissão Entrega Baixo-Assinado. *A Enchente do Uruguai*. Erechim-RS, nº 8, agosto de 1984.

CRAB. O Plano 2010. *A Enchente do Uruguai*. Erechim-RS, nº 37, setembro/outubro de 1991.

CRAB. Povo Arrancou Marcos. *A Enchente do Uruguai*. Erechim, RS: CRAB, ano 3, nº 14, março/abril de 1986.

DIÁRIO CATARINENSE. *Ata da Trigésima Oitava Reunião do Conselho de Administração das Centrais Geradoras do Sul do Brasil – Gerasul*. 16 de janeiro de 2002.

FASSHEBER, I. Barragem Sim. *Jornal A Voz da Serra*. Erechim, 28 de setembro de 1985.

JORNAL DA ELETROSUL. *Usina Hidrelétrica Itá é a maior em construção na América do Sul*. Ano 3, nº 7, nov/dez de 2000.

JORNAL DA GERASUL. *A Cidade de Itá, reconstruída, apresenta grande potencial turístico*. Florianópolis. Ano 8, nº 7, novembro/dezembro de 2000.

JORNAL DA GERASUL. *Usina Hidrelétrica Itá é a maior em construção na América do Sul*. Ano 3, nº 7, nov/dez de 2000.

JORNAL NACIONAL. *Custo Ambiental de hidrelétricas no Pantanal não compensa os benefícios, diz engenheiro*. 22/04/2011. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/04/custo-ambiental-de-hidreletricas-no-pantanal-nao-compensa-os-beneficios-diz-engenheiro.html> acesso em 26/07/2011

VAINER, C. Águas para a Vida. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 2000.

Documentos expedidos por instituições

CABRAL, L. M. M. *Eletrosul: 40 anos*. Rio de Janeiro: Centro de memória da Eletricidade no Brasil, 2008.

CDA. *O CDA*. Disponível em www.cda.org.br/cda.php acesso em 19/01/2011.

CNAEE; DNPM. *Plano Nacional de Eletrificação*. 1946.

CNEC; ELETROSUL. *EIA*. Florianópolis: Eletrosul, 1989.

CNEC; ELETROSUL. *Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai*. Florianópolis: Eletrosul, 1981.

CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: gleba Campo Erê*. Florianópolis: Eletrosul, 1990.

CNEC; ELETROSUL. *Projeto de Reassentamento Rural: gleba Marmeleiro*. Florianópolis: Eletrosul, 1989.

CNEC; ELETROSUL. *RIMA: Usina Hidrelétrica Itá*. Florianópolis: Eletrosul, 1990.

CONSÓRCIO ITÁ. *Itá: memória de uma usina*. Itá, SC: Takano, 2000.

CONSÓRCIO ITÁ. *Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e seu Entorno*. Disponível em: http://www.consorcioita.com.br/pdf/plano_diretor_ita.pdf acesso em 24/03/2009.

CRAB. *Documento de Getúlio*. Getúlio Vargas-RS, 22 de junho de 1986. Disponível no Arquivo do MAB/Sul em Erechim-RS.

CRAB. *Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense Sobre as Barragens*. Concórdia-SC, 24 de março de 1980.

DALLANHOL, W. Carta para a CRAB: datada de 07 de outubro de 1986. Disponível no Arquivo do MAB/SUL em Erechim-RS.

DIOCESE DE CHAPECÓ. *Plano de Pastoral da Diocese de Chapecó*. Chapecó, 1980. p. 3. Disponível no Arquivo do Secretariado Diocesano de Chapecó. Chapecó-SC.

ELETROSUL. *Remanejamento de Populações e Recomposição Físico-Territorial*. Florianópolis: Eletrosul, 1992.

ELETROSUL; CRAB. *Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais de Populações Atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho*. Janeiro de 1988. Disponível no Arquivo do MAB/Sul em Erechim-RS.

ELETROSUL; CRAB. *Documento de Acordo Entre Atingidos e Eletrosul*. Erechim-RS, 29 de outubro de 1987. Disponível no Arquivo do MAB/Sul em Erechim-RS.

ELETROSUL; GDI. *A cidade de Itá evidencia que as Usina Hidrelétricas, até o momento, favorecem mais o lado de Santa Catarina.* 09 de janeiro de 2005.

ENERCAN. *UHE Campos Novos: remanejamento de famílias e indenizações.* Campos Novos-SC: Enercan, 2007.

GERASUL; ECSA. *Remanejamento da População Atingida: listagem geral – situação maio de 2000.* Florianópolis: Gerasul, 2000.

GERASUL; ECSA. *Usina Hidrelétrica Itá: programas 12 – remanejamento da população rural – situação maio de 2000.* Florianópolis: Gerasul, 2000.

GOMES, J. Sermão de 03 de março de 1985. Disponível no Arquivo do Secretariado Diocesano de Chapecó. Chapecó-SC.

GOMES, J. Sermão de 08 de abril de 1984. Disponível no Arquivo do Secretariado Diocesano de Chapecó. Chapecó-SC.

GT ENERGIA/FBMAD; NAT. *Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: guia para ONGs e movimentos sociais.* 2006. Disponível em <http://www.internationalrivers.org/files/hidreletricasriourugui.pdf> acesso em 13/08/2010.

IACHR. *PM 382/10: Indigenous Communities of the Xingu River Basin, Pará, Brazil.* 01/04/2011. Disponível em www.cidh.org/medidas/2011.eng.htm acesso em 13/04/2011.

IBGE. *Dados do Censo 2010 publicados do Diário Oficial da União do dia 04 de novembro de 2010.* Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=42 acesso em 17/01/2011.

ITAMARATY. *Nota nº 142: Solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA.* 05 de abril de 2011. Disponível em www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/solicitacao-da-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-cidh-da-oea acesso em 13/04/2011.

MARTINS, J. B.; TRACTEBEL; SUEZ. *Reassentamentos Rurais Coletivos – UHE Itá.* Setembro de 2009. Disponível em www.abce.org.br/downloads/itr2009_jose_brognoli_martins.pdf acesso em 20/03/2011.

MDA; INCRA. *Prestação de Constas Ordinárias Anual: relatório de gestão do exercício de 2009.* Florianópolis, 12 de março de 2010.

MME; ELETROBRÁS. *Um Novo Conceito em Hidrelétricas.* Brasília: Eletrobrás, 2010.

MTE. *Anuário de Informações Sindicais: Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campos Novos-SC.* Disponível em <http://sis.dieese.org.br/detalhes.php?tipo=cnpj&cnpj=82802968000104> acesso em 10/01/2011.

PAC 2; COMITÊ GESTOR DO PAC. *Relatório do Programa de Aceleração do Crescimento 2. Volume V.* 29 de março de 2010. Disponível em www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-

relatorio-5 acesso em 13/04/2011.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITÁ. *Parque Thermas Itá*. Disponível em www.turismoita.com.br/arquivos_internos/index.php?abrir=atracoes&acao=mais_detalhes&id=34 acesso em 19/01/2011.

SLAVIERO, R. Apresentação. In: CONSÓRCIO ITÁ. *Itá: memória de uma usina*. Itá, SC: Takano, 2000.

Legislação

CONAMA. *Resolução N° 1, de 23 de janeiro de 1986*. Disponível em www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html acesso 08/08/2010.

DECRETO N° 2.003 DE 10 DE SETEMBRO DE 1996. *Regulamenta a Produção de Energia Elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor*. Disponível em www.aneel.gov.br/cedoc/dec19962003.pdf acesso em 11/08/2010.

DECRETO N° 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934. *Código de Águas*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm acesso em 12/08/2010.

DECRETO N° 3.365 DE 21 DE JUNHO DE 1941. *Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del3365.htm acesso em 04/01/2011.

DECRETO N° 915 DE 6 DE AGOSTO DE 1993. *Autoriza a Formação de Consórcios para Geração de Energia Elétrica*. Disponível em www.aneel.gov.br/cedoc/dec1993915.pdf acesso em 11/08/2010.

DECRETO-LEI N° 898 DE 29 DE SETEMBRO DE 1969. *Define os Crimes Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social, Estabelece seu Processo e Julgamento*. Disponível em www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69 acesso em 09/09/2010.

LEI N° 6.683 DE 28 DE AGOSTO DE 1979. *Lei da Anistia*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm acesso em 17/01/2011.

LEI N° 6.983 DE 31 DE AGOSTO DE 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm acesso em 11/08/2010.

LEI N° 9.427 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996. *Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9427cons.htm acesso em 11/08/2010.

LEI N° 9.433 DE 08 DE JANEIRO DE 1997. *Institui a Política Nacional de Recursos*

Hídricos. Disponível em www.aneel.gov.br/cedoc/blei19979433.pdf acesso em 12/08/2010.

Entrevistas

“Antônio”, 67 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2011.

“Fátima”, 65 anos, reassentada em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2011.

“Joana”, 50 anos, reassentada em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

“João”, 66 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

“Jorge”, 66 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2011.

“José”, 62 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

“Maria”, 63 anos, reassentada em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

“Paulo”, 41 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.

“Pedro”, 42 anos, reassentado em Campos Novos-SC. Entrevista cedida ao Autor. Campos Novos-SC, 2010.